

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO**

**JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR**

***DAS BELAS-LETRAS AO ARQUIVO DOCUMENTAL:  
OS ESCRITOS BIOGRÁFICOS DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA  
(1788-1835)***

**GOIÂNIA**

**2018**

---

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       Dissertação       Tese

**2. Identificação da Tese ou Dissertação:**

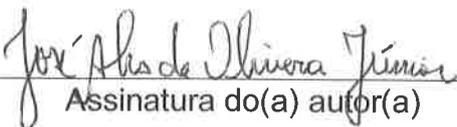
Nome completo do autor: **José Alves de Oliveira Júnior**

Título do trabalho: **Das Belas-Letras ao arquivo documental: os escritos biográficos da Academia Real das Ciências de Lisboa (1788-1835)**

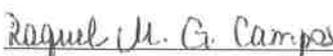
**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)

Data: 17/ 10/ 2018

**JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR**

***DAS BELAS-LETRAS AO ARQUIVO DOCUMENTAL:***  
**OS ESCRITOS BIOGRÁFICOS DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA**  
**(1788-1835)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para a obtenção de título de Mestre em História.

**Linha de pesquisa:** Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História.

**Orientador (a):** Prof. Dra. Raquel Machado Gonçalves Campos

**GOIÂNIA**

**2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

de Oliveira Júnior, José Alves

Das Belas-Letras ao arquivo documental: [manuscrito] : Os escritos biográficos da Academia Real das Ciências de Lisboa (1788-1835) / José Alves de Oliveira Júnior. - 2018.

CLXV, 165 f.

Orientador: Profa. Dra. Raquel Machado Gonçalves Campos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2018.

Bibliografia.

1. Retórica. 2. Historiografia. 3. Erudição. 4. Biografia. 5. Academia Real das Ciências de Lisboa. I. Machado Gonçalves Campos, Raquel, orient. II. Título.

CDU 94

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **José Alves de Oliveira Júnior**. Aos 05 (cinco) dias do mês de outubro de dois mil e dezoito (2018), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **José Alves de Oliveira Júnior**, cujo título foi “**Das Belas-Letras ao Arquivo Documental: os escritos biográficos da Academia Real das Ciências de Lisboa (1788-1835)**”. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº070/18-PPGH, de 05 de outubro de 2018, pelos seguintes Professores Doutores: **Raquel Machado Gonçalves Campos (UFG) (Presidente)**, **Profa. Dra. Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)** e **Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon (UFG)** e, como suplentes, **Prof. Dr. Paulo Miguel Moreira da Fonseca (IFG)** e **Profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo (UFG)**. Os Examinadores arguiram na ordem acima citada. Às 16 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato.....~~aprovado~~.....

Profa. Dra. Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ) Ass.: ..... *MSG* .....

Decisão (... *Aprovado* .....

Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon (UFG) Ass.: ..... *ml j: sl* .....

Decisão (... *Aprovado* .....

Profa. Dra. Raquel Machado Gonçalves Campos (UFG) (Presidente), Ass.: *Raquel M. G. Campos*

Decisão (... ~~aprovado~~ .....

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Marco Aurélio Fernandes Neves, secretário do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenadora: *Fabiana de Souza Fredrigo*

Profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo

Secretário: *MAFN*

Marco Aurélio Fernandes Neves

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos membros do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, por terem oferecido as condições necessárias para a realização do meu trabalho e para a minha formação como pesquisador. Agradeço, também, ao povo brasileiro pela bolsa de mestrado, concedida por meio da Capes, a qual me permitiu maior empenho no processo de pesquisa e na escrita da dissertação.

Agradeço à professora orientadora Raquel Machado Gonçalves Campos, por ter acolhido meu trabalho e por ter oferecido uma atenciosa orientação, a qual foi fundamental para o bom andamento deste trabalho. Sou muito grato, também, pelo importante incentivo no estudo da língua francesa que tem contribuído, grandemente, na minha formação acadêmica.

Agradeço à professora Maria da Glória por ter aceitado participar da minha Banca de Defesa. Seus trabalhos sobre a escrita biográfica no Brasil oitocentista foram fundamentais na elucidação de diversos aspectos da pesquisa e me deram suporte para seguir com a proposta.

Agradeço ao professor Marlon Salomon por ter aceitado participar da Banca de Defesa do meu trabalho e pelas generosas contribuições teóricas e metodológicas desde a qualificação.

Agradeço aos professores Fabiana Fredrigo e Marlon Salomon, por terem aceito o convite para participar da Banca de Qualificação do meu trabalho. Os questionamentos realizados nesse primeiro momento avaliativo foram esclarecedores na realização do trabalho.

Agradeço à professora Taíse Silva pelo incentivo nos estudos de História Moderna e Historiografia Portuguesa durante a minha graduação no Instituto Federal de Goiás. Obrigado pela atenção que me destes e pelos ensinamentos que me foram essenciais nos primeiros passos como pesquisador.

Um agradecimento especial também ao pesquisador Eduardo Sinkevisque pelas orientações valiosas desde o meu ingresso no curso de pós-graduação. Sou bastante grato por ter sido tão acessível e por compartilhar um pouco da sua vasta erudição nos estudos de Retórica e Historiografia.

Agradeço à minha família, mãe e pai, principalmente, pelo incondicional amparo em toda a minha vida e pelo grande incentivo na minha trajetória acadêmica desde a graduação.

Agradeço ao meu companheiro Júlio Manoel, pelo inestimável apoio na realização dos meus objetivos. Obrigado por sempre me apresentar o novo e por estar comigo em todos os sentidos!

Agradeço aos amigos que fiz na Faculdade de História da UFG. Um agradecimento especial aos membros do Laboratório de Estudos em Idade Média e Moderna (Sapientia) e aos integrantes da Revista de Teoria da História. Agradeço também aos amigos de infância e aos amigos que fiz em outros momentos da minha vida. Agradeço a todas as pessoas que fizeram parte da minha trajetória acadêmica e fora dela.

## RESUMO

O presente trabalho examina a retórica e a introdução da crítica documental na escrita biográfica da Academia Real das Ciências de Lisboa. Essa agremiação, criada no reinado da rainha D. Maria I em 1779, instituiu em seu programa a escrita de *Vidas*, *Elogios Históricos* e *Memórias Históricas* que serviam para narrar a vida de personagens históricos do reino e dos sócios falecidos da instituição. Nesse contexto, os escritos biográficos eram valorizados por sua capacidade de enaltecer a história dos “grandes homens” e pela sua eficácia moralizante. Nessa pesquisa, concebemos as biografias da Academia como formas tradicionais de representação do passado, incorporadas ao regime Ilustrado de escrita da história na passagem do século XVIII para o XIX. Tendo o texto historiográfico como objeto, problematizamos a escrita da história em seus aspectos conceituais e metodológicos, dando ênfase à construção textual e às formas de validação do discurso historiográfico. A partir disso, elucidamos a incorporação dos escritos biográficos da Academia ao regime de historicidade erudito, evidenciando de que modo a retórica e a erudição incidiam na construção de determinadas noções de evidência histórica. Verificamos ao final, a relação entre os escritos biográficos e o projeto de História Filosófica elaborado pelos membros da associação, indicando a coexistência de distintas noções de história na escrita biográfica. Na Academia, a história estaria condicionada por distintas tradições e movimentos, podendo ser entendida ao mesmo tempo como gênero, ciência e experiência do tempo.

**Palavras-chave:** Erudição, Retórica, Historiografia, Academia Real das Ciências de Lisboa.

## ABSTRACT

This paper examines the rhetoric and the introduction of documentary criticism in the biographical writing of the Royal Academy of Sciences of Lisbon. This group, created in the reign of Queen Maria I in 1779, instituted in its program the writing of *Vidas, Elogios Históricos e Memórias Históricas* that served to narrate the life of historical personages of the kingdom and the deceased partners of the institution. In this context, biographical writings were valued for their ability to extol the history of "great men" and their moralizing efficacy. In this research, we conceive the biographies of the Academy as traditional forms of representation of the past, incorporated into the Illustrated regime of writing history in the passage from the eighteenth to the nineteenth century. Having the historiographic text as object, we problematize the writing of history in its conceptual and methodological aspects, emphasizing the textual construction and the forms of validation of the historiographic discourse. Considering this, we elucidate the incorporation of the biographical writings of the Academy to the regime of scholarly historicity, showing how rhetoric and erudition focused on the construction of certain notions of historical evidence. We verified the relation between the biographical writings and the project of Philosophical History elaborated by the members of the association, indicating the coexistence of different notions of history in the biographical writing. In the Academy, history would be conditioned by different traditions and movements, being able to be understood at the same time as gender, science and experience of the time.

**Key words:** Erudition, Rhetoric, Historiography, Royal Academy of Sciences of Lisbon.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo I – Academia Real das Ciências de Lisboa e o império retórico dos antigos .....	18
1.1. “Os varões ilustres” .....	18
1.2. Academia Real das Ciências de Lisboa e cultura letrada .....	21
1.3. O discurso encomiástico em Aristóteles, Cícero, Quintiliano e Luciano .....	35
1.4. Redefinindo a tradição: um gênero antigo atualizado.....	49
Capítulo II – Os escritos biográficos da Academia: elogios, vidas e memórias históricas .....	56
2.1. Edições, tratados e modelo de Elogio .....	56
2.2. A Memória erudita na escrita biográfica .....	75
2.3. Panegírico, narrativa biográfica e exemplaridade.....	85
Capítulo III – A produção da evidência e a história universal: Retórica, crítica documental e experiência coletiva na escrita biográfica.....	96
3.1. Artifícios retóricos de persuasão: exórdio, argumentação e peroração .....	96
3.2. A pintura histórica e o “efeito de verdade” .....	104
3.3. Percursos da crítica histórica .....	114
3.4. As “fontes autênticas”: crítica documental e <i>argumentatio</i> .....	124
3.5. Experiência coletiva e os conceitos de história na escrita biográfica .....	139
Considerações finais .....	151
Referências .....	154
Fontes:.....	154
Bibliografia .....	159

## INTRODUÇÃO

Na cultura escrita do final do Antigo Regime as narrativas históricas eram bastante diversificadas, sobressaindo ainda noções de história como coleção de exemplos que orientavam as ações futuras dos indivíduos. Não surpreende que, mesmo com o surgimento das novidades da história no século XVIII (as filosofias da história ou a ideia de um tempo experimentado como histórico), no campo da historiografia ainda subsistia a fórmula clássica da *historia magistra vitae*, aliada à ideia de que o estudo do passado deveria servir ao culto dos “grandes homens”. No último quartel do século XVIII, em 1785, o padre português Antônio Pereira de Figueiredo, inspirado na obra do cronista Bernardo de Brito (1603), evocava Cícero no seu *Elogios dos Reis de Portugal*: “toda a história é uma excelente mestra da vida e dos costumes”.<sup>1</sup> A história limitava-se, ainda em alguns ambientes, num amontoado de acontecimentos exemplares produzidos por figuras que se assemelhavam aos varões plutarquianos. Escrever biografias em homenagem aos “grandes homens” durante essa época justificou-se na medida em que permanecia a ideia de história como “memória artificial”, concepção fiel aos fatos “gloriosos” da nação, e dos seus dirigentes, que mereciam ser enaltecidos e lembrados. Os escritos biográficos de base retórica – Vidas, Elogios, Panegíricos, Orações fúnebres e acadêmicas –, ainda permaneceriam por muito tempo como suportes narrativos dessa noção tradicional de história. Peças basilares nos rituais cortesãos, por meio do elogio das virtudes e da condenação dos vícios individuais, os Elogios, as Vidas e os Panegíricos caíram em desuso no século XX. Com a ascensão do Romantismo e a decadência da retórica no século XIX, esses textos biográficos muitas vezes passaram a ser interpretados pelos românticos e pós-românticos como “peça de adulação” ligada às elites aristocráticas. Assim, as críticas do filósofo português Manuel Rodrigues Lapa, que chama os Panegíricos do historiador humanista João de Barros de “maneira habilidosa e sofisticada de encarar a questão, porque, em realidade, o Panegírico não é, nem pode pretender ser uma obra histórica: é uma peça literária de aduladores e de cortesãos, que atende mais à intenção do que às virtudes reais do elogiado.”<sup>2</sup> Mas, considerando-se esses textos dentro de sua própria historicidade, percebemos que eles eram fundamentais entre as práticas de sociabilidade do

<sup>1</sup> FIGUEIREDO, Antônio Pereira de. *Elogios dos reis de Portugal em latim, e em português ilustrados de notas históricas e críticas*. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1785, p. 5.

<sup>2</sup> LAPA, Manuel Rodrigues. “Prefácio”. In: BARROS, João de. *Panegíricos*. Texto restituído, prefaciado e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943, p. XXV.

Antigo Regime. Seja como ferramenta de moralização, enquanto “encenação do corpo místico” da monarquia, seja na aquisição de mercês junto aos poderes instituídos, os Panegíricos foram essenciais na propaganda da concórdia político-moral dos Estados monárquicos na Idade Moderna.<sup>3</sup> Outra questão que o trecho de Rodrigues Lapa suscita é de que o autor não considera o Panegírico enquanto história. Esse tipo de avaliação não pode deixar de ser anacrônica, uma vez que desconsidera a própria historicidade da história. Até meados do século XVIII, a história era entendida enquanto um gênero literário “elevado” permitido apenas na composição de matérias consideradas nobres como reis, imperadores e aristocratas, o que poderia acarretar na sua desqualificação, caso não obedecesse aos protocolos clássicos.

A relação entre biografia e história nem sempre foi precisa. Na Antiguidade, Políbio assinalava que o objeto da história não se reduzia à monografia, posto que visava a síntese geral, considerando que os historiadores deveriam evitar a dramatização da narrativa e se esforçar na transmissão da verdade. De modo distinto de Políbio, o historiador grego Plutarco conferiu outro patamar para o gênero biográfico. Para ele, o interesse da história deveria ser menos os “determinantes estruturais” do que a busca pelos “sinais da alma” sobre a etiologia política.<sup>4</sup> Segundo Jacques Revel, Plutarco reivindica, para o biógrafo, o direito de estilizar a realidade da experiência de vida para lhe possibilitar trazer testemunhos de valores de amplitudes gerais.<sup>5</sup> Nessa tradição grega, e posteriormente romana, a história tinha menos a intenção de dar relatório detalhado dos acontecimentos que a missão de distribuir exemplos para a vida. Incorporando a fórmula ciceroniana da história, a biografia pode deixar de ser considerada um gênero impuro para permitir a produção de exemplos destinados a ilustrar a atemporalidade das virtudes e dos valores morais. Essa função de exemplaridade, com que a biografia se revestiu no momento em que a história era pensada como “mestra da vida”, teria permitido, segundo Revel, a transformação da biografia em gênero histórico, dando origem a uma família de subgêneros que compunham a produção historiográfica.<sup>6</sup>

Entre os historiadores da Idade Moderna, a recepção da Antiguidade sobre a biografia teve destinos diversos; ora por aqueles historiadores que desprezavam a biografia,

<sup>3</sup> LUZ, Amaral Guilherme. “Produção da concórdia: a poética do poder na América portuguesa (sécs. XVI-XVIII)”. *Varia história*, Belo Horizonte, vol. 23, n. 38, p.543-560, Jul/Dez, 2007.

<sup>4</sup> LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998, p. 228.

<sup>5</sup> REVEL, Jacques. “A biografia como problema historiográfico”. In: \_\_\_\_\_. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 238.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 239.

considerando-a como gênero acessório e ilustrativo em meio à história da origem e dos progressos do conhecimento humano e da ação da Providência, ora por historiadores que consideravam a biografia como legítima história.<sup>7</sup> No século VIII, Beda, o Vulnerável, considerava a biografia uma “história observada mais de perto”, enquanto que, na Modernidade, Jean Bodin, Agostinho Mascardi, Gabriel Mably e Thomas Stanley consideravam a biografia forma legítima e expressão mais completa da história.<sup>8</sup>

Na sociedade do Antigo Regime português, herdeira da tradição da Antiguidade, os escritos biográficos faziam parte dos diversos modos de escrever a história. Conforme a tradição da *ars historica*, a escrita sobre o passado expressava-se em diversos gêneros narrativos, tais como a História Político-Militar Geral, as Cronografias, a Biografia cortesã e as Vidas de Santos, dentre outros.<sup>9</sup> Por *ars historica*, entendia-se um aglomerado de tradições antigas de se escrever história, no qual diversas autoridades e modelos gregos, latinos e cristãos eram interminavelmente copiados/emulados na produção histórica.<sup>10</sup> Esses modos de escrita historiográfica preponderaram até o processo de temporalização das experiências históricas, quando a história deixa de ser apenas um conjunto de gêneros literários, passando a ser vista também como processo temporal.<sup>11</sup>

No contexto português, as biografias da Academia Real das Ciências de Lisboa foram concebidas na forma de diversos gêneros históricos que caracterizavam os “escritos biográficos”. Elogios, Vidas e Memórias históricas formavam, na instituição, o conjunto das variadas formas de apresentação do discurso histórico que objetivava narrar uma vida individual. Na Academia, esses textos foram publicados nas coleções *Memórias de Literatura Portuguesa* (1792-1814), nas *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa* (1797-1839), nas obras individuais dos sócios e muitas vezes avulsas, revelando a importância da biografia na associação. Do conjunto de fontes estudadas neste trabalho, optou-se por analisar as biografias escritas no recorte temporal dos primeiros anos da associação, até a sua

<sup>7</sup> LORIGA, Sabina. *Op. cit.*, p. 228-230.

<sup>8</sup> LORIGA, Sabina. *Op. cit.*, p. 229.

<sup>9</sup> No Antigo Regime, as Biografias Cortesãs e as Vidas tinham por objetivo a edificação moral, sendo a Biografia Cortesã escrita para se contar histórias de reis e imperadores, e a Vida para se contar história de santos. LOPES, Marcos Antônio. “Ars Historica no Antigo Regime: a História antes da Historiografia”. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 24, n.40, p. 633-656, 2008, p. 645. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752008000200018&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752008000200018&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 27 Ago. 2017.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 634.

<sup>11</sup> Para o historiador Reinhart Koselleck, a história definida enquanto singular coletivo rompeu com a percepção plural de histórias, que deixavam de expressar fatos particulares, sem relação, para representar um único processo histórico: a história da humanidade. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/EDPUC, 2006. p. 52.

reforma estatutária de 1835. Esse período também coincide com a publicação das coleções *Memórias de Literatura e História e Memórias*, que, segundo nossa hipótese, redefiniu a escrita biográfica na Academia.

Condensadas ao conjunto dos gêneros históricos, as biografias da Academia foram escritas conforme as convenções herdadas da Antiguidade. A escrita biográfica estaria condicionada pelo “regime de escrita” dos séculos XVIII e início do XIX, ainda marcadamente influenciada pela retórica clássica. Eduardo Sinkevisque em seu trabalho *Retórica e Política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII. Introdução a um debate sobre gênero*, oferece alguns caminhos para compreensão do gênero história na Idade Moderna luso-americana. Nesse trabalho, Sinkevisque analisa a prosa historiográfica do *Tratado Político* e da *História da América Portuguesa* de Sebastião Rocha Pita em perspectiva retórico-política. Por meio da reavaliação de algumas posturas críticas do século XIX e XX, o autor propõe uma investigação das narrativas, relacionando os textos de Pita com diversas fontes seiscentistas do mundo católico ibérico e italiano e ideias políticas, morais e retóricas da Antiguidade. Seu propósito foi conceituar a história em conformidade com o pensamento seiscentista e setecentistas, verificando em que medida o texto do letrado baiano e a historiografia da época reciclavam e emulavam noções de gênero histórico encontradas em Heródoto, Políbio, Cícero, Tito Lívio, Salústio, Plutarco e outros. Por meio da retomada das diversas *auctoritas* na confecção dos textos, propomos, de modo análogo ao do autor, retomar a historicidade narrativa dos gêneros biográficos da Academia, em conformidade com a época em que foram escritos. Nos escritos biográficos da associação, os preceitos clássicos herdados da Antiguidade seriam “atualizados” conforme as diretrizes da “República das Letras”, sendo essenciais, também, na produção da autoridade no texto historiográfico.

Na tradição da *ars historica*, os gêneros biográficos serviam para homenagear as “pessoas ilustres”, sendo atualizados pelos filósofos da Ilustração na criação de um “Panteão dos homens da República das Letras”. Em Portugal, bem como em outras regiões, era tarefa essencial das academias escrever as vidas dos personagens importantes da história e dos seus consócios falecidos. Nos finais do século XVIII, essa obrigação seria atribuída à Academia Real das Ciências de Lisboa que, frequentemente, pedia em seus *Programas Elogios* aos homens ilustres do reino. Os Elogios, Vidas e Memórias biográficas serviam para homenagear os “homens sábios” da Academia e da história de Portugal, tornando-se a expressão do reconhecimento dos povos aos trabalhos dos grandes homens que mereciam ser enaltecidos e imortalizados na “posteridade”.

A noção de história que valorizava os fatos individuais e gloriosos conviveria com uma noção de história mais abrangente, desenvolvida pela Classe de Literatura na coleção de *Memórias de Literatura Portuguesa* da Academia. Nesse trabalho historiográfico, concebido com variados temas históricos do direito, da política e da cultura portuguesa, a Academia modificou a escrita da história por meio da adoção do gênero Memória histórica, substituto do Panegírico. Em suas reflexões históricas, os sócios responsáveis por essa primeira coleção almejavam escrever uma “história civil” do reino, que explicasse a origem do “gênio” português. O projeto de “história civil” refletia o alargamento que o conceito de história passaria a ter dentro da Academia Real das Ciências, não mais circunscrito a narrativa sobre a realeza e a aristocracia, mas tomando-se por objeto os progressos do “povo” português. Contudo, a concepção de história a partir desse projeto ilustrado não representou o fim do Panegírico na associação, como demonstra a publicação de diversos Elogios e Vidas concomitantemente ao projeto de história civil. O Panegírico continuou sendo empregado na narrativa biográfica dos sócios falecidos e de personagens históricos do reino. Diante desse quadro, problematizamos a biografia em meio a essa mudança que o conceito de história passaria a ter com o projeto de uma história civil da Academia. De que modo os escritos biográficos eram entendidos em um contexto de transformações do conceito de história em coletivo singular?

No contexto de renovação dos estudos históricos do Setecentos, a Academia Real das Ciências também conceberia um projeto erudito de escrita da história. Nessa época, a abertura de novos domínios na prática historiográfica permitiu a valorização das ciências auxiliares como a Genealogia, a Bibliografia, a Diplomática, a Epigrafia, a Paleografia e a Cronologia. Esses conhecimentos passaram a constituir centro de interesse por parte dos historiadores que procuravam ultrapassar a noção de história política seguida pelos cronistas. A facilidade de acesso aos arquivos régios, particulares e eclesiásticos permitiu a descoberta de milhares de documentos que desvendavam aspectos jurídicos, econômicos, sociais, científicos, agrícolas, linguísticos.<sup>12</sup> Em seu trabalho *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*, Taíse Silva analisou de que maneira o uso da crítica histórica transformou a concepção de história vigente na primeira metade do século XVIII português. Seu objetivo foi verificar os usos da crítica histórica no interior da Academia Real das

---

<sup>12</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História Breve da Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1962, p. 217-222.

Ciências e a sua relação com as posições e as expectativas dos membros da Classe de literatura. A autora observou que a escrita da história na instituição passaria a ser concebida mediante a compilação das “fontes autênticas” e estaria intimamente ligada ao debate político. Os responsáveis pela investigação histórica utilizaram diversos métodos de averiguação documental, a fim de construir as autoridades do discurso histórico nas *Memórias de Literatura Portuguesa*, projeto historiográfico central da instituição. Por meio da análise da trajetória do sócio João Pedro Ribeiro na associação, Taíse Silva destacou que ele foi um dos responsáveis pela atualização da crítica documental em Portugal. As obras de Ribeiro apresentaram uma postura mais contundente frente às narrativas que se baseavam em autoridades míticas sobre as origens de Portugal, e defendiam a história comprovada por documentação autêntica. Através dos usos da “arte de julgar”, como era concebida a crítica no século XVIII e na primeira metade do século XIX, os ilustrados objetivavam sanar as “dúvidas” e “incertezas” sobre a história do reino e combater “o reino da opinião” em meio aos acontecimentos políticos. Dialogando com o trabalho de Taíse Silva, nosso trabalho propõe-se a verificar a relação entre crítica histórica e escrita biográfica. De que modo a crítica documental, concebida pela Academia, seria aplicada na confecção de biografias?

A análise retórica e dos mecanismos eruditos na historiografia das academias setecentistas também se justifica pela constatação de que, por mais que a retórica passe a ser suplantada pela erudição desde o século XVII e XVIII, ela ainda servia como elemento fundamental na historiografia, assim como observou Pedro Telles da Silveira na sua dissertação *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)*. Em seu trabalho, o autor analisou as relações entre procedimentos críticos e retóricos na elaboração das dissertações da Academia Brasílica dos Esquecidos. Seu objetivo foi estudar as dissertações históricas tanto como resultado das especificidades da produção letrada na Bahia colonial e no Império português quanto como fruto dos debates históricos da passagem do Seiscentos ao Setecentos. Para tanto, Telles faz uma análise das condições de produção letrada, das tensões entre modelos retóricos e eruditos na escrita da história e das interações entre crítica, método histórico e retórica na produção historiográfica da associação.

Nosso trabalho, deslocado para a escrita biográfica da Academia Real das Ciências, serviu para verificar as aproximações entre a retórica e a crítica documental dos finais do século XVIII e início do XIX. Dessa maneira, a dicotomia entre uma historiografia considerada retórica, ou literária, e a historiografia erudita são entendidas enquanto invenções

modernas do discurso histórico. Como é demonstrado ao longo dessa pesquisa, para os historiadores do início do Oitocentos, retórica e erudição ainda mantinham relações na prática historiográfica dos finais da Idade Moderna.

Essa pesquisa confere importância central às Vidas, Elogios históricos e Memórias históricas biográficas da Academia Real das Ciências de Lisboa, que em muitos casos são utilizados de modo periférico em trabalhos, não recebendo tratamento especial nas análises historiográficas. Recorrentemente, esses textos são utilizados como fontes secundárias para a retirada de informações biográficas ou historiográficas. Neste trabalho, discutiremos como o processo narrativo desses gêneros obedecia a receituários altamente prescritivos, não sendo possível sua interpretação a partir de categorias modernas de imaginação psicológica ou de autoria.

Como hipótese geral, esse trabalho propôs que a escrita biográfica da Academia incorporou a crítica documental nas primeiras coleções periódicas da associação: as *Memórias de Literatura e História e Memórias*.<sup>13</sup> Essa modificação fez congregiar duas noções de evidência histórica nas narrativas biográficas: uma tradicional, concebida pela retórica, e uma moderna, desenvolvida pelo testemunho documental. Tendo em vista tais hipóteses, propomos uma análise em três partes.

No primeiro capítulo, intitulado *Academia Real das Ciências de Lisboa e o império retórico dos antigos*, exploramos o lugar institucional da Academia condicionada pela “presença” da Antiguidade no século XVIII. Analisamos as relações entre a concepção de história e de eloquência da Idade Moderna e as tradições letradas da Antiguidade. Nessa parte, também exploramos elementos da cultura letrada da Academia e as suas exigências quanto ao discurso biográfico. No segundo capítulo, *Os escritos biográficos da Academia: elogios, vidas e memórias históricas*, averiguamos os gêneros biográficos publicados pela Academia. Analisamos o modelo de Elogio adotado pela associação e a diversificação da escrita biográfica com a introdução do gênero Memória histórica. Ainda nesse capítulo, investigamos o modelo de exemplaridade que unificava os diversos escritos biográficos da associação. No terceiro capítulo, com título *A produção da evidência e a história universal: Retórica, crítica documental e experiência coletiva na escrita biográfica* deslocamos a atenção para as formas

---

<sup>13</sup> *MEMÓRIAS de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Na Oficina da Mesma Academia. (1792-1814) 8 tomos. *HISTÓRIA e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Na Oficina da Mesma Academia (1797-1839) 12 Tomos. As duas coleções estão disponíveis online. Disponível em: <<https://archive.org/>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

de validação do discurso biográfico da associação. Nesse momento do texto, investigamos como a retórica e a erudição produziam duas noções distintas de prova histórica e verdade no texto historiográfico. Ao final, verificaremos a relação entre biografia e o projeto de história concebido na Academia, concluindo com uma apresentação das diferentes concepções de história expressas pela historiografia analisada.

## CAPÍTULO I – ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA E O IMPÉRIO RETÓRICO DOS ANTIGOS

### 1.1. “Os varões ilustres”

Sua alma estava sempre tranquila. Ela o foi até 1744 quando ele correu à frente do seu exército, livrar a Alsácia inundada de inimigos. Foi então que caiu doente em Metz e, pronto pra morrer, recebeu do povo esse cognome arrebatador de *Bem Amado*. Ele não o recebeu em atos de cerimônias próprias, como foi o Grande dado a Luís XIV no Hotel de Ville em 1680. O entusiasmo dos parisienses procurava um título que exprimisse o carinho pelo rei. Um popular gritou: *Luís o Bem-Amado!* Em seguida, quinhentas mil vezes repetiram, todos os calendários, todos os papéis públicos foram decorados com esse nome. O amor o havia criado. E a utilização o conservou nesses tempos nebulosos pelos quais esses mesmos parisienses, que a Europa acusa de frios, pareciam desmentir por alguns dias com provas de seu calor.<sup>1</sup>

O trecho acima é parte do Elogio fúnebre que Voltaire escreveu sobre a vida de Luís XV, recitado na Academia Francesa em 1774 em razão do falecimento do monarca. Em tom grandiloquente nas metáforas, hipérboles, epítetos e personificações, o filósofo francês narra as virtudes e ações políticas do rei, equilibrando sua imagem entre o espírito de “tranquilidade” e a “coragem” em suas expedições políticas e militares. Apelidando-o com o epíteto “o Bem-Amado”, Voltaire representava a figura do monarca como um bom governante e estimado pela população francesa, construindo uma imagem enaltecida de Luís XV. Esse tipo de narração decorosa justificava-se, uma vez que a representação de um monarca no Antigo Regime jamais poderia ser feita por meio do uso da linguagem comum, e nessa perspectiva, Voltaire recorria à eloquência e às regras do Panegírico.

O Panegírico, também chamado de encômio, ou simplesmente Elogio, era um gênero retórico greco-latino em prosa ou em verso usado para narrar em louvor de um determinado indivíduo em várias ocasiões – nascimento, ação de graças, casamento, funeral etc. – ou as virtudes e feitos de um grupo, um povo, lugares, acontecimentos ou ideias. Gênero em moda tanto na sociedade do Antigo Regime como na Antiguidade Clássica, geralmente era utilizado

---

<sup>1</sup> VOLTAIRE. “Éloge funèbre de Louis XV, prononcé dans une Académie de province, le 25 mai 1774”. *Oeuvres complètes de Voltaire*: Siècle de Louis XV. Tome II. Paris: Boudouin Frères, Editeurs, 1826, p. 400-401. Disponível em: <<https://books.google.com.br/?hl=pt-BR>> Acesso em: 28 jul. 2017.

nos rituais de Corte e em celebrações públicas. Inserido entre os gêneros oratórios, como sua própria origem demonstra (panegírico vem do grego *panegyrikós* – elogio público pronunciado numa festa nacional) destinava-se de início a ser recitado em ocasiões pomposas.<sup>2</sup> Na Grécia, os Panegíricos eram usados nas cerimônias solenes dos jogos olímpicos, que atraíam multidões para a Hélade, onde era habitual celebrar os vencedores dos jogos e temas de interesse coletivo, como demonstra o *Panegírico de Atenas* e o *Evagoras* de Isócrates. Em Roma, esse gênero passou a consagrar figuras políticas quase exclusivamente no louvor palaciano. Associado não somente à temática da natureza do poder real, mas, sobretudo, à formulação do ideal de realeza e ao conceito de príncipe ideal, o Panegírico transformou-se em propaganda política romana. Um exemplo bem representativo desse tipo de louvor é o *Panegírico a Trajano*, escrito pelo orador Plínio, o jovem, que mais tarde viria a servir de modelo ao *Panegírico de D. João III*, escrito pelo português João de Barros no século XVI. A obra de Plínio, escrita no século I, caracterizou-se pela construção do conceito de “príncipe perfeito”, mantendo-se ao longo dos tempos como modelo para outros Panegíricos até a Idade Moderna.<sup>3</sup>

De modo análogo ao Panegírico, o gênero Vida também seria utilizado na construção do herói exemplar. Gênero que remonta à Antiguidade, as Vidas vinculavam-se ao fascínio dos gregos pelo indivíduo e sua ação pessoal, uma curiosidade pelo suposto perfil exemplar. Desenvolvido durante o período helenístico, o gênero biográfico demonstrava o interesse dos gregos pelos tipos humanos (por meio do estudo dos tiranos, artistas, poetas e filósofos).<sup>4</sup> A *bios*, palavra comumente utilizada para denominar a descrição da vida de um indivíduo, também poderia se referir ao retrato de um povo. Nesse gênero narrativo, quando se tratava de personalidades, fazia-se a descrição do caráter individual de modo neutro, em oposição ao encômio, que tinha como meta o desenho de um caráter específico por meio do elogio e da exaltação das personalidades. Somente após o século IV a. C., o sentido atribuído à narrativa da *bios* se transformou, aproximando-se do encômio ou Elogio retórico. Conforme ocorria o fortalecimento das monarquias gregas, a partir dos séculos III e II a. C. com as potências macedônicas, e a conseqüente perda de relevo das formações políticas autárquicas, mais importância assumiam os indivíduos singulares em posição de destaque no relato histórico. Nesse processo, as biografias de reis aproximavam-se da história política, estabelecendo-se a

<sup>2</sup> COUTO, Aires do. “Panegíricos de D. João III de dois humanistas de quinhentos: João de Barros e Inácio de Moraes”. *Máthesis*, Viseu, n. 9, p. 37-67, 2000, p. 37.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 37-38.

<sup>4</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004, p. 99.

partir daí uma valorização do encômio e uma perda de rigor da *bios* peripatética na investigação e na escrita.<sup>5</sup>

A valorização do individual, iniciada na Antiguidade, permaneceu no período medieval por meio da adaptação do conhecimento da natureza humana às doutrinas cristãs, desenvolvendo novos gêneros biográficos como as Vidas de Santos ou hagiografias. No período moderno, as Vidas mantiveram seu caráter exemplar, porém estabeleceram-se como propedêutica da política: “Mantendo sua finalidade didática, o gênero biográfico deveria promover a celebração e glorificação dos reis pelos súditos, ao passo que serviria aos príncipes como modelos de virtude extraídos de seus antepassados”.<sup>6</sup> Na sociedade do Antigo Regime, os Elogios e as Vidas consistiam em Panegíricos reais e orações fúnebres recitadas por oradores em cerimônias religiosas, por meio de sua vertente religiosa, e em círculos acadêmicos em sua vertente laica. Sua composição exigia o conhecimento das regras prescritas para o gênero e habilidades que muitas vezes eram colocadas a concurso entre os oradores. Tanto na França, como em outras regiões, o Panegírico foi adotado pelas associações que tinham direta ou indiretamente relações com os poderes monárquicos. Por meio do uso da retórica do louvor, essas instituições mobilizavam esse gênero na arte e na literatura para a “fabricação do rei”, como observado por Peter Burke sobre o sistema propagandístico em torno de Luís XIV:

As academias eram corporações de artistas e escritores que em sua maioria trabalhavam para o rei. Atuavam também como patrocinadores, encomendando obras que haveriam de glorificar Luís. Por exemplo, a Academia de Pintura e Escultura admitia novos membros com base numa “peça de admissão”, que devia estar relacionada com *l’histoire du roi*. Em 1663 ela começou a promover concursos, com prêmio para a melhor pintura ou estátua representando as “ações heroicas” do rei. A partir de 1671, a Académie Française fez concursos para escolha do melhor panegírico do rei, com temas que variavam a cada ano. No final do reinado, várias academias empregavam um compositor para compor em honra ao rei.<sup>7</sup>

Como destaca Burke, cada gênero – história, poesia, retrato solene, pintura, estátua equestre e etc. – tinha suas próprias convenções. A imagem construída pelos gêneros retóricos não visava fornecer cópia reconhecível dos traços do rei Luís XIV, ou uma descrição sóbria

<sup>5</sup> SILVA, Uiran Gebara da. “A escrita biográfica na antiguidade: uma tradição incerta”. *Politéia*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 67-81, 2008, p. 73-74. Disponível em:

<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/269/31>. Acesso em: 06 fev. 2017.

<sup>6</sup> CHAVES JUNIOR, José Inaldo. “Biografia e micro-história: diálogos possíveis para uma história da governança no Império Português (Capitania da Parayba, c.1764-1797)”. *Revista Cantareira*, Niterói, n. 15, jul.-dez, 2011, p. 3. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/04/15a2.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

<sup>7</sup> BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 63.

de suas ações. Pelo contrário, o objetivo era “celebrar Luís, glorificá-lo, em outras palavras, persuadir espectadores, ouvintes e leitores de sua grandeza”.<sup>8</sup> No Portugal moderno, esse sistema de construção simbólica teve como um de seus expoentes a Academia Real da História Portuguesa, fundada no início do século XVIII. Essa academia seria criada com o fim de consolidar um programa historiográfico voltado à produção de representações do rei e do reino, adotando as Vidas dos Santos e o Elogio acadêmico em seu projeto. Folhetos com Panegíricos reais e elogios acadêmicos escritos e impressos pela Academia serviam para compor uma galeria que consagrava a figura do “grande homem” servidor da pátria, e da figura divinizada do monarca.<sup>9</sup>

Com o fim da Academia Real da História, anos mais tarde a elite nobiliárquica ligada à rainha D. Maria I criaria a Academia Real das Ciências de Lisboa, que, embora voltada para o desenvolvimento das ciências, não deixaria de lado a prática do Elogio. Fundada nos finais do Antigo Regime português, essa instituição combinaria a cerimonialidade cortesã, vinculada à “República das Letras”, aos conhecimentos científicos, estabelecendo novos fundamentos para a produção historiográfica e conseqüentemente para a biografia.

## 1.2. Academia Real das Ciências de Lisboa e cultura letrada

A Academia Real das Ciências de Lisboa foi instituída em 1779 como parte do movimento acadêmico análogo em várias partes da Europa.<sup>10</sup> A instituição, criada em meio ao movimento das “luzes portuguesas”, serviria como difusora da política cultural nos anos finais do século XVIII, constituindo-se como centro de confluência de sociabilidades letradas e de preocupações científicas. Nascida em meio às tensões da *Viradeira* e da Crise do Sistema

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>9</sup> MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Edições Minerva, 2003, p. 281-342.

<sup>10</sup> No decurso dos séculos XVII e XVIII a ciência europeia conheceu várias formas de organização que ultrapassavam os quadros científicos até então conhecidos. O estabelecimento da Academia dei Lincei em Roma (1603), a Accademia Del Cimento em Florença (1657), o Collegium Naturae Curiosorum na Alemanha (1651), a Royal Society em Londres (1640), e a Academie des Sciences de Paris (1666), representou um processo de institucionalização de entidades coletivas particulares ou oficiais que se dedicavam à investigação científica. DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e Catolicismo*: Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri, 1994, p. 108-122.

Colonial, a Academia científica veio a se estabelecer como continuadora da perspectiva reformista iniciada com o Marquês de Pombal.<sup>11</sup>

Projetada por uma elite nobiliárquica próxima da rainha D. Maria I, o núcleo instituidor da Academia era constituído por quatorze personalidades<sup>12</sup>, entre elas: D. João Carlos de Bragança (1719-1806), o 2º Duque de Lafões, Domenico Agostino Vandelli (1735-1816), o Abade José Francisco Correia da Serra (1750-1832), e o 6º Visconde de Barbacena (1754-1830). A Academia Real das Ciências de Lisboa guardava em sua essência uma influência de outras instituições científicas, como a *Royal Society* inglesa, criada em 1640, e a *Academie des Sciences de Paris*, de 1666.

A fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa corresponderia à tentativa de incentivar o desenvolvimento científico, que poderia ser utilizado na resolução dos problemas econômicos e do atraso cultural do reino. Segundo Oswaldo Munteal Filho, a meta inicial da Academia Real era o investimento em um projeto de redefinição dos cânones mentais políticos e estratégicos voltados para a busca do conhecimento científico útil ao Estado.<sup>13</sup> Em sua tese, ele destaca algumas coordenadas gerais de atuação da instituição: 1) Elaboração das diretrizes científicas voltadas para a utilidade imediata do Estado e baseada nos princípios de ciência moderna continental (pragmatismo científicista). 2) Confeção de memórias econômicas e científicas especulativas direcionadas para os problemas concretos da economia do reino, dos mais prosaicos aos mais complexos, sempre acompanhadas de soluções concretas e das suas formas de aplicação – com auxílio de pranchas e descrições detalhadas – (memorialismo). 3) Preparação de projetos mais amplos de recuperação das condições materiais do reino e do império, geralmente longas descrições das potencialidades do reino e das colônias (projetismo).<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> Segundo Francisco Contento Domingues, o plano academicista repousava nos Estatutos pombalinos, com o projeto de uma Congregação geral das Ciências, que tinha o objetivo de unir a atuação de naturalistas, médicos e matemáticos, para o progresso, adiantamento e perfeição das Ciências. *Ibidem*, p. 120.

<sup>12</sup> Teodoro de Almeida, Joaquim de Fóios (1733-1811) e João Faustino (1736-1820) - Gonçalo Xavier de Alcáçova Carneiro (1712-1785), secretário da Academia Real de História, Bartolomeu da Costa (1732-1801), o 7º conde de Tarouca, Fernando Teles da Silva Caminha e Menezes (1754 – 1818), D. Miguel Lúcio de Portugal e Castro (1722-1785), Pedro José da Fonseca (1727-1816), professor de retórica, poética e história no Colégio dos Nobres, Fr. Vicente Ferrer da Rocha (1727-1814), dominicano e professor de filosofia e o principal Mascarenhas (1752-1791), principal da Igreja Patriarcal.

<sup>13</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo*. A Academia Real de Ciências de Lisboa e os Caminhos da Ilustração Luso-Brasileira na Crise do antigo sistema colonial. 1998. (Tese de Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998, p. 22.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p.50.

A partir dessas diretrizes, o governo Mariano sinalizava, com a fundação da Academia, um reordenamento da exploração colonial que trouxesse de volta os rendimentos da Coroa. Este reordenamento viria através da exploração do mundo natural das colônias:

Para os acadêmicos lisboetas, fiéis vassalos da rainha e do absolutismo, a prioridade era revigorar as bases do sistema colonial e estabelecer uma nova política ultramarina voltada para as potencialidades do mundo natural das colônias, redescobertas metodicamente pelo reformismo da Academia Real das Ciências. O reinado de D. Maria I e do príncipe regente D. João objetivava elaborar, desta forma, um grande mapa científico das colônias.<sup>15</sup>

Seguindo essas orientações, o reformismo da Academia estabeleceria um projeto de descrição do mundo natural das colônias através da exploração de temas como a agricultura e a história natural. Essas reflexões basearam-se no vocabulário das Luzes e no conteúdo experimental do método científico. Ambientada em espaços de sociabilidade letrada e em viagens filosóficas, a produção da associação consistiu em *Memórias* econômicas, científicas e de literatura escritas como resultado de comissões científicas e viagens ultramarinas.<sup>16</sup> Por meio da união entre utilitarismo e cientificismo, e no desenvolver dos acontecimentos ocorridos na passagem do governo Josefino para o governo Mariano, a Academia Real das Ciências inaugurou-se como o novo centro de produção científica, antes dominada pela Universidade de Coimbra:

Enquanto o *Mundo de Queluz* conspirava, a Academia das Ciências inaugurava um novo lugar de produção do saber entre os lusos, deslocando aos poucos as influências dos antigos aliados coimbrãos do Marquês de Pombal. Os acadêmicos lisboetas projetavam o fomento econômico, elaboravam Memórias e preparavam instruções para os naturalistas do Ultramar português. Elaborou-se, desta forma, uma nova pedagogia ilustrada no espaço cultural luso-brasileiro.<sup>17</sup>

Com estatutos aprovados em 24 de dezembro de 1779, e o patrocínio régio concedido no ano de 1783, a agremiação passaria então a se chamar Academia Real das Ciências de Lisboa e se tornaria um importante espaço de articulação política e econômica do império português. Conforme seus *Estatutos*, o objetivo da instituição era a divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos, de forma que estes pudessem ser aplicados no melhoramento econômico e na instrução nacional do reino. “O adiantamento da instrução nacional, a perfeição das ciências e das artes, e o aumento da indústria popular, formão o

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 12-13.

<sup>16</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo; DAHÁS, Nashla. “Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII”. *Revista Intellectus*, Rio de Janeiro, Ano 05, Vol. I, p. 1-23, 2006, p. 3-11.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 3.

objeto desta Academia”.<sup>18</sup> A divisão da associação em três classes – Classe de Ciências da Observação, Classe de Ciências do Cálculo e Classe das Belas-Letras – demonstrou que a conexão entre os saberes deveria ser medida pela autonomia disciplinar. Na Academia, a investigação científica que servia no “conhecimento da natureza” passaria a orientar-se através da “observação” e do “cálculo”. Nas Classes de Ciências Naturais e Exatas, o experimentalismo passou a ser o guia dos estudos, posto que, para os ilustrados “só a observação e a experiência podiam ser a regra segura dos trabalhos”.<sup>19</sup> O primado da experiência permitiu que a associação criasse um Gabinete de História Natural, para que fossem estudadas e catalogadas diversas amostras do reino animal, vegetal e mineral, além de incentivar e proteger diversos estabelecimentos científicos como, jardins botânicos, laboratórios experimentais e museus de História Natural. Esses estabelecimentos organizavam e estudavam as remessas de produtos advindos da natureza colonial, transformando os seus resultados em retornos imediatos para a Coroa portuguesa.<sup>20</sup>

Na Classe das Ciências da Observação estavam inclusas meteorologia, química, anatomia, botânica, história natural de todos os corpos e ciências que tivessem por objetivo “indagar a qualidade, leis e propriedades dos corpos por meio da observação e análise, os efeitos e novas propriedades que resultam da combinação de uns com outros, e como e porque dos fenômenos naturais”. A Classe das Ciências do Cálculo, por sua vez, abrangia aritmética, álgebra, geometria, mecânica, astronomia, e as ciências que indagam dos fenômenos naturais e das relações e propriedades das grandezas gerais e particulares. Finalmente, a Classe de Belas-Letras ou Literatura Portuguesa, que englobava a Língua e a História Portuguesa. Em virtude dessa divisão, cada Classe possuía autonomia para fazer censuras e executar resoluções e projetos literários.<sup>21</sup>

As discussões científicas estabelecidas no interior da Academia, através da publicação de monografias e das expedições científicas, inseriam-se num novo “encarar do mundo das ciências”, uma vez que as Ciências e a Literatura passam a ser consideradas o motor do progresso econômico, político e cultural. Esses princípios tornam-se a expressão primordial

---

<sup>18</sup> MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão. *Coleção sistemática das Leis e Estatutos por que se tem governado a Academia Real das Ciências de Lisboa, desde o seu estabelecimento até o tempo presente*. Lisboa: Tipografia da mesma Academia, 1822, p. 13.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>20</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo; DAHÁS. *Op. cit.*, p. 12-22.

<sup>21</sup> MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão. *Coleção sistemática das Leis. Op. cit.*, p.13-14.

do sentido político e pragmático adquirido pelo conceito de ciência na instituição.<sup>22</sup> Essa aproximação entre ciência, pragmatismo e Estado estaria presente prólogo da coleção de *Memórias da Academia Real das Ciências*:

[...] Nesse tempo, quero dizer, em que as Ciências Naturais e Exatas estavam em geral fermentação, como ficaria em ócio a Nação Portuguesa? Tudo o com que a Providência a dotara, devia fazer sobressair os seus trabalhos científicos entre os de todas as outras Nações. A qualidade do seu Terreno, assim no continente da Europa, como no das suas vastas Colônias desafia, e recompensa a aplicação do Naturalista, e não só oferece abundantíssima matéria as operações do Químico, e do Anatômico, mas enriquece o Agricultor, o Comerciante, e o Artista, e com eles o Estado. A sua Feliz situação está requerendo o adiantamento de todos os ramos da Matemática, que conduzem a aperfeiçoar a arte da Navegação, hum dos principais esteios da força e da riqueza Nacional. [...] Destas reflexões pois, e deste zelo patriótico nasceu a Academia Real das Ciências de Lisboa: cuja Instituição, princípios e rápidos progressos contara a sua História, que incluirá também os projetos de grandes Obras, que muitos de seus Sócios já tem empreendido.<sup>23</sup>

As Memórias e os Projetos da Academia, alicerçadas pelo racionalismo e pelo experimentalismo, transformaram as ciências em algo que pudesse ser útil à sociedade e ao Estado. Por ciência útil entende-se o conjunto de matérias que possibilitam a solução ou transformação da realidade vivida até então.<sup>24</sup> Na Academia, acreditava-se que o papel da ciência não se restringia ao processo de conhecimento, posto que “a aplicação das ciências” no aperfeiçoamento da agricultura, da indústria, das artes, e do comércio poderia estabelecer o “melhoramento dos povos” e o enriquecimento do Estado. O utilitarismo como a “vertebra da ciência”, transformaria os estudos científicos feitos pelos sócios em trabalhos dedicadas aos diversos campos da economia, no qual se destacam as *Memórias de agricultura* (1788-1791), e as *Memórias econômicas para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas* (1789-1815). A aproximação entre ciência e Estado, encabeçado pela Academia científica, transformou-se numa engrenagem do Estado monárquico reformador. Segundo Oswaldo Munteal:

A equação do reformismo da Academia Real das Ciências de Lisboa pode ser sintetizada pela seguinte fórmula: processo crescente de sociabilidade intelectual adicionado à ideia de difusão do conhecimento acumulado através da experiência. O *Mundo de Queluz* desejava visualizar um conhecimento ordenado da América Portuguesa, que rompesse com o isolacionismo cultural lusitano frente ao continente europeu. Os periódicos conferiam uma dimensão pedagógica ao conhecimento que invadira os círculos letrados portugueses e ultramarinos.<sup>25</sup>

<sup>22</sup> SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a Nação*. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). 2000. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000, p. 112.

<sup>23</sup> “Prólogo”. In: *Memórias da Academia Real das Ciências*: desde 1780 até 1788. Tomo I. Lisboa: Tipografia da Academia, 1797.

<sup>24</sup> VARELA, Alex Gonçalves. *Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*: Análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006, p. 139-140.

<sup>25</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo; DAHÁS, Nashla. *Op. cit.*, p. 11.

Como observado por Munteal, o reformismo alinhou-se também à crescente abertura de espaços de sociabilidade cultural e científica, caracterizada na composição social e no comportamento dos sócios da Academia nos finais do Antigo Regime. A Academia Real das Ciências foi instituída em um momento de esvaziamento da figura do déspota clássico, centrada na figura de um ministro (exemplo, o Marquês de Pombal), que agia na resolução de conflitos estamentais e no controle do padrão de exploração colonial. Com este esvaziamento, engendrou-se a nobreza de corte e a burocrática nos novos esquemas científicos e utilitários, transformando a noção de poder real. Desvinculando-se do “despotismo clássico”, que lembrava a época de Pombal, o governo mariano definiu-se pela forma do “poder partilhado”, alargando o corpo burocrático dotado de “autoridade técnica” para decidir os rumos políticos e econômicos do reino. Na prática, esse modelo de Estado partilhado formou-se por uma parcela da nobreza cortesã reformista, pela burocracia comandada pelo Conde de Linhares e, finalmente, pelo subgrupo naturalista-utilitário da Academia Real das Ciências.<sup>26</sup>

A aprovação dos sócios e a organização social da Academia eram dispostas em vários níveis. Conforme estabelecido nos *Estatutos*, existia uma hierarquia entre os sócios: sócios efetivos, sócios livres ou supranumerários, sócios honorários, sócios veteranos, sócios estrangeiros, sócios correspondentes e alunos.<sup>27</sup> Em tese publicada recentemente, José Alberto Teixeira Rebelo da Silva analisa a configuração social da Academia, destacando processos de recrutamento e mobilidade dos sócios. Segundo o autor, a análise da configuração da Academia coloca de início o problema de uma taxonomia que sistematize a natureza social e o recrutamento acadêmico. Nessa perspectiva, a simples adoção do sistema trinitário do Antigo Regime – Clero, Nobreza e Terceiro Estado – é redutora, na medida em que nos finais do século XVIII não existia a delimitação social rígida que esse sistema sugere.<sup>28</sup> Um exemplo da complexidade social desse período é que a profissão e o estatuto social estavam tão entrelaçados, que o exercício de uma determinada profissão implicava num determinado

---

<sup>26</sup> Sobre esse processo, ver: SILVA, Ana Rosa Cloclot da. *Inventando a Nação*. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português. (1750-1822). 2000. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo*. A Academia Real de Ciências de Lisboa e os Caminhos da Ilustração Luso-Brasileira na Crise do antigo sistema colonial. 1998. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

<sup>27</sup> MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão. *Coleção sistemática das Leis*. *Op. cit.*, p. 15-25.

<sup>28</sup> SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. 2015. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa: Lisboa, 2015, p. 144.

estatuto social, nobilitando ou não quem o exercia.<sup>29</sup> Dessa forma, Rabelo da Silva lança mão dos estudos de Nuno Gonçalo Monteiro para apontar que a nobreza portuguesa dos finais do Antigo Regime caracterizava-se por uma grande fluidez entre as camadas inferiores:

O facto, assinalado por Monteiro, de a nobreza portuguesa, nos finais do Antigo Regime, ser caracterizada, para além da sua estratificação tripartida, por uma “espantosa fluidez nas fronteiras do seu escalão inferior”, permite-nos sugerir a generalização dessa fluidez associando-a a um processo de circulação social e simbólica concomitante às três ordens, de tal modo que provoque, ao longo do tempo, a emergência de novas estratificações sociais quer no interior de cada uma daquelas ordens, quer em cada uma das fronteiras entre elas. O “estado do meio” referido por alguns historiadores como caracterizando um estatuto social situado entre a nobreza e a plebe, em resultado da emergência de novas funções sociais, é apenas um exemplo desse processo de circulação social e simbólica.<sup>30</sup>

Nessa perspectiva, a generalização da fluidez, associada à circulação social e simbólica, gerou estratos sociais médios no interior de cada uma das camadas sociais e nas fronteiras entre elas. Dessa forma, dentro da aristocracia portuguesa coexistia a nobreza do mais alto escalão, como a nobreza titulada, até o baixo escalão, como os não nobres privilegiados que não exerciam ofícios mecânicos. Além disso, outro fator destacado por Rabelo da Silva, que demonstra essa complexidade entre as camadas sociais, é o fato de o período analisado ser marcado por diversas transformações políticas e sociais que se associaram a fenômenos de mobilização social tais como: a emergência de uma nova elite, nascida dos processos inflacionários de nobilitação política, e a ascensão de uma burguesia letrada (formada pela Universidade de Coimbra) aos altos cargos da administração.<sup>31</sup>

Na Academia, a atuação sócio profissional entre nobres, fidalgos, clérigos, militares, magistrados, governantes, professores, naturalistas, engenheiros, botânicos, cirurgiões, médicos e historiadores acabava determinando, de uma forma ou de outra, o lugar na hierarquia acadêmica. Contudo, com membros advindos não somente de lugares sociais diferentes, mas também de diversos círculos políticos, a Academia enquadrava essa heterogeneidade de forma que todos partilhassem os mesmos direitos e deveres. Esse processo foi fundamental, na medida em que as tensões nos finais do século XVIII iriam se acentuando com a Viradeira. Conhecido como o processo de transição entre o período pombalino e mariano, a Viradeira trouxe mudanças na sociabilidade de Corte e letrada, estabelecendo para a Academia Real um papel fundamental.

A Viradeira, movimento iniciado a partir do reinado da rainha D. Maria I (1777-1816), em sua essência, significou uma tentativa de desarticulação das estruturas concebidas durante

---

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 67-68.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p.68-69.

a administração do Marquês de Pombal, e o retorno de uma elite nobiliárquica que havia perdido seu status e poder na época da administração do ministro. A subida ao trono de D. Maria I, em 1777, significou a restituição dos privilégios da nobreza tradicional exilada no governo de D. José I. Do ponto de vista político, a Viradeira foi um processo de reorientação da política portuguesa, tanto no que se refere ao processo de burocratização do Estado, quanto na construção do seu caráter fomentador e utilitário, que objetivava a reordenação da atuação da metrópole através das possessões coloniais.

O estabelecimento da Academia Real das Ciências em meio à Viradeira culminou na dinamização da aristocracia portuguesa, na medida em que conjugava elementos sociais contrários dentro do mesmo campo social. Oswaldo Munteal Filho chama de “movimento caleidoscópico” a coexistência de gerações distintas na corte de D. Maria I. De um lado, os ilustrados formados dentro do reformismo pombalino e, do outro, os antigos rivais do Marquês de Pombal junto aos exilados políticos marianos.<sup>32</sup> Nessa perspectiva, no reinado mariano, a reorganização do Estado se constituiu através de elementos paradoxais, ao mesclar no espaço de socialização os membros de uma elite conflitante:

Os homens formados dentro das orientações do reformismo-estrangeirado pombalino, como por exemplo, a segunda geração representada por Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Domenico Agostino Vandelli, João da Silva Feijó, Joaquim de Amorim Castro e Júlio Mattiazzi, deveriam passar a trabalhar, após 1777, lado a lado com os antigos rivais e exilados políticos: José Correia da Serra, Teodoro de Almeida, Duque de Lafões e a Marquesa de Alorna.<sup>33</sup>

Em sua tese de doutorado, Taíse Tatiana Quadros da Silva destaca que a nova conformação da elite no Estado pós-pombalino foi um dos aspectos centrais da conjuntura que tornou a Academia Real um campo importante de articulação política e cultural.<sup>34</sup> Segundo a autora, as formas de sociabilidades entre corte e monarca, que foram interrompidas durante o governo de D. José I, ressurgiram no governo de D. Maria I e caracterizaram as formas de sociabilidade letrada naquele momento. Contudo, foi estabelecida no interior da Academia uma teia de conflitos estamentais, que se constituiriam no período pós-Viradeira. A Academia tornou-se lugar de disputa hierárquica, onde seus sócios afirmariam o seu poder ora como “sábios conhecedores”, ora por serem ligados por sangue ao grupo nobiliárquico que ali representavam. Para sanar esses conflitos, o Estado absolutista, através da Academia,

<sup>32</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Op. cit.*, p. 27.

<sup>33</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo; DAHÁS, Nashla. *Op. cit.*, 2006, p. 4.

<sup>34</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 99.

conciliou a modernização dos estudos com a manutenção de uma noção de aristocracia que equacionou o papel do nobre com o do ilustrado naturalista, do matemático e do erudito.<sup>35</sup> Nesse processo, dois grupos passaram a orientar-se em sentido convergente. Por um lado, os letrados ilustrados que encontravam sua validação social e política através de seus conhecimentos teóricos e técnicos, e que eram empregados pelo Estado absolutista no trabalho de pensar os rumos da política nacional. Para esse grupo, pertencer à associação significava a legitimação do próprio trabalho intelectual, consagrando uma nova hierarquia social independente dos privilégios de nascimento. Por outro lado, a nobreza cortesã, que, recrutada para a burocracia do Estado mariano, teve que sustentar seu lugar político dependendo de sua capacidade de adaptar-se aos novos esquemas mentais e estratégias políticas definidas na Academia. A convergência entre esses dois grupos foi fundamental para firmar o compromisso entre saber e poder na associação.<sup>36</sup>

Ambientados nesse espaço de sociabilidade do saber, esses acadêmicos, em sua maioria formados na Universidade de Coimbra, aliaram-se a uma eclética absorção de ideias que mesclavam princípios mercantilistas, fisiocráticos e liberais, combinando cientificismo, a crença na razão transformadora e os conhecimentos empíricos provenientes da investigação da natureza colonial. Reuniam-se para discutir problemas da nação no âmbito científico e técnico, e que em grande medida davam-lhe o caráter de seriedade profissional, distanciando-os dos espaços dedicados aos desfrutes da vida mundana, geralmente cultuados pela “sociedade de corte”. Nesses espaços de sociabilidade letrada alinhavam-se conhecimentos técnicos e científicos às qualidades morais, formando homens de procedimento “honesto, grave e nobre”, que deviam dar provas de “aplicação e aproveitamento”, sem romper com as lógicas que caracterizavam o Estado absolutista.<sup>37</sup>

De modo geral, a academia congregava esses sócios vinculando-os ao serviço à monarquia, elemento essencial na caracterização do *ethos* do homem de letras.<sup>38</sup> O *savant* do

---

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>36</sup> SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Op. cit.*, p. 114.

<sup>37</sup> SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Op. cit.*, p. 103-121.

<sup>38</sup> O conceito de *ethos* é parte de uma reflexão feita a partir da noção de *habitus*, desenvolvida pelos sociólogos Pierre Bourdieu e Norbert Elias. Nessa perspectiva, o *habitus* é um conjunto de disposições socialmente modeladas, e incorporadas pelo indivíduo. Funciona como princípio unificador de práticas, disposições, modos de perceber, de sentir, de pensar, de fazer, que permite aos agentes agir de determinada maneira em uma circunstância dada. Segundo Bourdieu, “os agentes sociais são dotados de *habitus*, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundada no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a agir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas porém nos limites das

*Ancien Régime*, isto é, um tipo de letrado que, inserido na administração do Estado, aceitava inteiramente a lógica e os valores da sociedade hierarquizada, estabelecida, organizada por ordens, classes e corpos diferenciados de dignidades, honras, privilégios e categorias. Nas academias, esse corpo de letrados criava rituais, etiquetas rígidas, formulando normas de comportamento e práticas para apreciar os trabalhos e propagandear no reino, e no estrangeiro, os méritos e as conquistas dos estudiosos. O *savant* à serviço do Estado, criado no período de um século desde o absolutismo dos Bourbons, passando pela política de *patronage* por parte da coroa, tornava-se protagonista no processo de formação das novas elites de mérito, ao lado da nobreza nobilitária.<sup>39</sup> Segundo Pedro Telles Silveira, que parte dos estudos de Sérgio Alcides, a falta de autonomia daqueles que exercitam as letras nas academias literárias não significava que sua margem de atuação se constitua apenas na reiteração de sua dominação. Para o autor, a atuação letrada não pode ser definida apenas pela sua função social enquanto letrado. O autor pensa não um estatuto do letrado, mas sim de uma “cultura letrada” que se sobrepõe e compartilha muitos aspectos com a sociedade, mas que não se confunde inteiramente com esta. Telles demonstra, por exemplo, a existência de um duplo código de atuação do letrado. Por um lado, o letrado modela a si mesmo através de uma imagem espetacular e concorrencial da autoridade para qual ele trabalha, na defesa de que é ele que tem o “poder de eternizar pela palavra”. Por outro lado, essa relação hierárquica com a autoridade apoia-se sobre a figuração de uma igualdade entre os letrados que tem como costume o Elogio recíproco. Esse processo permite entender por que o letrado escrevia a figura de si próprio como igual perante aos seus, mas como inferior ou superior perante aos outros. Conclui-se a partir daí que a atividade letrada “oscilava” e era exercida no jogo entre a autonomia e a submissão, e não num ou noutro extremo desde espectro.<sup>40</sup>

Para além da cultura científica estabelecida a partir do empirismo, a atividade nas “letras” também caracterizava a atuação do letrado na Academia:

Pelo termo *letrado* significa-se então um tipo dotado de certas qualificações técnico-profissionais que o situam na intersecção de uma forma de atividade religiosa ou econômica com outra, simbólica: é alguém que exercita as “letras” — entendidas

---

construções estruturais de que são produtos e que as definem.” BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 169.

<sup>39</sup> FERRONE, Vincenzo. “O homem de ciência”. In: VOVELLE, Michel. (org.) *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 159.

<sup>40</sup> SILVEIRA, Pedro Telles da. *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*. 2012 (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFOP, Mariana, 2012, p. 29-33. Ver também: ALCIDES, Sérgio. “Expectativa e metamorfose: saudades da idade do ouro na América portuguesa”. In: JANCÓS, István; KANTOR, Iris. (org.). *Festa – Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Edusp, vol. II, 2001, p. 775-798.

genericamente, aqui, como as várias *auctoritates* do costume antigo recicladas na imitação, não em termos “literários” de autonomia estética, contemplação desinteressada, originalidade e direitos autorais — recebendo, com isso, certa qualificação produtiva (por exemplo, mestre de retórica) e, por vezes, certa distinção nobilitante (por exemplo, orador da Capela Real).<sup>41</sup>

O exercício nas “letras” dava um estatuto técnico-profissional ao indivíduo, transformando essa atuação em mais uma das ferramentas de distinção entre os sujeitos na sociedade de Antigo Regime, uma vez que poderia gerar “qualificações” ou nobilitações. Na Academia, a Classe das Belas-Letras, ou Literatura Portuguesa, foi responsável pelos estudos nos campos da “Língua Portuguesa”, da “História Portuguesa”, da “Poesia e Teatro Nacional” e do “Direito Português ou Direito Pátrio”. Esses campos formavam o que a associação entendia por “Literatura”, distanciando-se do conceito tradicional de Literatura contido nos dicionários de Rafael Bluteau (1728) e de Furetière (1690) utilizados em Portugal e França na época moderna:

Literatura: erudição, ciência, notícias de boas letras, homens de grande literatura. (Bluteau)<sup>42</sup>

Littérature: Doutrina, erudição, conhecimento profundo nas letras. (Furetière)<sup>43</sup>

Conforme os dicionários, “Literatura” correspondia ao conhecimento dos “eruditos” em várias áreas do saber. O termo significava tanto conhecimento relativo às técnicas de escrever e ler, quanto à erudição do homem letrado ou a sua instrução. Nessa concepção, Ciência e Letras são entendidas dentro de um mesmo campo do conhecimento. Segundo o historiador francês Marc Fumaroli, a concepção de literatura no século XVII (que permanece no século XVIII) é fruto da *res literária* do humanismo latino. “Letras” ou “Literatura” são traduções do latim humanista *Litterae humaniores*, *Literatura*, *res literaria* que continham o mesmo significado: conhecimento erudito dos fundamentos do saber e o conhecimento das *auctoritas* da Antiguidade, como Varro, Horácio, Galeno, Euclides e Sêneca.<sup>44</sup>

A diferenciação entre Ciências e Literatura, com a criação da Classe de Literatura Portuguesa separada das Classes de Ciência, geraria uma série de dúvidas sobre o que a Academia Real das Ciências passou a entender por literatura. A justificativa sobre esse

<sup>41</sup> HANSEN, João Adolfo. “Barroco, Neobarroco e outras Ruínas”. *Floema Especial*, Bahia, Ano 2, n. 2, p. 15-84, out., 2006, p. 45.

<sup>42</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, p. 562.

<sup>43</sup> *Dictionnaire universel*. FURETIÈRE, Antoine *apud* FUMAROLI, Marc. *L'Age de l'Eloquence: Rhétorique et "res literaria" de la Renaissance au seuil de l'Europe Classique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999, p. 24.

<sup>44</sup> FUMAROLI, Marc. *Op. cit.*, p. 24.

assunto sairia no prólogo das *Memórias de Literatura Portuguesa*, coleção da instituição iniciada em 1792:

No tempo em que a Academia Real de Ciências se formou, e fixou para assumpto dos trabalhos de uma das suas três Classes, a Literatura Portuguesa, vários foram no Público os juízos, e muito vagas as ideias sobre o que por este nome devia entender-se. Ainda entre as pessoas instruídas, as inclinações a particulares assumptos, regularão os juízos, e modificaram as idas, que cada um formou. Uns julgaram que o estudo da Linguagem, que por mais pura era havida, outros que a Bibliografia nacional, outros que a poesia, outros por fim vários outros objetos constituíam, o que a Academia designava por Literatura Portuguesa. Os juízos precipitados da gente sábia, a mesma ciência os retifica, mas a experiência de muitos anos tem mostrado, que é necessário dar a Mocidade, que tantas esperanças vai dando, uma definição, do que por Literatura Portuguesa se entende, e de quais sejam os limites naturais deste gênero de saber, que a Academia julgou assaz vasto, e importante para ocupar inteiramente uma das suas Classes, assaz análogo nos seus vários ramos para constituir uma só ciência, e assaz separado das outras para merecer um nome próprio.<sup>45</sup>

Após a justificativa, o texto segue com a definição de Literatura:

De todos os ramos de erudição, que formam a Literatura, nenhum pôde ser próprio e particular a um povo, se não a língua que fala, e a história do que lhe aconteceu. [...] São por conseguinte a Língua e a Historia Portuguesa, consideradas em todos os possíveis aspectos, e relações, os dois objetos que constituem, o que a Academia quis entender por Literatura Portuguesa: objetos não só entre si análogos, mas também diversos, e separados de toda outra erudição, que compete a povos estranhos, ou pela generalidade de seus assuntos, pertence a todo gênero humano sem respeito particular a nação alguma.<sup>46</sup>

A concepção de literatura desenvolvida pela Academia não supunha que a associação tenha configurado um conceito autonomo e moderno de literatura. Se de um lado haveria o esforço de autonomizar a literatura dos outros conhecimentos, por outro, esta continuou respeitando os conhecimentos das *auctoritas* tradicionais. A História e a Língua Portuguesa, “consideradas em todos os possíveis aspectos, e relações” continuaram condensadas ao universo das Belas-Letras, que por sua vez englobava os estudos de Gramática, Eloquência, Poesia e Crítica, sistematizadas conforme os critérios clássicos. Esses campos de saberes estariam agrupados no dicionário de Antônio Moraes e Silva (1789) através do verbete “Letra”: “Ciência, saber. homem de muitas letras. Letras humanas, belas-letras, são as humanidades. Filosofia, Retórica, Poética, História.”<sup>47</sup>

Para Valdeí Lopes de Araújo, o uso do termo “literário”, usado pela Academia Real das Ciências (História Literária, por exemplo), exerceu a função de unir duas faces então

<sup>45</sup> “Prólogo”. In: *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo I. Lisboa: Na Oficina da mesma Academia, 1792.

<sup>46</sup> *Ibidem*.

<sup>47</sup> SILVA, António Moraes e. *Dicionário da Língua Portuguesa*: recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por António Moraes e Silva. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, p. 216.

separadas pela organização da associação: as Ciências e as Letras. Segundo o autor, a relação entre esses dois campos estaria claramente hierarquizada na associação. As Ciências eram vistas como essências, ao passo que as Letras, um ornamento desejável. A expressão “literária” continuaria tendo significado de tudo o que era escrito, porém já começava a estabelecer a oposição entre uma ciência meramente “literária” e uma empírica e aplicada.<sup>48</sup> No trecho do *Discurso sobre estado actual das minas do Brasil* do sócio da Academia Azeredo Coutinho, também transcrito por Valdei Lopes, constata-se essa crescente diferenciação:

A Agricultura, como a maior parte das outras artes, tem a sua parte literária: a sua descrição é suscetível de imagens, de sentimentos e de todos os ornamentos da poesia. Nós temos uma bela prova nas Geórgicas, de Virgílio, e em muitas obras modernas. Parece que não é mais permitido de olhar esta arte senão pela parte física e mecânica, e que daqui por diante só se deve ocupar a descobrir, ajuntar e examinar fatos como o só meio, a só derrota a seguir, para aperfeiçoar a arte pelas experiências e observações, e de estender a sua utilidade; os raciocínios, sem o socorro dos fatos e experiências, e mesmo sem o conhecimento local e dos climas, só servem de multiplicar escritos inúteis sobre esta matéria.<sup>49</sup>

A atuação nas letras na Academia concentrava-se na capacidade de dominar uma série de conhecimentos literários (Ciências e Letras) e técnicas estabelecidas para a escrita, leitura, crítica e instrução dos homens de letras. Conforme o trecho do sócio Azeredo Coutinho, se ligava ao conhecimento das regras da eloquência clássica, que englobava tanto a poesia (composições em verso) quanto à retórica, (para discursos públicos em prosa) além dos diversos gêneros poéticos em prosa ou em verso, como a epopeia, ode, sermão, novela, assim como os gêneros históricos.<sup>50</sup> A atuação nas letras era manejo do conjunto de *auctoritas* da Antiguidade por parte dos letrados em seus escritos.

A cultura letrada da Academia Real das Ciências também procurava construir uma identidade concreta para si através de lemas e símbolos que a representassem no imaginário coletivo a comunidade científica.<sup>51</sup> Na associação, esse aspecto caracteriza-se no seu emblema *Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria* (sem utilidade a glória do conhecimento é vã). Todavia, o exemplo máximo desse processo de criação de identidade foi construído por meio do elo entre a história e eloquência nos Discursos históricos, nas Vidas, e nos Elogios em comemoração aos “grandes homens” do reino, frequentemente recitados nas cerimônias

<sup>48</sup> ARAUJO, Valdei Lopes. *A experiência do tempo: Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003, p. 46.

<sup>49</sup> COUTINHO, Azeredo. *Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804, p. 5-6.

<sup>50</sup> SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. *Teoria da literatura*. 10ª. ed. São Paulo: Ática, 2007, p. 47.

<sup>51</sup> FERRONE, Vincenzo. *Op. cit.*, p. 157.

públicas da agremiação. Conforme os *Estatutos*, as sessões públicas da Academia eram anuais, contando com a presença dos sócios de todas as ordens e classes. A quantidade de sessões variou nos primeiros anos de existência da instituição. Em sua fundação, ficou determinado que duas sessões públicas deveriam ser feitas, uma em julho e outra em outubro. Em 1785, a Academia passou a adotar três sessões anuais, sendo uma no aniversário da instituição, outra no dia de comemoração da aclamação da rainha, e outra no dia de Santa Isabel. Por fim, com o passar do tempo, ela estabeleceu apenas uma sessão solene por ano. As datas das sessões variaram muito, visto que essa cerimônia ficava dependente dos acontecimentos que atingiam a monarquia: “sobre a época da celebração destas assembleias não se pode dar uma regra fixa; ela é dependente de muitas circunstâncias políticas, ou econômicas, segundo as quais ela é muitas vezes ou acelerada ou retardada”.<sup>52</sup> Nesse cerimonial, o presidente deveria proferir um discurso e o secretário organizar a apresentação dos trabalhos acadêmicos feitos desde a última sessão. Publicavam-se os programas para as Memórias em concurso e os trabalhos eleitos e premiados. Abriam-se as cartas com os nomes dos autores que tiveram Memórias coroadas e queimavam-se as cartas com os nomes dos sócios que tiveram seus trabalhos reprovados. Nessas sessões públicas também se liam por inteiro ou por extrato as Memórias eleitas, que eram publicadas posteriormente em suas coleções. A Academia também premiava os autores dos melhores trabalhos colocados a concurso a cada ano. Os prêmios variavam em ordinários e extraordinários, sendo na maioria das vezes uma medalha de ouro no valor de 50\$000 réis ou até 100 mil réis.<sup>53</sup> Essas cerimônias ocorriam na presença do monarca e deveriam colocar o seu presidente no lugar mais distinto no cerimonial, estando ao seu lado o secretário da Academia. Essa regra simbolizava a conjunção da cerimonialidade acadêmica com as práticas de representação do Estado monárquico, na medida em que o seu presidente geralmente era um membro da Casa Real de Bragança. Conforme ordenado nos *Estatutos*: “Se estabeleceu que para o futuro fosse seu perpétuo presidente, um príncipe de sangue da Augusta Casa de Bragança”.<sup>54</sup>

Adotando a prática do Elogio histórico de modo similar às suas congêneres da Europa, a Academia construía para si uma imagem ilustrada. A prática do Elogio acadêmico torna-se no século XVIII atividade acadêmica por excelência, resultado da adesão aos novos modelos morais e enciclopédicos vinculados às ideias da Ilustração. Tornando-se verdadeiramente um

---

<sup>52</sup> MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão. *Coleção sistemática das Leis. Op. cit.*, p. 49.

<sup>53</sup> SILVA, José Alberto Teixeira Rabelo da. *Op. cit.*, p. 297-298.

<sup>54</sup> MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão. *Coleção. Op. cit.*, p. 68.

gênero literário, estes textos tornavam-se contributo à história dos progressos científicos.<sup>55</sup> Na Academia Real das Ciências de Lisboa, as Vidas geralmente tratavam da vida de personagens históricos do reino e os Elogios históricos a vida dos sócios falecidos da instituição. Como destacado por Francisco José Freire, “não há Academia onde se não ouçam com frequência, panegíricos à morte de homens ilustres”.<sup>56</sup> Nesse gênero de eloquência acadêmica, mantinha-se os modelos desenvolvidos pela cultura letrada da Antiguidade, assim como pontuado pelo retor e sócio da Academia Jerônimo Soares Barbosa:

Nós temos no nosso tempo, como os antigos, muitos discursos de aparato em todos os gêneros.// Tais são todos os discursos académicos, os elogios dos grandes homens, os cumprimentos que se fazem aos reis, aos príncipes etc., para os quais não necessitamos de outras regras se não das que os antigos deram, fazendo como eles fizeram distinção destas duas formas e de regras que lhes são próprias, as quais se darão no curso desta obra, sem ser preciso recorrer a um novo gênero de eloquência académica [...].<sup>57</sup>

De modo geral, a narrativa dos escritos biográficos da instituição respeitava as diversas *auctoritas*, que sistematizaram as regras dos gêneros retóricos. Os homens dos Setecentos e Oitocentos pautavam-se em Aristóteles, Cícero, Quintiliano e Luciano Samósata, dentre outros, que conceberam as regras para o gênero epidítico. Com objetivo de exprimir pensamentos “elevados” em uma linguagem magnífica, essas composições se distanciavam da linguagem cotidiana comum, assentando-se em uma representação mediada pelo “decoro” dos gêneros da eloquência.

### 1.3. O discurso encomiástico em Aristóteles, Cícero, Quintiliano e Luciano

Mais vasto e duradouro do que qualquer outro império político, o império retórico<sup>58</sup> se fez longo na história da civilização ocidental. Entendida como regime de produção discursiva, a retórica permaneceu presente na modelação das práticas de fala e escrita no Ocidente, da Antiguidade até o século XIX. Analisar a amplitude desse longo império permite

<sup>55</sup> FERRONE, Vincenzo. *Op. cit.*, p. 159-160.

<sup>56</sup> FREIRE, Francisco José. *Máximas sobre a arte oratoria, extrahidas das doutrinas dos antigos mestres, e illustradas por Candido Lusitano*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759, p. 137.

<sup>57</sup> QUINTILIANO, M. F. *Instituições Oratorias*. Traduzidas em Linguagens, e ilustradas com notas Críticas, Históricas, e Rethoricas, para uso dos que Aprendem, por Jeronymo Soares Barboza. v. I. Paris: Na livraria portuguesa de J. P. Aillaud, 1836, p. 76.

<sup>58</sup> Expressão utilizada por Roland Barthes para caracterizar a longa durabilidade das instituições retóricas na civilização ocidental. BARTHES, Roland. “A Retórica Antiga”. In: COHEN, Jean. et al. *Pesquisas de Retórica*. Tradução de Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis (RJ): Vozes, 1975.

compreender as regras e as perspectivas que orientavam a produção de discursos por ela submetida em suas mudanças e permanências. Segundo Roland Barthes:

Imagine-se tudo aquilo que, imutável, impassível e como que imortal, ela viu nascer, passar, desaparecer, sem se comover e sem se alterar: a democracia ateniense, os reinos egípcios, a República Romana, o Império Romano, as grandes invasões, o feudalismo, a Renascença, a Monarquia, a Revolução Francesa; digeriu regimes, religiões, civilizações; moribunda desde a Renascença, leva três séculos para morrer; e ainda não é certo que ela esteja morta.<sup>59</sup>

Na perspectiva de Barthes, a retórica sobreviveu a grande parte da história e deu acesso ao que se pode chamar de “sobrecivilização ocidental”, nos quais, segundo ele, ela foi a única prática (juntamente com a Gramática, nascida depois) que permitiu à civilização ocidental reconhecer sua linguagem. Socialmente modelada como uma “senhorialidade”, a retórica classificou-se como um único traço comum dos sucessivos e diversos conjuntos históricos, como se ela fosse um dado superior às determinações da história e às ideologias de conteúdo, uma espécie de ideologia da forma.<sup>60</sup>

A retórica, termo originário do grego e incorporado posteriormente ao latim, *rhetoriké*, que significa “arte ou técnica do bem falar”, possui diversas acepções e usos praticados simultaneamente ou sucessivamente segundo épocas, conforme classificadas por Roland Barthes:

- 1) *Uma técnica*: isto é, uma arte no sentido clássico da palavra: arte da persuasão, conjunto de regras, de receitas cuja aplicação permite convencer o ouvinte (e mais tarde o leitor da obra).
- 2) *Um ensinamento*: a arte da retórica inicialmente era transmitida por vias pessoais, inseriu-se nas instituições de ensino, nas escolas, formou o essencial do que chamaríamos de segundo ciclo secundário e ensino superior, transformou-se numa matéria de exame.
- 3) *Uma ciência ou uma protociência*: a) um campo de observação autônomo delimitando certos fenômenos homogêneos, a saber, os efeitos da linguagem. b) uma classificação desses fenômenos (a lista de figuras de linguagem) c) uma operação, uma metalinguagem formada pelos tratados de retórica cuja matéria é a linguagem objeto (linguagem argumentativa e linguagem “figurada”)
- 4) *Uma moral*: sendo um sistema de “regras”, a retórica está penetrada da ambiguidade da palavra. É ao mesmo tempo um manual de receitas, que objetivam

---

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 5-6.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 8.

uma finalidade prática, e um Código, um corpo de prescrições morais, cuja função é vigiar os desvios da linguagem passional.

- 5) *Uma prática social*: é através dessa prática privilegiada (é preciso pagar para adquiri-la) da retórica que as classes dirigentes garantem a propriedade da palavra. Considerando a linguagem um poder, decidiu-se das regras seletivas de acesso a esse poder, constituindo-se uma pseudociência fechada para “aqueles que não sabem falar”, as classes populares.
- 6) *Uma prática lúdica*: constituindo todas essas práticas um sistema institucional “repressivo”, ocorre uma derrisão da retórica, uma retórica “negra” (suspeitas, desprezos e ironias). Com jogos, paródias, alusões eróticas ou obscenas, piadas de colégio, piadas de garotos<sup>61</sup>.

Conforme apontado tradicionalmente, a retórica como metalinguagem (discurso sobre discurso) nasce ligada à manutenção da propriedade privada e em circunstâncias históricas bem precisas. Ela começa a ser sistematizada em torno do século V a. C. quando, na Sicília, os proprietários das terras expropriadas pelos tiranos Gelon e Hieron reivindicaram suas terras mobilizando grandes júris populares, e neste sentido, a retórica nasce como ferramenta para melhorar a eficácia do discurso, a fim de persuadir os julgadores.<sup>62</sup> Porém, como destacado por Roberto Acízelo, é provável que suas raízes não estejam simplesmente ligadas a fatores históricos particulares, o que não explica a sobrevivência de suas técnicas e sua mentalidade de conformação retórica por toda a história ocidental. Segundo o crítico, as origens da retórica remontam ao período anterior ao século V a. C., tal como vista na valorização da palavra na poesia homérica, ou em sua transformação em tema, já com os pensadores anteclassicos.<sup>63</sup>

Definida de forma mais precisa pelo filósofo grego Aristóteles, a Retórica passa a ser vista como “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso, com o fim de persuadir no tratamento de qualquer assunto”.<sup>64</sup> Na perspectiva de Aristóteles, a retórica é, como em outros campos, instrutiva e persuasiva somente nas áreas de sua competência, não cabendo aplicações em outros gêneros de coisas. Com isso, a retórica seria um campo do

---

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 5-7.

<sup>62</sup> SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. *O Império da Eloquência: Retórica e Poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro/Niterói: EDUERJ/EDUFF, 1999, p. 6.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>64</sup> ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte poética*. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. Introdução Goffredo Teller Júnior. Rio de Janeiro: Editora Ediouro – Tecnoprint, 1979, p. 33-38.

conhecimento que possuía regras próprias, modeladas conforme situações históricas próprias, sua natureza e sua finalidade.<sup>65</sup>

Além desses aspectos, a feição unitária da retórica, estabelecida através de suas versões clássicas, só pode ser vista como um movimento aparente ou construído a posteriori. João Adolfo Hansen adverte que “a Retórica”, enquanto prática efetiva, datada e com a generalidade formal pressuposta na expressão, nunca existiu de fato:

Enquanto ela durou, nunca houve a ‘Retórica’; ainda quando as técnicas foram disciplina ensinada – e foram ensinadas muitíssimas vezes nas cidades gregas, em Roma, no *Trivium* e, de modo geral, até o final do século XVIII – aconteceu com elas o que ocorre hoje, quando se fala de a ‘Literatura’ ou a ‘Arte’, inventando-se um cânone totalizado numa generalização que não resiste a exame.<sup>66</sup>

Para Hansen, a Retórica não pode ser vista em um processo evolutivo e cumulativo de sua tradição, pois o que ocorreu foram apropriações determinadas em momentos específicos, que por sua vez propunham uma nova tradição e autoridade. A tradição, portanto, não pode ser concebida como um fundo imemorial e indeterminado, algo anterior e inferior que estabelece sua influência sobre algo posterior e superior que lhe dá abrigo. Algo passado de geração em geração. A tradição é um valor de uso que determinado material passado passa a ter num determinado presente, que se apropria dele e o modifica fixando uma determinada deformação.<sup>67</sup> Nessa perspectiva, a técnica retórica de Aristóteles não pode ser considerada a causa direta da técnica retórica de Quintiliano: “É a instituição oratória, quando remete seu leitor à técnica retórica, que recorre à *auctoritas* aristotélica para produzir um Aristóteles que autoriza retrospectivamente seus enunciados.”<sup>68</sup>

Do mesmo modo, o processo de compressão sofrido pela retórica, que vai das suas sistematizações greco-romanas até o século XIX, não pode ser visto dentro de uma temporalidade sucessiva e contínua:

Não interessa pressupor retrospectivamente a temporalidade teleológica, sucessiva e irreversível do contínuo idealista sobre o qual a ‘Retórica’, entendida como *corpus* unitário, estaria desde Aristóteles estendida como um paciente anestesiado sobre uma mesa romântico-positivista sofrendo seu desmantelamento progressivo durante outras unidades linearmente evolutivas, ‘A Antiguidade’, ‘A Idade Média’, ‘O Renascimento’, ‘O Maneirismo’, ‘O Barroco’, ‘O Neoclassicismo’ etc., para que seus restos reduzidos a ruínas elocutivas pelo idealismo alemão finalmente pudessem ter sido substituídos pelo feliz advento científico das teorizações linguísticas modernas e pós-modernas.<sup>69</sup>

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 95.

<sup>66</sup> HANSEN, João Adolfo. “Instituição retórica, técnica retórica, discurso”. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.20, n.33, p.11-46, jul/dez, 2013, p. 16.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 17.

Conforme as considerações de Hansen, a retórica pode ser observada como um “elástico”, que tem sua extensão máxima ampliada na antiguidade, e vai sendo encurtado até o século XX enquanto permanece idêntico a si mesmo. Ela permanece através das transformações no seu gigantesco corpus doutrinário, contendo os discursos feitos com ela, sobre ela e contra ela:

Assim, esticada por gregos e romanos até à dimensão máxima do seu rendimento, sua extensão diminuiria durante um longo processo linear de decadências a que teria correspondido simetricamente o progresso das disciplinas do signo, até acabar nos nozinhos de uma estilística psicológica e psicologista de tropos e figuras incluída na linguística geral, formando a ‘retórica restrita’, de que Genette falou, e que foi teorizada linguisticamente pelo Grupo *Mii*, de Liège, como as quatro espécies de metaplasmos tratados em bases científicas como a denotação e a conotação da semiologia, da semiótica e de gramáticas estruturais e gerativas, principalmente as estruturalistas dos anos 1960 e 70.<sup>70</sup>

Diante disso, o termo “retórico” deve ser entendido no mesmo sentido da fórmula grega de “técnica retórica” e latina *ars rhetorica*, concepção que sobreviveu até meados do século XIX. Utilizamos como adjetivo a palavra “retórica” para evitar a ilusão de unidade que o substantivo a “Retórica” supõe:

Entendo o termo ‘retórica’ com o sentido que tem na fórmula grega *tékhnē rhetoriké*, ‘técnica retórica’, e na latina, *ars rhetorica*, ‘arte retórica’, em que é adjetivo, como em português, técnica *retórica*, não substantivo, *a Retórica*. Com o adjetivo, evita-se a ilusão da existência de um corpo unitário, fechado e acabado, como saber ou objeto positivo que apenas espera reconhecimento. Com a subtração do substantivo, também se elimina esse idealismo e ressalta-se a materialidade contingente das práticas que recorrem às técnicas retóricas. Assim, adjetivo, ‘retórica’ significa uma qualidade, a qualidade própria das técnicas da longa duração da instituição retórica greco-romana, que especifica mimeticamente os enunciados dos regimes discursivos da oratória antiga e, quando a arte de falar bem, *ars rhetorica*, se associa à arte de fazer bem, *ars poetica*, também os enunciados dos gêneros poéticos e os preceitos de outras artes não discursivas.<sup>71</sup>

Dentro dessa acepção, a retórica, ferramenta usada na produção literária nos quadros da poética, é entendida enquanto uma técnica, conforme a definição apontada por Hansen. Assim, o termo “técnica retórica”, é definição mais apropriada, na medida em que o adjetivo, “retórica” transforma-se numa qualidade, a qualidade das técnicas da instituição retórica da Grécia e de Roma, que especifica os modelos de enunciados discursivos da oratória antiga. Enquanto a Arte Poética aristotélica estabeleceu preceitos para a ficção da tragédia e da epopeia, a Técnica retórica estabelece técnicas para os gêneros oratórios que se ocupam de

---

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 12.

questões não ficcionais da sociedade. Por essa razão, todos os gêneros oratórios e poéticos são retóricos, na medida em que são produzidos como enunciados contingenciais.<sup>72</sup>

Com o objetivo de tornar a argumentação eficiente, bem como de deixar o discurso mais atraente ao público, a técnica retórica exigia o conhecimento de todas as partes da Instituição retórica. A retórica antiga foi dividida em grupos de gêneros discursivos, e em diversos preceitos na elaboração desses discursos. Aristóteles distingue três tipos de gêneros retóricos, segundo as categorias dos seus destinatários e as situações de causa com referências ao tempo: o gênero judiciário (que acusa ou defende), que é próprio dos tribunais, cujos ouvintes pronunciam vereditos sobre fatos situados no passado; o deliberativo (que aconselha ou desaconselha), que é particular das assembleias populares e políticas, em que o auditório manifesta-se sobre assuntos futuros da vida civil; e o epidítico ou demonstrativo (que louva ou censura) que é estabelecido para as cerimônias públicas e rituais religiosos ou políticos, atentos à situação presente, que induz ao louvor ou à censura por parte de quem pronuncia, cabendo aos ouvintes o papel de espectadores e julgadores da habilidade do autor.<sup>73</sup>

Além dessa divisão, a instituição retórica estabelecia processos de composição do discurso, que envolvem várias técnicas. Estes processos visavam dar conta das fases percorridas na elaboração do discurso: a *euresis, inventio*, invenção; a *táxis, dispositio*, disposição; a *lexis, elocutio*, elocução; a *hypocrisis, pronuntiatio*, pronúnciação; e a *mneme, memoria*, memória. De forma resumida, na invenção, o orador ou o poeta escolhe as coisas retóricas, as tópicos ou casos, neste caso deve-se achar o que dizer; na disposição, organiza-as conforme a conveniência dos gêneros e dos argumentos, no caso, coloca-se em certa ordem o que se tem a dizer; na elocução, aplica-lhes os ornatos, que são os artifícios mediante os quais se particularizam as coisas retóricas, os tropos e as figuras de linguagem; a pronúnciação estabelece como o discurso deve ser proferido, tendo em vista a dicção e a gesticulação adequadas ao orador; na memória, aplica-se a confiança do discurso à memória do orador. As três primeiras etapas (invenção, disposição e elocução) são propriamente verbais, ocupam-se da produção do enunciado, enquanto as duas últimas (pronúnciação e memória), ocupam-se da pronúnciação pragmática, quando o discurso está pronto.<sup>74</sup> Essas prescrições de elaboração discursiva, dentre outras mais específicas, deveriam ser utilizadas pelos oradores através de processos de imitação e de conveniência:

---

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>73</sup> SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. *Op. cit.*, 1999, p. 8.

<sup>74</sup> HANSEN, João Adolfo. *Op. cit.*, 2013, p. 25-27.

Uma das categorias essenciais da retórica é a imitação: é por referência à gama de estilos ilustrados pelos modelos exemplares da Antiguidade, que procede a invenção do escritor ou do orador do século XVII. Uma outra de suas categorias é a conveniência, a adaptação do discurso a todas as variáveis do problema concreto a que ele responde.<sup>75</sup>

Enquanto a conveniência é a adequação do discurso conforme os casos retóricos, a imitação é feita através da escolha dos modelos ilustres da Antiguidade. Segundo Hansen: “A imitação não é reprodução servil, mas, *aemulatio*, emulação, imitação que compete com o modelo excelente, fazendo variações engenhosas e novas de seus predicados.”<sup>76</sup>

Aristóteles e todos os retores posteriores a ele incluem em seus manuais de retórica, ao lado dos gêneros judiciário e deliberativo, o gênero epidítico. O gênero retórico epidítico ou demonstrativo, como observamos anteriormente, é o gênero que se ocupa do louvor ou da censura. Na *Arte Retórica*, o epidítico é um discurso que tem por objetivo mostrar o esplendor e a grandeza da virtude. Entendia-se virtude como a faculdade que permite adquirir e guardar bens, ou que nos coloca em condições de prestar serviços de todos os tipos e domínios. Na acepção do filósofo grego, o louvor deve dirigir-se às virtudes e aos atos produzidos por elas. Nesse quadro, ele defende que o Panegírico deve elogiar as ações, sendo as circunstâncias que rodeiam essas ações as provas, como por exemplo, uma boa educação ou uma estirpe nobre. Segundo Aristóteles, o Panegírico exalta também os autores das ações, uma vez que considera que os atos são sinais da disposição da alma. Percebem-se assim dois tipos de louvor: o Elogio, que se concentra no elogio das virtudes, e o Panegírico, que se concentra no louvor das ações produzidas pelas virtudes. Na *Arte Retórica*, as principais virtudes são a justiça, a coragem, a temperança, a prudência e a sabedoria.<sup>77</sup>

Aristóteles também relaciona o gênero demonstrativo ao gênero deliberativo, pois, segundo ele, o que se pode inserir em um discurso, quando ele dá conselhos, torna-se matéria de Panegírico, se se fizer uma mudança de forma. Ele oferece o exemplo de um enunciado que pode ser usado nos dois gêneros. Por exemplo, utiliza o preceito “não devemos ufanar-nos dos bens que o destino dá, mas só daqueles que devemos a nós mesmos”. Sob essa forma tem-se um preceito do gênero deliberativo, um conselho. Mas sob a forma seguinte, tem-se um elogio, “ele ufana-se, não dos bens de que é devedor ao destino, mas dos que deve a si mesmo”. Dessa maneira, considera que, uma vez que conhecemos os atos que se devem

<sup>75</sup> FUMAROLI, Marc. *L'Age de l'Eloquence: Rhétorique et "res literaria" de la Renaissance au seuil de l'Europe Classique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999, p. 22.

<sup>76</sup> HANSEN, João Adolfo. *Op. cit.*, 2013, p. 16.

<sup>77</sup> ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte poética. Op. cit.*, p. 64.

cumprir, e o caráter que se deve mostrar, será mister mudar a maneira de exprimir em forma de preceito e adaptá-lo ao gênero demonstrativo. Além disso, o autor destaca que a amplificação dos casos retóricos é a melhor maneira de expressão em um discurso demonstrativo, na medida em que o orador toma os fatos como verdadeiros, cabendo-lhe somente revesti-los de grandeza e de beleza.<sup>78</sup>

Em Roma, os preceitos do gênero demonstrativo foram sistematizados no tratado latino anônimo atribuído ao orador Cícero, a *Retórica a Herênio*, no qual são diferenciados os objetos de um Elogio. Segundo esse tratado, pode-se fazer um Elogio louvando as circunstâncias externas ao indivíduo, os seus atributos físicos e suas qualidades morais. Em *De oratore*, Cícero explica que é fácil identificar o que será elogiado e que todos sabem o que é ou não digno de louvor. Segundo o orador, as características externas ao corpo, que foram adquiridas pelo destino, não são objetos de louvor, apenas a forma sábia, moderada e prudente com que elas foram utilizadas. Nessa perspectiva, parecem mais dignas de Elogio as ações em que o elogiado se coloca em perigo em prol de outro. Em seu trabalho, Cícero prescreve como se deve agir ao discursar no epidítico, enfatizando a importância do tom de voz e das palavras diferenciadas. Para conseguir a persuasão, o orador deve amplificar as virtudes e o que for digno de louvor.

Outra característica atribuída ao gênero epidítico pelo orador é a importância para a história. Para ele, os gêneros judiciário e deliberativo são inadequados à escrita da história, na medida em que possuem tom de julgamento impróprio para esse gênero de escrita. De acordo com Cícero, os escritores deveriam compor livros a partir dos feitos dos grandes homens em ordem cronológica, julgando se eles agiram com sabedoria ou temeridade. Neste sentido, defende que gênero epidítico seria o mais adequado na escrita da história.<sup>79</sup>

Outro autor latino que escreveu sobre o gênero epidítico foi Quintiliano, em sua obra *Instituição Oratória*. Conforme a definição do retor, o demonstrativo possui vários nomes – epidítico, encomiástico, laudativo – e ocupa-se do louvor ou do vitupério. Sua definição de Panegírico diferencia-se da de Aristóteles:

Aristóteles e Teofrasto, que o seguiu, parecem excluir este gênero do número das orações pragmáticas, que têm por fim algum negócio, e reduzi-lo inteiramente ao

---

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 54-65.

<sup>79</sup> ABREU CARVALHO, Luiza Helena Rodrigues de. “As características do gênero demonstrativo em Cícero, Horácio e Quintiliano”. *Rónai*, Juiz de Fora, v.2 n.1, p. 41-54, 2014, p. 45.

deleite puro dos ouvintes, o que o mesmo nome de epidítico, que se dá a este gênero, e significa ostentação, parece comprovar.<sup>80</sup>

Tradicionalmente, as matérias pertencentes a cada gênero eram distribuídas da seguinte forma: o gênero laudativo ocupa-se do honesto, o deliberativo do útil, e o judicial do justo. Segundo Quintiliano, essa distribuição é falsa, na medida em que cada uma dessas matérias existe em cada um dos gêneros: “no louvor se trata também do justo, e do útil, nos conselhos do honesto, e raras vezes se achará causa judicial, em que não se encontre tratada alguma destas matérias acima ditas, ao menos em alguma parte.”<sup>81</sup> Nessa perspectiva, o retor conclui que o gênero laudativo, assim como os gêneros judicial e deliberativo, pode ser ou pragmático ou epidítico. Uma comprovação do pragmatismo do gênero laudativo, destacada por Quintiliano, é de que esse gênero foi introduzido nos “negócios civis da República”, na medida em que os Elogios fúnebres eram solicitados pelo senado para homenagear seus magistrados. Além disso, segundo o retor, louvar ou vituperar uma testemunha influi no bom ou mau sucesso das causas criminais, da mesma forma que se poderia louvar ou censurar um réu, a fim de persuadir o júri. Contudo, Quintiliano não exclui totalmente a possibilidade de o gênero demonstrativo ser um discurso apenas para a ostentação do engenho e da eloquência do orador, na medida em que também se poderia fazer discursos que louvassem aos deuses e aos heróis da Antiguidade.<sup>82</sup>

Em Roma, o gênero demonstrativo tomou a forma mais especializada da *laudatio funebris*, no qual se elogiava um homem de qualidade falecido, que deveria ser exemplo para as gerações futuras. Nesse contexto, esse gênero seria amplamente utilizado no culto à figura do imperador, sendo apropriado posteriormente pela oratória cristã. Com a hegemonia dos letrados católicos durante a Idade Média, esse gênero foi incorporado à oratória sagrada, colocando quase sempre os santos como objetos de louvor. Essa situação somente foi alterada com os modelos humanistas de oratória. Segundo Alcir Pécora, os Panegíricos, lidos muitas vezes com base nos discursos de Tito Lívio, foram incorporados ao conjunto das formas historiográficas tradicionais, que o incluíam ao lado do Tratado, da Relação, da Corografia, da Cosmografia, da Crônica e da Vida, entre outros. Em meio a essas variações historiográficas,

---

<sup>80</sup> QUINTILIANO, M. F. *Op. cit.*, 1836a, p. 78.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 78.

os Panegíricos eram entendidos como conjunto de exemplos estabelecidos por discursos de exaltação das qualidades morais das pessoas ilustres.<sup>83</sup>

Na península ibérica, esse modelo historiográfico seria adaptado por João de Barros, que é considerado um dos seus maiores sistematizadores no século XVI. O historiador humanista deu atenção especial aos Panegíricos romanos, em específico o escrito por Plínio dirigido ao imperador Trajano. Como já observado, esse Panegírico romano foi utilizado pelo letrado como inspiração para escrita do seu *Panegírico do rei D. João III* em 1533. Através da técnica retórica do encômio, João de Barros imita lugares comuns da tratadística moral da antiguidade greco-romana, bem como das escrituras sagradas, na construção do “príncipe ideal” no século XVI. Nesse Panegírico, o historiador exalta as virtudes do monarca acentuando a sua vivência na corte, marcada pelos altos valores morais da nobreza: justiça, prudência, discrição, coragem e moderação. Do ponto de vista historiográfico, João de Barros destaca a importância deste gênero sobrepondo o Panegírico às outras formas de história:

Se o principal fundamento dos que compõem crônicas e escrevem as cousas passadas é falar verdade, sem dúvida a invenção do Panegírico é de maior autoridade que outra maneira de história, porquanto o Panegírico faz sempre fé do que vê e representa aos olhos; a história pela maior parte trata do que ouve, e isto encomenda à memória.<sup>84</sup>

João de Barros considera a autoridade do Panegírico sobre as outras formas de história (a crônica, por exemplo), e usa como justificativa a posição do historiador diante do objeto narrado e representado. Enquanto a história narra o que se “ouve”, isto é, os fatos que aconteceram no passado e não possuem relação direta com o historiador, o Panegírico narra os fatos que o historiador viu e com os quais se relacionou. Outra diferença é que enquanto a história encaminha a sua narração à memória, o Panegírico representa sua narrativa “diante dos olhos dos espectadores”, e, portanto, o foco se estabelece no presente. Essas diferenças, segundo Barros, marcam a autoridade do Panegírico sobre as outras formas de história.<sup>85</sup>

Na tradição portuguesa, além de João de Barros, o letrado Manuel Severim de Faria deu grande importância a esse gênero biográfico durante o século XVII. Em seus *Discursos Vários Políticos*, Manuel Severim publicou as Vidas de João de Barros, Luís de Camões e Diogo Couto, corroborando as preceptivas retóricas da Antiguidade e da moral pós-tridentina. No século XVII ibérico, a escrita da história seria um importante meio de “memória

<sup>83</sup> PÉCORA, Alcir. “A história como colheita rústica de excelências”. In: PÉCORA, Alcir; SCHWARTZ, Stuart. *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado*, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 48.

<sup>84</sup> BARROS, João de. *Panegíricos*. Lisboa: Sá da Costa, 1943, p. 1-2.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 1-2.

artificial”, que servia para vencer o tempo e o esquecimento e “auxiliar os homens a guardarem as suas lembranças”.<sup>86</sup> Segundo a análise de Luiz Cristiano de Andrade, a escrita das Vidas desses letrados por Manuel Severim serviria, em primeiro lugar, como forma preceptiva, ao validar a tradição da *ars historica* na elaboração sobre o passado; e, em segundo, para inventar autoridades lusas, por meio do destaque do papel desses letrados no serviço da monarquia ibérica:

O mais importante é que, ao escrevê-las, Severim de Faria participava da invenção de três autoridades portuguesas modernas, superiores aos *auctores* antigos, pois, além de guardarem de forma excelente os preceitos retórico-poéticos, empregavam as artes em prol de um império cristão.<sup>87</sup>

De acordo com Andrade, as Vidas serviriam como forma tanto de conservar os modos de escrever a história, baseada no respeito e uso das *auctoritas* como Horácio, Aristóteles, Cícero, o autor de *Retórica a Herênio* e as *Vidas Paralelas* de Plutarco, quanto de transformar Camões, Couto e Barros em novas autoridades na cultura letrada portuguesa.<sup>88</sup>

Para Alcir Pécora, o Panegírico também se diferencia dos outros modelos de história, porque compõe uma narrativa de imitação de ações e virtudes que se articula com a caracterização de um comportamento singular. O Elogio de um indivíduo também é um discurso que deve ter como justificativa a produção de um exemplo virtuoso para a emulação das pessoas. Sem essa justificativa, ele poderia correr o risco de ser desqualificado e visto como adulação baixa. Conforme a tradição, nunca se deveria fazer um louvor apenas pelo simples desejo de louvor, mas para a produção de um modelo de excelência.<sup>89</sup> No Panegírico o ouvinte é apenas um espectador, de modo que sua atenção recai sobre o presente, buscando deleitar-se com o louvor ou com a censura de uma ação, e não o julgamento de uma causa. Essa especificidade do Panegírico também evidencia que o gênero demonstrativo demandava aprovação dos seus ouvintes, porém, segundo Quintiliano, o objeto de avaliação não era a narrativa e sim seu orador:

O gênero demonstrativo, sendo de aparato e epidítico, tem só por fim o deleite dos ouvintes: e assim o orador, não tendo em vista o ganhar a causa, mas só a própria reputação e glória, não tem necessidade de esconder o artifício para surpreender o juiz, mas antes descobre todas as riquezas da arte e põe à vista todos os ornatos do discurso. // Pelo que, bem como um mercador, para assim dizer, das fazendas da eloquência ele fará mostra no seu discurso e dará quase a apalpar tudo o que houver de popular nas sentenças, de polido nas palavras, de agradável nas figuras, de

<sup>86</sup> ANDRADE, Luiz Cristiano de. “Os preceitos da memória. Manuel Severim de Faria, inventor de autoridades lusas”. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 34, p. 107-137, jan./jun, 2006, p. 108.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 108.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>89</sup> PÉCORA, Alcir. *Op. cit.*, 2002, p. 48.

sublime nas metáforas e de bem trabalhado na colocação. Porque o fim deste gênero é relativo ao orador, e não à causa.<sup>90</sup>

Para além da necessidade de aprovação ou a desaprovação do orador por parte do público, a narrativa de um Panegírico também deveria conter um conteúdo consensual entre os membros da audiência, como costumes, opiniões e qualidades morais valorizadas. Quintiliano faz observações sobre a situação do orador diante do público:

Aristóteles julga importar muito ver o lugar onde qualquer é louvado, ou vituperado. Porque é muito conhecer os costumes dos ouvintes, e as opiniões que entre eles correm, para assim regularmos o discurso, e fazer-lhes crer, que as coisas, que eles têm por louváveis, se acham nas pessoas que elogiamos; ou aquelas, que lhes detestam, se acham naqueles que vituperamos [...].<sup>91</sup>

Outra diferença em relação à crônica, apontada por Alcir Pécora, é de que a crônica visa à exaustividade do relato, ou seja, requer um relato o mais completo possível dos atos efetuados por seus agentes, enquanto o Panegírico apresenta uma eleição das partes mais significativas de seus protagonistas. Em vista disso, o Panegírico exige uma seleção na quantidade, uma exclusão de vários feitos particulares, que, no entanto, devem ser considerados como referidos por amostragem. Tudo o que se escolhe para a narrativa é parte que deve ser entendida como uma amostra das virtudes que existem igualmente nas ações não narradas.<sup>92</sup>

As características do gênero Panegírico, criado na Antiguidade e mantido na Idade Moderna, demonstram a compreensão tradicional da história como um gênero literário conectado ao gênero demonstrativo, na medida em que a censura ou o louvor feito no presente, produz ou a excelência, que deve ser imitada, ou a baixeza do objeto da narrativa. Vale ressaltar que o conceito de história como coleção de exemplos e “mestra da vida”, cunhado por Cícero, pertence ao contexto da oratória. Nesse caso, a oratória empresta um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo a tornar permanente o seu conteúdo de experiência.<sup>93</sup> Essa concepção de história permaneceria vigente na Academia Real das Ciências de Lisboa, conforme pode ser observado na obra do sócio D. Francisco de S. Luiz *Comparação da História de D. João de Castro por Jacinto Freire de Andrade e da Vida de D. Paulo de Lima por Diogo de Couto*:

<sup>90</sup> QUINTILIANO, M. F. *Op. cit.*, 1836a, p. 60-61.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>92</sup> PÉCORA, Alcir. *Op. cit.*, 2002, p. 49.

<sup>93</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Educ, 2006, p. 43.

Se houvermos de reduzir a enunciação histórica a alguma das três classes em que os retóricos dividiram a eloquência: o gênero demonstrativo é o que mais lhe convém. E se o deliberativo tem parte na totalidade da história é com pretensão tácita, que a inteligência subentende. Como a relação histórica tem por base a exposição de fatos positivos, por isso mesmo que nada tem de conjectural, o pretérito lhe fornece assunto e muitas vezes lhe mostra a imensidade dos seus horizontes: segue-se que o louvor e o vitupério hão de ser as suas propriedades intrínsecas.<sup>94</sup>

Escrita conforme as regras do gênero demonstrativo e deliberativo, uma vez que trata de assuntos do passado e dá conselhos para o futuro, a história ainda seria entendida enquanto um gênero literário nos finais do Setecentos. Para Eduardo Sinkevisque, a prosa histórica acadêmica nos séculos XVII e XVIII seria entendida como técnica, um fazer (*téchne*), pela exigência de habilidade do historiador na narração das ações sucedidas e particulares em verossimilhança a muitos casos idênticos conhecidos pelo público (invenção), no ordenamento cronológico dos argumentos (disposição), na ornamentação do discurso conforme o decoro apropriado (elocução) e por fim, na narração segundo uma primeira pessoa, institucional, que representa o pensamento de um coletivo.<sup>95</sup>

Em concordância com o caráter prescritivo da história, e ao mesmo tempo discordando da sua relação com gênero Panegírico, há o tratado latino *Sobre o Modo de Escrever a História*, de Luciano de Samósata. Esse tratado, escrito no século II e traduzido em Portugal diversas vezes no século XVIII, prescreve regras de como se deve escrever história, fazendo uma oposição clara ao gênero epidítico. Em seu tratado, Luciano demonstra os erros cometidos na escrita da história em sua época, destacando que existe uma grande diferença entre a história e o Panegírico. “A História está distante e separada do Elogio, não com estreito intervalo, mas como um grande muro que os divide e na verdade têm entre si, como na música a oitava dobrada ou diapasão maior.”<sup>96</sup> Luciano opõe o Elogio à história, na medida em que, segundo ele, o Elogio busca engrandecer e deleitar, pouco se importando com a veracidade dos fatos narrados. Contrário à ornamentação retórica praticada por seus contemporâneos, ele destaca que a escrita da história deveria se despir desses recursos, visando somente o útil e o verdadeiro:

<sup>94</sup> S. LUIZ, D. Francisco de. “Comparação da História de D. João de Castro por Jacinto Freire de Andrade e da Vida de D. Paulo de Lima por Diogo de Couto”. In: *Obras completas do Cardeal de Saraiva*. Tomo X. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883, p. 93.

<sup>95</sup> SINKEVISQUE, Eduardo. *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – Introdução a um debate de gênero*. 2000. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000, p. 122.

<sup>96</sup> SAMÓSATA, Luciano de. *Sobre o modo de escrever a história* – traduzido na língua portuguesa por Custódio José, professor secular do Habito de S. Pedro, e professor régio de Grego em Lisboa. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1771, p. 15.

Bem vês quão se desviam do verdadeiro aqueles, que usando primeiramente de uma divisão adúlterina, julgam que a História retamente se divide em o útil, e deleitável, pelo que lhe adotam também o elogio, como matéria alegre, e que deleita aos leitores. O útil, que só se concilia da verdade, é o único interesse, e fim da História.<sup>97</sup>

Luciano critica a história elogiosa, salientando que esta não possui compromisso com a verdade, e, portanto, só serve como adulação. Em seu tratado, renega o sentido apologético dos discursos em prol da verdade, sob a justificativa de que os historiadores muitas vezes mentiam para obter bons resultados:

A obrigação do historiador é dizer as coisas como se obraram, o que não poderá fazer, enquanto ou tema Artaxerxes, de quem seja médico, ou espere alcançar a toga purpúrea, ou o colar de ouro, ou algum cavalo Nifeo em prêmio dos louvores, que entrepôs na história.<sup>98</sup>

Essa crítica de Luciano direciona-se aos historiadores contemporâneos a ele, que em sua visão praticavam uma história adulatória, simples e vazia de conteúdo, que servia para a busca de favores junto aos poderosos: “quanto erram os mais deles em demorar-se nos louvores dos príncipes e generais, elevando ao mais alto os seus, e abatendo com demasia os inimigos, sem narrar os verdadeiros feitos.”<sup>99</sup> Dessa forma, na defesa de uma escrita da história livre dos interesses pessoais, e a fim de propor um modelo de escrever história útil à posteridade, Luciano propõe um modelo de historiador incorruptível, corajoso e comprometido com a verdade: “Tal seja o meu historiador, sem medo, incapaz de ser corrompido, livre, e amigo da verdade.”<sup>100</sup>

No entanto, por mais que a crítica de Luciano se dirija à incidência dos artifícios retóricos na escrita da história, seu tratado defende que existe lugar para o louvor na obra historiográfica, uma vez que ele se mantivesse em limites razoáveis:

Tal é a obrigação do historiador: ordenar com beleza as ações, que se obraram, e fazê-las ver com a maior clareza, que se puder. E tanto que depois alguns dos ouvintes julgar ter visto o que se diz, e logo a louvar, então sem dúvida, então está a obra exatamente perfeita.<sup>101</sup>

Nessa perspectiva, o escritor afirma que o Elogio é aceito na história, na medida em que traga beleza e clareza à narrativa e não confunda a verdade contada. Ele também enumera algumas qualidades e artifícios na composição da história. Segundo Luciano, o historiador deve ter “sossego de ânimo em sua oratória”, “pensamentos sólidos” e dicção clara. Deve utilizar-se de figuras que não importunem ou tornem o discurso afetado, além de evitar o uso

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 22-23.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 109.

de palavras enigmáticas e fora do comum. Destaca que não se devem empregar palavras vulgares, mas palavras que os vulgos entendam e os doutos louvem. Assim, a história deve-se preocupar com uma narração sincera e verdadeira, e se ela possui uma elocução agradável, deve ser de modo que não corrompa a verdade. Por conseguinte, o que se percebe no discurso de Luciano é que o problema maior não é a retórica do Elogio na história, mas o exagero em seus usos, que por sua vez poderiam perverter a verdade relatada.

#### 1.4. Redefinindo a tradição: um gênero antigo atualizado

O Elogio em orações fúnebres destacou-se como prática importante nas sociedades de corte do Antigo Regime, ganhando impulso com o surgimento das Academias literárias e científicas. Utilizado nas práticas de sociabilidade de corte e acadêmica, sofreria grandes modificações ao longo do tempo. Durante o século XVIII, o Elogio “acadêmico” substituiu a Oração fúnebre enquanto gênero póstumo praticado até então. Segundo o historiador Jean Claude Bonnet, que analisa o caso francês, esse processo foi impulsionado por mudanças nos critérios de avaliação na construção das figuras dos “grandes”: “O declínio evidente da oração fúnebre no século XVIII acelerou-se pela crítica dos filósofos, que o viam como um gênero suspeito, sobretudo porque é mais reservado ao nascimento do que ao mérito, como atestam os dicionários.”<sup>102</sup>

Segundo Bonnet, o ano de 1758 foi definitivo na transformação da prática do Elogio. Nesse ano, a Academia Francesa lançou um concurso entre os oradores para fazerem o louvor dos grandes homens, obrigando-os a lidar apenas com matérias edificantes e morais. Desde então, o subgênero Elogio passou a empregar um vocabulário mais cívico, que por sua vez aproximava a exemplaridade do cidadão.<sup>103</sup> “É verdade que o gênero Elogio opera uma clara

<sup>102</sup> BONNET, Jean-Claude. “Les morts illustres. Oraison funèbre, éloge académique, nécrologie”. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. La Nation. v. II. Paris: Gallimard, 1986, p. 217.

<sup>103</sup> Segundo Jean-Claude Bonnet, sob as críticas dos filósofos o gênero da oração fúnebre passa a ser considerado suspeito e ultrapassado, na medida em que valorizava critérios como nascimento, ao invés do mérito dos homenageados. Até o século XVIII, as homenagens nas orações fúnebres voltavam-se para as pessoas eminentes por nascimento, como príncipes, princesas e outras nobrezas. Além disso, as orações fúnebres eram evocadas no espaço espiritual da vida do santo, onde a grande virtude do herói era a de se submeter à ordem de Deus durante a vida, em suas ações, e na hora de sua morte. Dessa forma, essas orações tinham por objetivo construir uma morte exemplar, digna de emulação. Os filósofos do século XVIII, que não deixaram de criticar este gênero de eloquência, decretam sua extinção baseando-se na alegação de serem enfadonhas declamações baixas e, de não contribuírem com a verdade. Nessa perspectiva, o aparelho social e simbólico religioso das orações fúnebres foi colocado em questão. Todos os acessórios e descrições que preparavam para o momento da boa morte tornaram-se obsoletos, diante do novo discurso sobre os mortos. *Ibidem*, p. 219-220.

ruptura, porque ele se apresenta como um sistema completo de substituição na subversão do imaginário milenar ilustrado pela oração fúnebre e a vida do santo.”<sup>104</sup> No contexto francês, o gênero do Elogio torna-se a moda apropriada da nova situação desenvolvida pela instituição acadêmica. Gênero chave do sistema de definição das normas, o Elogio das academias tornou-se instrumento de redistribuição dos novos critérios de distinção. Ele passa a disseminar uma ética universalista que pretende substituir a hierarquia das ordens por uma sociedade mais igualitária dentro da instituição acadêmica, diferentemente da oração fúnebre. Como observado por Volker Schröder, a prática da oração fúnebre confronta-se com o mito fundador da Academia Francesa, na medida em que ela reintroduz uma desigualdade manifesta no seio da instituição: somente os grandes têm o direito de colher os louvores e somente os clérigos são autorizados a distribuí-los. Dessa forma, ligada à hierarquia social e à religião cristã, a oração fúnebre torna-se uma forma epidítica inapropriada à ideologia acadêmica, que por sua vez postula a igualdade dos homens de mérito extraordinário e sob a proteção do rei.<sup>105</sup> Nesse quadro de mudanças, as academias tiveram de reinventar seu próprio cerimonial capaz de celebrar seus membros sem distinções, para consagrar os “grandes homens” de acordo com os princípios acadêmicos, e estabelecer uma imortalidade diferente da imortalidade da Igreja.<sup>106</sup> Por esse motivo, o Elogio histórico destinou-se à glorificação e imortalização dos homens das ciências, das letras e do Estado, na medida em que se valorizavam suas contribuições para o bem comum da nação.<sup>107</sup> “O homem de gênio tornou-se realmente o árbitro dos pensamentos, das opiniões e dos preconceitos públicos.”<sup>108</sup> Bonnet destaca, por exemplo, que Jean-François Marmontel retoma o discurso sobre os mortos atenienses e a *laudatio funebris* romana, para definir um tipo de oração próxima do Elogio. Na perspectiva de Marmontel, o Elogio deveria preconizar as virtudes, e ser reservado às qualidades e às ações que dariam maior contribuição ao bem público e à felicidade dos homens.<sup>109</sup>

Em ambientes luso-americanos, o processo de laicização do Elogio se daria no início dos Setecentos, com a Academia Real da História Portuguesa, antecessora da Academia Real

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 220.

<sup>105</sup> SCHRÖDER, Volker. “Entre l'oraison funèbre et l'éloge historique: l'hommage aux morts à l'Académie française”. *MLN*. The Johns Hopkins University Press. vol. 116, n. 4, p. 666-688, 2001, p. 672. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/3251753?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/3251753?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 6 jul. 2017.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 637.

<sup>107</sup> BONNET, Jean-Claude. *Op. cit.*, p. 220-221.

<sup>108</sup> BONNET, Jean-Claude. *Op. cit.*, p. 221.

<sup>109</sup> BONNET, Jean-Claude. *Op. cit.*, p. 220.

das Ciências, bem como também nas Academias brasílicas.<sup>110</sup> Essa prática de escrita também foi tematizada na obra de Luiz Antônio Verney, que valoriza os preceitos de Cícero na composição dos Panegíricos. Em sua obra, ele aponta alguns elementos que pertencem aos Panegíricos, distinguindo-os dos Panegíricos de santos. Para Verney, seria impróprio tomar as Escrituras como referência na escrita do gênero, na medida em que este deveria engrandecer as virtudes cívicas dos homens, a fim de instigar à imitação, além de consolar o auditório da perda. Assim, sustenta que somente se usam as Escrituras como referência nos Panegíricos dos santos, destacando algumas observações:

Passando aqui aos panegíricos de Santos, em que quando se puderam evitar temas, será mais arrazoado: mas quando ou o costume, ou o gênio obrigue, a tomar algumas palavras da Escritura, não é necessário esquadrihar profecias, nem procurar de acomodá-las literalmente: basta que as ditas tenham alguma analogia com a matéria de que se trata.<sup>111</sup>

Em Verney, as Escrituras perdem espaço na composição dos Panegíricos fúnebres, na medida em que seriam utilizadas somente para iniciar a oração, sem sua utilização no corpo do texto. O letrado aproxima o Panegírico religioso do Panegírico laico, quando aponta que as orações devem seguir os mesmos estilos das outras orações laudatórias. A essência do Panegírico em Verney está na narração e na amplificação. Para ele, são esses dois elementos que diferenciam a escrita da história da escrita do Elogio:

Em uma palavra, todo o artifício que se deve praticar em todas as orações exortativas, que ou louvam ou vituperam, consiste em narrar, e amplificar. De sorte que para não fazer história, devem não só narrar, mas de tal sorte distribuir a narração, que depois de narrar um fato, ou uma série de fatos, que pertencem ao mesmo ponto, que os amplifique: e assim mostre o seu juízo, na narração e a sua eloquência na amplificação.<sup>112</sup>

Essa passagem demonstra que o lugar de história em Verney é apenas a narração dos fatos, enquanto o Panegírico englobava a narração dos fatos e a amplificação. Em outra passagem, Verney destaca que os Elogios feitos na Academia Francesa não poderiam ser considerados Panegíricos, chamando-os de “mera história” por não possuírem “artifício retórico”. Esse julgamento se dá porque o oratoriano considera que os Elogios da Academia francesa se reduzem à explicação da vida e aos merecimentos dos seus acadêmicos, mais parecendo trabalhos de erudição histórica do que discursos oratórios.

<sup>110</sup> MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Edições Minerva, 2003, p. 332-340.

<sup>111</sup> VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método de estudar, para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. Exposto em várias cartas, escritas pelo R. P. Barbadinho da Congregação de Itália, ao R. P. \* \* \* Doutor na Universidade de Coimbra*. Tomo I. Valença: Na Oficina de António Balle, 1746, p. 194.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 193-194.

Além da crescente laicização, a “cultura do mérito” da República das Letras provocaria a reelaboração do Elogio na Academia Real das Ciências de Lisboa. Segundo a nova concepção, o gênero Elogio não se prestava somente ao simples louvor dos homenageados. Os ilustrados redefiniriam a concepção de Elogio acrescentando-lhe novas justificativas:

Os elogios acadêmicos não têm por fim a adulação, nem mesmo o louvor das pessoas, cujos nomes devem transmitir à posteridade: monumentos para a história dos progressos do espírito humano, e tendo como tais unicamente por objeto fixar, quanto é possível, o grau de reconhecimento que as gerações futuras devem tributar à memória dos homens que cultivaram as letras, e dos homens que as protegeram [...]<sup>113</sup>

Para o acadêmico Francisco Borja, os Elogios tinham como principal objetivo “fixar” os nomes dos homens ilustres na posteridade como forma de reconhecimento pelos trabalhos em prol das letras. Esse reconhecimento também servia como forma de “ressuscitar o passado” e não permitir o esquecimento, que, para os sócios, é resultado da passagem do tempo. A história, nesse processo, passa a ser vista como remédio para ação destrutiva do tempo, uma vez que retiraria as ações dos homens ilustres do desconhecimento ou do esquecimento.

De outro modo, justificava-se que os Elogios também deveriam servir como material edificante para imitação, reafirmando o *topos* ciceroniano da *História Magistra Vitae*. Segundo o acadêmico Manoel José Maria da Costa e Sá: “recolher as notícias de um escritor desvelado em todo gênero de aplicação e estudo é acrescentar proveito de seus trabalhos, fazendo sua lição desembaraçada e profícua”.<sup>114</sup> Nesse *topos* tradicional, a história é entendida como conjunto de lições pedagógicas que serviam para orientar a vida futura, sendo transformada pela experiência moderna em um conjunto de histórias que totalizavam uma história universal.<sup>115</sup> A permanência da concepção moral de história na Academia Real das Ciências de Lisboa em finais do século XVIII e início do XIX não supõe a permanência da experiência antiga de história, pois, o significado das palavras que indicam conceitos pode ser alterado sem que haja modificação em seu léxico.<sup>116</sup> Em sua análise sobre a permanência da

<sup>113</sup> STOCKLER, Francisco de Borja Garção. “Elogio de Martinho de Mello e Castro”. In: *Obras Completas*. vol. I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1805, p. 250.

<sup>114</sup> SÁ, Manuel José Maria da Costa e. “Elogio histórico de Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de Magalhães”. In: *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IX. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1825, p. LXVIII.

<sup>115</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.*, 2006, p. 41-60.

<sup>116</sup> ARAUJO, Valdeci Lopes de. “Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro”. In: NICOLAZZI, Fernando. et al. *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011, p.133.

expressão *História Magistra Vitae* no contexto oitocentista luso-brasileiro, Valdei Lopes de Araújo defende que ao invés de uma “dissolução do topos”, assim como definiu o historiador alemão Reinhart Koselleck, o topos pode ter sofrido um “estreitamento”. Por esse ângulo, o lugar que a concepção moral de história oferecia foi aos poucos se estreitando, perdendo a centralidade que tinha nas formas de experiências não modernas. Assim, a permanência da expressão no século XIX parece demonstrar constantes processos de invenção e reapropriação em novos contextos, distintos da experiência do tempo antiga.<sup>117</sup>

Com relação aos gêneros biográficos da Academia Real das Ciências, podemos destacar alguns significados do emprego do topos *História Magistra Vitae* sistematizados por Valdei Araújo: Teorização, Metaforização, Marginalização e Politização.

Teorização – por meio das justificativas da curiosidade, admiração e entusiasmo com a história, o topos constantemente é associado às teorias modernas dos sentimentos e da educação moral.

Metaforização – com a sua transformação em lugar-comum, o topos perde sua coerência interna e torna-se fórmula de legitimação da história como atividade digna de patrocínio. Nesse caso, a fórmula é invocada em situações celebrativas e públicas, raramente recebendo desenvolvimento sistemático.

Marginalização – marginalizada na dimensão cognitiva, a expressão adquire relevo como justificativa de gêneros morais tais como biografias, necrológicos e elogios.

Politização – o uso pragmático do topos em contextos de conflitos políticos e sociais impunha uma ação mais direta por parte do historiador. Em Portugal, esse uso pode ser percebido mais fortemente nas primeiras décadas do século XIX, com a crise desencadeada pelas invasões francesas, pela transferência da Corte para o Brasil e pelas revoluções liberais. Nesses momentos de crise, os modelos clássicos de história judicativa e moralizante receberam novo fôlego.<sup>118</sup>

Além da função moralista, a partir da concepção de história como “mestra da vida”, a escrita biográfica da Academia Real das Ciências também incorporou uma função judicativa, tal como observado na biografia de Luiz de Camões, escrita por Francisco Alexandre Lobo:

---

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 134-141.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 142-144.

[...] ao ler o que o Snr. Morgado Matteus nos comunicou acerca da vida de Camões, e do conceito em que tem as suas obras, moveu-se muito a minha curiosidade a inquirir a história do poeta mais a fundo do que até aqui o fizera, e examinar as suas composições com grande atenção e advertido reparo, que era necessário para fazer um juízo mais assentado e seguro.<sup>119</sup>

Segundo a concepção de biografia da Academia, o historiador assumiria a função de juiz das obras dos homenageados e de suas ações. Ao historiador, caberia o papel de julgar as virtudes e os vícios dos antepassados e falecidos, ressaltando seus méritos e condenando seus erros. Essa função “judicativa” parece substituir a função de “louvor” do gênero na associação. A censura dos vícios e o louvor das virtudes passariam a ser resultados do “juízo correto” do historiador. Na instituição, o “juízo correto” somente poderia ser alcançado por meio de um “historiador imparcial”, que se colocava distante das paixões do presente: “O juiz apaixonado ou tudo desculpa, ou condena tudo, sem outro fundamento que o de sua preocupação”.<sup>120</sup> Para os acadêmicos, a verdade histórica poderia ser alcançada através do afastamento e da universalidade de juízo do historiador. Acreditava-se que o historiador do Elogio deveria fazer “distanciamentos” na narrativa, como uma espécie de observador afastado, qualificado na arte de produzir comportamentos desejáveis em sua audiência.<sup>121</sup> Esse afastamento, permitido pela filosofia, fundava-se no conhecimento da natureza humana e no caráter individual da pessoa:

A ciência, em especial a filosofia, teria uma dupla função: de um lado, prover o historiador do conhecimento necessário da natureza dos homens que o habilitasse a classificar e avaliar corretamente o valor das ações; de outro, “conhecer o coração humano” de modo a explorar os efeitos edificantes do modelo. Ao final, espera-se estabelecer uma biblioteca de quadros-estímulos, sempre disponíveis para provocar certo efeito-comportamento no leitor ou audiência.<sup>122</sup>

Esses critérios, segundo os acadêmicos da instituição, garantiam o distanciamento do historiador em relação ao seu objeto, viabilizando uma narrativa “exata” e “verdadeira”.<sup>123</sup>

A crescente oposição entre a figura do panegirista e do historiador, muitas vezes indicadas nos Elogios, Vidas e Memórias biográficas, apontam para a existência de diversos modos de justificar o uso da biografia na Academia Real das Ciências. Sob a justificativa de que o panegirista deveria louvar e o historiador averiguar as obras e ações com seu “juízo”, na

<sup>119</sup> LOBO, Francisco Alexandre. “Memória histórica e crítica acerca de Luiz de Camões e das suas obras”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VII. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1821, p. 159.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>121</sup> ARAUJO, Valdeci Lopes. *A experiência do tempo: Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003, p. 62-63.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 62.

tarrafa de escrever a história, os acadêmicos acabavam envolvendo a prática do encômio em novas justificativas. Mesmo envolto de novas justificativas, como a ênfase nas tópicas da “verdade” e da “imparcialidade”, a escrita biográfica da Academia não abria mão dos mecanismos retóricos de composição literária. No próximo capítulo, discutiremos a historicidade dos gêneros utilizados na escrita biográfica da Academia.

## CAPÍTULO II – OS ESCRITOS BIOGRÁFICOS DA ACADEMIA: ELOGIOS, VIDAS E MEMÓRIAS HISTÓRICAS

### 2.1. Edições, tratados e modelo de Elogio

“Cada época cria seus heróis e lhes atribui, quer sejam de uma época distante, próxima ou atual, seus próprios valores.”<sup>1</sup>

Conforme observado nos *Estatutos e Programas* da Academia Real das Ciências de Lisboa, frequentemente demandavam-se Elogios às personalidades portuguesas. Nos *Programas* da Classe de Literatura era recorrente pedir nos assuntos fixos o “Elogio de algum português ilustre” ou o Elogio de personalidades específicas, como demonstra o *Programa* do ano de 1818 na solicitação do “Elogio de Luís de Camões, com um juízo arrazoado de sua epopeia, e das suas poesias líricas”. De outro modo, a prática do Elogio também estava ligada às situações em que ocorria o falecimento de sócios, que tinham, por direito, honras religiosas e acadêmicas. As honras religiosas consistiam em mandar rezar missa de 200 réis de esmola, e em um aniversário geral com a assistência da Academia, no mês de novembro, para todos os sócios falecidos.<sup>2</sup> As honras acadêmicas consistiam na escrita do Elogio fúnebre, “segundo a prática e costume da sociedade”. Os Elogios fúnebres eram considerados como objetos de grande importância na Academia desde que obedecessem a algumas regras:

Enquanto aos Elogios fúnebres, de que já se falou, foram eles considerados como objeto de grande importância por alguns dos sócios consultados para a organização dos Estatutos; com tanto que sejam exatos e verdadeiros, polidos e sem afetação; e somente concedidos àqueles que em vida mostraram zelo pelo serviço da sociedade, e participação dos seus trabalhos.<sup>3</sup>

Nos *Estatutos*, a prática do louvor aos sócios falecidos iniciou-se no âmbito do processo de mudança na admissão dos novos sócios, que antes deveriam agradecer pela entrada na associação com uma Oração congratulatória. Porém, os mesmos *Estatutos*

<sup>1</sup> DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 151.

<sup>2</sup> Algumas vezes o aniversário geral era substituído por uma missa na quantia de 24\$000 réis.

<sup>3</sup> MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão. *Coleção sistemática das Leis e Estatutos por que se tem governado a Academia Real das Ciências de Lisboa, desde o seu estabelecimento até o tempo presente*. Lisboa: Tipografia da mesma Academia, 1822, p. 46.

destacam que essa prática da Oração estava inteiramente em desuso, na medida em que alguns sócios consideravam a Oração congratulatória inútil ao “progresso das letras”. Assim, os *Estatutos* propuseram que, ao invés de Oração congratulatória, o novo sócio poderia fazer um Elogio. A Oração de agradecimento pela admissão na associação poderia converter-se em um “objeto de utilidade mais real”, uma vez que o sócio que acabou de ser admitido na instituição poderia fazer o Elogio do sócio falecido cujo lugar ocupou. Essas observações apontam para a conclusão de que não havia uma regularidade na escrita dos Elogios, já que ela acompanhava a ordem natural dos falecimentos.<sup>4</sup> Segundo a *História da Academia Real das Ciências de Lisboa desde o seu princípio até 1788*, escrita pelo Abade Correia da Serra, foi comum nos primeiros anos da Academia, até o ano de 1788, a leitura de discursos e Orações congratulatórias. Conforme Correia da Serra, a primeira sessão ocorreu em 1780 quando o orador da Academia, o Padre Teodoro de Almeida, recitou a *Oração de abertura*, sendo seguido posteriormente pelos sócios Marquês de Penalva (1782), Conde de Tarouca (1787) e o Conde da Ponte (1788).<sup>5</sup> Com a substituição da Oração congratulatória pelo Elogio, observada nos *Estatutos*, os secretários passaram a ser os principais autores do gênero. Os primeiros Elogios recitados na Academia foram os escritos pelo Abade Correia da Serra quando foi secretário da instituição. Seus Elogios foram escritos entre os anos 1788 a 1794, sendo seguidos pelos Elogios avulsos e os publicados nas coleções periódicas da associação.

A atividade editorial da Academia foi organizada em duas linhas principais: as publicações avulsas e as publicações regulares ou periódicas. As publicações avulsas eram organizadas pelos seus autores, propostas por iniciativa de seus associados e aprovados para a publicação em sessão acadêmica, ou ainda de textos de autoria coletiva assumida pela associação.<sup>6</sup> Alguns Elogios obedeceram essa lógica, sendo publicados avulsos com a chancela da Academia, como o *Elogio histórico de Pascoal José de Mello Freire dos Reis* (1799), o *Elogio Fúnebre do Marquês de La Romana* (1811), *Elogio Necrológico de D. João VI* (1828) e as *Obras de Francisco de Borja Garção Stockler* (1805). Esta última obra, publicada em 1805, foi editada com diversos Elogios acadêmicos escritos pelo seu autor: *Elogio de D’Alembert* (versão corrigida), *Elogio de Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos*,

<sup>4</sup> MORATO, Francisco Manuel Trigo de Aragão. *Op. cit.*, p. 42-43.

<sup>5</sup> SERRA, Abade Correia da. *História da Academia Real das Ciências de Lisboa desde o seu princípio até 1788*. ANTT, Arquivos particulares, Abade Correia da Serra, Caixa 3B, A 58. 5f. Disponível em: [http://ciuhct.org/application/files/8015/2588/2373/IAN-TT\\_Arq\\_Part\\_Correia\\_da\\_Serra.Cx\\_3B-A58.s.d..pdf](http://ciuhct.org/application/files/8015/2588/2373/IAN-TT_Arq_Part_Correia_da_Serra.Cx_3B-A58.s.d..pdf) Acesso em: 17 mar. 2017.

<sup>6</sup> SILVA, José Alberto Teixeira Rabelo da. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. 2015. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015, p. 154.

*Elogio de Roberto Nunes da Costa, Elogio de Martinho de Mello e Castro, Elogio de Bento Sanches D’Orta e Elogio de Guilherme Luiz Antônio de Valleré.* A não publicação desses Elogios nas coleções periódicas da Academia explica-se pelo fato de que a agremiação levava em consideração a escolha do autor no modo de publicação de suas obras. Segundo consta no *Artigo extraído das atas da Academia R. das Ciências*, de 1805, depois de passada pela censura da Academia, as *Obras de Francisco Borja* seriam publicadas em coleção separada, seguindo a “vontade do autor”:

Determina a Academia Real das Ciências que as Obras de seu secretário Francisco de Borja Garção Stockler, que sendo sujeitas à Censura da Academia forem, ou tiverem sido julgadas dignas da luz pública, se imprimam à sua custa, e debaixo do seu privilégio em Coleção separada segundo a vontade do Autor. Em fé do que assinei a presente certidão. Secretário da Academia Real das Ciências aos 27 de novembro de 1805.<sup>7</sup>

Além de publicações avulsas, esses textos podiam ainda aparecer como preliminares nas edições da associação, como observado na *Coleção dos Principais Autores da História Portuguesa* (1806), no qual se publicou a *Vida de Fr. Bernardo de Brito* como preliminar da reimpressão de sua obra *Monarquia Lusitana*, nas *Obras Poéticas de Francisco Dias Gomes* com o texto *Breve Notícia da Vida e Obras do autor* (1799), e nas *Poesias de Pedro de Andrade Caminha* (1791), com um prólogo narrando a vida do autor.

Nas coleções periódicas da Academia, como as *Memórias de Literatura Portuguesa*, constituídas de 9 volumes publicados entre os anos de 1792 e 1814, encontraram-se três textos de caráter biográfico: a *Memória da Vida e Escritos de D. Francisco de Mello*, a *Memória da Vida e Escritos de Pedro Nunes*, publicadas no volume VII (1805) e a *Memória sobre Martim da Bohemia* no volume VIII (1814). Além das *Memórias de Literatura*, a maior parte dos Elogios e Memórias biográficas foram publicados na *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, coleção de maior longevidade publicada pela associação, tendo sido editada entre os anos de 1797 e 1835. Essa publicação teve um percurso editorial que se modificou diversas vezes. De 1797 até 1835 foram publicados 12 tomos em 20 volumes. Seu primeiro tomo intitulava-se *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, título modificado nos dois tomos seguintes para *Memórias de Matemática e Física da Academia Real das Ciências de Lisboa*, fixando-se, a partir de 1815, em *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, título que se manteve até 1854. A reconfiguração editorial dessa coleção a partir de 1815 servia para unificar as

<sup>7</sup> AMARAL, Antônio Caetano do. “Artigo extraído das atas da Academia R. das Ciências da sessão de fevereiro de 1805”. In: *Obras de Francisco de Borja Garção Stockler*. Tomo I. Lisboa: Na Tipografia da mesma Academia, 1805.

publicações da Academia, que antes estavam divididas entre as *Memórias de Literatura Portuguesa*, *Memórias Econômicas* e as *Memórias de Matemática e Física*. Sob o argumento de que se atrasavam as publicações dos diversos volumes, com “prejuízo de seus autores”, decidiu-se em sessão ordinária publicar anualmente um só volume dividido em partes.<sup>8</sup> Assim, a coleção de *História e Memórias* ficaria dividida em seções: a primeira intitulada “História”, que continha um “Discurso Histórico”, relatando as atividades acadêmicas do ano precedente, e outra parte intitulada “Elogios históricos”, na qual se publicavam os Elogios aos sócios falecidos, além de diversos discursos, programas e listas de sócios. A segunda e a terceira parte continham as “Memórias de Sócios” e as “Memórias de Correspondentes”, respectivamente, nas quais encontramos diversas Memórias sobre as vidas de personalidades históricas. Essa configuração editorial seria uma imitação da coleção francesa *Histoire de l'Académie Royale des Sciences avec les Mémoires de Mathématique & de Physique*, publicada entre os anos de 1699 e 1786 e dividida entre *Histoire* e *Mémoires*. Na Academia Real das Ciências de Lisboa, essa configuração seria seguida em quase todos os tomos publicados até à revisão estatutária ocorrida em 1834.<sup>9</sup>

Embora os sócios da Academia Real das Ciências não tenham destinado uma coleção específica para a publicação dos Elogios acadêmicos, a exemplo dos *Éloges des Académiciens* das instituições francesas, a utilização de uma parte das *Memórias* para a publicação dos Elogios históricos insere a Academia num novo e mais amplo projeto de sociabilidade acadêmica. Porém, quando comparamos a quantidade de Elogios publicados pela Academia nos primeiros anos de sua existência com aquela da Academia Francesa, torna-se evidente a irrisória prática do gênero pelos acadêmicos portugueses. Essa pequena quantidade de Elogios publicados, em relação à francesa, pode ser entendida se levarmos em consideração os fatores que atingiam a própria atividade editorial da Academia portuguesa. O historiador Daniel Estudante Protásio indica alguns elementos que permitem compreender a interrupção constante e a irregularidade de trabalhos históricos da instituição. Em primeiro lugar, a instabilidade política e militar do reino, que, iniciada no período de pressão napoleônica até a efetiva invasão, ainda permaneceria entre os anos de 1820 e 1851. O segundo fator é a secularização da ação de mecenato por parte do rei, da família real ou do presidente da Academia frente às dissensões políticas ocorridas entre os governos de D. João VI, D. Pedro IV e D. Miguel. Com essa instabilidade, o soberano deixava de ser financiador da Academia

---

<sup>8</sup> SILVA, José Alberto Teixeira Rabelo da. *Op. cit.*, p. 178-179.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

em anos de guerra civil, crise financeira e de politização do debate público, político ou acadêmico. Para Daniel Protásio, a primeira experiência liberal portuguesa, o Vintismo, viu com maus olhos a existência do financiamento cultural na Academia, ainda muito associada ao Antigo Regime. Por fim, a ausência de uma sede definitiva até 1833 e a constante mudança de localização contribuíram para a falta de estabilidade dos trabalhos históricos da associação e para a constituição de um acervo documental e bibliográfico que fundamentasse o trabalho do historiador. Essa instabilidade, que caracterizou as primeiras décadas do século XIX na Academia, podem explicar a irregularidade das sessões acadêmicas, a irregularidade das publicações de trabalhos de natureza histórica e, sobretudo, a constante alteração da natureza dos títulos impressos pela associação.<sup>10</sup> Com toda essa instabilidade política e financeira, tornava-se difícil um trabalho historiográfico estável. Em 1812, o tomo III da coleção de *História e Memórias* (que nessa época ainda se chamava *Memórias de Matemática e Física*) apresentou uma “Advertência”, em que se atribui à guerra e à falta de papel o atraso nas publicações:

Obstáculos bem fáceis de entender, por nascerem das circunstâncias da Guerra, têm retardado tanto o progresso da Impressão do tomo III, das Memórias de Matemática e Física da Academia R. das Ciências, que até saíram já à luz pública em outras obras algumas das Memórias, que se achavam impressas para o mesmo tomo. [...] Entre os referidos obstáculos foi uma falta de papel, pois o não havia para continuar a Edição com o asseio costumado nas obras da Academia.<sup>11</sup>

Os escritos biográficos da Academia foram escritos em prosa e variavam conforme as condições de produção acadêmica. Percebeu-se também que os Elogios escritos nas primeiras décadas da Academia são mais curtos que aqueles publicados nas obras da última década do século XVIII. Os Elogios muitas vezes eram menos extensos do que as Vidas, uma vez que eram recitados nas cerimônias públicas da associação. Os títulos das biografias também variavam entre *Vida*, *Memória histórica da Vida*, *Elogio histórico*, *Elogio acadêmico*, ou somente *Elogio*, o que demonstra a variabilidade dos textos e dos seus autores quanto à escrita do gênero. Esses textos foram publicados pela tipografia da Academia, e em alguns casos nem foram publicados, como o caso dos Elogios escritos pelo secretário Abade Correia da Serra entre os anos de 1788 e 1794, que somente foram recitados.

<sup>10</sup> PROTÁSIO, Daniel Estudante. “Academia Real das Ciências de Lisboa (1820-1851)”. In: *Dicionário de Historiadores Portugueses*. [online]. Disponível em: <<http://dichp.bnportugal.pt/index.htm>> Acesso em: 20 mai. 2018.

<sup>11</sup> “Advertência”. In: *Memórias de Matemática e Física da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo III parte I. Lisboa: Na Tipografia da mesma Academia, 1812.

Conforme observado no primeiro capítulo deste trabalho, a escrita do Elogio funcionava por meio da imitação de modelos antigos na composição da narrativa. Essas prescrições, sistematizadas na Antiguidade Clássica, sobreviveram na Idade Moderna por meio de uma tratadística que se estabelecia ora mediante traduções, ora por meio da sistematização de novos tratados. No século XVIII português, a tratadística literária seria atualizada conforme as diretrizes do Reformismo Ilustrado português,<sup>12</sup> sendo necessário retroceder ao período pombalino para identificarmos as possíveis referências usadas pelos letrados da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Com a reforma dos estudos menores durante a administração pombalina, a retórica passaria por uma revitalização. Esse processo deu-se por meio da aprovação de uma nova legislação sobre o ensino de retórica, que desencadeou a publicação de novos tratados de retórica e poética, além de novas traduções. O objetivo era diminuir a influência da retórica praticada pela Companhia de Jesus, que até então era sistematizada conforme as orientações do *Ratio Studiorum*. Os novos parâmetros de ensino da eloquência caracterizavam-se por uma nova concepção de retórica, fundada nas propostas pedagógicas do *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), de Luís Antônio Verney, e na *Arte Poética ou Regras da Verdadeira Poesia* (1748), de Francisco José Freire.<sup>13</sup>

Nas cartas 5 e 6 de sua obra, Verney estabelece um novo lugar para a retórica, atacando o que chama de mau gosto na retórica jesuítica. Criticando o excesso de ornamentos estilísticos, a afetação e o abuso dos tropos e das figuras de linguagem, o oratoriano demonstrava o vazio dos oradores orientados pelos inicianos. Verney ridiculariza a excessiva citação de frases e autores, citações fora de propósito, repetições inúteis, o exibicionismo da

---

<sup>12</sup> Com a ascensão do Marquês de Pombal em 1750 e a instalação das mudanças políticas orientadas pela Ilustração, Portugal passa a um processo renovação cultural. Embora as luzes portuguesas tenham suas raízes no reinado de D. João V, foi durante o reinado de D. José I, e do ministério do Marquês de Pombal, que o discurso da Ilustração se desenvolveu e foi instrumentalizado pelo Estado. Foi sob o chamado despotismo esclarecido que a ideia de progresso nas ciências e de racionalização da estrutura administrativa unificaram-se em projetos que objetivavam a superação da ordem estabelecida. A Ilustração em Portugal, bem como em outros lugares, caracterizou-se por um conjunto de falas na filosofia, nas ciências, na política, na economia e nas artes, que existiu somente como um modo de pensar e agir, como um conjunto de atitudes e não como uma sequência de acontecimentos. Nesta perspectiva, o iluminismo também não pode ser classificado como a “era da razão”, uma vez que a razão foi móvel na ação humana em diversos períodos históricos. No caso específico do discurso setecentista, o que define a razão como seu elemento típico é a maneira como ela é invocada para fundamentar perspectivas progressistas e renovadoras, ou para justificar repressões contrárias à renovação e ao progresso. De modo geral, ela funcionou para legitimar mudanças e conservadorismos ocorridos, como se tais transformações não se sustentassem sem um aparelho conceitual. TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*: Basílio da Gama e a poética do encômio. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999, p. 25. Ver também: HAMPSON, Norman. *The Enlightenment: An Evaluation of its Assumptions, Attitudes and Values*. London: Penguin Brooks, 1990, p. 9.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

erudição, os títulos obscuros e a falta de competência na elocução.<sup>14</sup> Na perspectiva de Verney, os jesuítas abandonaram a definição clássica de retórica: “*docere, delectare, movere*”, na medida em que enfatizavam somente o “*delectare*”. Desse modo, Verney propõe uma reforma na concepção de retórica e do método de ensiná-la, de forma que a ênfase recaísse no “*movere*”.

Em 28 de junho de 1759, o Marquês de Pombal promulgou um alvará que instituiu um novo programa e um novo método para o ensino de Gramática latina, Grego e Retórica. O alvará instituiu um ensino de retórica em cujo projeto se inserem os tratados *Máximas sobre a Arte Oratória*, de Francisco José Freire e os *Elementos da Invenção e Locução Retórica*, do padre Antônio Pereira de Figueiredo. Francisco José foi frade da Congregação do Oratório que, por meio de seus tratados, inspirou o movimento estético da Arcádia Lusitana. Por sua vez, Pereira Figueiredo foi defensor da política pombalina e posteriormente sócio fundador da Academia Real das Ciências. Tanto as *Máximas* como os *Elementos* foram editados e publicados pela primeira vez em 1759, na Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. Dedicados ao Marquês de Pombal, os compêndios retóricos de Francisco José Freire e de Antônio Pereira Figueiredo desempenharam papel importante na reforma do conceito de retórica em Portugal e na educação da nobreza.<sup>15</sup>

O alvará de 1759 criticava também o método de ensino dos jesuítas, acusado de ser “obscuro” e “fastidioso”, propondo um novo método de ensino baseado no conhecimento amplo dos modelos gregos e romanos. Nessa legislação, os modelos antigos deveriam ser ensinados através de termos “simples e claros”, para a maior facilidade dos estudantes. Além disso, o alvará instituiu professores públicos de retórica em Lisboa, Coimbra, Porto e Évora.<sup>16</sup> Com essa medida, a retórica passou a ser disciplina eliminatória nos exames de ingresso à Universidade. O alvará também determinava que todos os professores deveriam regular seus ensinamentos a partir das *Instruções para Professores de Gramática Latina, Grega e Hebraica e de Retórica*, suplemento publicado no mesmo ano do alvará e que ratificava as novas orientações para o ensino de retórica:

<sup>14</sup> CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1, p. 123-152, set., 2000, p. 131-132.

<sup>15</sup> TEIXEIRA, Ivan. *Op. cit.*, p. 88.

<sup>16</sup> “Haverá na Cidade de Lisboa quatro Professores públicos de Retórica; dois em cada uma das Cidades de Coimbra, Évora e Porto; e um em cada uma das outras Cidades, e Vilas, que são Cabeça de Comarca; e todos observarão respectivamente o mesmo, que fica ordenado para o governo dos outros Professores de Gramática Latina, e Grega; e gozarão dos mesmos Privilégios.” PORTUGAL. *Alvará de regulamentação para os estudos de línguas latinas, grega e hebraica e da arte da retórica*. Lisboa, 1759.

Não há estudo mais útil que o da Retórica e Eloquência, muito diferente do estudo da Gramática: porque esta só se ensina a falar, e ler corretamente, e com acerto, e a doutrina dos termos e das frases. A retórica, porém, ensina a falar bem, supondo já a ciência das palavras, dos termos e das frases: ordena os pensamentos, a sua distribuição, e ornato: e com isto se ensinam todos os meios, e artifícios para persuadir os ânimos, e atrair as vontades. É pois a retórica a arte mais necessária no comércio dos homens, e não só no púlpito, ou na advocacia, como vulgarmente se imagina: nos discursos familiares, nos negócios públicos, nas disputas, em toda ocasião, em que se trata com os homens, é preciso conciliar-lhes a vontade, e fazer não só que entendam o que se diz, mas que se persuadam do que se lhe diz, e o aprovelem: por consequência, é precisa esta arte, que o mau método dos estudos de letras humanas tinha reduzido nestes reinos à inteligência material dos tropos e figuras, que são ou a sua mínima parte, ou a que merece bem pouca consideração.<sup>17</sup>

O suplemento do alvará defende a importância da retórica, considerando-a essencial não somente no púlpito ou no júri, mas também nas relações cotidianas entre as pessoas, que deveriam saber moldar os seus interesses através da argumentação. Além disso, nas *Instruções* criticava-se o ensino jesuítico, acusando-o de se limitar à etapa da elocução (os tropos e as figuras), considerados como parte menos importante na construção do enunciado: “porque o uso material desses tropos e dessas figuras sem gosto e sem discernimento não servem a nenhum dos ditos respeitos, se não o de fazer os discursos pueris, pedantescos e por ambos estes princípios alheios de um homem maduro”.<sup>18</sup> Segundo o alvará, por mais que a elocução fosse considerada parte importante, ela não deveria ser o foco da construção do enunciado. Essa crítica fora levantada por Verney contra a retórica praticada pelos jesuítas e demonstra claramente a adesão das *Instruções* à obra *Verdadeiro Método de Estudar*, que por sua vez se tornaria a base das orientações oficiais do Estado sobre o ensino e sobre as instituições literárias. Nessa conjuntura de renovação dos estudos literários, a Arcádia Lusitana, fundada em 1756, também estabelecia o anseio de “restaurar” o “bom gosto” perdido. Segundo Jorge Antônio Ruedas de la Serna:

A palavra “restaurar” é chave para entender o referente crítico do arcadismo português do século XVIII. Trata-se de restaurar o “bom gosto”, isto é, de acabar com os excessos a que havia chegado o barroco, de voltar à lição dos clássicos gregos e latinos, de reestabelecer a clareza e a economia na expressão literária, de evitar as efusões do sentimento que nublam ou subtraem força e brilho à razão.<sup>19</sup>

A defesa de uma “restauração”, a partir da lição dos antigos, levaria as *Instruções* a definir que os preceitos a serem ensinados nas escolas deveriam ser retirados das *Instituições Oratórias*, do orador romano Quintiliano.<sup>20</sup> Desde então, o retor latino torna-se o guia da renovação dos estudos retóricos em Portugal, não só pelas adaptações feitas em francês, mas

<sup>17</sup> PORTUGAL. *Instruções para Professores de Gramatica Latina, Grega e Hebraica e de Retórica*. Lisboa, 1759.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> RUEDAS DE LA SERNA, Jorge Antônio. *Arcádia: tradição e mudança*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 2.

<sup>20</sup> PORTUGAL. *Instruções*, Op. cit.

também pelas edições portuguesas das *Instituições Oratórias*, de autoria dos letrados Pedro da Fonseca e Jerônimo Soares Barbosa. Esses dois letrados foram sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa, sendo Pedro da Fonseca professor régio de retórica e poética em Lisboa e Jerônimo Soares Barbosa professor de retórica e poética na Universidade de Coimbra. Suas adaptações e traduções de Quintiliano basearam-se na edição francesa das *Instituições*, que Carolo Rollin publicou pela primeira vez em 1715, e que teve diversas edições na França e em outros países. Segundo as *Instruções*, o “admirável livro” de Rollin deveria servir de referência para o ensino de retórica em Portugal. A partir de então, no mesmo ano de 1759 saiu a edição portuguesa da obra de Rollin, publicada com privilégio real em Lisboa e sendo seguida por diversas adaptações portuguesas.<sup>21</sup>

José Pedro da Fonseca e Jerônimo Soares Barbosa foram os maiores difusores da obra de Quintiliano em Portugal, o que podemos notar por meio da ampla circulação de suas obras. O manual abreviado da *Instituições* de Quintiliano, escrito por José Pedro da Fonseca, e inicialmente para seu uso particular, teve notável difusão no reino por meio de diversas edições. Publicado pela primeira vez em 1775, na cidade de Lisboa, foi reeditado em 1781, 1785, 1793, 1804 e em Coimbra em 1809. Essa versão de José Pedro da Fonseca também foi traduzida pelo professor de retórica da cidade de Évora, João Rosado Vilalobos e Vasconcelos, na obra *Os três Livros das Instituições Retóricas de M. Fabio Quintiliano acomodadas aos que se aplicam ao Estudo da Eloquência por Pedro José da Fonseca [...]*, publicada em Coimbra na Real Oficina da Universidade no ano de 1782. Essa tradução foi reeditada novamente em 1792 em Coimbra.<sup>22</sup>

Jerônimo Soares Barbosa também elaborou suas versões abreviadas da obra de Quintiliano. Publicou em 1786 a primeira edição de uma interpretação própria das *Instituições* que foi reeditada em 1803, 1814 e 1825.<sup>23</sup> Posteriormente à sua primeira publicação, Soares Barbosa também traduziu as *Instituições Oratórias* para o português, que foram publicadas em dois volumes em 1788 e 1790 pela Real Imprensa da Universidade de Coimbra. No prólogo dessa edição, Barbosa justificaria a sua impressão a partir do que chama de “servilismo linguístico, incompletudes e erros grosseiros” contidos na versão das *Instituições* feita pelo padre Vicente Amado (que foi publicada sob o pseudônimo de Fr. Vicente Lisbonense) e publicada pela Régia Oficina Tipográfica em 1777, e na versão de José Pedro

<sup>21</sup> CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização literária em Portugal: do Humanismo ao Neoclassicismo*. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, p. 590.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 599-601.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 601.

da Fonseca, traduzida por João Rosado Vilalobos e Vasconcelos. A obra de Barbosa, intitulada *Instituições de M. Fabio Quintiliano escolhidas dos seus XII livros, traduzidas em linguagem e ilustradas com notas críticas, históricas e retóricas para uso dos que aprendem ajuntam-se ao fim as peças originais de eloquência, citadas por Quintiliano no corpo destas Instituições*, foi editada novamente em Coimbra em 1836. Essa obra foi reeditada no mesmo ano em Paris, na Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, e também na Bahia, em 1829, na Tipografia Imperial e Nacional.<sup>24</sup>

Além de Quintiliano, as *Instruções* definiram que o ensino deveria ser regulado pela Retórica de Aristóteles e pelos tratados de Cícero, Longino, Vóssio e Fr. Luís de Granada. Por outro lado, a influência francesa na atualização de uma “teoria retórica” em Portugal, vista, por exemplo, no importante papel da adaptação de Rollin da obra de Quintiliano no mundo literário português, também pode ser percebida em outras traduções. Seguindo o movimento de atualização estético-literário francês, o letrado Luís de Crevier publicaria na cidade de Paris em 1774 as *Praeceptiones Rhetoricae ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano depromptae*, edição corrigida da obra *Praeceptiones Rhetoricae, variis exemplis illustratae (a Lengletio, Hersanno, Rollino)*, uma cum índice locupletissimo, accurate emendatae, publicada em 1717. Essa versão de Crevier teve importante circulação em Portugal, sendo traduzida e publicada em português com o título *Preceitos de Retórica tirados de Aristóteles, Cícero e Quintiliano, por Mr. J. B. Luiz Crevier, Professor de Retórica da Universidade de Paris traduzidas em português e ilustrados com notas* na Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno em 1786. Essa obra veio a ser novamente editada em 1830 na Impressão Régia.<sup>25</sup> Além desses tratados, publicaram-se também, em 1761, a versão portuguesa dos *Dialogues sur l'éloquence* de Fénelon, com o título *Diálogos sobre a Eloquência em geral e a do púlpito em particular escritos em a Língua Francesa pelo ilustríssimo Francisco Salignac Fenelon...*, e, em 1789, os dois volumes de *La Rhétorique ou les Règles de l'Éloquence* de Gibert.<sup>26</sup>

O desenvolvimento de uma teoria estética neoclássica em Portugal não permaneceu circunscrito à tradução de compêndios franceses. Os mestres da eloquência dos finais do século XVIII português reelaboraram a retórica portuguesa através da união entre a herança doutrinal dos Antigos e suas reinterpretações modernas, influenciadas em grande parte pela eloquência francesa. Isso pode ser observado nas *Máximas sobre a arte oratória* escritas por

---

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 601-602.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 605.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 606-607.

Francisco José Freire, em que se estabeleciam ensinamentos dos Antigos, com relevo maior para as *Instituições* de Quintiliano (no total dezesseis transcrições), sendo seguidas por Cícero (oito transcrições), Platão e Plínio (duas transcrições cada um) e por fim João Crisóstomo e Aristóteles (uma de cada). Além da referência aos Antigos, Francisco José Freire também indica na dedicatória que a fonte mais generosa de suas reflexões foi *L'éloquence chrétienne* de Gisbert.<sup>27</sup>

De modo geral, a tratadística retórica portuguesa dessa época foi diversa, sendo constituída ora por alto patrocínio real, ora por projetos particulares. Dentre as obras de maior relevo que seguiam as diretrizes do reformismo pombalino destacam-se o *Teatro da Eloquência, ou Arte de Retórica, fundada nos preceitos dos melhores Oradores, Gregos e Latinos*, publicada na Oficina de Francisco Borges de Sousa em 1766; a *Arte Retórica*, de João Rosado de Vila-lobos e Vasconcelos, de 1773; o *Compêndio da Retórica Portuguesa*, de Antônio Teixeira de Magalhães, de 1782; o *Ensaio de Retórica* de Fr. Sebastião de Santo Antônio, e, por fim, o *Compêndio Retórico*, de Bento Rodrigo Pereira de Sotomaior e Meneses, publicado em 1794, dentre outros.<sup>28</sup> No bojo do processo de revitalização da retórica, a reforma pombalina também valorizaria o estudo da língua grega, transpondo-a da universidade aos estudos menores. Nesse movimento, o professor e tradutor de grego Padre Custódio José de Oliveira traduziria para o português o *Tratado do Sublime* de Dionísio Longino, publicando-o em 1771 na Régia Oficina Tipográfica. Na sequência, também traduziu *Sobre o Modo de Escrever a História*, de Luciano de Samósata, obra que já tinha sido traduzida duas vezes em Portugal. Fr. Jacinto de S. Miguel e Fr. Manoel de Santo Antônio, padres da Congregação de S. Jerônimo, traduziram a obra de Luciano de Samósata em 1733, publicando suas traduções lado a lado, na mesma edição, pela Oficina da Música. A versão de Custódio José de Oliveira foi publicada em 1771, e, pela mesma Régia Oficina Tipográfica, recebeu uma nova edição corrigida, com notas, saída em 1804.<sup>29</sup>

Além do uso de referências antigas e francesas contemporâneas, os modelos propostos pelos mestres para imitação dos estudantes pertenciam em sua totalidade aos séculos XVI e XVII. Dentre os historiadores propostos como modelos de imitação nas *Instruções da Retórica, e Eloquência dadas aos Seminaristas do Seminário do Patriarcado*, publicado em 1795, aparecem D. Fr. Marcos de Lisboa, cronista da Ordem Franciscana, padre João de

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 628-629.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 661-662.

<sup>29</sup> SINKEVISQUE, Eduardo. “Três imagens de Luciano de Samósata no século XVIII português”. *Letras Clássicas*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 132-151, 2015, p. 135.

Lucena, Fr. Luís de Sousa e João de Barros.<sup>30</sup> Este último já era referência na vida letrada portuguesa desde o século XVI, tendo seus Panegíricos usados como modelos pelos letrados dos séculos XVII e XVIII. Seu famoso *Panegírico do rei D. João III*, proferido em 1533, somente foi publicado em 1740 na segunda edição das *Notícias de Portugal*, de Manuel Severim Faria. Sendo publicada primeiramente na Oficina de António Isidoro da Fonseca, essa obra de Barros recebeu uma segunda edição copiada das *Notícias* de Severim, publicada em 1791 por Joaquim Francisco Monteiro de Campos Coelho e Sousa na Oficina de António Gomes, na cidade de Lisboa.<sup>31</sup> Essa preferência pelos modelos quinhentistas da prosa e da poesia permaneceria na Academia Real das Ciências de Lisboa, conforme pode-se observar na publicação das poesias de Pedro de Andrade Caminha, em diversas memórias sobre os estilos poéticos e as poesias quatrocentistas e quinhentistas, na publicação da *Vida do Infante Dom Duarte*, escrita pelo humanista André de Rezende, e nas memórias sobre a elocução de João de Barros.

Entre os anos de 1792 e 1793 publicou-se nas *Memórias de Literatura* da Academia a *Memória do espírito da língua portuguesa, extraído das Décadas do insigne escritor João de Barros* e a dissertação acadêmica *João de Barros: Exemplar da mais sólida eloquência portuguesa*, escritas por Antônio Pereira Figueiredo. Nessas memórias, oferecidas pelo letrado à associação em 1781, para servir de guia na escrita do Dicionário da língua portuguesa, Pereira Figueiredo analisa o que ele chama de “Eloquência Nacional” nas obras de Barros. Através da seleção e listagem em ordem alfabética de palavras próprias, expressões, arcaísmos e metáforas usados pelo cronista quinhentista, o letrado defenderia que a linguagem desenvolvida por João de Barros deveria servir de guia para quem desejasse “falar bem”:

Mas não se me podendo negar, que todas e cada uma das línguas cultas da Europa formam-se de uma eloquência própria delas, a que podemos chamar de Eloquência Nacional; e que tanto é mais Nacional essa Eloquência, quanto participa menos da estranha: Passo já a mostrar, que entre todos os nossos escritores é João de Barros aquele, em que mais reluz a Eloquência da Língua Portuguesa considerada no seu fundo, e que assim merece Barros ser o escritor de cuja lição mais se aproveitem, todos os que aspiram falar bem a mesma língua.<sup>32</sup>

A preferência pelos modelos de eloquência do Classicismo também seria atualizada em 1789, quando o sócio Abade Correia da Serra publicaria a *Vida do Infante Dom Duarte*,

<sup>30</sup> CASTRO, Aníbal Pinto de. *Op. cit.*, p. 615-616.

<sup>31</sup> COUTO, Aires do. “Panegíricos de D. João III de dois humanistas de Quinhentos: João de Barros e Inácio de Moraes”. *Máthesis*, Viseu, n. 9, p. 37-67, 2000, p. 41-42.

<sup>32</sup> FIGUEIREDO, Antônio Pereira de. “João de Barros: Exemplar da mais sólida eloquência portuguesa”. In: *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo IV. Lisboa: Oficina da mesma Academia, 1793, p. 6.

de André de Rezende. Essa edição, publicada pela Academia, sairia a partir de um manuscrito presente no Colégio Beneditinos de Coimbra, cuja existência foi informada pelo sócio Fr. Joaquim de Santa Clara. No prólogo da edição, Correia da Serra defenderia a eloquência desenvolvida pelo Classicismo argumentando que os principais objetivos da associação eram “a indagação das obras inéditas dos nossos antigos portugueses, das quais se pudesse esperar, ou nova luz à nossa história, ou novo lustre à nossa língua e literatura”.<sup>33</sup> Regulado pelo que o letrado chama de “uma delicadeza de gosto”, o Panegírico concebia a narração da vida do infante português com os artifícios de gosto aprovados por Correia da Serra:

Um e outro motivo moveram a ordenar a publicação deste opúsculo de André de Rezende, no qual ao mesmo tempo se acham os feitos de um príncipe, por quem a Casa Real hoje reinante subiu ao trono, feitos poucos conhecidos, e de que o autor foi testemunha, vê-se juntamente uma pureza de língua, e uma locução natural e suave, cheia de urbanidade e de decoro, sumamente própria do assunto e das circunstâncias que moviam o escrever. O plano da obra mostra no autor uma delicadeza de gosto, filha do conhecimento dos Gregos e Romanos originais, e de um largo exercício de escolher suas ideias e palavras, proporcionando com escrupulosa atenção, ao tempo, as pessoas e as circunstâncias, atenção que é a única origem de todos os acertos na matéria de saber escrever.<sup>34</sup>

Nessa passagem, Correia da Serra afirmaria a importância do Elogio escrito por André de Rezende como modelo ideal de eloquência, baseando a sua adesão na noção de *auctoritas*. As ideias de pureza, naturalidade, suavidade e decoro, no discurso do sócio, demonstram a ressonância do ideal de clareza e naturalidade retórica disseminado com as reformas pombalinas. Segundo o trecho do prólogo, o opúsculo de André de Rezende seria o melhor modelo porque continha a “linguagem adequada” ao gênero, sendo planejada a partir do conhecimento dos oradores gregos e romanos. Porém, essa defesa da eloquência do Classicismo na Academia Real das Ciências não supunha uma adesão ao modelo de Panegírico empregado pelos letrados do século XVI. Tanto no prólogo escrito por Correia da Serra, quanto nas memórias sobre a eloquência de João de Barros podemos perceber que a preocupação maior não era a defesa ou não de um determinado modelo, mas especificamente o uso da linguagem, a etapa da elocução, uma vez que o eixo central de discussões sempre era o “estilo” empregado no século XVI.<sup>35</sup>

Além do uso das autoridades do Classicismo, também podemos encontrar indícios da incorporação do modelo parisiense de Elogio na Academia portuguesa. Não por mera

---

<sup>33</sup> SERRA, Abade Correia da. “Prólogo”. In: REZENDE, André de. *Vida do Infante D. Duarte*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> As discussões em torno do melhor estilo de falar ou escrever em português estavam relacionadas ao projeto da Academia de escrever um Dicionário de língua portuguesa.

coincidência, o primeiro Elogio do tomo I da coleção de *Memórias* da Academia Real das Ciências seria o *Elogio Histórico de João Le Rond D’Alembert*, de 1797. Esse trabalho, escrito pelo sócio português Francisco de Borja Garção Stockler, foi publicado novamente em 1805, em versão corrigida na primeira edição de suas *Obras*, no qual introduziu notas de rodapé com informações adicionais e correção de erros da primeira versão.<sup>36</sup>

João Le Rond D’Alembert foi sócio da Academia das Ciências de Paris e da Academia Francesa e o primeiro sócio estrangeiro da Academia Real das Ciências de Lisboa. Autor de vários Elogios aos letrados franceses, seu Elogio em português demonstra o seu reconhecimento como autoridade e o intuito da Academia Real de Lisboa de aderir ao seu modelo de Elogio e ao projeto enciclopédico francês. Comentando os Elogios escritos por D’Alembert, o sócio Francisco de Borja afirmaria que:

Este gênero de composição já não era para ele novo. Os Elogios de *João Bernoulli*, *Montesquieu*, e *Dumarsais* tinham mostrado que a pena, que com tanto gosto, e discernimento traçara no Dicionário Enciclopédico o artigo *Elogio Histórico*, sabia praticar sem violência os excelentes preceitos, que ditara, e a exceder os melhores modelos que Fontenelle nos havia deixado, tendo assim a glória talvez única entre os Homens de Letras, de ser o primeiro autor dos preceitos de um gênero, e de produzir nele ao mesmo tempo os mais maravilhosos exemplares.<sup>37</sup>

Nesse trecho, Francisco de Borja defenderia que os Elogios escritos por Fontenelle e desenvolvidos por D’Alembert seriam os “melhores modelos” na composição do gênero. A adesão ao modelo de Elogio francês pela Academia Real das Ciências de Lisboa seria demonstrada, no primeiro momento, pela substituição do título “Elogio”, presente nos primeiros textos escritos por Correia da Serra, pelo título “Elogio Histórico” nas composições feitas após a publicação de Francisco de Borja. Os primeiros Elogios da Academia, redigidos por Correia da Serra, somente foram recitados nas assembleias da associação, não passando de sua versão manuscrita. Sobre esses textos, o sócio Manoel José Maria da Costa e Sá destaca:

O Snr. José Correia da Serra, ao passo que acompanhava os seus Consócios em todas as empresas, não esquecia de celebrar a memória dos Sócios que faleciam, como foi a dos Senhores Antônio Domingues do Paço, Preceptor de Suas Altezas, de José de Mello Breyner, de D. João de Faro, Conde de Virmeiro, de Benjamim

---

<sup>36</sup> Em notas de rodapé Francisco de Borja corrige erros sobre a história da matemática. Um deles foi de atribuir a invenção do Método Inverso das Fluxões Parciais a D’Alembert. Assim, corrige indicando que o método foi desenvolvido por Leonardo Euler. STOCKLER, Francisco de Borja Garção. *Obras de Francisco Borja Garção Stockler*. Tomo I. Lisboa: Tipografia da Academia R. das Ciências de Lisboa, 1805, p. 27-39.

<sup>37</sup> *Idem*. “Elogio histórico de João Le Rond D’Alembert”. In: *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1797, p. 571.

Franklin e do Padre João de Loureiro; desta sua importante diligência só obtive escassa notícia.<sup>38</sup>

O primeiro Elogio recitado na associação foi o *Elogio do senhor Marquês de Angeja* em 1788, em que Correia da Serra narra as virtudes do sócio honorário em razão do seu falecimento. Nesse texto, Correia da Serra louva as virtudes familiares, o “serviço nas armas”, as atividades burocráticas e a “paixão pelas ciências” do homenageado falecido. Entre esses primeiros Elogios da Academia, escritos pelo Abade Correia da Serra (1788, 1789, 1791, 1792 e 1793 e outros sem data) e o primeiro Elogio publicado na coleção de *História e Memórias* (Elogio de D’Alembert, 1797) nota-se uma descontinuidade.<sup>39</sup> Duas diferenças narrativas demarcam a mudança no modelo de Elogio produzido na Academia. A primeira, mais evidente, é no tamanho dos textos. Os Elogios escritos por Correia da Serra são mais curtos que os Elogios da coleção de *História e Memórias*. Esse primeiro aspecto nos leva para a segunda diferença, que reside no modo de narrar a história dos homenageados. Enquanto os Elogios escritos por Correia da Serra não oferecem muitos detalhes sobre as ações dos homenageados, se resumindo no louvor das virtudes e ações em um tom generalizado, os Elogios da coleção de *História e Memórias* oferecem uma narrativa detalhada das “ações mais notáveis”, estudos e “progressos literários” dos homenageados. Nos primeiros Elogios, o foco são as “virtudes” morais, militares, políticas, literárias e eclesiásticas, sem preocupação com a narração dos trabalhos acadêmicos, nem com datas ou cronologia. Nos Elogios históricos, após 1797, o ponto central era a enumeração cronológica dos trabalhos acadêmicos dos sócios, embora ainda louvassem as ações e virtudes não acadêmicas. Essa modificação narrativa se daria pela adesão ao modelo de Elogio que deveria manter o foco nas atividades acadêmicas dos “homens de letras”. A própria revisão estatutária, feita em 1812, previa que os

---

<sup>38</sup> SÁ, Manoel José Maria da Costa e. “Elogio Histórico de José Correia da Serra”. In: *História e Memória da Academia Real das Ciências de Lisboa*. 2ª Série. Tomo II. Parte I. Lisboa: Na Tipografia da Mesma Academia, 1848, p. XV.

<sup>39</sup> Correia da Serra escreveu: “Elogio do senhor Marquês de Angeja” (1788), “Elogio do senhor Marquês de Penalva” (1789), “Elogio de Antônio Domingues do Paço” (s.d.), “Elogio do senhor Conde do Vimieiro” (1791), “Elogio do senhor João de Loureiro” (1792), “Elogio do senhor Fr. José Maine” (1793) e o “Elogio do senhor Principal Mascarenhas e do senhor José de Mello Brainer” (s.d.). Os Elogios publicados na coleção de *História e Memórias* foram: “Elogio histórico de João Le Rond D’Alembert” (1797), “Elogio histórico de Fr. João de Sousa” (1815), “Elogio Histórico do Excelentíssimo e reverendíssimo D. Fr. Manoel de Cenáculo” (1815), “Elogio histórico de João Guilherme Cristiano Muller” (1816), “Elogio do Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira” (1818), “Elogio histórico do Ex.mo e Rev.mo Bispo Inquisidor Geral D. José Maria de Mello” (1819), “Elogio histórico do Conde da Barca” (1823), “Notícia histórica da vida e escritos de Antônio Caetano do Amaral” (1823), “Elogio histórico de Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de Magalhaes” (1825) “Elogio do Padre Theodoro de Almeida” (1831).

Elogios deveriam ser “somente concedidos àqueles que em vida mostraram zelo pelo serviço da sociedade, e participação dos seus trabalhos”<sup>40</sup>

A substituição do “Elogio” que apenas louva as virtudes pelo “Elogio histórico” que louva e enumera os trabalhos e virtudes seria uma adesão do sócio Francisco de Borja ao modelo de Elogio francês, a partir da leitura do artigo *Éloge* presente na *Encyclopédie*. Com o artigo *Éloges historiques*, escrito pelo próprio D’Alembert, os Panegíricos das academias receberiam o tom enciclopédico do projeto iluminista francês, incorporando conceitos de progresso e verdade, e sendo atualizados como “Mémoires pour servir à l’histoire des Lettres”.<sup>41</sup> Segundo essa nova concepção de Elogio, a narrativa deveria concentrar-se no louvor e na narração das ações acadêmicas, uma vez que se compreendia que ao narrá-las, narravam-se também os “progressos literários” e a história da Academia. Isso poderia explicar o porquê de os Elogios do Abade Correia da Serra não terem sido publicados pela associação, diferentemente dos Elogios de Francisco de Borja. Por outro lado, devemos considerar que a vontade do autor era levada em consideração, como observado anteriormente na configuração editorial das *Obras* de Francisco de Borja.

Corroborando com a mudança no caráter do Elogio, podemos afirmar que o próprio *Elogio histórico de D’Alembert*, escrito por Francisco de Borja, seria uma imitação do *Elogio de D’Alembert* escrito pelo Marquês de Condorcet e publicado na coleção da Academia Real das Ciências francesa de 1786. As aproximações entre Elogio de Condorcet e o de Francisco de Borja podem ser percebidas nos argumentos (tópicos) e na estrutura do texto, observados, por exemplo, na introdução dos dois Elogios:

*Éloge de M. D’Alembert* escrito pelo Marquês de Condorcet

Jean Le Rond D’Alembert, secretário perpétuo da Academia Francesa, membro das Academias de Ciências da França, Prússia, Rússia, Portugal, Nápoles, Turim, Noruega, Pádua, da Academia Real de Belas Letras da Suécia, do Instituto de Bolonha, da Sociedade Literária de Cassel e da Sociedade Filosófica de Boston, nasceu em Paris em 17 de novembro de 1717.

Não procuraremos levantar o véu com que o nome dos seus pais foi coberto durante sua vida; e o que importa o que eles podem ter sido? Os verdadeiros antepassados de um homem de gênio são os mestres que o precederam em sua carreira, e seus verdadeiros descendentes são estudantes dignos dele.

Exposto perto da igreja de Saint Jean Le Rond, o Sr. d’Alembert foi levado para a casa de um comissário, a quem felizmente o hábito dos tristes deveres de sua posição não endurecera. Ele temia que essa criança fraca e quase moribunda não

<sup>40</sup> MORATO, Francisco Manuel Trigo de Aragão. *Op. cit.*, p. 46.

<sup>41</sup> “Memórias para servir à História das Letras”. DIDEROT, Denis. et al. “Éloge”. *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Nouvelle Édition. Tome douzième. A Genève: Chez Pellet imprimeur-libraire, rue des Belles Filles, 1779, p. 160-162. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50533b.texteImage>> Acesso em 15 mai. 2018.

puddesse encontrar em um hospício público os cuidados e atenções constantes, necessários para sua preservação; ele encarregou dela uma operária cujos costumes e humanidade ele conhecia. E foi desse azar feliz que dependeu a existência de um homem que seria a honra de seu país e do seu século, e que a natureza destinara a enriquecer o sistema de conhecimento humanos com tantas novas verdades.

Esse abandono, que talvez fosse apenas aparente, durou apenas alguns dias. O pai de M. D'Alembert o reparou tão logo foi dele informado; ele fez para a educação de seu filho, e para assegurar-lhe um meio de vida independente, o que a natureza e o dever exigiam [...]<sup>42</sup>

*Elogio Histórico de João Le Rond D'Alembert* escrito por Francisco de Borja Garção Stockler

João Le Rond D'Alembert, secretario perpetuo da Academia Francesa, sócio das Academias de Ciências de Paris, de Petersburgo, de Berlim, de Lisboa, de Nápoles, Turim, Noruega, e Pádua, da Academia Real das Belas Letras de Suécia, do Instituto de Bolonha, da Sociedade Real de Londres, da Sociedade Literária do Cassel, e da Sociedade Filosófica de Boston, nasceu em Paris a 17 de novembro de 1717.

Como o amor que uniria seus pais, se não achava autorizado pelos vínculos sagrados do matrimônio, na mesma noite do seu nascimento o expuseram junto da igreja de S. João Le Rond, de onde foi conduzido a casa do comissário, ou Juiz criminal daquele bairro, o qual a vista da extrema debilidade em que se achava o desamparado menino, receando que o trato do Hospital dos Expostos não fosse bastante para salvar-lhe a vida, o deu a uma caridosa mulher, de cuja humanidade tinha inteiro conhecimento.

Seu pai, que ou não tinha sido logo sabedor da exposição do filho, ou não havia consentido nela se não por condescendência, cuidou em acudir imediatamente ao desamparo, em que ele se achava, providenciando quanto era necessário para a sua educação e subsistência, como os deveres da honra e da natureza pediam.<sup>43</sup>

Por meio desses trechos iniciais podemos afirmar que Borja utilizou o Elogio escrito por Condorcet como modelo, tanto no modo de iniciar o texto, com a narração breve das suas filiações às diversas academias europeias, como pela narração das condições de abandono de D'Alembert e a responsabilidade paterna pela educação do filho. Nos dois Elogios nota-se uma narrativa focada na vida acadêmica de D'Alembert, com ênfase em suas contribuições científicas, o que reafirma que o texto escrito por Borja é uma imitação. Na segunda edição do seu Elogio histórico de D'Alembert, publicado em 1805, o letrado reafirmaria em nota de

<sup>42</sup> “Jean le Rond D'Alembert, secrétaire perpétuel de l'Académie française, membre des Académies des sciences de France, de Prusse, de Russie, de Portugal, de Naples, de Turin, de Norvège, de Padoue; de l'Académie royale des belles-lettres de Suède, de l'Institut de Bologne, de la Société littéraire de Cassel, et de la Société philosophique de Boston, naquit à Paris le 17 novembre 1717. Nous ne chercherons point à lever le voile dont le nom de ses parents a été couvert pendant sa vie; et qu'importe ce qu'ils ont pu être? les véritables aïeux d'un homme de génie sont les maîtres qui l'ont précédé dans la carrière; et ses vrais descendants sont des élèves dignes de lui. Exposé près de l'église de Saint-Jean-le-Rond, M. D'Alembert fut porté chez un commissaire, qu'heureusement l'habitude des tristes fonctions de sa place n'avait point endurci; il craignit que cet enfant débile et presque mourant ne pût trouver dans un hospice public les soins, les attentions suivies, nécessaires pour sa conservation; il en chargea une ouvrière dont il connaissait les moeurs et l'humanité; et c'est de ce hasard heureux qu'a dépendu l'existence d'un homme qui devait être l'honneur de sa patrie et de son siècle, et que la nature avait destiné à enrichir de tant de vérités nouvelles le système des connaissances humaines. Cet abandon, qui peut-être n'était même qu'apparent, ne dura que très-peu de jours; le père de M. D'Alembert le répara aussitôt qu'il en fut instruit; il fit pour l'éducation de son fils, et pour lui assurer une subsistance indépendante, ce qu'exigeaient la nature et le devoir [...]”. CONDORCET. “Éloge de M. D'Alembert”. In: *Histoire de L'Académie Royale des Sciences*. Paris: De L'Imprimerie Royale, 1786, p. 76-77.

<sup>43</sup> STOCKLER, Francisco de Borja Garção. *Op. cit.*, 1797, p. 531.

rodapé o modelo utilizado, quando chega à mesma conclusão de Condorcet, de que D’Alembert resolveu ser geômetra por suas “inclinações naturais”:

Este pensamento, e quase pelas mesmas palavras por que se acha aqui expressado, se encontra também no Elogio de D’Alembert feito pelo Marquês de Condorcet. Outro tanto acontece a mais três ou quatro, que inadvertidamente, e por um ato de memória, que eu reputei originário da minha própria reflexão, adotei daquele mesmo escritor, sem positiva deliberação de o imitar, e menos ainda de o copiar. Tão fácil é confundir nas operações do nosso entendimento com os produtos da reflexão, o que somente provém da reminiscência.<sup>44</sup>

Embora a justificativa de Borja já demonstre um certo desconforto com a atividade de “imitar” ou “copiar” da escrita colaborativa no início do século XIX, confirma o modelo utilizado como inspiração. Nesse trecho, podemos observar que a adoção de ideias inicialmente desenvolvidas por outros autores não descaracterizava a escrita do autor, uma vez que a imitação era fundamental no processo de produção literária. O conceito de cópia ou imitação nesse trecho de Borja não tem sentido de plágio moderno, vinculado às noções de originalidade de autoria e criação subjetiva do autor, mas sim de imitação, que, segundo as preceptivas literárias da época, é a emulação de modelos correntes. Na sociedade do Antigo Regime, “imitar” ou “copiar” uma obra não apresentava problemas de apropriação, uma vez que se considerava que as “ideias são universais por natureza, propósito e uso” e, portanto, não se poderia justificar nenhuma apropriação pessoal delas, algo que é claramente expresso no trecho de Borja.<sup>45</sup> A imitação da obra de Condorcet também não caracterizaria a obra de Borja como uma “imitação servil”, já que no processo de emulação a obra que imita poderia conter variações em relação à obra imitada, elemento caracterizador de uma emulação. Basicamente, a emulação propunha uma imitação que superasse o modelo excelente. É um processo que produz meios técnicos, prazer semelhante ou superior ao da obra que é valorizada, sem reproduzir servilmente o modelo. Segundo João Adolfo Hansen, no princípio do processo de emulação procura-se a propriedade que produz o prazer na obra imitada. Esse predicado é um gênero comum que permite diferentes espécies de invenções possíveis. Depois de estabelecido esse predicado, encontra-se através do engenho uma das espécies dele que seja semelhante à obra imitada quanto ao predicado e que seja diferente pelo fato de ser apenas semelhante. A diferença faz uma nova variação do predicado. Esse modo de produzir diferenças diferencia a emulação da imitação servil, na medida em que, na emulação, as variações dos predicados da obra imitada são como “novidades” que repetem de forma

<sup>44</sup> STOCKLER, Francisco de Borja Garção. *Op. cit.*, 1805, p. 18.

<sup>45</sup> CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014, p. 141-142.

diferente os preceitos da instituição retórica.<sup>46</sup> Assim, por exemplo, nos trechos iniciais dos Elogios de Borja e de Condorcet, anteriormente referenciados, Borja introduz a “novidade” de que o “amor” que uniu os pais de D’Alembert não estava autorizado, sendo o letrado abandonado porque seus pais não poderiam unir-se pelos “vínculos sagrados do matrimônio”. Esse argumento é uma variação que não está presente no Elogio escrito por Condorcet.

Com base na análise dos Elogios históricos da coleção de *História e Memórias*, foi possível constatar que eles variaram ao longo dos anos. Embora todos obedecessem às mesmas regras, como “narrar as aplicações e as virtudes morais” dos homenageados, alguns distanciaram-se narrativamente. Entre 1797 e 1831, os Elogios históricos modificaram-se quanto ao tipo de narrativa, sendo o Elogio histórico de D’Alembert de 1797, o Elogio histórico de Fr. Manoel de Cenáculo, de 1814, e o Elogio histórico de José Maria de Mello, de 1819, notáveis exemplos dessas variações.

Seguindo os pressupostos enciclopédicos da Academia das Ciências de Paris, o Elogio histórico de D’Alembert, escrito por Francisco Borja Garção Stockler, narrou a história das obras acadêmicas do letrado francês com ênfase nas discussões científicas, feitas no texto por meio de digressões. A narrativa dos trabalhos científicos e literários de D’Alembert é acompanhada por reflexões sobre campos específicos da Matemática e da Física, como a Dinâmica, a Hidrodinâmica, o Método das fluxões e outros, desenvolvendo-se como Elogio que servia como “memórias para a história das ciências.”

De modo distinto, o Elogio histórico de Fr. Manoel Cenáculo narraria as obras do letrado dando ênfase não em reflexões científicas específicas, mas na enumeração das atividades do letrado, seguidos de louvores sobre cada uma delas. Nesse Elogio, verifica-se uma ênfase nas noções de “serviço e utilidade” do vassalo pelo foco na quantidade de trabalhos literários e eclesiásticos prestados à coroa portuguesa. De modo próximo ao Elogio histórico de Cenáculo, o Elogio histórico do Bispo Inquisidor José Maria de Mello narraria as obras do sócio da Academia com ênfase na construção da “honra do bom vassalo”. Nota-se nesse Elogio que o foco da narrativa não era a exposição de progressos científicos, nem a enumeração de obras e serviços, mas a construção moral do indivíduo, a partir de tópicos morais.

---

<sup>46</sup> HANSEN, João Adolfo. “Instituição retórica, técnica retórica, discurso”. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.20, n.33, p.11-46, jul/dez. 2013, p.16.

Embora os Elogios históricos possuíssem um pouco de cada aspecto notado nos três Elogios analisados acima, como a narrativa dos progressos científicos, ou das obras e serviços, ou do caráter moral, a diferença entre eles residia na ênfase dada a cada um desses aspectos. A mudança da ênfase enciclopédica de Elogio, vista por exemplo, no Elogio de D’Alembert do final do século XVIII, para o Elogio de caráter mais moral, próprio daqueles Elogios escritos após 1814, como o de Fr. Manoel de Cenáculo, o de José Maria de Mello e os outros publicados posteriormente, reflete a importância tradicional do gênero em meio aos conturbados acontecimentos do início do século XIX português.

De modo geral, os Elogios escritos nas academias francesas e o Elogio histórico escrito por Borja serviriam de modelo aos Elogios históricos da coleção de *História e Memórias*, que passam a representar a vida dos homenageados nos moldes ilustrados. Nos textos da coleção de *História e Memórias* percebeu-se que os letrados da Academia Real das Ciências de Lisboa reduziram o tradicional Elogio às pessoas ilustres a uma forma de narrativa mais abreviada que priorizaria as ações “úteis” e os “progressos científicos e literários” dos homenageados. Essa concepção de Panegírico, que louva os “progressos” dos homens de letras, também estaria presente na confecção das Memórias biográficas, gênero utilizado para narrar a história de vida dos personagens da história do reino.

## 2.2. A Memória erudita na escrita biográfica

A utilização do gênero Memória no programa científico e literário da Academia Real das Ciências de Lisboa para fazer “diagnósticos” dos problemas econômicos e políticos do reino foi incorporada nas reflexões históricas. Nas *Memórias Econômicas*, o pragmatismo cientificista baseado na criação de diretrizes científicas empíricas úteis ao Estado, o memorialismo especulativo direcionado para os problemas concretos da economia, e o projetismo de recuperação das condições materiais do reino e do império definiram o plano da associação quanto ao uso do gênero. As Memórias serviam como instrumentos que articulavam o mundo natural da colônia, o presente de atraso e o futuro, ao servir para dar “conselhos” de como a atividade administrativa deveria conduzir a economia.<sup>47</sup> Na Classe de

---

<sup>47</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo*. A Academia Real de Ciências de Lisboa e os Caminhos da Ilustração Luso-Brasileira na Crise do antigo sistema colonial. 1998. (Tese de Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998, p. 50.

Literatura, o memorialismo substituiria o tradicional Panegírico em seu programa historiográfico sobre a história do reino, sem excluí-lo da prática acadêmica. Por meio das *Memórias de Literatura Portuguesa*, publicadas entre os anos de 1792 e 1814, os sócios da Academia tomaram suas posições frente ao conturbado cenário político gerado pela morte do seu mecenas, o 2º Duque de Lafões, e a transmigração da Corte portuguesa para o Brasil. As reflexões históricas, feitas por meio das Memórias eruditas, serviam para legitimar a monarquia através da análise das “fontes autênticas” do reino. Se, de um lado, as ciências exatas deveriam elaborar instrumentos para sair do atraso econômico, cabia aos escritores da história conceber o horizonte de expectativas que resguardava a monarquia.<sup>48</sup> Para além da centralidade desses projetos econômicos e historiográficos, o gênero Memória erudita também seria utilizado na confecção de biografias dos personagens da história do reino.

Segundo Chantal Grell, o gênero Memória nasceu tardiamente nos anos de 1555-1570, mais precisamente em 1559 com as *Mémoires* de Martin du Ballay e do seu irmão Guillaume dedicadas ao rei Carlos IX. Conforme o dicionário de Furetière, as Memórias eram “livros de historiadores escritos por aqueles que tiveram parte nos assuntos ou que deles foram testemunhas oculares, ou que contêm sua vida e suas principais ações”.<sup>49</sup> As Memórias eram entendidas como dossiê das ações gloriosas, dos serviços prestados e do imposto de sangue, sendo posteriormente incorporadas às atividades parlamentares e às práticas de escrita na Corte.<sup>50</sup> De modo geral, elas se aproximavam do diário e dos comentários, gêneros usados para registrar em primeira mão as impressões deixadas por aqueles que foram testemunhas ou participaram de determinados acontecimentos. Esse gênero posteriormente passou a incorporar documentos e a narrar eventos antigos, que não tiveram participação de seus autores, sendo apropriadas pela erudição eclesiástica.<sup>51</sup> O francês Sebastien Le Nain de Tillemont seria o primeiro a atualizar o gênero nos ambientes eclesiásticos com sua obra *Mémoires pour servir à l’Histoire Ecclésiastique des six premiers siècles*, na qual mescla erudição e história. A escolha do título “Memória” foi feita porque ele utiliza em seu trabalho o método de exposição, próprio do antiquário. Em sua obra, Tillemont verificou os títulos

---

<sup>48</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p.144-145.

<sup>49</sup> GRELL, Chantal. “História e historiadores na França, das guerras da Itália à morte de Louis XIV”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 77-109, 2014, p. 98.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 98-110.

<sup>51</sup> SILVEIRA, Pedro Telles da. *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*. 2012 (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFOP, Mariana, 2012, p. 105-106.

originais da Igreja através de pesquisas que submetiam ao crivo da crítica os documentos datados do momento da fundação da Igreja cristã e suas fontes, objetivando estabelecer sua autenticidade e veracidade. Em Portugal, a Academia Real da História Portuguesa incorporaria esse gênero desenvolvido por Tillemont nas suas *Memórias para a História Eclesiástica do arcebispado de Braga*, de modo que ele passaria ao ambiente erudito se tornando precondição para a escrita da história. Os gêneros das Memórias históricas e das Memórias pessoais compartilhavam do caráter propedêutico da história, porém, enquanto as Memórias pessoais se faziam pela experiência pessoal do narrador, as Memórias históricas acadêmicas incorporavam a crítica documental na resolução de matérias que fugiam do alcance cronológico do narrador.<sup>52</sup>

A Memória erudita, inicialmente utilizada pela Academia Real de História Portuguesa e, mais tarde, pela Academia Real das Ciências, era uma espécie de “comentário” que implicava o exame de documentos, a alegação de fontes, a transcrição de provas, a exposição e resolução de dúvidas sobre fatos históricos.<sup>53</sup> A composição de Memórias históricas, porém, não era confundida com a escrita da história em si. A esse gênero pertencia o aparato crítico dos documentos e bibliografias, das tábuas cronológicas, cartas geográficas, corográficas, genealogias, catálogos de autoridades, constituindo-se como precondição para a elaboração de uma história. Segundo Iris Kantor, os historiadores eruditos tratavam de distinguir o campo heurístico do campo hermenêutico, de modo que a autoridade das interpretações ou “conjecturas” só poderia ter plausibilidade quando fundada na pesquisa. Seguindo as regras da “boa crítica”, os historiadores pressupunham uma dimensão construtiva e cumulativa do conhecimento histórico, tornando possível a coletivização dos resultados no círculo acadêmico.<sup>54</sup>

Na Classe de Literatura da Academia Real das Ciências publicou-se entre os anos de 1792 e 1814, a partir do gênero Memória, os trabalhos da coleção de *Memórias de Literatura Portuguesa*, nos quais predominaram memórias jurídicas e filológicas sobre documentos de caráter histórico-jurídicos. As *Memórias de Literatura* apresentaram um total de 56 memórias publicadas, das quais dezoito memórias de erudição jurídica, dezesseis memórias de língua e

<sup>52</sup> *Idem*. “O relato de um paradoxo: a verdade da ficção e a utilidade da história em um discurso de José da Cunha Brochado na Academia Real da História Portuguesa (1730)”. *História e Historiografia*, Ouro preto, n. 12, p. 273-287, agosto, 2013, p. 277.

<sup>53</sup> MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Minerva, 2003, p.65.

<sup>54</sup> KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759). São Paulo/Bahia: Hucitec/E.C. Baianos/UFBA, 2004, p. 77.

de literatura portuguesas, oito de história de Portugal em geral, sete sobre inscrições lapidares, ruínas, códices e conjuntos documentais, além de três memórias de caráter biográfico.<sup>55</sup> Esse monumental trabalho da Academia redefiniu a escrita da história na passagem do século XVIII para o século XIX, redefinindo também a escrita biográfica. Nesse projeto historiográfico ilustrado, o gênero Memória histórica ganharia destaque na prática da crítica documental, uma vez que era a partir dele que se faziam as reflexões eruditas. Na coleção de *Memórias de Literatura*, os ilustrados da Academia reuniam, averiguavam e autenticavam fontes documentais que pudessem elucidar diversos aspectos históricos do reino. O sentimento geral de que a história de Portugal deveria ser feita por meio das “fontes autênticas”, evitando assim as “antiguidades mentirosas”, definiu as expectativas dos sócios sobre a escrita da história.<sup>56</sup> Antônio Caetano de Amaral, membro da Classe de Literatura, expressou suas posições sobre a escrita da história na introdução da sua *Memórias sobre a forma de governo e costumes dos povos que habitaram o terreno lusitano, desde os primeiros tempos conhecidos até ao estabelecimento da Monarquia Portuguesa*, publicada em 1792, no tomo I das *Memórias de Literatura*:

Uma história sincera envergonha-se da glória vã que se busca em antiguidades mentirosas, desgosta-se desses sonhos agradáveis, pastos de uma estéril recreação; e se saboreia só com a verdade pura. Tal é a sorte deste escrito, dirigido a fazer presentes aos portugueses os verdadeiros costumes e Leis de seus Maiores: rejeita tudo quanto à impostura ou a credulidade moderna lhe conta dos séculos que a Providência quis esconder-lhe: e se contenta com as escassas memórias, que pode colher dos raros monumentos antigos que lhe restam. Não tenta entrar pelas espessas trevas dos primeiros 36 séculos do mundo, em que não acha quem o encaminhe.<sup>57</sup>

Seguindo a tendência da crítica documental, nos tomos VII e VIII (1806 e 1814) da coleção de *Memórias de Literatura*, publicaram-se, de modo inédito, a *Memória da Vida e Escritos de D. Francisco de Melo*, a *Memória da Vida e Escritos de Pedro Nunes* (ambas de 1806), escritas por Antônio Ribeiro dos Santos, e a *Memória sobre Martim da Boémia* (1814), escrita pelo sócio Sebastião Francisco de Mendo Trigoso. O ineditismo desses três trabalhos reside no fato de que a escrita biográfica na Academia também se tornou objeto da crítica erudita, por influência das reflexões históricas feitas nas *Memórias de Literatura* desde 1792. Antônio Ribeiro dos Santos foi o primeiro sócio a publicar biografias a partir do gênero Memória histórica, sendo seguido, em 1814, pelo sócio Sebastião Francisco de Mendo Trigoso. Ribeiro publicou diversos trabalhos na coleção *Memórias de Literatura* de caráter

<sup>55</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p.187.

<sup>56</sup> A reflexão sobre a crítica documental na Academia será parte do último capítulo desse trabalho.

<sup>57</sup> AMARAL, Antônio Caetano do. “Memórias sobre a forma de governo e costumes dos povos que habitaram o terreno lusitano, desde os primeiros tempos conhecidos até ao estabelecimento da Monarquia Portuguesa”. In: *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo I. Lisboa: Na Oficina da Mesma Academia. 1792, p. 16-17.

histórico-erudito, nos quais se destacam as *Memórias da Literatura Sagrada dos Judeus Portugueses no século XVI* e as *Memórias Sobre as origens da Tipografia em Portugal no século XVI*. Em suas reflexões históricas evidencia-se o prisma da história de diversos aspectos da cultura, concebidas mediante documentação comprobatória. Em sua *Memórias Sobre as origens da Tipografia em Portugal no século XVI*, Ribeiro dos Santos ressalta a importância de uma história da Tipografia Portuguesa comprovada por documentos:

Quase todas as nações europeias têm a História ou Anais da sua Tipografia: escritores eruditos e zelosos que se cansaram em averiguar as antiguidades da sua pátria julgavam justamente que as que tocavam a sua tipografia não desmereciam uma parte de suas indagações e trabalhos, escreveram sobre isto doudas obras. Portugal, porém, sendo tão rico de bons engenhos, e contando muitos e muitos ilustres escritores de seus feitos, que levantaram com a pena a fama de nossa terra não teve um até agora, quanto nós podemos saber, que chegasse a publicar notícias e progressos das origens de sua Tipografia, e a esclarecer esta parte assas escura e dificultosa da sua História Literária. Moveu isto a nossa curiosidade, e entramos em pensamentos de coligir noticias que ilustram as nossas antiguidades Tipográficas. Revolvemos para isso nossa História; corremos algumas das mais providas Bibliotecas, e consultamos pessoas de bom saber, e pedimos Documentos de muitas partes [...].<sup>58</sup>

As primeiras Memórias históricas de caráter biográfico, escritas por Ribeiro Santos e Sebastião Francisco, se apresentaram como forma de incorporar a crítica documental na escrita da história dos letrados do reino. A introdução do gênero erudito para a escrita de biografias demarca a descontinuidade na escrita biográfica praticada até então na associação. A importância da consulta dos arquivos e do exame documental na produção biográfica pode ser conferida na introdução da Memória sobre o cosmógrafo Martim de Bohemia, escrita por Sebastião Francisco e publicada no último tomo da coleção de *Memórias de Literatura* (1814):

Entre os homens ilustres de Portugal, no tempo do Sr. Rei D. João II, merece sem dúvida um lugar distinto o célebre Martim Behain ou de Bohemia, que alcançando na sua vida os créditos de grande Cosmógrafo, chegou com vária fortuna até aos nossos dias; quase desconhecido, e desprezado de uns, e elogiado por outros como o primeiro descobridor das ilhas do Fayal, e Pico, e como aquele a quem pertence a glória, usurpada pelos Colombos e Magalhães. Queixam-se os escritores deste último partido das poucas notícias, que se acham escritas a seu respeito: desejariam alguns poderem examinar os Arquivos de Simancas, e da Torre do Tombo, não satisfeitos com os Documentos de Nuremberg, e com o que se achava impresso até aos seus tempos. O Autor, que mostra mais estes desejos, é Mr. Murr, que tomando por timbre o *uni aquus veritati*, se propôs escrever (como ele diz) o que foi Martim de Bohemia, nem mais nem menos. É certo que sua Dissertação mostra um grande estudo, e trabalho: ele foi de propósito a Nuremberg examinar as Cartas originais, que ainda se conservam de Bahaim, juntamente com o seu Globo terrestre; e munido destes auxílios publicou alguns fatos, que ainda se ignoravam a este respeito: mas o pouco conhecimento que este autor tinha dos Historiadores Portugueses o fizeram as

---

<sup>58</sup> SANTOS, Antônio Ribeiro do. “Memórias sobre as origens da Tipografia em Portugal no século XVI”. In: *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo VIII. Lisboa: Na Tipografia da Mesma Academia, 1812, p. 1-2.

vezes errar, e outras desfigurar parte dos acontecimentos que refere. É bem de crer que se não fosse essa falta, bem desculpável em um alemão, ele me não teria deixado lugar para escrever em semelhante matéria. Quando intentei meu trabalho, pensava como Mr. Murr, que no Real Arquivo acharia algumas das notícias que me faltavam; porém todas as minhas diligências ficaram frustradas. Persuado-me mesmo, que em Simancas não poderá existir nada de um homem, que nunca esteve ao serviço de Hespanha, nem trabalhou para aquela nação: lisonjeio-me com tudo, a pesar da falta, de fazer conhecer as principais circunstâncias da vida de Martim de Bohemia, e de deixar cabalmente averiguada a parte que ele teve no descobrimento das nossas ilhas, e no da América [...].<sup>59</sup>

A introdução da memória erudita na escrita biográfica, iniciada com a coleção de *Memórias de Literatura Portuguesa*, seria acompanhada pela permanência do gênero Elogio histórico, que continuou sendo praticado sem interrupções. Na coleção de *História e Memórias* (1797-1839), que passou a reunir as reflexões históricas da Academia com o fim da coleção de *Memórias de Literatura* em 1814, Elogios históricos e Memórias históricas biográficas conviveriam sem que um excluísse o outro.

A Academia Real das Ciências de Lisboa não foi a pioneira na aproximação entre biografia e erudição histórica, mas continuadora de uma tradição iniciada na primeira metade do século XVIII. A atividade crítica na escrita biográfica já teria sua precursora na Academia Real da História, com a obra *Biblioteca Lusitana Historica, Crítica, e Cronológica* publicada entre os anos de 1741 e 1759. A coleção de biografias organizada pelo Abade Diogo Barbosa Machado apresentava ao longo de quatro volumes um grande catálogo de escritores portugueses. O objetivo era “eternizar” a fama dos “maiores Sábios” nos “anais da posteridade”, através da criação de uma memória exemplar das vidas dos ilustres representantes das “República das Letras”.<sup>60</sup> Em sua escrita biográfica, Diogo Barbosa Machado assentaria a pesquisa na crítica documental, entendida como exame da veracidade e autenticidade:

Seguindo os vestígios de tão grandes Varões me animei em obséquio da Pátria escrever a Biblioteca Universal de todos os nossos Escritores abrindo os alicerces de tão sublime edifício no faustíssimo dia de 31 de maio de 1716. [...] Depois de examinados com escrupulosa observação não somente os nossos livros históricos, mas grande parte dos estranhos, e extraídas deles as notícias pertencentes a esta Biblioteca, as procurei com desvelo em várias livrarias que eram o depósitos de muitos Escritores Portugueses, cujas obras não lograram o benefício da luz pública, onde colhi copioso fruto, como também de pessoas eruditas, que zelosas da imortal fama da Nação Portuguesa se interessaram em tão ilustre empresa.<sup>61</sup>

<sup>59</sup> TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo. “Memória sobre Martim de Boémia”. In: *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo VIII. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1814, p. 365-367.

<sup>60</sup> MACHADO, Diogo Barbosa. “Prólogo”. In: *Biblioteca Lusitana, Historica, Crítica e Cronológica na qual compreende a notícia dos auctores portugueses, e das obras que compuseram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça até o tempo presente*. Lisboa Ocidental: Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1741.

<sup>61</sup> *Ibidem*, 1741.

Além da importância da análise dos documentos, Barbosa destacaria em seu Prólogo outras ferramentas metodológicas que permitiriam um conhecimento histórico sem confusões:

São as Bibliotecas ou dispostas por ordem Alfabética, como observaram uns, ou cronológica, como seguiram outros, aqueles eruditos Anfiteatros em cuja espaçosa circunferência aparecem animados os Oráculos de todas as ciências, que para nunca emudecerem deixaram impressa nos fecundos partos dos seus engenhos a mais nobre de todas as potências. Nelas se fazem patentes as Pátrias, que ilustraram com os seus nascimentos, como os lugares que foram religiosos depósitos de suas cinzas. Relatam-se as ações memoráveis das suas vidas para documentos exemplares da vida moral, e política. Com a luz sempre clara da Cronologia se desterram as sombras dos Anacronismos, que confundem a verdadeira Época dos Anos. Restitui-se ao seu verdadeiro Autor a obra injustamente usurpada pela afetada ciência dos Plagiários. Defende-se com fundamentos sólidos o berço em que se animaram alguns de seus ilustres filhos contra a opinião mal fundada de outras Nações ambiciosas de tão grande gloria.<sup>62</sup>

Em sua *Biblioteca*, Barbosa combinaria a crítica documental ao tom laudatório do Panegírico na escrita das biografias. Segundo o autor, somente por meio da ordem cronológica se poderia alcançar um conhecimento sem anacronismos, e que atestaria o valor dos autores portugueses e de suas obras. O trabalho de Barbosa, por sua vez, se tornaria referência bastante importante para os membros da Academia Real das Ciências de Lisboa, de modo que os sócios da instituição se colocariam como continuadores da empresa iniciada pelo historiador.<sup>63</sup> No *Elogio histórico de Pedro José de Figueiredo*, Manoel José Maria da Costa e Sá enfatiza essa continuidade:

O majestoso nascimento desta Academia tinha promovido aos literatos portugueses questões e convites de sisuda gravidade: propôs-se lhes a elucidação da história da pátria, de que tanto se carecia e se carece: pedia-se lhes a sua cooperação para a reforma e aumento da biografia de nossos escritores, e em todos se estimava o necessário estudo da língua portuguesa: estes avisos ganham força no ânimo aplicado do nosso consócio. A todos os literatos do tempo disputa a diligência de ampliar a Biblioteca Lusitana, correndo para isso com indivisível cansaço aos cartórios, e livrarias públicas e particulares, lidando ao mesmo tempo por apurar fatos e questões da nossa história, em grande parte obscurecidas nas épocas que nos são mais próximas, e finalmente voltando-se a empresa a que podemos chamar história de cada um dos vocábulos que formam a nossa língua.<sup>64</sup>

A necessidade de “ampliação” da biografia dos escritores portugueses, como um dos projetos da Academia, estaria atrelada ao plano de escrita da História Literária do reino. Nesse plano, a associação propunha-se investigar os nomes e obras de ilustres portugueses desde o

<sup>62</sup> *Ibidem*, 1741.

<sup>63</sup> Segundo a historiadora Maria da Glória, a obra de Diogo Barbosa Machado também serviu como referência importante para o projeto biográfico constituído pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 84-93.

<sup>64</sup> SÁ, Manoel José Maria da Costa e. “Elogio Histórico de Pedro José de Figueiredo recitado na sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa de 15 de dezembro de 1830”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências*. 2ª Série. Tomo II. Parte I. Lisboa: Na Tipografia da Mesma Academia, 1848, p. III.

reinado de D. José I. Entre os intentos expressos pela Academia estavam o de “trabalhar exata e assiduamente sobre a História Literária do reino”, objetivando escrever a história dos progressos literários de Portugal.<sup>65</sup> Nesse contexto de valorização da História Literária, a solicitação de Elogios das personalidades históricas, nos *Programas* da Classe de Literatura, evidencia a importância das biografias dos “homens sábios”, e da narração de suas obras, na concepção de história da instituição. Essa relevância da História Literária fez com que os ilustrados se interessassem pela história dos homens de letras e de ciências. Nas *Memórias de Literatura*, Antônio Ribeiro dos Santos debruçou-se sobre as vidas e obras de Pedro Nunes e Francisco de Mello, ambos matemáticos que viveram no século XVI, enquanto Sebastião Francisco de Mendo Trigo escreveu sobre a vida de Martim da Bohemia, cosmógrafo do século XV. Nos trabalhos de Ribeiro, de 1806, o objetivo foi narrar as vidas e obras dos matemáticos Pedro Nunes e Francisco de Mello valorizando a documentação existente sobre os letrados. No trabalho de Sebastião Francisco, de 1814, o objetivo foi examinar a história de vida de Martim da Bohemia e a sua participação nos Descobrimientos por meio da análise das “peças autênticas”.

Acompanhando o movimento iniciado com as *Memórias de Literatura*, os sócios da Academia publicaram nos tomos VII, VIII e X (entre 1821 e 1827), da coleção de *História e Memórias*, outras Memórias históricas sobre os letrados do reino. As memórias sobre Luiz de Camões (poeta) e sobre Luiz de Sousa (cardeal e historiador), foram escritas pelo sócio Francisco Alexandre Lobo. As memórias sobre os cronistas mores do reino Bernardo de Brito, Antônio Brandão e Francisco Brandão foram escritas pelo sócio Fr. Fortunato Boaventura. E por fim, a Memória sobre o eclesiástico D. Jorge da Costa, escrita pelo sócio Francisco Nunes Franklin. Os trabalhos de Francisco Lobo, as memórias sobre Camões (1821, tomo VII) e Fr. Luís de Sousa (1823, tomo VIII), exploraram as vidas e obras de ambos os letrados com a análise crítica das suas composições.<sup>66</sup> Na memória sobre D. Jorge da Costa (1823, tomo VIII), o sócio Francisco Nunes Franklin tentou “recapitular com mais firmeza” a história do eclesiástico “tendo em vista muitos Documentos originais” que estavam no Arquivo da Torre do Tombo. Nos trabalhos do sócio Fr. Fortunato Boaventura, as memórias sobre os cronistas Bernardo de Brito (1821, tomo VII), Antônio Brandão (1823,

<sup>65</sup> “Privilégio. Alvará de 22 de março de 1781”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV. Parte II. Lisboa: Na Tipografia da Mesma Academia, 1816.

<sup>66</sup> Aludimos aqui a uma segunda noção de Crítica, entendida como juízo sobre livros e autores a partir da demonstração de “gosto” literário. No dicionário de Antônio de Moraes a palavra “crítica” é entendida como “a arte de discernir o verdadeiro do falso, e o bom do mau gosto”. SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. v. I. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, p. 497.

tomo VIII) e Francisco Brandão (1827, tomo X) objetivou-se, assim como nos outros trabalhos, “acrescentar” e “corrigir” fatos sobre as vidas e escritos dos cronistas ao que corria impresso na *Biblioteca Lusitana* e em outras obras. De modo geral, essas memórias representaram a continuidade do projeto de “reforma” e “aumento” das biografias dos “homens de letras” do reino, iniciada com a primeira coleção da associação. A valorização do conceito de “homem de letras” nos Elogios históricos, também estaria presente nas Memórias sobre os homens “sábios” da história de Portugal. Na Memória sobre Antônio Brandão, o sócio Fortunato de S. Boaventura destaca a necessidade de retirar do desconhecimento as “notícias” sobre o cronista:

Se a Academia Real das Ciências, dando tantas mostras de imparcialidade, como de estima e consideração pelos nossos historiadores, acolheu tão benignamente as notícias do Cronista-mor Fr. Bernardo de Brito, há tantos anos sepultadas na livraria manuscrita do mosteiro da Alcobaça, que imediatamente me designou para a honrosa sociedade em seus trabalhos: como não receberá de muito melhor grado cópia de notícias até hoje desconhecidas, que pertencem a outro Cronista-mor por ventura mais laborioso que o primeiro, e a todas as luzes mais exato e mais assistido das prendas que constituem o verdadeiro historiador? Foi este o único mais poderoso incentivo que me exercitou a cuidar nesta Memória, em que, faltando todos os merecimentos apenas me lisonjearei de um só, que é o verdadeiro, e bem fundamentado de umas notícias, que, se por acaso não tivessem estes requisitos, seriam por extremo injuriosas a quem amou sobre todos, os mais dotes do historiador, a crítica, e a veracidade.<sup>67</sup>

Nas Memórias biográficas, os sócios da Academia também estabeleciam a tarefa de “corrigir” ou “acrescentar” informações históricas sobre os homenageados e suas obras ao que já havia impresso e circulava em Portugal, tanto na *Biblioteca Lusitana*, quanto em outras obras de história. Os acadêmicos da associação escreviam memórias nas quais partiam primeiramente do exame do que já havia de escritos sobre os autores, passando depois à análise da documentação. O objetivo desse processo era extrair “novas informações” das fontes e “atualizar” as narrativas históricas biográficas. A “Memória da Vida” seria o gênero erudito propedêutico que servia para a composição da narrativa sobre a história do personagem, que deveria ocorrer por meio das convenções do gênero demonstrativo. Além disso, uma vez que as memórias históricas serviam, ou para informar novas notícias ou para discutir pontos duvidosos da história, estas poderiam tanto anteceder quanto suceder a escrita das biografias. Nessas Memórias históricas, os ilustrados da Academia discutiam fatos duvidosos sobre a trajetória de vida dos homens ilustres e de suas obras, o que fazia delas uma ferramenta auxiliar na resolução de questões surgidas antes, durante ou depois da composição

---

<sup>67</sup> SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de. “Memória sobre a Vida do Cronista mor Fr. Antônio Brandão e o que se pode acrescentar ao Catálogo de seus escritos que vem na Biblioteca Lusitana”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII. Parte II. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1823, p. 36.

da obra.<sup>68</sup> Os próprios títulos das Memórias evidenciam esse esforço de “revisão” ou “atualização”, como demonstra a *Memória de algumas particularidades com que se pode acrescentar e corrigir o que até o presente se tem publicado sobre a Vida e Escritos do Cronista-mor Fr. Bernardo de Brito*, ou a *Memória Sobre a vida do Cronista mor Fr. Antônio Brandão, e o que se pode acrescentar ao catálogo de seus escritos, quem vem na Biblioteca Lusitana*.

No gênero erudito das Memórias, a elocução “ornamentada” do Panegírico atenuou-se em favor de um estilo mais simples e claro, embora ainda se utilizassem artifícios retóricos da elocução elevada. No fim de sua memória sobre o letrado Luiz de Sousa o sócio Francisco Alexandre Lobo adverte que:

Tenho falado até aqui com tamanho louvor de Fr. Luiz de Souza que eu mesmo receio que alguém presuma que não componho tanto uma Memória histórica, como um Elogio. Mas a justiça mais rigorosa pede, ou requer, que nos acontecimentos por outrem já referidos, não me afaste dos testemunhos alheios bem compreendidos e bem ponderados, e que nas conjecturas, proceda direta e legitimamente, fugindo com cuidado de ilações violentas e torcidas. E na verdade, que de qualquer homem fora indigno desprimor, deixar testemunhos e bem tiradas consequências para seguir a própria imaginação ou capricho em desabono de outrem. A relação poderia ser mais curiosa e mais conforme ao que sentimos da natureza humana, mas sempre seria mal fundada. À vista dos documentos, não podia contar ou atribuir a Fr. Luiz de Sousa outros erros e fraquezas. Escrevo sem amor e sem ódio, de cujas causas estou bem afastado. Se desacerto, será porque ou não vi todos os documentos, ou não avaliei com exação ou inferi mal parecendo-me que o fazia bem: em uma palavra, será por imprudência, e não por enganoso afeto.<sup>69</sup>

A advertência de Francisco Lobo enuncia que o estilo narrativo das Memórias históricas deveria ser distinto dos procedimentos narrativos do Elogio, uma vez que na Memória a principal tarefa seria narrar e examinar informações e problemas históricos com “exatidão” e “imparcialidade”. Contudo, o que fica demonstrado nessa mesma justificativa é que seu autor, ao falar “com tamanho louvor de Fr. Luiz de Sousa”, uniria os procedimentos críticos com a representação decorosa do passado.<sup>70</sup> Essa união seria permitida pela incorporação da argumentação retórica do Panegírico no gênero Memória histórica. Esse procedimento singularizou a narrativa biográfica na Academia Real das Ciências.

<sup>68</sup> Esse processo, analisado por Pedro Telles da Silveira nas Memórias e Dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos durante a primeira metade do século XVIII, permanece na Academia Real das Ciências nos finais do mesmo século. SILVEIRA, Pedro Telles da. *Op. cit.*, 2012, p.114.

<sup>69</sup> LOBO, Francisco Alexandre. “Memória histórica e crítica acerca de Fr. Luiz de Sousa e das suas obras”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII. Parte I. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1823, p. 76.

<sup>70</sup> A discussão sobre esse ponto será feita no próximo capítulo.

### 2.3. Panegírico, narrativa biográfica e exemplaridade

A utilização do gênero Memória nas narrativas biográficas, a partir da coleção de *Memórias de Literatura*, provocou uma diversificação dos textos biográficos da Academia. Com esse novo gênero aumentou-se a distinção entre os escritos biográficos. A Vida geralmente era utilizada para narrar a vida de um personagem histórico de modo mais detalhado e, portanto, era uma narrativa mais longa. O Elogio histórico narrava a vida dos homenageados de modo resumido, com os “fatos mais notáveis” que poderiam notabilizar as suas ações e trabalhos. E, por último, a Memória histórica biográfica, que tinha a preocupação de narrar e resolver criticamente as “incertezas” da história dos homens de letras. Embora os propósitos dos gêneros da Vida e do Elogio se distanciassem do gênero Memória histórica, este último manteve em sua estrutura narrativa, as tópicos do Panegírico.

Conforme a tradição do Elogio, em sua variante “histórico”, a invenção e a organização do discurso biográfico deveriam seguir a ordem natural do gênero história. Nos Elogios, Vidas e Memórias históricas, as ações são narradas por meio do ordenamento natural e sucessivo, comum entre os gêneros biográficos da época: nascimento, vida e morte, conforme as orientações de Quintiliano para o gênero demonstrativo: “O louvor dos homens tem mais variedade. Porque primeiramente se tira de três tempos, a saber: do que precedeu seu nascimento, do em que viveram, e do que se seguiu depois da sua morte nos que são já falecidos”.<sup>71</sup> Nessa organização, o discurso segue baseado em uma divisão natural dos tempos, *in ordo naturalis*. A sucessividade das ações e das obras nos escritos biográficos se estabelece desde o nascimento dos homenageados, passando por suas ações durante a vida, educação, trabalhos políticos e literários, até a chegada de sua morte. Essa disposição é preceituada para o gênero da história durante o século XVIII, conforme o tratado *Elementos da Invenção e Elocução Retórica* do padre Antônio Pereira. Segundo o tratado, existem três modos de formar um Panegírico, um natural e dois artificiais:

O natural é o primeiro a seguir a ordem dos tempos, discorrendo por toda a vida do sujeito, desde o nascimento até a morte. Desta sorte vem a ser o panegírico um Elogio histórico, qual é entre os gregos o panegírico de Evagoras, rei do Chipre, feito por Isócrates: entre os romanos o de Trajano Imperador, feito por Plínio.<sup>72</sup>

<sup>71</sup> QUINTILIANO, M. F. *Instituições Oratorias*. Traduzidas em Linguagens, e ilustradas com notas Críticas, Históricas, e Rethoricas, para uso dos que Aprendem, por Jeronymo Soares Barboza. v II. Paris: Na livraria portuguesa de J. P. Aillaud, 1836, p. 83.

<sup>72</sup> FIGUEIREDO, Antônio Pereira. *Elementos da Invenção, e Locução Retorica, ou Princípios da Eloquência: escritos, e ilustrados com breves notas*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1769, p. 29.

Nos modos artificiais, o fio condutor do Elogio seguia as “ações e virtudes”, sem levar em consideração a ordem do tempo, ou, iniciava-se com a ordem dos tempos, sendo esta substituída posteriormente pela ordem das virtudes. Na perspectiva definida por Antônio Pereira, a ordem natural, que seguia plenamente a “ordem dos tempos”, permitia ao Panegírico confundir-se com o Elogio histórico, na medida em que obedecia à mesma ordem na elaboração do discurso. Esse preceito também pode ser visto como um indício da conformação do gênero da história dentro do gênero epidítico, na medida em que faz a narração do encômio e de ações em uma ordem cronológica, ou seja, obedece à mesma disposição natural do discurso histórico, que narra ações desde o passado mais recuado até o presente do historiador.

Além da organização *in ordo naturalis* da narrativa, a *inventio* retórica, no caso de uma Vida ou Elogio, propunha a exposição amplificada das virtudes do elogiado ao longo de sua vida. Esse processo se constituía por meio da técnica retórica do elogio da pessoa, segundo os lugares expostos principalmente por Quintiliano na *Instituição Oratória*, para a construção do “retrato” da pessoa elogiada. Constituição física, origem, nação, pátria, sexo, idade, educação e instrução, fortuna, condição social, caracteres, ocupação, aparência, ações e palavras<sup>73</sup> serviam como estrutura narrativa para a escrita biográfica na época moderna. Os lugares-comuns retóricos da honestidade e da utilidade eram aplicados às várias individualidades, conforme o status social ou profissional. Poderíamos questionar, dessa forma, se a busca de tópicos retóricos para caracterizar os homenageados não acabava anulando a representação e a existência de uma trajetória individual e verdadeira? Como observado nas Vidas, Elogios e Memórias, a aplicação dos lugares-comuns no gênero biográfico funcionava através de sua particularização em diversos casos e exemplos. Conforme destacado pelo autor Uiran Gebara da Silva, a afirmação da existência, nas narrativas biográficas antigas, de uma noção de singularidade nas ações e atitudes do indivíduo biografado não é oposta ao uso de anedotas e topoi retóricos. As anedotas e topoi retóricos poderiam ser incluídos na narrativa por meio de episódios particulares e pesquisados empiricamente. A apresentação de uma personalidade em suas particularidades pressupunha uma tipificação. Supõe a existência social do indivíduo biografado, na medida em que aquelas ações singulares engendram na narrativa uma série de relações e papéis sociais recorrentes. Portanto, segundo o autor, parecia ser válido, quando se narrava uma trajetória singular, o uso de lugares comuns, de formulas de enquadramento dos momentos da vida individual sem a

---

<sup>73</sup> QUINTILIANO, M. F. *Op. cit.*, 1836b, p. 246.

anulação da singularidade existencial. Os *topoi* recorrentes nas biografias antigas, que não anulam a noção de singularidade, remetem ao padrão de narrativa derivado de tipos sociais conforme o homenageado fosse um rei, um poeta, um profeta ou um guerreiro.<sup>74</sup>

No caso dos Elogios históricos, Vidas e Memórias biográficas das coleções de *História e Memórias* e *Memórias de Literatura* da Academia, a narrativa priorizava a construção da figura moral do homem de letras e ciências, através da seleção dos lugares de origem, educação, ocupações, ações, vícios e morte, rompendo, na maioria dos textos, com o modo tradicional de narrativa, que também incluía a análise da constituição física, sexo, idade, fortuna, aparência e aparato fúnebre. Esse rompimento se daria pela adesão ao modelo de Elogio enciclopédico francês, que previa que a narração deveria priorizar os “progressos” científicos e literários dos sócios, tal como observado pelo sócio Francisco Borja no Elogio de D’Alembert:

Então começam os belos dias de D’Alembert, e aqui começa também a parte mais importante de seu Elogio: pois como ele mesmo afirma, o verdadeiro elogio de um sábio não consiste tanto em uma narração circunstanciada da sua vida particular, como em uma fiel exposição de seus trabalhos literários.<sup>75</sup>

Essa tendência narrativa do Panegírico iluminista, que valorizava as obras dos homens de letras, também se fazia presente nas Memórias biográficas:

O primeiro monumento, que encontramos neste ano na entrada que nos haveremos proposto seguir, é uma Memória histórica e crítica do Sr. D. Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Vizeu, acerca de Fr. Luiz de Sousa, e de suas obras. Cabia à mesma pena, que tão dignamente se havia no ano antecedente da vida e feitos do Príncipe dos poetas portugueses, escrever do Biógrafo do Venerável Arcebispo de Braga, que pela castidade de linguagem e flores de estilo merece a primazia de lograr entre os nossos escritores em prosa. Não instrui menos a vida privada e pública do homem douto, do que seus próprios escritos.<sup>76</sup>

Seguindo esses pressupostos, os escritores dos Elogios históricos e Memórias biográficas atualizariam e excluiriam tópicos retóricos do gênero demonstrativo conforme a própria concepção de Elogio aceita pela Academia. Os “progressos” dos homens de letras homenageados na Academia eram menos “feitos heroicos” enumerados do que *topoi* retóricos pré-fabricados e transmitidos por uma tradição que produzia e reproduzia a cultura letrada. Segundo Sergio Alcides, a *inventio* ou “descobrimento” dos *topoi* era a principal tarefa do

<sup>74</sup> SILVA, Uiran Gebara da. “A escrita biográfica na antiguidade: uma tradição incerta”. *Politéia*. Vitória da Conquista, v. 8 n. 1, p. 67-81, 2008, p.79. Ver também: MOMIGLIANO, Arnaldo. *The development of greek biography*. Cambridge: Cambridge University, 1993, p. 104.

<sup>75</sup> STOCKLER, Francisco de Borja Garção. *Op. cit.*, 1797, p. 536.

<sup>76</sup> BARBOSA, Francisco Vilella. “Discurso histórico recitado na sessão pública de 24 de junho de 1821”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII. Parte I. Lisboa: Na Tipografia da Mesma Academia, 1823, p. IX-X.

escritor de Elogio, que deveria escolher os lugares apropriados conforme a verossimilhança e adequação ao objeto homenageado naquele momento. É por isso que, segundo o autor, os lugares-comuns não são objetos insubmissos à historicidade, mas ferramentas adequadas à solução de problemas historicamente vivenciados, uma vez que são “material de reutilização” e só adquirem significado efetivo em seu uso, ou melhor, em sua atualização.<sup>77</sup> Nesse sentido, a escrita dos Elogios Históricos, Vidas e Memórias biográficas da Academia Real das Ciências de Lisboa e os *topoi* retóricos usados seriam modulados conforme as expectativas dos sócios quanto à exemplaridade almejada na associação.

Na análise dos *topoi* retóricos recorrentes nos Elogios históricos, Vidas e Memórias históricas biográficas da Academia Real das Ciências percebemos que os textos sempre se iniciavam com o uso da tópica *genus* (origem), que geralmente expunha a família do homenageado. Conforme o gênero demonstrativo, acreditava-se que os filhos se assemelhavam aos pais e aos ancestrais, postulando-se que a semelhança influi na vida honesta ou desonesta do sujeito elogiado ou vituperado.<sup>78</sup> Na *Memória Sobre a vida do Cronista Antônio Brandão*, o Fr. Fortunato Boaventura escreve:

Nasceu Fr. Antônio Brandão em abril de 1584, e foi batizado debaixo do nome de Marcos. Seus pais chamavam-se Rui Dias Rabelo, e Jerônima Brandão, moradores na sobredita vila, que eram abastados de bens da fortuna e não careciam das vantagens da nobreza.<sup>79</sup>

A tópica da linhagem nos escritos biográficos da Academia se resumia, na maioria das vezes, a curtas narrações dos nomes dos ancestrais do homenageado, distanciando-se do modo tradicional de narrativa. No modo tradicional de Elogio, na tópica *genus*, era comum esquadrihar toda a linhagem do indivíduo, louvando as Casas nobiliárquicas. Essa tradição não predominou nos escritos biográficos da Academia Real das Ciências, tendo a “Memória de Antônio Brandão” referenciado somente que seus pais eram “abastados de fortuna” e que “não careciam das vantagens da nobreza”. Essa contração da tópica da linhagem nos escritos da Academia parte da visão de que mesmo que o homenageado fosse de família nobilitada, esse fato não servia de critério de reconhecimento. No *Elogio histórico do Bispo e Inquisidor Geral D. José Maria de Mello*, o sócio Francisco Lobo destaca que:

<sup>77</sup> ALCIDES, Sérgio. “Expectativa e metamorfose: saudades da idade do ouro na América portuguesa”. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. *Festa – Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Edusp, vol. II, 2001, p. 778-779.

<sup>78</sup> HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras/SEC, 1989, p. 313.

<sup>79</sup> SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de. “Memória sobre a Vida do Cronista mor Fr. Antônio Brandão”. *Op. cit.*, 1823, p. 37.

Pouco ou nada vale, aos olhos da boa razão, uma ascendência generosa se lhe não corresponde à educação e aproveitamento dos que descendem. E é neste caso, muito de preferir o nascimento humilde que se encosta a alguma virtude pessoal, ainda que não seja extraordinária. Porém se os descendentes de ilustres maiores recebem deles adequado ensino e o não malogram, ou se incitados de esplêndidos exemplos domésticos, e ajudados da elevação honesta de ânimo, que é tanto de esperar nos que vem de nobres avós, se propõe seriamente a emparelhá-los, ou pelo menos não os desonrarem, ninguém dirá que a valia própria se não realça muito com o luzimento da linhagem.<sup>80</sup>

Nesta perspectiva, o valor deveria se assentar nas virtudes pessoais do elogiado mais humilde ou nas virtudes adquiridas pela educação do elogiado de linhagem ilustre. Conforme vemos no trecho acima, o valor próprio somente realçaria o “luzimento da linhagem” se o homenageado correspondesse com empenho à educação recebida ou aos exemplos domésticos dos seus antepassados. Esse argumento advém de uma modificação da tópica horaciana *Fortes creantur fortibus*, que diz que “os bravos nascem dos bravos”. Segundo esse lugar-comum, as virtudes dos pais são transmitidas naturalmente aos filhos, porém, seu uso no Elogio histórico de José Maria de Mello seria temperado com a noção de “valor pessoal”, ao se defender que as virtudes familiares somente apareciam nos filhos quando estes se aplicavam a “emparelhá-los”.

Após a narrativa da *genus* do homenageado, os Elogios históricos e Memórias Biográficas passavam à tópica *educatio et disciplina* (educação), uma vez que para o encômio ou para a vituperação no gênero demonstrativo, era importante saber de que maneira alguém se formou.<sup>81</sup> Nos Elogios históricos e Memórias biográficas, narrava-se a educação do homenageado desde os estudos menores até a graduação superior, através das tópicas de empenho, engenho e “talentos naturais”. Na *Memória da Vida e escritos de D. Francisco de Mello*, Antônio Ribeiro dos Santos destaca o uso dessa tópica:

Havia ele recebido da natureza todas as partes necessárias de engenho, e de bom siso para bem tratar as Ciências, e a educação com que dele cuidaram tanto seus pais, como seus mestres, aumentou e aperfeiçoou sobremaneira o talento natural com que nascera. O senhor Rei D. Manoel, liberal protetor das Letras, presentindo nele tão boas disposições e princípios com que muito poderia servir o Estado, ordenou-lhe que fosse adiantar os seus conhecimentos literários na Universidade de Paris, e lhe mandou assistir e continuar com as suas moradias e algumas ajudas de custo.<sup>82</sup>

Nas narrativas biográficas, os pais e mestres, na maioria das vezes, eram responsáveis pela educação dos filhos:

<sup>80</sup> LOBO, Francisco Alexandre. “Elogio histórico do Bispo e Inquisidor Geral D. José Maria de Mello”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VI. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1819, p. LIII.

<sup>81</sup> HANSEN, João Adolfo. *Op. cit.*, 1989, p. 366.

<sup>82</sup> SANTOS, Antônio Ribeiro dos. “Memória da Vida e Escritos de D. Francisco de Mello”. In: *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo VII. Lisboa: Na Tipografia da Mesma Academia, 1806, p. 237.

Isto só basta para fazer ideia da educação que receberiam os dois moços em cujas veias corria então unido o sangue dos Muller e de Kohler: porém seus progenitores julgavam com razão que as ciências exatas e as políticas e literatura, que separadamente professavam, eram de vastidão demasiada para serem cultivadas com vantagem por um mesmo indivíduo: quiseram com sábio conselho dividir por seus filhos esta nova espécie de herança da qual cada um deveria tomar para si uma parte precípua. E conhecendo assaz a capacidade e natural inclinação destes destinaram o mais moço para as ciências matemáticas, e o primogênito para o estudo de Literatura em todas as diversas e multiplicadas ramificações.<sup>83</sup>

Nesse Elogio histórico de João Guilherme Cristiano Muller, escrito por Francisco Manoel Trigoso, o conhecimento, fruto da aplicação da família, uma vez que o pai e avô de Muller eram homens de Letras, é caracterizado no Elogio como uma “nova espécie de herança”. Essa “nova herança” nas Letras seria outra variação da tópica “os bravos nascem dos bravos”, que passa a vincular-se às atividades profissionais nas ciências e letras, em oposição à concepção nobiliárquica de herança. A presença da tópica da “nova herança” pode ser observada também na *Memória Sobre a vida do Cronista-mor Fr. Antônio Brandão*. Nesse texto, o sócio Fortunato Boaventura, mesmo negando a genealogia, remonta a antiguidade familiar do homenageado para ressaltar que entre seus antepassados haviam homens “distintos na República das Letras”:

Ainda que as notícias genealógicas são pelo menos indiferentes quando se trata de um monge e de um sábio, não é supérfluo advertir que o apelido Brandão agradou mais ao nosso cronista, que os de seu pai, porque era mais conhecida a nobreza de sua mãe, e sabemos que por este lado eram seus primos os jesuítas Luiz de Brandão e Jerônimo Lobo, ambos distintos na República das Letras e ambos de esclarecida linhagem [...].<sup>84</sup>

Nos escritos biográficos, os pais julgam com “razão” e conhecimento dos “talentos naturais” os melhores estudos aos seus filhos. O uso variado da tópica dos “talentos naturais” também ocorria quando os filhos não correspondiam às escolhas feitas pelos seus progenitores, responsabilizando-se o gênio do homenageado pela escolha correta. No Elogio histórico do brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, o sócio Manoel José Maria da Costa Sá destacaria que “seu pai julgou-o de benção e o destinou ao Sacerdócio”, mandando-o do Brasil para estudar em Portugal, mas o jovem “achava-se impelido a seguir o curso de ciências naturais como por uma espécie de necessidade do seu espírito”.<sup>85</sup> Do mesmo modo, na *Memória sobre Martin da Bohemia*, o sócio Sebastião Francisco de Mendo Trigoso

<sup>83</sup> MORATO, Francisco Manuel Trigoso d’Aragão. “Elogio Histórico de João Guilherme Cristiano Muller”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV. Parte II. Lisboa: Tipografia da mesma Academia, 1816, p. LVIII.

<sup>84</sup> SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de. “Memória sobre a Vida do Cronista mor Fr. Antônio Brandão”. *Op. cit.*, 1823, p. 37.

<sup>85</sup> SÁ, Manuel José Maria da Costa e. “Elogio do Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo V. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1818, p. LVIII.

destaca que mesmo o letrado estando empregado na profissão do comércio, durante a juventude, aplicava-se nas letras:

Sabe-se por este testemunho (cartas), que os primeiros anos da vida de Martim da Bohemia foram empregados no Comércio, profissão muito honrosa naqueles tempos, e em que se empregava grande parte das famílias mais ilustres; mas não lhe impediu isto aplicar-se às letras, nem mesmo a fazer nelas progressos muito consideráveis.<sup>86</sup>

Sob a justificativa de que a história deveria ser escrita com o “juízo imparcial” do historiador, as biografias da Academia não somente louvavam as ações virtuosas de seus homenageados, mas também apontavam vícios. A *Vida do Cronista-mor Bernardo de Brito*, além de narrar e elogiar o seu incansável trabalho de escrever a história do reino, também destaca os erros cometidos pelo escritor:

Por mais que nós procuremos diminuir os defeitos de Fr. Bernardo de Brito, referindo as circunstâncias tristes em que ele apareceu no mundo como escritor, nenhuma indulgência o poderá desculpar da facilidade e leveza com que asseverava fatos mais duvidosos e até os mais falsos. O tom dogmático com que relata os acontecimentos mais miúdos e mais circunstanciados dos tempos mais fabulosos, sem outro apoio, ou autoridade do que umas vezes floriavam do campo, que nenhuma maior certeza podia dar dos fatos do que ele próprio [...].<sup>87</sup>

A *Vida de Bernardo de Brito* foi escrita por D. Antônio da Visitação Freire, que acusa o cronista-mor de fabricar documentos apócrifos e de não se apoiar em autoridades na escrita de sua história de Portugal. Porém, ele também afirma que a obra de Brito deve ser considerada nas circunstâncias em que foi escrita. Ao referir que no fim do século XVI o reino caiu em uma “degeneração das ciências”, fazendo uma referência ao período da dominação espanhola, o sócio aponta que o zelo pela verdade converteu-se em “baixa lisonja”. E nesse período, Bernardo de Brito, “na flor dos anos e amante da reputação momentânea da moda”, compôs a sua *Monarquia Lusitana*, mencionando fatos fabulosos e de pouca exatidão.

O apontamento dos “defeitos” nos Elogios históricos, Vidas e Memórias biográficas não acabava no vitupério dos homenageados, uma vez que, na concepção de história da época, as narrativas históricas deveriam julgar as virtudes e os vícios, como demonstrado na passagem do acadêmico D. Francisco de S. Luiz:

Todo o que se distingue por ações notáveis em bondade ou em maldade pode ter lugar na história, e com razão. O primeiro para a imitação, o segundo para a detestação. Estes contrastes servem em qualquer caso para a instrução. A oposição

<sup>86</sup> TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo. “Memória sobre Martim de Boémia”. *Op. cit.*, 1814, p. 368.

<sup>87</sup> FREIRE, D. Antônio da Visitação. “Vida de Fr. Bernardo de Brito”. In: *Coleção dos Principais autores da História Portuguesa*. Tomo I. Lisboa: Tipografia da mesma Academia, 1806, p. XXII

do vício com a virtude muito mais talvez do que um curso de moral faz o maior efeito. A amabilidade de um faz a execração do outro [...].<sup>88</sup>

Na narrativa biográfica, os vícios, por sua vez, não eram amplificados, como acontecia em versões epidíticas de vituperação (a sátira, por exemplo), mas sempre atenuados. Na Vida de Bernardes Brito, após a narração de seus “vícios”, a juventude e a conjuntura histórica são responsabilizados pelos erros cometidos pelo letrado. Sob a justificativa da imparcialidade e da verdade, os Elogios e Memórias eram escritos alegando-se que, ao falar das virtudes, não se deveriam esconder os defeitos e os erros dos homens, sendo estes necessários no processo de moralização. Porém, podemos perceber que justificar as ações erradas dos homenageados era uma maneira de diminuir o vício, em favor da amplificação das virtudes.

A narração das “aplicações, ações e caracteres” dos homenageados era a parte mais importante da narrativa, porque fazia-se com o uso das tópicas da utilidade e da honestidade, que representam o propósito de todos os louvores acadêmicos. Conforme já observado, os *Estatutos* acadêmicos previam que os Elogios deveriam ser concedidos somente aos sócios que participavam dos trabalhos acadêmicos. Dessa maneira, as biografias funcionavam como enumeração dos trabalhos “úteis” dos homenageados. As “obras” eram trabalhos científicos e literários ou trabalhos na burocracia civil ou eclesiástica, narradas conjuntamente com os “dotes da alma”, que eram aplicadas conforme as circunstâncias enobrecedoras. Vejamos, por exemplo, o trecho do Elogio histórico do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira:

[...] Os cinco anos que ainda teve de residir em Lisboa, foram inteiramente empregados no serviço do Estado. Ora examinando, reduzindo e descrevendo os produtos naturais do Real Museu d’Ajuda, ora ocupando-se em fazer todas as experiências Físicas e Químicas que lhe eram ordenadas, e designadas pelo Exmo. Sr. Martinho de Mello e Castro, o que tudo cumpriu zelosamente e com desinteresse mais louvável, dando assim nisto como em outros encargos que tomava, testemunhos seguros da melhor aplicação e estudo.<sup>89</sup>

Os “dotes da alma” ou, nos termos de Quintiliano, as “virtudes do ânimo”, eram tópicas retóricas greco-latinas preceituadas para o gênero demonstrativo e vinculadas à moral, uma vez que apresentavam homologia com os tratados de civilidade correntes na época. No Elogio de Alexandre Rodrigues, notamos a presença dos lugares de utilidade e mérito “no serviço ao Estado” e o zelo e desinteresse nos estudos científicos. As noções de utilidade e

<sup>88</sup> S. LUIZ, D. Francisco de. “Comparação da História de D. João de Castro por Jacinto Freire de Andrade e da Vida de D. Paulo de Lima por Diogo de Couto”. In: *Obras completas do Cardeal de Saraiva*. Tomo X. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883, p. 17.

<sup>89</sup> SÁ. Manuel José Maria da Costa e. “Elogio do Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira”. *Op. cit.*, 1818, p. LXLL.

mérito também serviam como vértebra nas Memórias históricas biográficas. Na *Memória Breve de D. Jorge da Costa*, o sócio Francisco Nunes Franklin destaca:

Pela sua vida exemplar, muita ciência nas letras Divinas e humanas, e altos pensamentos foi nomeado pelo Senhor Rei D. Afonso V para Mestre da Senhora Infante D. Catarina, filha do Senhor Rei D. Duarte, de cuja Senhora foi também capelão e confessor. Foi igualmente confessor do Senhor Rei D. Afonso V, do seu conselho e o seu maior valido, e como tal e grandes merecimentos recebeu dele tantas dignidades e rendas eclesiásticas como nenhum outro ainda teve.<sup>90</sup>

As tópicas da utilidade e do merecimento, veiculadas ao preceito greco-latino de que se deveria louvar “aquelas ações que um homem fez por si só”, dava sustentação ao conceito de “homem de gênio”, aplicado utilmente no progresso nacional e universal. As narrativas biográficas da Academia apresentavam-se como uma enumeração dos “progressos” dos letrados e de virtudes definidas por Aristóteles e Quintiliano: prudência, utilidade, coragem, liberalidade, justiça, temperança e sabedoria. Além de outras, como: zelo, piedade, moderação, honra, caridade, sagacidade, perspicácia, honestidade, empenho, humildade, polidez, amizade, engenho, memória e juízo, dentre outras.

Na tópica da morte percebe-se que os Elogios históricos e Memórias biográficas da Academia também rompiam com o modo tradicional de Oração fúnebre. Nessa última parte do texto, falava-se das causas do falecimento, do estado de saúde e da situação do homenageado nos últimos momentos de sua vida. Fazia-se elogio de suas virtudes e da admiração e estima sentidas pelos seus contemporâneos. Em alguns casos, referiam-se situações em que até o último momento o homenageado deu provas de seu amor pelas ciências, como ilustra o Elogio histórico de João Guilherme Miller, no qual se conta que, mesmo atormentado pelo péssimo estado de saúde, o sócio inventou uma máquina para que pudesse segurar a pena entre os dedos.<sup>91</sup> Diferentemente das orações fúnebres, a tópica da morte nos Elogios, Vidas e Memórias biográficas da Academia não dedicava grande importância aos aparatos fúnebres. A narração da “pompa fúnebre” e dos epitáfios e inscrições, procedimento central no modelo tradicional de Elogio fúnebre, é muitas vezes feita rapidamente ou em alguns casos não aparecia. Assim, dava-se mais importância à lamentação

<sup>90</sup> FRANKLIN, Francisco Nunes. “Memória Breve de D. Jorge da Costa, Cardeal de Lisboa, do título de São Marcellino e de S. Pedro, ou como outros chamavam o Cardeal de Portugal, e vulgarmente o Cardeal de Alpedrinha, produzindo-se um dos raros Documentos originais do mesmo Cardeal de muita erudição e sentenças”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1823, p. 152.

<sup>91</sup> MORATO, Francisco Manuel Trigoso d’Aragão. “Elogio Histórico de João Guilherme Cristiano Muller”. *Op. cit.*, 1816, p. LXXVI.

da “perda da República” do que propriamente ao que se passou depois da morte do homenageado.

De modo geral, o uso das tópicas gênio, talento natural, aproveitamento na educação, utilidade e empenho nas atividades, vinculadas ao valor pessoal conquistado pelo trabalho e independente dos critérios de nascimento, com a grandeza nascendo da prudência, do zelo e da constância, criava uma ética adequada aos homens de letras.<sup>92</sup> Esses lugares retóricos modelavam a exemplaridade nas biografias, e vinculavam-se ao que Ernst Robert Curtius chamou de “nobreza da alma”, tópica presente em Aristóteles e atualizada pela Ilustração. Segundo esse lugar-comum, a alta linhagem em si não garantia sentimentos nobres – dependendo a nobreza, na essência, do dinheiro, pois existia uma nobreza de sentimentos dos homens de bem, independente do nascimento.<sup>93</sup> Segundo Aristóteles: “Por nobre entendo aquele cujas virtudes são inerentes a uma estirpe; por de nobre caráter entendo aquele que não perde as suas qualidades naturais”.<sup>94</sup> O filósofo grego defendia que além da nobreza de sangue ou de armas, existia uma “nobreza de espírito”, que não se degenerava em vícios como costumava acontecer com as nobrezas de linhagem.<sup>95</sup> Considerando que os lugares-comuns sempre são reutilizados e atualizados com base nas expectativas dos que os utilizam, percebemos que a tópica da “nobreza da alma” foi atualizada segundo os propósitos de construção de identidade na Academia Real das Ciências.<sup>96</sup> A instituição, conforme observado no primeiro capítulo, congregou grupos de diversas origens sociais, como a nobreza nobiliárquica e as aristocracias burocrática e civil. Além disso, esses grupos atuavam em distintas atividades sócio profissionais, bem como pertenciam a diferentes facções políticas. A tópica da “nobreza da alma” servia para equacionar a diversidade social no mesmo ideal de aristocracia, permitindo os escritos biográficos, e os *topoi* retóricos atualizados, produzirem e reproduzirem a exemplaridade do letrado “útil” e “aplicado” da República das Letras.

Além do repositório de tópicas, utilizadas na construção da exemplaridade, a tradição retórica também fornecia diversas regras para a construção da noção de “prova”, que dava ao

---

<sup>92</sup> Ivan Teixeira percebeu que a tópica “nobreza da alma” foi utilizada pelos poetas portugueses no elogio ao Marquês de Pombal. Consideramos que esse lugar retórico também foi aplicado nos Elogios dedicados aos sócios da Academia mariana. TEIXEIRA, Ivan. *Op. cit.*, 1999, p. 350.

<sup>93</sup> CURTIUS, Ernest. Robert. *Literatura europeia e Idade Média Latina*. Brasília: INL, 1979, p. 187.

<sup>94</sup> ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Famrhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, p. 198

<sup>95</sup> Aristóteles diz que: “Nas gerações humanas há uma espécie de colheita, tal como produtos da terra, e algumas vezes, se a linhagem é boa, nascem durante algum tempo homens extraordinários, depois vem a decadência. As famílias de boa estirpe degeneram em caracteres tresloucados [...]”. *Ibidem*, p. 199.

<sup>96</sup> ALCIDES, Sérgio. *Op. cit.*, 2001, p. 778-779.

texto historiográfico a validade de um discurso “verdadeiro”. No próximo capítulo deslocaremos nossa análise para os diversos modos de produção da “prova” e da “verdade” nos escritos biográficos da Academia.

### CAPÍTULO III – A PRODUÇÃO DA EVIDÊNCIA E A HISTÓRIA UNIVERSAL: RETÓRICA, CRÍTICA DOCUMENTAL E EXPERIÊNCIA COLETIVA NA ESCRITA BIOGRÁFICA

#### 3.1. Artíficos retóricos de persuasão: exórdio, argumentação e peroração

A pintura das ações insignes atrai sempre a nossa atenção. A princípio esperta nossa curiosidade, depois alcança nossa admiração. A impressão do belo e do sublime dilata o coração, e aumenta a consciência de nossas próprias forças. Ao prazer imediato que causa, acompanha logo um desejo obscuro de imitação, que afagado depois e cultivado, cria por fim este entusiasmo, donde brotam os grandes feitos. O filósofo, que estuda o coração humano, aproveita estas nobres disposições da natureza; e procura desenvolver com a eloquência da palavra, o gérmen precioso das virtudes, que a Divindade encerrou em nossos peitos. Eis aqui os frutos que produzem os Elogios, quando sabem retratar com verdade, e energia, o caráter dos heróis. É por este motivo, Srs., que de longos anos usaram Grécia e Roma render públicos cultos em seus panegíricos à memória dos Beneméritos, e com razão usavam; porque nada há mais útil para o exemplo e imitação, como já disse, que conservar viva a lembrança das virtudes e ações que honram a humanidade.<sup>1</sup>

A reflexão acima sobre os Panegíricos, feita pelo sócio José Bonifácio de Andrada no Elogio acadêmico da rainha D. Maria I, de 1817, revela a relação entre retórica, historiografia e emoções na cultura escrita da Academia Real das Ciências. A retórica fornecia os elementos necessários para que a narrativa histórica pudesse emocionar o público em diversos sentidos, e em seguida, persuadi-lo. Essa relação entre eloquência e emoções advinha das sistematizações feitas por Aristóteles, que caracterizam a sua noção de prova retórica. Na *Retórica*, Aristóteles enfatiza: “As emoções são causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer.”<sup>2</sup> As emoções, seriam fundamentais na concepção de retórica do filósofo, uma vez que são elas que permitiam as mudanças nos juízos sobre as coisas. Nesse sentido, o discurso retórico deveria agir de modo que provocasse as emoções necessárias, tendo em vista obter o efeito desejado no público.

Para despertar a resposta emocional pretendida, segundo a *Retórica* de Aristóteles, o orador deveria compreender como as pessoas são afetadas pelas emoções. Assim o filósofo

<sup>1</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Tip. Dois de dezembro, 1857, p. 7-8.

<sup>2</sup> ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Famrhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, p.160.

elencar três elementos que deveriam ser conhecidos pelo orador: o “estado de espírito” da pessoa, por quem a pessoa sente emoção e as circunstâncias ou motivos.<sup>3</sup> Esses três elementos deveriam ser conhecidos em todas as emoções em que ele elenca: ira, calma, amizade, inimizade, temor, vingança, vergonha, desvergonha, amabilidade, piedade, indignação, inveja e emulação. O orador que conhecesse essas condições saberia persuadir porque teria o conhecimento para manipular determinada emoção com sucesso.<sup>4</sup> Sua argumentação agiria na mesma medida das emoções do público. Com essa ideia, o estagiária ampliaria a relação entre a *logos* e emoções, distinguindo-se de Platão e da tradição.

A tradição anterior à Aristóteles frisava apenas o caráter irracional da emoção, esta entendida como elemento que escapava da razão. A emoção era entendida como aquilo que acontece com o indivíduo de modo semelhante a uma doença que faz suas vítimas sofrerem infortúnios, estando assim fora da esfera do elogio ou da censura.<sup>5</sup> Compreendida dessa maneira, a reação emocional é um sofrimento induzido ou causado no indivíduo, os apelos emocionais funcionam como “drogas” no paciente. Em se tratando do discurso oratório, a plateia ficaria tão encantada pela “magia” do discurso que seria vencida por ela, não conseguindo se responsabilizar pelo seu próprio comportamento. Essa relação entre o discurso retórico e emoções fez Platão criticar a retórica sofisticada e não a reconhecer como técnica.<sup>6</sup>

Ao dar ênfase no objeto da emoção e nos motivos dela, Aristóteles associa fortemente cognição e emoção, porque aquilo que o indivíduo pensa ou acredita ocorrer apresenta os objetos da emoção, além de explicar a reação emotiva. Ao sabermos o porquê de uma determinada emoção temos a indicação daquilo que foi essencial para a reação emotiva, como também a sua causa eficiente. A cognição de estado emotivo indica tanto a essência desse estado como a causa eficiente dele, e dessa forma, é parte da definição da emoção. Em todas as respostas emotivas, o orador deve observar qual pensamento levou alguém a reagir de uma determinada maneira, porque esses conhecimentos são essenciais e causas eficientes da reação emotiva.<sup>7</sup>

Para Aristóteles, o domínio da demonstração discursiva não era suficiente para a credibilidade do orador. A credibilidade seria também elemento que surgia da confiança que

---

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>4</sup> *Ibidem*.

<sup>5</sup> Esse exemplo está presente no *Elogio de Helena*. MENEZES E SILVA, Christiani Margareth de. “O papel das emoções na Retórica de Aristóteles”. *AISTHE*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, p. 106-114, 2010, p. 107.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 107.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 110-111.

os ouvintes tinham no orador e do conhecimento das propensões daqueles a quem se dirige.<sup>8</sup> Enquanto o *logos* produzia a convicção de verdade através do ordenamento lógico, o *ethos* do orador e o *pathos* do auditório levam a mesma convicção, ao apresentar o orador como digno de crédito e permitir estados emocionais favoráveis ao seu discurso. Essa correlação entre o sentir e o compreender caracteriza sua noção de prova:

Das provas de persuasão, umas são próprias da arte retórica e outras não. Chamo provas inartísticas a todas as que não são produzidas por nós, antes já existem: provas como testemunhos, confissões sob tortura, documentos escritos e outras semelhantes; e provas artísticas, todas as que podem preparar pelo método e por nós próprios. De sorte que é necessário utilizar as primeiras, mas inventar as segundas. As provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador, outras, no modo como se dispõe o ouvinte, e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar.<sup>9</sup>

Segundo Aristóteles, persuade-se pelo caráter do orador quando o discurso é proferido de maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Persuade-se pelos ouvintes quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, uma vez que os juízos emitidos pelo orador variam conforme sentimento de tristeza e alegria, amor ou ódio. E por fim, persuade-se pelo discurso quando o orador mostra a verdade ou o que parece verdade a partir do que é persuasivo em cada caso particular. Esses três aspectos formavam a noção de prova artística desenvolvida pela retórica, e eram partes essencialmente importantes do discurso historiográfico da Idade Moderna.

O alinhamento entre emoção, julgamento, persuasão pela disposição do público e do orador permitiu Aristóteles a sistematizar uma série de técnicas para a produção da prova baseada no *ethos*, *pathos* e *logos*. Essas técnicas permaneceriam como determinantes na produção historiográfica da modernidade, em virtude do convencionalismo retórico das práticas letradas da época. A disposição, ou *dispositio*, segunda etapa da elaboração do discurso retórico, servia na criação da prova aristotélica nos gêneros historiográficos. Conforme as convenções retórico-poéticas, a disposição ocupava-se da organização das partes da narrativa, o que explicita sua planificação racional e persuasiva. Tradicionalmente, essa etapa era dividida em exórdio, narração, proposição, divisão, conformação, refutação e peroração, que variavam conforme a “teoria” de cada autoridade. Embora diversos autores propusessem vários planos de disposição, que dividiam de duas a sete partes, as mais usadas dentre a divisão clássica foram três: exórdio, argumentação e peroração. Nas Vidas, Elogios

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 107-108.

<sup>9</sup> ARISTÓTELES. *Retórica. Op. cit.*, 2005, p. 96.

históricos e Memórias biográficas da Academia Real das Ciências, a aplicação da disposição foi diversa, sendo em alguns casos bem evidente e em outros não.

Segundo a *Retórica* de Aristóteles, “o exórdio é o começo do discurso, o que lhe corresponde em poesia, é o prólogo, na aulética, o prelúdio. São outros tantos começos que, por assim dizer, abrem caminho ao que vai seguir.”<sup>10</sup> O exórdio é a parte do discurso em que se faz a apresentação do que se pretende dizer. Nas Vidas, Elogios e Memórias históricas, o exórdio servia como forma de apresentar a pessoa de que se fazia o elogio. Nessa parte, também se faziam reflexões sobre as intenções de narrar, apontavam-se justificativas para se louvar, o objetivo dos textos, dificuldades ou conselhos sobre a atividade narrativa.<sup>11</sup>

A tópica da dedicatória era amplamente utilizada nos exórdios para adequar, por meio do decoro, o gênero narrativo ao objeto elogiado. Topos muito usado pelos poetas romanos, ele servia para justificar os Elogios como “testemunhos da grandeza” dos beneméritos homenageados.<sup>12</sup> Por meio da história, os trabalhos e ações edificantes deveriam ser reconhecidos pela posteridade, e dessa forma, os Elogios eram dedicados como tributo à memória dos homens das letras.

As tópicos da fidedignidade e da imparcialidade do relato eram outros mecanismos utilizados nos exórdios das biografias. Na *Memória Histórica e Crítica acerca de Fr. Luiz de Sousa e das suas obras*, Francisco Alexandre Lobo adverte: “Estamos bem capacitados de que a principal valia da História consiste na verdade dos sucessos referidos; e nem a paixão, nem a propensão própria nos podem aqui levar a relações destituídas de bom fundamento.”<sup>13</sup> A verdade e a imparcialidade se tornaram tópicos bastante importantes nos escritos biográficos, uma vez que correspondiam com as novas exigências para o Elogio iluminista.

Nas narrativas biográficas, foi recorrente a aplicação da tópica da modéstia afetada. Esse topos retórico é caracterizado sempre pela referência da “pouca qualidade” do narrador diante da “grandiosidade” do tema. No Elogio necrológico ao rei D. João VI, por exemplo, o sócio Matheus de Assunção afirma que lhe faltam talentos e requisitos necessários para dar o

<sup>10</sup> *Idem. Arte Retórica e Arte poética*. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. Introdução Goffredo Teller Júnior. Rio de Janeiro: Editora Ediouro – Tecnoprint, 1979, p. 206.

<sup>11</sup> QUINTILIANO, M. F. *Instituições Oratorias*. Traduzidas em Linguagens, e ilustradas com notas Críticas, Históricas, e Rethoricas, para uso dos que Aprendem, por Jeronymo Soares Barboza. v II. Paris: Na livraria portuguesa de J. P. Aillaud, 1836, p. 127-163.

<sup>12</sup> CURTIUS, Ernest. Robert. *Literatura europeia e Idade Média Latina*. Brasília: INL, 1979, p. 90.

<sup>13</sup> LOBO, Francisco Alexandre. “Memória histórica e crítica acerca de Fr. Luiz de Sousa e das suas obras”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1823, p. 8

devido “esmalte” a todos os acontecimentos de seu reinado.<sup>14</sup> Por meio dessa tópica, sempre se justificava que o narrador não possuía a habilidade suficiente para produzir um discurso que estivesse na mesma “grandeza” dos homenageados.

A utilização das tópicas de dedicatória, verdade, imparcialidade e modéstia nos exórdios das Vidas, Elogios históricos e Memórias biográficas da Academia revela os diversos modos de apresentação do tema e os artifícios usados pelos narradores para captar a boa vontade do auditório, ou do leitor. Esses mecanismos tiravam sua validade do fato de que, no gênero do Elogio, o narrador, e não a narração, é que é colocado em juízo. Funcionando como espécie de comunicação entre a *persona* encomiástica e auditório, esses preceitos serviam para incitar sentimentos de benevolência, docilidade, autoridade e atenção para a narrativa, pois, conforme observado por Quintiliano, o exórdio dava entrada ao ânimo do juiz, sem o qual não se poderia prosseguir no objetivo.

O segundo elemento que compunha a disposição historiográfica consistia no *argumentatio* (argumentação). A argumentação retórica, segundo Quintiliano, é uma “razão” que gera a prova. Essa parte consistia no conjunto de provas sobre o objeto de que se fala – neste caso, as provas sobre as ações virtuosas dos personagens elogiados. Uma vez que as biografias são os textos escritos seguindo as regras do gênero demonstrativo, a argumentação é retirada de lugares próprios do gênero. Por lugares, Quintiliano entende: “estas moradas, onde os argumentos residem escondidos, e de onde se devem tirar”.<sup>15</sup> Assim, para o gênero demonstrativo, os argumentos deveriam ser retirados dos lugares estabelecidos na etapa da invenção. Como o objetivo do gênero Elogio é louvar em uma narrativa histórica, através da argumentação também se deveria despertar certa confiabilidade no público receptor. Em virtude disso, o narrador do Elogio deveria organizar um discurso ornado que estimulasse a credibilidade no público, que submete sua atuação ao juízo.

Na concepção aristotélica de retórica, para persuadir, sem a utilização de provas não técnicas, o narrador ou orador deveria preparar as provas de persuasão. Para demonstrar que o discurso é verdadeiro, ou parecia ser, utilizavam-se recorrentemente os meios de persuasão baseados no Entimema e no Exemplo.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> BRANDÃO, Matheus da Assumpção. *Elogio necrológico do muito alto e muito poderoso...D. João VI*. Lisboa: Tipografia da mesma Academia, 1828, p. 2.

<sup>15</sup> QUINTILIANO, M. F. *Op. cit.*, 1836b, p. 244-245.

<sup>16</sup> ARISTÓTELES. *Retórica. Op. cit.*, 2005, p. 96-103.

Segundo Quintiliano, o Exemplo é “a lembrança que fazemos de um fato, ou acontecido, ou que podia acontecer, útil para persuadir o que intentamos.”<sup>17</sup> O Exemplo é a prova baseada na semelhança e na dessemelhança, e, no caso das Vidas, Elogios e Memórias biográficas, esse artifício leva ao processo de indução, constatado, por exemplo, no Elogio de Pascoal José de Mello escrito por Francisco de Borja Garção Stockler. Nesse Elogio, Francisco de Borja assemelha o sócio falecido Pascoal de Mello ao chanceler prussiano Freiherr Samuel von Cocceji por meio do uso da tópica da utilidade. Borja relembra que do mesmo modo que o Chanceler Cocceji foi venerado por toda a Europa pela reforma do Código prussiano, no reinado de Frederico II, o sócio Pascoal José de Mello também seria venerado em Portugal pela sua reforma nos livros da Ordenação do reino e no Código Criminal português. Como observado nas biografias, e pelo retor Jerônimo Soares Barboza, o mecanismo do Exemplo não deveria ter uma exposição muito extensa, sendo apenas uma lembrança curta para provar algum ponto particular.<sup>18</sup>

Além do uso do Exemplo, a prova retórica seria construída pelo uso do Entimema. Esse tipo de prova é caracterizado pelo processo de dedução baseado em premissas, que confirmam uma determinada proposição. Existem duas espécies de Entimema: os demonstrativos e os refutativos. Os demonstrativos demonstram que algo é ou não é, e os refutativos refutam que algo seja ou não seja, considerando que nos dois modos a conclusão é obtida a partir das premissas. Sob essas orientações, a prova desenvolvida nos escritos biográficos era também construída por meio de Entimema, que pode ser considerado uma espécie de silogismo que possui premissas já aceitas pelo público. Podemos demonstrar a existência desse mecanismo por meio de um exemplo simples do uso da tópica da utilidade, que servia para amplificar a ação narrada. Segundo a concepção de Elogio da Academia Real das Ciências, o louvor deveria sempre eternizar as ações úteis à sociedade na “posteridade”. Se o homenageado Pascoal José de Mello foi útil à sociedade ao reformar a legislação do reino, portanto, o sócio merece ser eternizado.

Nos escritos biográficos da Academia, a maior parte da argumentação é retirada dos “serviços”, portanto, dos lugares da utilidade e da honestidade. Sendo assim, por meio da *enumeratio*, que faz parte da etapa da disposição, fazia-se a enumeração histórica dos serviços prestados como uma espécie de “quadro de provas” do mérito do homenageado. De modo geral, o argumento que servia como prova era retirado da própria ação do homenageado e das

---

<sup>17</sup> QUINTILIANO, M. F. *Op. cit.*, 1836a, p. 253.

<sup>18</sup> BARBOSA, Jerônimo Soares. QUINTILIANO, M. F. *Op. cit.*, 1836a, p. 253.

circunstâncias enobrecedoras. Essa sentença pode ser confirmada na medida em que as biografias designam os trabalhos dos homenageados como “provas” da utilidade, ou de que determinadas ações “provavam” seus conhecimentos e virtudes. A título de exemplo, enumeramos alguns argumentos que “provavam” o valor e enobreciam as ações de alguns homenageados, por exemplo: D’Alembert e sua atuação na Academia Francesa e seus estudos de Matemática e de Literatura; Pascoal José de Mello em sua atuação na reforma do direito e seus estudos de História do direito; João Guilherme Cristiano Muller em seus estudos acadêmicos e sua atuação enquanto deputado da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura; Frei Manoel Cenáculo em suas aplicações literárias e atuação como arcebispo de Évora; Frei Bernardo de Brito, Frei Antônio Brandão e Frei Francisco Brandão em seus serviços na escrita da *Monarquia Lusitana*; Luís de Camões na escrita dos seus poemas e dos *Lusíadas*; Martin da Bohemia em seus estudos de cosmografia e navegação.

A *peroratio* (peroração) é a última parte da disposição. Constitui-se como conclusão do que se disse através de algumas técnicas indicadas por Aristóteles. Segundo o filósofo, esta é a parte em que se dispõe o ouvinte a favor do que se narrou, amplifica-se ou se atenua o que foi dito, excitam-se as paixões e se faz recapitulação.<sup>19</sup> Do mesmo modo que o exórdio, esta parte deveria ser breve e também conter apelo afetivo em favor das provas apresentadas, tal como ilustrado pelo Elogio histórico de Pascoal José de Mello Freire, no qual Francisco de Borja relata que o elogiado sofria com as “insidiosas maquinações de seus inimigos”. Sua morte é narrada utilizando-se propriedades da peroração:

Seja como for, para que é alongar a narração dos trabalhos científicos do Snr. Pascoal José de Mello com a História dos seus desgostos? A terra, que cobre o cadáver do cidadão honrado, humano, e benéfico, que com suas luzes procurou sinceramente ser útil à Pátria, e corresponder como devia à confiança e beneficência do soberano, cubra também as feridas reais ou imaginadas que o levaram à sepultura. Reste aos seus inimigos, se os teve, o remorso de haver antecipado a natureza em privar o Estado de um cidadão benemérito, e a nós a mágoa de havermos perdido um tão digno consócio.<sup>20</sup>

Esse tipo de conclusão servia aos propósitos persuasivos do gênero, uma vez que conduzia na rememoração dos argumentos da narrativa através das tópicas da utilidade, honra e confiança. Os autores das biografias serviam-se desse meio para recapitular de forma resumida as virtudes nos trabalhos do homenageado e a sua honra. Conforme Quintiliano, a recapitulação servia como forma de “refrescar a memória” do juiz, na medida em que

<sup>19</sup> ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte poética*. Op. cit., p. 220.

<sup>20</sup> STOCKLER, Francisco de Borja Garção. *Elogio histórico de Pascoal José de Melo Freire dos Reis*. Lisboa: Tipografia da Academia R. das Ciências, 1799, p. 31.

colocava “diante dos olhos um quadro circunscrito a causa inteira”.<sup>21</sup> Esse processo era válido sob o preceito de que as provas, uma vez espalhadas na narrativa, poderiam ter menos força. Apelando também para os sentimentos do auditório, no Elogio de Pascoal de Mello fala-se do remorso que os seus inimigos deveriam sentir por haverem “antecipado” a morte do cidadão benemérito. Essa sentença pode ser vista como forma de amplificar o sentimento de perda, uma vez que excita o ódio aos inimigos do elogiado e estimula o sentimento da “tristeza” perante a morte de um membro da instituição. Com tais objetivos, os escritos biográficos acabavam, na maioria das vezes, com lamentações sobre a morte e a laboriosa vida letrada, ou com a referências à “saúde” e à “perda da república” com o objetivo de excitar paixões e afetos no público.

Os procedimentos de invenção, disposição e elocução eram fundamentais na composição do gênero biográfico da Academia Real das Ciências, uma vez que, segundo a concepção de eloquência da época moderna, a retórica tinha três atribuições: ensinar (*docere*), persuadir (*movere*) e deleitar (*delectare*). A efetividade desses objetivos somente era possível quando o narrador considerava as provas artificiais definidas por Aristóteles: a primeira no caráter moral do orador (*ethos*), a segunda no próprio discurso, no que ele demonstra ou parece demonstrar (*logos*) e a terceira nos modos de dispor o público (*pathos*).

No *ethos* caracterizam-se os atributos do orador ou narrador. São os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório para causar boa impressão. Segundo Roland Barthes, não se trata de uma psicologia expressiva, mas de uma psicologia imaginária que deve mostrar o que o orador quer ser para o outro, no caso, o seu público.<sup>22</sup> Nos escritos biográficos da Academia, a primeira forma de montagem do *ethos* do historiador era construída pela própria figura do letrado que escrevia os Elogios, uma vez que estes eram homens de letras ligados ao Estado, que escreviam sobre a vida de outros homens de letras. Sendo assim, a autoridade e a confiança eram estabelecidas por serem eles mesmos membros da instituição monárquica. De outro modo, esses historiadores construíam a si mesmos como “juízes imparciais”, honestos com a verdade, além de dóceis, modestos e comprometidos como o desenvolvimento das ciências e com a história dos “progressos” das letras, o que pode ser observado nos exórdios das Vidas, Elogios e Memórias biográficas, já analisados anteriormente.

---

<sup>21</sup> QUINTILIANO, M. F. *Op. cit.*, 1836a, p. 313.

<sup>22</sup> BARTHES, Roland. “A Retórica Antiga”. In: COHEN, Jean. et al. *Pesquisas de Retórica*. Tradução de Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 77.

O *logos* refere-se à argumentação propriamente dita. “Persuade-se, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular”.<sup>23</sup> Essa prova é característica da etapa da invenção e baseada nos argumentos retirados dos lugares-comuns do gênero. Como vimos, as biografias da Academia desenvolviam a argumentação retórica da utilidade, honestidade e honra dos homenageados por meio do Exemplo e do Entimema, visando a legitimação das narrativas enquanto discurso lógico e verdadeiro.

Por fim, o *pathos* é constituído pelos sentimentos – paixões e emoções – que o narrador com seu discurso suscita nos espectadores. Esse tipo de prova desloca o caráter moral do orador para o caráter psicológico dos diversos públicos, aos quais o narrador deve adaptar-se. Nos gêneros biográficos aqui analisados, esse tipo de prova residia tanto no processo elocutivo dos textos, como veremos mais adiante, quanto nos próprios exemplos edificantes que suscitavam desejo de emulação, inveja, gratidão e reconhecimento. Além desses elementos, as biografias suscitavam, na etapa da peroração, as situações de tristeza, saudade, ódio e lástima com a morte do homenageado.

De modo geral, a disposição retórica organizava o texto historiográfico de modo que pudesse reunir sentimentos e discurso, tendo em vista criar o efeito agradável no público, elemento caracterizador da noção de prova retórica. Além das partes responsáveis pela disposição, a elocução historiográfica oferecia outros elementos constituidores da prova retórica.

### 3.2. A pintura histórica e o “efeito de verdade”

A elocução é considerada a terceira parte da elaboração do discurso. De acordo com a tradição retórica, essa parte consiste na expressão linguística dos lugares já inventados e dispostos na narrativa. Segundo o retor português Jerônimo Soares Barbosa, a elocução é a expressão verbal capaz de acrescentar nova força aos pensamentos e, de acordo com essa perspectiva, acreditava-se que essa terceira etapa tinha o poder de melhorar os pensamentos já inventados e dispostos.<sup>24</sup> A *elocutio* tratava do estilo da escrita aplicado convenientemente

---

<sup>23</sup> ARISTÓTELES. *Retórica*. *Op. cit.*, 2005, p. 97.

<sup>24</sup> TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*: Basílio da Gama e a poética do encômio. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999, p. 303.

conforme o gênero retórico escolhido, ocupando-se dos ornatos retóricos aplicados, os tropos e as figuras de linguagem, que eram considerados a essência do discurso convincente. “O ornato da locução resulta principalmente do bom uso dos tropos, e das figuras retóricas, que são outros tantos brilhantes, que fazem luzir.”<sup>25</sup> Conforme a tratadística, os tropos e figuras mais conhecidas eram as metáforas, metonímias, sinédoque, ironia, hipérbole, antonomásia, perífrase e catacrese.<sup>26</sup>

Nas biografias aqui analisadas, nota-se, em primeiro lugar, e conforme as preceptivas da época, que o estilo para se fazer um Elogio era o elevado<sup>27</sup>, pois se exaltavam em tom heroico as “gloriosas” ações e as virtudes. O estilo elevado é, segundo Quintiliano, o estilo “grande”, estilo que “dará grandeza ao seu discurso por meio de amplificações, e elevação por meio de hipérbolos”.<sup>28</sup> Embora a utilização do estilo elevado fosse comum na escrita de Elogios, este não era o único. Os textos eram escritos por diversas mãos, e, portanto, o estilo variava. Constatamos que, para além do estilo elevado, os ilustrados defendiam que a narração da história deveria ocorrer de modo simples e sem os adornos fantasiosos. Uma vez que os textos eram Elogios compostos em forma de narrativas históricas, o estilo variava entre o elevado e o temperado. Segundo o *Compêndio Retórico*, a elocução histórica deveria ser corrente, ter estilo puro na escolha das palavras, fugir de expressões poéticas e termos vulgares, ser clara, evitando palavras difíceis ou figuras que pertençam à declamação. Desse modo, os escritos biográficos também eram narrados em estilo temperado, constituindo narrativas mais simples e naturais, na medida em que se prestavam a narrativa histórica.

De outro modo, também se recorria tendencialmente ao estilo “grande”, que é classificado como “sublime” nos *Elementos de Invenção e Locução Retórica*, do padre Antônio Pereira. Segundo esse tratado, o sublime trata não somente da grandeza das ideias, mas também da magnificência das palavras. Nesse estilo são comuns palavras majestosas, sílabas longas, palavras compridas, viveza das imagens ou comparações, na “boa narração” da história e no bom uso dos tropos e figuras.<sup>29</sup> No tratado de Antônio Pereira destaca-se que o estilo sublime o mais apropriado aos Panegíricos, orações de assunto grave, poema heroico e tragédias. Gêneros elevados, conforme a retórica e a poética antigas:

<sup>25</sup> FIGUEIREDO, Antônio Pereira. *Elementos da Invenção, e Locução Retorica, ou Princípios da Eloquência: escritos, e ilustrados com breves Notas por Antônio Pereira*. Lisboa: Na Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1769, p. 72.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>27</sup> A instituição retórica estabeleceu três tipos de estilos retóricos: o elevado, o tênue e o temperado.

<sup>28</sup> QUINTILIANO, M. F. *Op. cit.*, 1836b, p. 427.

<sup>29</sup> FIGUEIREDO, Antônio Pereira. *Op. cit.*, p. 88-90.

É este estilo próprio dos panegíricos, e das orações de assunto grave, do poema heroico, e das tragédias. Dele são exemplares a segunda Oração de Cícero contra Catilina, a segunda contra Marco Antônio, a Oração pro *Milone*; o segundo, quarto, e sexto livro da Eneida, e do Panegírico de Plínio ao Imperador Trajano.<sup>30</sup>

O tom sublime nas Vidas, Elogios e Memórias biográficas fazia-se presente em diversas adjetivações, epítetos e antonomásias: honrado procedimento, varão famoso, insigne escritor, eternamente respeitado, gloriosas ações, paternais desvelos, prudente esperança, sublime ministério, habilíssimo jurisconsulto, honrosa especialidade, merecimento superior, ministro zeloso, homens beneméritos, perfeita inteligência, genuína inteligência, sábio legislador, dedução luminosa, generosa franqueza, perfeito conhecimento, generosa confiança, honrosos epitáfios, patriótico zelo, honrosas contemplações. Essas figuras dão um tom elevado e magnífico à narrativa sobre as ações e virtudes dos homenageados. O uso de epítetos nas biografias é feito de forma moderada e sem exageros. Essa moderação é indicada por Quintiliano, sob o risco de deixar o discurso longo e embaraçado.<sup>31</sup>

Além desses recursos, era comum o emprego de metáforas. A metáfora é considerada, no tratado de Quintiliano, “o mais belo de todos os tropos”, e serve para ornar a oração ao deixá-la mais expressiva. Nos escritos biográficos, utilizavam-se recorrentemente as metáforas flor da mocidade, e verdes anos, quando se tratava de caracterizar a juventude, e dos contrapostos luzes/trevas para referenciar períodos históricos de progressos e regressos. Geralmente se usava a metáfora luzes quando se falava dos séculos XVI e XVIII, e a metáfora trevas quando os Elogios faziam referência o período anterior às reformas pombalinas ou de dominação espanhola, visto como época de atraso e ignorância. Nos textos também encontramos o uso da metáfora tempestade para caracterizar crises políticas. Um exemplo desse uso é Elogio histórico de Pascoal de Mello. Segundo o texto, os compêndios escritos pelo sócio foram acusados de vulnerar alguns direitos públicos, porém, segundo o Elogio, o jurista apenas quisera afinar os limites do direito do monarca, que muitas vezes foram contestados em Portugal. A metáfora tempestade aparece para referenciar os momentos em que o poder do rei fora questionado. De acordo com Francisco de Borja Garção Stockler, os estudos jurídicos feitos por Pascoal de Mello foram responsáveis por reconhecer os verdadeiros direitos do monarca, assim dissipando a “tempestade que já ameaçava fulminá-lo”.<sup>32</sup> Além dessa figura, também se utiliza a metáfora “sufocar” para caracterizar o medo dos homens em propor novas ideias para o desenvolvimento da sociedade. Nessa oração, essa

<sup>30</sup> FIGUEIREDO, Antônio Pereira. *Op. cit.*, p. 90.

<sup>31</sup> QUINTILIANO, M. F. *Op. cit.*, 1836b, p. 218.

<sup>32</sup> STOCKLER, Francisco de Borja Garção. *Elogio histórico de Pascoal José. Op. cit.*, p. 17.

metáfora vem acompanhada da expressão hiperbólica “mil vezes”, para dar graça e exageração ao discurso: “o temor das interpretações sinistras da malevolência sufoca mil vezes as vozes dos homens mais capazes de contribuir para o aperfeiçoamento da Ordem Social [...]”.<sup>33</sup> Nas biografias da Academia percebeu-se também a recorrência de metáforas da natureza, metáforas botânicas e que remetiam à atividade agrícola: cultivo das letras, campo vasto, mortíferos frutos, fruto de estudos e trabalho, germens das riquezas, mananciais de riqueza, colheita de vantagens, sementes preciosas, raízes dilatadas e etc. Além dessas figuras também foi comum o uso de metáforas teatrais, como podem ser observadas, por exemplo, neste trecho do Elogio histórico de Fr. Manoel Cenáculo: “Transportado da sua pátria para tão diferente teatro, não foi o esplendor do novo espetáculo capaz de deslumbrar o seu espírito.”<sup>34</sup> A metáfora da representação do mundo como um teatro, presente em Platão e transmitida pela literatura medieval, seria utilizada para substituir a noção de país.<sup>35</sup>

Nos escritos biográficos também foi comum o uso de personificações, como: mão da filosofia, face do mundo, inocência dos seus estudos, ar doentio, verdades mais importantes morrem no entendimento, Feliz Estado, Feliz Nação e etc. Essa figura é considerada como a mais atrevida e de maior força e contenção, pois serve não só para variar o discurso de forma admirável, mas também para fazê-lo mais vivo e animado. O uso de hipérboles, como a da eterna saudade, eterna lembrança, provocada pelas mortes dos sócios, é considerado como figura afetada, na medida em que estabelece uma exageração mentirosa. Porém, segundo Quintiliano, essa exageração deveria ser regrada pela moderação, de forma que a mentira exagerada pela hipérbole não engane o ouvinte.

Além das figuras de linguagem utilizavam-se recorrentemente diversas interrogações: “Seja como for, para que é alongar a narração dos trabalhos científicos do Senhor Pascoal José de Mello com a história dos seus desgostos?”. Além destas, foi comum o uso de exclamações e reticências:

O estudo da jurisprudência civil estava entre nós reduzido puramente ao estudo das leis romanas, como se o conhecimento da legislação pátria não fosse o principal objeto, a que devia dirigir-se a instrução da mocidade, que se habilitava para os empregos da magistratura civil...Quanto não será difícil a posteridade acreditar, que uma nação europeia, que nos séculos XV, e XVI emparelhara como as mais alumadas do mundo, e que mesmo em alguns artigos as excedera, acha-se quase no

<sup>33</sup> STOCKLER, Francisco de Borja Garção. *Elogio histórico de Pascoal José*. Op. cit., p. 21.

<sup>34</sup> MORATO, Francisco Manuel Trigoso d’Aragão. “Elogio Histórico do Excelentíssimo e Reverendíssimo D. Fr. Manoel Cenáculo, Arcebispo de Évora”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VI. Parte I. Lisboa: Tipografia da mesma Academia, 1816, p. LXVI.

<sup>35</sup> CURTIUS, Ernest. Robert. *Literatura europeia e Idade Média Latina*. Brasília: INL, 1979.

século XVIII em tanta falta de luzes sobre a sua própria jurisprudência!...É verdade [...].<sup>36</sup>

O uso de interrogações, exclamações e reticências servia para exprimir afetos diante do ouvinte. As interrogações são utilizadas como figura quando seu objetivo não é saber alguma coisa, mas só instar e intimar o que se diz. As exclamações servem para mover os afetos, na medida em que exprimem sentimentos, agitações, alegria, temor, admiração, dor, entusiasmo, desejo e outras paixões. No caso do Elogio de Pascoal de Mello, exclamava-se sobre a situação decadente de Portugal nos Setecentos, diante do juízo da “posteridade”. Quintiliano afirma que toda vez que uma exclamação for produzida por um sentimento verdadeiro, não é uma figura de linguagem, mas quando são imitadas, nascidas da arte e do entusiasmo do orador, tornam-se figuras.<sup>37</sup>

Com base nessa análise breve de parte da elocução dos escritos biográficos entende-se que os ornatos eram a essência do discurso persuasivo, porque serviam para produzir o efeito favorável na audiência e, portanto, revestiam-se de *pathos*. No gênero histórico, amplificava-se, na elocução, as tópicas retóricas da invenção por meio das figuras de linguagem e de digressões narrativo-descritivas. Uma das principais funções da elocução era fornecer ao texto e ao público receptor utilidade e deleite para que o discurso não se tornasse enfadonho ou árido, permitindo com isso também incitar os ânimos. Esse sentido da elocução seria defendido pelo sócio Manoel José Maria da Costa e Sá na sua análise dos discursos históricos escritos pelo sócio Sebastião Trigoso:

No seu discurso avalia o sr. Sebastião Trigoso com justiça e boa crítica as diversas memórias apresentadas naquele período, dando de todas as suas tarefas uma dedução clara, em estilo desempeçado e elegante, e fazendo bom uso dos necessários atavios da eloquência, para recomendar, como mereciam os sócios beneméritos, e para despertar nas almas frias e indolentes o amor da glória literária, incitando umas a fazerem justo apreço de tais trabalhos e acendendo em outros desejos de concorrerem nos mesmos trabalhos.<sup>38</sup>

Dessa maneira, as metáforas, epítetos, hipérboles, antonomásias e outras figuras da elocução elevada serviam para dar beleza ao discurso, mobilizar afetos, paixões, persuadir o receptor e incitá-lo à imitação. A elocução ornada assume a função de “antídoto do tédio” uma vez que era o domínio do discurso responsável pelo prazer, admiração e aplauso na

<sup>36</sup> STOCKLER, Francisco de Borja Garção. *Elogio histórico de Pascoal José*. *Op. cit.*, p. 10.

<sup>37</sup> QUINTILIANO, M. F. *Op. Cit.*, 1836b, p. 249.

<sup>38</sup> SÁ, Manuel José Maria da Costa e. “Elogio histórico de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de Magalhães”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IX. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1825, p. LXXX.

narrativa.<sup>39</sup> O elogio da clareza e do “estilo desempeçado e elegante” de Sebastião Trigofo feito por Manoel José Maria da Costa e Sá correspondia ao ideal retórico-poético disseminado nos círculos pombalinos, que romperam com os pressupostos barrocos do século XVII. A contestação da ideia de retórica seiscentista, iniciada com as críticas de Verney, dava-se na Academia mariana através da permanência dos pressupostos estéticos neoclássicos desenvolvidos durante as reformas pombalinas e pela Arcádia Lusitana. A metáfora engenhosa seiscentista, que foi declarada inverossímil pelos ilustrados do século XVIII, não ganharia adesão no espaço acadêmico Mariano, na medida em que não se prestava à eficácia da persuasão.<sup>40</sup> O novo ideal de retórica propunha que ela proporcionasse a expressão natural do pensar, que não deveria ultrapassar os limites da verdade e da verossimilhança. Assim, a utilização de tópicos verossímeis e tropos e figuras (metáforas claras, adjetivações, epítetos, hipérbolos moderadas, comparações que não fugiam da verossimilhança), baseadas nas ideias de clareza, proporção, moderação, ordem, verdade e unidade, definiam a beleza e a eficácia do discurso. Essa concepção de elocução no discurso histórico pode explicar o porquê de obra de Luciano de Samósata ser traduzida no século XVIII. Conforme visto no primeiro capítulo, Luciano defendia que o discurso histórico deveria priorizar a “clareza”, o “verdadeiro” e o “útil”, condenando o uso excessivo de ornamentos “afetados”. Segundo os pressupostos retóricos de Luciano, e da Academia, a história deveria se empenhar na produção da clareza, entendida como adequação do discurso ao juízo, articulando-se à ideia de que o discurso deveria ser facilmente entendido, útil, verdadeiro e agradável, segundo fora indicado pelos pressupostos neoclássicos.

O *pathos* nas Vidas, Elogios e Memórias históricas também era produzido por meio do processo elocutivo da descrição efrásica das ações e virtudes. A *ekphrasis*, segundo Hansen, significa exposição ou descrição, associando-se às técnicas de amplificação de tópicos narrativas. De acordo com o autor, essa preceptiva, veiculada por Horácio e Posevino, afirmava que: “assim como o pincel imita os topoi narrativos das efrases de autoridades, também a pena deve imitar o pincel, produzindo metáforas visualizantes de efeitos maravilhosos, adequados simultaneamente à utilidade e ao prazer”.<sup>41</sup> A *ekphrasis* (ou *descriptio* em sua versão latina) pode ser vista como um procedimento elocutivo geral, cuja capacidade amplificadora faz do expediente um ornato da narração instrutiva, e por isso, a

<sup>39</sup> Expressão utilizada por João Adolfo Hansen. HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras/SEC, 1989, p. 234.

<sup>40</sup> TEIXEIRA, Ivan. *Op. cit.*, p. 161.

<sup>41</sup> HANSEN, João Adolfo. “Ut pictura poesis e verossimilhança na doutrina do conceito no século XVII”. *Floema Especial*, Bahia, ano 2, n. 2A, p. 111-131, out., 2006, p. 114.

descrição minuciosa é adequada ao gênero historiográfico.<sup>42</sup> O processo de descrição criava a *enargeia*, que Quintiliano define como um ornato que “pinta” os objetos de que se fala “com tal viveza, que parece estar vendo”. Segundo Carlo Ginzburg, os gregos utilizavam a palavra *enargeia* para designar a vivacidade que a narração histórica deveria ter de exprimir, para que criasse uma ilusão de realidade, necessária aos discursos que se propunham verdadeiros.<sup>43</sup> Entre os romanos, houveram diversas tentativas de apreender o significado do termo, por meio de diversas expressões. Quintiliano propôs *evidentia in narratione*: “na narração a evidência é, na verdade, uma grande virtude, quando algo verdadeiro não só deve ser dito, mas de alguma maneira mostrado.” Cícero utilizou *illustrativo et evidentia* como sinônimo de *enargeia*, enquanto o autor anônimo de *Retórica a Herênio*, traduziu por *demonstratio*. Para Ginzburg, as palavras modernas demonstração, demonstration, démonstration etc., que tem como correspondentes as palavras *demonstratio*, tiveram seu núcleo retórico oculto. *Demonstratio* designava o gesto do orador que indicava o objeto invisível, tornando-o quase palpável para quem o escutava, graças ao poder de suas palavras. De modo semelhante, o historiador conseguia comunicar aos leitores a própria experiência – direta, como testemunho, ou indireta – pondo sob seus olhos uma realidade invisível por meio da narrativa.<sup>44</sup> Seguindo essa tradição retórica, a *ekphrasis* (descrição) foi fortemente utilizada as narrativas biográficas da Academia. Elogios, Vidas e Memórias biográficas “pintavam”, com procedimentos miméticos de uma pintura, os quadros narrativo-descritivos dos indivíduos em suas virtudes e ações. No *Elogio do senhor Conde de Vimieiro*, o sócio Correia da Serra corrobora com essa relação entre narrativa histórica e visualização, ao definir o gênero Elogio:

Em boa parte dos elogios a mais favorável circunstância para o seu efeito é o menos conhecimento que os ouvintes têm das privadas ações do elogiado. São painéis ópticos em que a distância é precisa para que algumas ações mais notáveis façam a aparência de uma vida inteira. Bem pelo contrário o melhor elogio do senhor Conde, e o único digno dele se por ventura fosse possível, fora o fazer com que todos o conhecessem.<sup>45</sup>

O procedimento descritivo, que visava a *enargeia*, criava espécies de “retratos históricos” dos homenageados, e, conforme ensinado por Quintiliano, essa era uma forma de

<sup>42</sup> SINKEVISQUE, Eduardo. *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – Introdução a um debate de gênero*. 2000. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000, p. 213.

<sup>43</sup> GINZBURG, Carlo. “Descrição e citação”. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 18-25.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 20-21.

<sup>45</sup> SERRA, Abade Correia da. *Elogio do Senhor Conde de Vimieiro*. 17 de janeiro 1791. ANTT, Arquivos particulares, Abade Correia da Serra, Caixa 2B, A 40. 3 f. Disponível em: [http://chcul.fc.ul.pt/correia\\_da\\_serra/transcricoes/IAN-TT\\_Arq\\_Part\\_Correia\\_da\\_Serra.Cx\\_2B-A40.1791.pdf](http://chcul.fc.ul.pt/correia_da_serra/transcricoes/IAN-TT_Arq_Part_Correia_da_Serra.Cx_2B-A40.1791.pdf)> Acesso em: 28 jan. 2017, p. 1.

“por presentes aos olhos do espírito”.<sup>46</sup> No caso do “retrato” biográfico, a *enargeia* poderia ser classificada em etopeia, hipotipose, topografia, prosopografia e antropografia. Com a etopeia fazia-se a descrição moral do indivíduo, como demonstra o extrato do *Elogio do senhor Marquês de Penalva*:

A natureza lhe tinha formado um coração mite tranquilo e brando, próprio para acolher sentimentos sociais, próprio para marido, para pai, para parente e para amigo. A educação lhe tinha influído o gosto para o estudo, vontade de exercitar o engenho, desejo de conversação instruída. Ambos os impulsos dirigiram o curso das suas ações e formaram o total do seu caráter.<sup>47</sup>

Por meio da hipotipose era feita uma descrição de ações, conforme encontrado no *Elogio ao senhor Conde de Vimieiro*:

Saiu o senhor Conde da sua educação para o serviço militar, e um oficial destes princípios é tão próprio para bem obedecer como para bem mandar, em breve foi, como era natural, o ídolo dos soldados. Rigoroso na disciplina, mas dando o exemplo sem si mesmo, e exercitando a mais imparcial justiça. Nas marchas da guerra de 62 sujeitou-se com eles as mesmas fomes, as mesmas intempéries do tempo, animava-os a sofrer pela obrigação, e a resposta enérgica dos soldados era tirarem os chapéus para o ar. Viva o senhor Conde! Viva o senhor Coronel.<sup>48</sup>

As pinturas históricas também eram produzidas por meio da descrição das “excelências da terra” do homenageado:

Esta capital (Damasco) da Síria é uma das terras mais populosas e ricas do oriente; e a grande quantidade do seu terreno, a suavidade da sua atmosfera, e a grande quantidade de manufaturas ali estabelecidas, atraem a ela um grande concurso de estrangeiros, que apesar de estarem sujeitos a um domínio Turco, não sentem tanto o seu despotismo ali, como nas outras partes em que ele parece destinado somente a embrutecer e até aniquilar a espécie humana. Esta tolerância abrange ainda a religião; e os judeus, os gregos e mesmo os Católicos Romanos são livres de exercer a seu arbítrio.<sup>49</sup>

Por meio do recurso retórico da topografia, o Elogio de João de Sousa descreve a cidade de Damasco na Síria, que é elogiada por seus atributos naturais, através das adjetivações “terras mais populosas e ricas do oriente”, “grande quantidade do seu terreno”, “suavidade da sua atmosfera”, por suas atividades econômicas e por possuir certa “tolerância religiosa” que permitia que judeus, gregos e católicos convivessem.

<sup>46</sup> QUINTILIANO, M. F. *Op. Cit.*, 1836b, p. 106.

<sup>47</sup> SERRA, Abade Correia da. *Elogio do senhor Marquês de Penalva*, 12 de julho 1789. ANTT, Arquivos particulares, Abade Correia da Serra, Caixa 2B, A 39. 4 f. Disponível em: [http://chcul.fc.ul.pt/correia\\_da\\_serra/manuscritos.htm](http://chcul.fc.ul.pt/correia_da_serra/manuscritos.htm) Acesso em: 06/02/2017, p. 3.

<sup>48</sup> SERRA, José Correia. *Elogio do senhor Conde de Vimieiro. Op. cit.*, p. 2.

<sup>49</sup> TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo. “Elogio histórico de João de Sousa”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1815, p. XLIX.

A pintura da “aparência” do homenageado era feita por meio da antropografia, presente, por exemplo, no Elogio da rainha D. Maria I:

Deu-lhe a natureza um rosto belo, um porte esbelto e majestoso, uma frente larga e aberta, que indicava a serenidade de sua alma, e os talentos da sua mente; um semblante cheio de dignidades, mas plácido e suave, uns olhos perspicazes, mas meigos e cheios de bondade, um riso modesto, mas ao mesmo tempo gracioso. E era tal a harmonia do seu todo que parece que quando assim o formou a natureza, pedira emprestado à arte o seu compasso.<sup>50</sup>

A tópica *habitus corporis* era usada por meio da descrição da figura exterior do homenageado. Seu uso no elogio à “formosura física” de D. Maria I seria feito mediante o recurso à antropografia, na qual a descrição da figura é feita do geral ao tipo particular. Descreve-se o “rosto belo”, o “porte esbelto e majestoso”, a “frente larga e aberta”, que constituem as qualidades exteriores da rainha, passando por suas qualidades particulares como a “serenidade de sua alma” e os “talentos da sua mente”. Desse modo, compunham-se o tipo da monarca por meio da descrição das qualidades morais em consonância com as qualidades físicas.

Nos escritos biográficos, a narrativa histórica se dava de modo icástico, por digressões e ecfrásica. Icástico porque a narrativa era proporcional e verdadeira (por se tratar de episódios reais das vidas dos homenageados), em oposição ao desproporcional e fantasioso. Também se utilizavam digressões para romper a continuidade do discurso por meio de uma intencionada mudança de temas, geralmente para refletir sobre algum aspecto moral, histórico ou científico. O discurso também era ecfrásico quando se “pintavam” os tipos com descrições minuciosas que permitiam ao leitor “visualizá-los”, tal como a uma tela. Em vista disso, a tópica horaciana *ut pictura poesis*, que descreve a relação entre a pintura e a poesia, também era possível na história – *ut pictura historia* – uma vez que se criam quadros históricos exemplares das vidas dos homenageados de modo narrativo-descritivo.<sup>51</sup>

A *ekphrasis* era um recurso da *ars historica* que possibilitava a amplificação dos argumentos. Os tropos e figuras de linguagem funcionavam como “tinta” para as pinturas históricas, dando força à argumentação.<sup>52</sup> Se por um lado esse procedimento era essencial no processo elocutivo literário, por outro, era fundamental na construção da autoridade, uma vez que ela se confundia com a noção de prova:

<sup>50</sup>SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira*. *Op. cit.*, p. 19.

<sup>51</sup>SINKEVISQUE, Eduardo. *Op. cit.*, 2000, p. 214.

<sup>52</sup>SINKEVISQUE, Eduardo. *Op. cit.*, 2000, p. 214.

Desse modo, o ornamento da elocutio historiográfica – com a pintura dos tipos de descrições minuciosas que permitiriam ao leitor visualizar as cenas tal como em uma tela – articulava-se intrinsecamente aos seus argumentos, pois, de acordo com os preceitos retórico-poéticos em voga, as artes discursivas deviam docere, movere et delectare.<sup>53</sup>

O efeito de veracidade produzido pela pintura histórica era possível devido à correlação entre sentimentos e compreensão, que por sua vez compunha a noção de prova retórica desenvolvida por meio da *ekphrasis*. Pressuposto para a *enargeia* (vivacidade), essa técnica esteve presente nos textos gregos com o fim de sensibilizar o público receptor em relação à verdade. Na narrativa historiográfica, a representação “viva” dos fatos era possível mediante a produção de imagens, que produziam a verdade enquanto um efeito, conforme Carlo Ginzburg esquematiza: narrativa histórica – descrição – vivacidade – verdade. A *enargeia*, que para os latinos foi traduzida como *demonstratio* ou *evidentia*, e cujo significado retórico foi “oculto”, servia não somente no despertar do prazer na narrativa, mas também como ferramenta primordial na construção do “efeito de verdade”.<sup>54</sup> Segundo Ginzburg, essa noção de prova retórica demarca a diferença entre o conceito de história dos historiadores gregos e o dos historiadores modernos. Enquanto que para a tradição clássica a verdade histórica se fundava na *evidentia* (o equivalente latino de *enargeia* proposto por Quintiliano), a verdade histórica da tradição moderna se funda nos documentos (em inglês, *evidence*).<sup>55</sup>

Na primeira parte desse capítulo, discutimos os diversos procedimentos de persuasão e o modo retórico de produção da evidência que criava o “efeito de verdade” na narrativa histórica. A exposição dos procedimentos retóricos nos mostra que a escrita biográfica da Academia Real das Ciências de Lisboa não deve ser interpretada a partir de categorias como subjetividade ou originalidade, uma vez que seguia diversos lugares retóricos moduladores da escrita. Esses lugares, por sua vez, serviam também no desenvolvimento da prova baseada na noção aristotélica de persuasão: *ethos*, *pathos* e *logos*. De outro modo, o procedimento elocutivo da *ekphrasis* servia para reforçar a noção de prova, criada pela retórica, ao transformar o seu resultado (a evidência) em um efeito sensível. O “efeito de verdade”, resultado dos processos descritivos que transformavam a narração em imagens, era o que dava validade ao discurso histórico no ato presente de leitura e recepção. Esse procedimento realça a permanência da relação entre a noção de *enargeia* e a história, desenvolvida pela cultura

<sup>53</sup> ANDRADE, Luiz Cristiano de. “Os preceitos da memória. Manuel Severim de Faria, inventor de autoridades lusas”. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 34, p. 107-137, jan./jun. 2006, p.119.

<sup>54</sup> GINZBURG, Carlo. “Descrição e citação”. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 23-24.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 24.

greco-latina e mantida nos séculos XVI e XVII, na escrita biográfica da Academia Real das Ciências de Lisboa nos finais do Antigo Regime. Na associação, essa noção de evidência histórica mudaria e ao mesmo tempo continuaria sendo empregada na escrita biográfica. A *enargeia* não seria a única maneira de produzir o “efeito de verdade” no discurso biográfico, uma vez a escrita do gênero passou a valorizar a noção de evidência entendida como marca, prova ou testemunho.

### 3.3. Percursos da crítica histórica

Eu a rainha faço saber aos que este Alvará virem: que havendo-me representado a Academia das Ciências estabelecida com permissão minha na cidade de Lisboa, que compreendendo entre os objetos que formam o plano da instituição, o de trabalhar na composição de um Dicionário da Língua Portuguesa, o mais completo que se possa produzir; o de compilar em boa ordem e com depurada escolha os Documentos que podem ilustrar a História Nacional, para os dar à luz [...].<sup>56</sup>

As palavras do alvará do ano de 1781, que apresentam a coleção *História e Memórias* do ano de 1816, evidenciam os projetos da Academia Real das Ciências de Lisboa para a Classe de Literatura. O primeiro, de compor um dicionário da língua portuguesa “mais completo que se possa produzir”, e o segundo, que mais interessa o presente trabalho, de compilar documentos para “ilustrar a História Nacional”. De fato, esse segundo projeto já não era novo. No início do século XVIII, a Academia Real da História Portuguesa já conceberia seu plano de escrita da história do reino a partir da exigência das “fontes autênticas”, projeto que tomou impulso durante a administração do Marquês de Pombal e que foi continuado na Academia Real das Ciências nos finais do Setecentos. Nesse período, a instituição Mariana conceberia a leitura da legislação do reino como pressuposto essencial para a escrita da História Nacional, transformando discurso histórico e jurídico em ferramentas de manipulação da cultura política do reino. As narrativas históricas sobre a origem do reino e dos monarcas acompanhariam a formação do Estado moderno, modificando-se em diversos contextos.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> “Privilégio. Alvará de 22 de março de 1781”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV. Parte II. Lisboa: Na Tipografia da Mesma Academia, 1816.

<sup>57</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. 2010. Tese

Nos fins do século XVII, as práticas eruditas desenvolvidas nas corporações religiosas foram gradualmente incorporadas às atividades das Academias, delimitando um início da autonomização do ofício do historiador. Difundidos por meios epistolares e gazetas eruditas, o método crítico de pesquisa consolidou-se como um campo que delimitaria regras específicas para a constituição do discurso histórico. O passado tornava-se objeto de pesquisa do erudito, por meio de um saber submetido a regras de controle e verificação coletiva.<sup>58</sup> Na França, o monge beneditino D. Jean Mabillon e D. Bernard de Mountfaucon empreenderam coletivamente trabalhos de autenticação, classificação e tabulação de fontes jurídicas nos mosteiros franceses, tarefa esta que foi continuada com a criação do Cabinet des Chartes em 1761, onde toda a documentação pública passou a ser depositada.<sup>59</sup>

Segundo Anthony Grafton, os historiadores eclesiásticos do século XVII forneceram boa parte da substância e do modelo de pesquisa erudita que os historiadores iluministas fundiriam com a narrativa elegante. A Paleografia, a Esfragística e outras técnicas modernas tiveram seu alicerce na *Bella Diplomatica* (a guerra diplomática), conflitos entre eruditos católicos bolandistas e beneditinos que debateram quais documentos de arquivos eclesiásticos eram genuínos, que instituições católicas possuíam alicerces históricos e quais santos haviam realmente vivido.<sup>60</sup> O episódio mais famoso dessa “guerra de documentos”, que é um dos marcos da fusão entre saber do antiquário e o saber do historiador, foi o conflito entre o jesuíta Daniel Van Papenbroeck e D. Mabillon na autenticação de documentos pertencentes à história eclesiástica. Papenbroeck, em sua colaboração na produção da *Acta Sanctorum* (repositório documental que objetivava verificar o que era fato ou lenda na vida dos santos), definiu as regras para a verificação da autenticidade dos documentos antigos, empregando-os na investigação dos documentos conservados no mosteiro de Sant Denis. No seu exame, o jesuíta declarou (erroneamente) a falsidade de alguns documentos, o que fez com que todos os documentos preservados no mosteiro caíssem em descrédito. Em resposta a essa provocação, no ano de 1681, Jean Mabillon, que habitava o mosteiro de Saint Denis e estava envolvido na publicação da vida dos santos de sua Ordem, elaborou o tratado *De Re Diplomatica*, no qual estabelecia critérios internos e externos para a crítica textual. Esse trabalho fundaria a ciência

---

(Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 119.

<sup>58</sup> KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759). São Paulo/Bahia: Hucitec/E.C. Baianos/UFBA, 2004, p. 23.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 25-26.

<sup>60</sup> GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998, p. 139-140.

dos diplomas, ao fornecer os meios de distinguir os diplomas autênticos daqueles que foram forjados, se tornando referência na escrita da história e nos estudos jurídicos.<sup>61</sup>

Em Portugal, a ambição de escrever uma história crítica do reino, que seguia as regras sistematizadas por Mabillon, não foi uma inovação do movimento reformista pombalino. Esse projeto já seria iniciado no reinado de D. João V com Academia Real da História, que tinha entre seus objetivos, o de escrever a história da Igreja Católica e das famílias nobres de Portugal. Com esse projeto, a associação almejava apreender elementos constituintes do reino português: a fé católica e sua nobreza. A história da Igreja de Portugal, da qual o monarca emergiria como autoridade máxima, representava a ruptura simbólica dos súditos com a autoridade do Papa em Portugal. Esse projeto historiográfico visava a centralização do poder do monarca e a construção simbólica de um Estado que se sobrepusesse às identidades locais.<sup>62</sup>

Em outro contexto, já na segunda metade do século XVIII, a elite pombalina também utilizaria o discurso histórico para afirmar o poder régio. A reflexão histórica nesse período alcançaria novo uso e destaque ao tornar-se preâmbulo essencial no tratamento relacionado às leis portuguesas. Na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, por exemplo, a preocupação com documentos históricos levou alunos e professores a buscar documentos antigos para fundamentar suas interpretações.<sup>63</sup> A preocupação com a documentação caracterizou-se pela necessidade de afirmação da soberania e da legitimidade política do rei português com base na “comprovação de leis autênticas”, rompendo assim com a perspectiva jesuítica sobre as Cortes de Lamego. Na obra *Dedução Cronológica e Analítica*, escrita pelos partidários pombalinos, desprezou-se o enfoque das bases populares sobre o poder real, apresentado pelos jesuítas sobre as Atas de Lamego, e enfatizou-se a importância da sucessão hereditária. Essa reinterpretação das origens do poder monárquico português deu-se por meio

---

<sup>61</sup> BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983, p. 64-65. Segundo o historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães, a disputa por documentos do passado pelos eruditos a serviço das monarquias, que estavam em ascensão na Europa, foi parte de um desenho político em elaboração e para qual a justificativa para as pretensões políticas dos monarcas deveria ser assentada em documentação comprobatória. Nesse contexto de afirmação do Estado absolutista, a mobilização de um saber fundado nas premissas do antiquarianismo tornou-se fundamental, ainda que estivessem submetidas às novas exigências de ordem política. Jean Mabillon, por exemplo, realizou uma série de viagens por países europeus, num primeiro momento a serviço de sua ordem religiosa, com o apoio expresso de Colbert, e, em seguida, para a Itália (entre 1685 e 1686) com a chancela oficial de Luís XIV. Seu objetivo era visitar as bibliotecas italianas e procurar livros e documentos que pudessem integrar o acervo da Biblioteca Real do monarca francês. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História e erudição”. In: NICOLAZZI, Fernando. et al. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 47-48.

<sup>62</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 119.

<sup>63</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 28.

da análise crítica dos documentos usados pelos jesuítas e considerados falsos pela interpretação histórica feita de acordo com as expectativas dos ilustrados pombalinos.<sup>64</sup> Com o desenvolvimento da investigação documental das leis, a Diplomática, a Paleografia e a Numismática tornaram-se o centro das atenções na Universidade de Coimbra. Ao deixar de servir aos estudos teológicos, a Diplomática passou por processo de institucionalização, tornando-se conhecimento auxiliar na atividade legisladora.<sup>65</sup> Essa institucionalização caracterizou-se pelo direcionamento dos estudos diplomáticos pelas mãos do Estado, transformando a crítica histórica num instrumento de legitimação legal da monarquia. A história como auxiliar da atividade legisladora serviu como forma de controlar as interpretações possíveis sobre os acontecimentos da história de Portugal que não estivessem em consonância com as diretrizes do Estado. A lei da Boa Razão, de 1769, já previa essa doutrina ao defender “sábias providências às interpretações abusivas, que ofendem a Majestade das Leis”, reduzindo ao Estado o poder sobre a produção da verdade:

DOM JOSÉ por graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves, de aquém, e de além mar em África, Senhor de Guiné, e da conquista, navegação, comercio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, &c. Faço saber aos que esta Minha Carta de Lei virem, que por quanto depois de muitos anos tem sido um dos mais importantes objetos da atenção e do cuidado de todas as Nações polidas da Europa o de precaverem com sábias providências às interpretações abusivas, que ofendem a Majestade das Leis; desautorizam a reputação dos Magistrados; e tem perplexa a justiça dos Litigantes; de sorte que no Direito, e Domínio dos bens dos Vassallos não possa haver aquela provável certeza que só pode conservar entre eles o público sossego.<sup>66</sup>

Com a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa a importância dada à história teria sua forma e seu sentido modificado. A instituição definiu um projeto historiográfico coerente com a perspectiva da Ilustração desenvolvida nas demais Classes, no qual a ciência empírica ocuparia um papel importante. Segundo a pesquisadora Taíse Silva, o novo objetivo inicial foi esboçado num plano histórico dos “progressos das letras” através do conhecimento de escritores portugueses e de suas obras, transformando a literatura em expressão dos progressos nacionais:

O horizonte epistemológico presente quando da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa partia do pressuposto de que todas as práticas culturais, fossem elas nas ciências ou nas letras, obedeciam a um impulso ascendente rumo ao aprimoramento de suas técnicas e formas, o que lhes garantia, igualmente, superioridade em relação ao que os precedera. O empenho da cultura pombalina em “purgar” da sociedade portuguesa as “falsidades” inventadas pelos jesuítas e, no mesmo sentido, o impacto das considerações pedagógicas de Verney sobre a

<sup>64</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 28-36.

<sup>65</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 55.

<sup>66</sup> SILVA, Antônio Delgado. *Coleção da Legislação portuguesa desde a última compilação das ordenações redigidas por desembargador Antônio Delgado da Silva*. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1829, p. 407-408.

importância dos subsídios históricos para os estudos em geral, levaram a geração, formada após a reforma de 1772, a desenvolver nova consciência diante da cultura escrita do período precedente. A consulta de obras antigas, a partir de Pombal e, de modo mais acirrado, na Academia Real das Ciências de Lisboa, teria seu significado cultural anulado não fossem comprovadas a autoria, o período de feitura e a autenticidade do manuscrito ou impresso publicado. A época dos autores inventados e das obras apócrifas chegava ao seu fim, e a literatura, como expressão dos progressos nacionais, tinha seu sentido pedagógico modificado devendo servir para enaltecer as características da nação Portuguesa e para a formação do bom patriota.<sup>67</sup>

A geração da Academia formada após as reformas pombalinas transformaria a história em auxiliar na compreensão dos “progressos” do reino a partir do conhecimento das práticas científicas e literárias e da noção de “autenticidade documental”. A Coroa, junto com a Academia, passaria a criar condições para o desenvolvimento da investigação histórica através de alvarás que permitiam a nomeação de investigadores aptos para fazer uma “visita geral” aos cartórios, mosteiros e livrarias do reino. Assim, a comissão investigativa de 1790, que contou com a participação dos sócios Abade Correia da Serra, João Pedro Ribeiro, Santa Rosa Viterbo, Frei Joaquim de Santo Agostinho e de Frei Joaquim José Ferreira Gordo, percorreria as diversas províncias e arquivos do reino na busca e transcrição de documentação.<sup>68</sup> Essa preocupação com a busca de documentos por sua vez não se restringia somente à busca da legislação instituídas pelos monarcas, mas também de documentos que pudessem oferecer alguma “luz” a respeito da história civil da nação:

Como sua Majestade promete à Academia dar lhe toda ajuda e favor para a Visita Geral, que intenta mandar fazer pelos Cartórios do Reino, julgo que ela deva ordenar aos seus Deputados, que não somente indaguem todos os documentos pertencentes à Legislação Portuguesa, mas também os que derem algum Luz à História civil da Nação, assim antiga como moderna.<sup>69</sup>

De outro modo, a crítica histórica também ganharia espaço na Academia com a atuação do letrado João Pedro Ribeiro. Formado em Cânones pela Universidade de Coimbra e eleito sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, o letrado foi ocupante da primeira cadeira de Diplomática em Portugal, criada em 1796. Estabelecida inicialmente na Universidade de Coimbra, essa cadeira foi logo transferida para a Torre do Tombo em Lisboa, sob a justificativa de que era necessário aproximar os acervos documentais da formação adequada em diplomática.<sup>70</sup> João Pedro Ribeiro foi patrocinado pela Academia em viagens pelo interior do reino, com visitas aos acervos documentais existentes em Portugal. Dessas

<sup>67</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 131.

<sup>68</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 153-157.

<sup>69</sup> “Sessões Extraordinárias dos Conselhos das Assembleias (1810-1826)”. B. A. C. L. Livro de Secretária, 24 B. p. 164 *apud* SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 155.

<sup>70</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História e erudição”. In: NICOLAZZI, Fernando. et al. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 47.

viagens, resultaria a sua obra *Observações históricas e críticas para servirem de memórias ao sistema da Diplomática Portuguesa*, publicada em 1798. A obra de Ribeiro não foi a primeira publicada sobre o tema após a criação da cadeira de diplomática, uma vez que José Anastácio de Costa e Sá já havia publicado um ano antes os seus *Princípios Elementares da Arte Diplomática* em 1797. Essas obras serviram para dar seguimento às mudanças na forma de organização e averiguação dos “monumentos”, termo usado para se referir aos documentos antigos.

Ao definir a diplomática como “Ciência dos Diplomas”, que “nos ensina a avaliar com exatidão os antigos Diplomas, distinguindo os verdadeiros dos falsos ou duvidosos”,<sup>71</sup> João Pedro Ribeiro apresentaria uma postura mais firme contra os falsos documentos. Letrado formado na tradição do antiquarianismo, como destaca Manoel Luiz Salgado Guimarães na análise de sua biblioteca, João Pedro Ribeiro daria novo fôlego aos estudos diplomáticos em Portugal, a partir da leitura das obras de Jean Mabillon, maior autoridade nos trabalhos eruditos até então.<sup>72</sup> Em suas *Observações históricas e críticas*, Ribeiro dividiu a atividade crítica em duas partes. Na primeira, o letrado faz um balanço da situação dos cartórios espalhados pelo reino tendo em vista “a necessidade de acautelar pelos meios oportunos a sua total ruína”, dividindo os cartórios entre os das Câmaras e dos Mosteiros, preservando assim a divisão entre história civil e eclesiástica. Na segunda parte do trabalho, apresenta as formas de preservação da documentação a partir de seus aspectos físicos e de sua organização para a consulta.<sup>73</sup> Segundo Manoel Luiz Salgado, Ribeiro parte de uma “curiosa” distinção entre o que considera o interesse literário pelos documentos nos arquivos e o interesse da história, uma vez que para o letrado é “donde a história tem tirado maior parte de suas luzes”. Dentre as suas pretensões, João Pedro Ribeiro objetivava o desenvolvimento de um método crítico que seria capaz de assegurar a autenticidade dos documentos, livrando-os do risco de falsificação.<sup>74</sup> A crítica apresentava-se como indispensável para o estabelecimento dos acontecimentos históricos, requisito necessário para a elaboração da narrativa histórica seguindo os padrões modernos:

O problema da falsificação estava longe de ser uma novidade para esses letrados iluministas formados a partir da tradição antiquária. Uma longa história de falsários e falsificações enchia as páginas da literatura erudita desde pelo menos os praticantes da *ars historica* de fundo humanista. Lorenzo Valla e sua contundente

<sup>71</sup> RIBEIRO, João Pedro. *Dissertações cronológicas e críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal*. Tomo IV. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1819, p. 1.

<sup>72</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. cit.*, p. 47.

<sup>73</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. cit.*, p. 54.

<sup>74</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. cit.*, p. 54.

crítica a respeito da doação de Constantino é a esse respeito apenas o exemplo mais representativo e aquele que mais notoriedade ganhou. A novidade estava em que para os eruditos católicos como João Pedro Ribeiro o documento falso não poderia assegurar a verdade de uma narrativa que se pretendesse crítica a respeito do passado.<sup>75</sup>

A veia crítica dos trabalhos de Ribeiro e da Academia não possuía, contudo, a imparcialidade pressuposta por seus autores. Ao não produzir “preceitos subsidiários”, mas apenas auxiliar na resolução de problemas específicos, a Diplomática na Academia foi definida como prática e não teoria. Esse fato removia dela qualquer traço filosófico, tornando-a conveniente para a perspectiva reguladora do Reformismo Ilustrado.<sup>76</sup>

Do mesmo modo, a “arte de discernir o verdadeiro do falso”<sup>77</sup>, como era concebida a crítica no século XVIII e na primeira metade do século XIX, não se desenvolveu, na Academia, em crítica ao regime político, como ocorrido no ambiente francês. No século XVIII, diversos espaços de sociabilidade como bares, salões e sociedades literárias teriam contribuído para o surgimento do que Jurgen Habermas chamou de “esfera pública política”, definida como espaço de discussão e intercâmbio distante do controle do Estado, entendido como “esfera da autoridade pública”.<sup>78</sup> Segundo Roger Chartier, essa esfera pública derivava diretamente da esfera literária e sua primeira definição era ser um espaço no qual pessoas privadas faziam uso público da razão. A crítica, que se aproximava cada vez mais da razão, ao extrapolar os estudos literários e se politizar, tornou-se a atividade de manifestação de novo “existir público”, que não era mais a exibição da autoridade estatal.<sup>79</sup> Essa esfera pública relacionou-se com a atividade de busca por direitos civis e privados de forma distinta da tradicional concessão de benefícios estamentais pelo monarca. O pensar e o tornar público do pensamento transformavam-se em direitos privados e não mais direitos concedidos pela autoridade e empreendidos a serviço daquela mesma autoridade.<sup>80</sup> Fundada no critério de que todos os participantes são iguais por natureza, a esfera pública ignorava as distinções de ordem e estados que impunham uma sociedade hierárquica, transformando todos homens em cidadãos, inclusive o soberano. Seguindo essa nova lógica que igualava todos os cidadãos, todo poder passava a ser visto como abuso de poder, e assim o rei absolutista passou a

<sup>75</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. cit.*, p. 54-55.

<sup>76</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 58.

<sup>77</sup> SILVA, António de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. v. I. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, p. 497.

<sup>78</sup> CHARTIER, Roger. *As origens culturais da Revolução Francesa*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, p. 49.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>80</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 183-184.

encarnar a figura de um usurpador.<sup>81</sup> Esse processo de mudança de consciência política, baseado no uso “desenfreado” da crítica, teria permitido a contestação do regime monárquico na França.

No século XVIII português também ocorreram mudanças na vida social, fazendo com que a cidade e as sociabilidades mundanas preponderassem em relação ao espaço cortesão. Bares, cafés e salões permitiam um novo espaço de sociabilidade, análogo ao caso francês, no qual conviviam aristocracia e classe média lisboeta. Porém, em Lisboa esses espaços não representariam um abalo nas diferenças e no status de cada grupo.<sup>82</sup> Do mesmo modo, a Academia Real das Ciências de Lisboa, que não representou um espaço de novas sociabilidades, uma vez que reproduzia as formas tradicionais, passaria estabelecer limites no uso da crítica. A defesa de um “crítico prudente” no uso da Diplomática, feita por João Pedro Ribeiro, que estaria contra os “extremos” da indulgência e do pirronismo, definiria que a crítica histórica desenvolvida na Academia não ultrapassaria os limites morais. Segundo Ribeiro:

Quando inculcamos a utilidade e necessidade desta ciência (Diplomática) supomos necessariamente a exatidão dos seus princípios, porém para a considerarmos como ciência, e para acharmos exatos os mesmos princípios não se faz necessário que eles sejam capazes por sua natureza de produzir uma evidência matemática ou metafísica. A evidência moral é a correspondente a índole da Diplomática, assim como da Crítica. A prudência na sua aplicação a cada passo a teremos de inculcar, porém desde já devo prevenir contra os dois extremos da indulgência e credulidade e da Crítica amarga e pirronismo. Longe de nós declarar falso, ou ainda duvidar da genuidade de qualquer documento só porque é antigo ou porque é obra de monges ou se conserva nos seus cartórios.<sup>83</sup>

A crítica histórica, submetida ao “respeito à evidência moral”, caracterizou-se por uma forma de uso da razão permitida pela autoridade do Estado. Em fidelidade ao rei, os letrados da Academia instituíram um conceito de história que expressava a manutenção dos princípios monárquicos. A erudição, e a verdade histórica extraída por meio dela, se tornariam instrumentos que tinham sua utilidade na manutenção da moral. Como destacou a autora Taíse Silva, a razão no século XVIII português diferenciava-se da opinião. Nos dicionários de Rafael Bluteau e de Morais e Silva, a razão seria um conhecimento eterno, enquanto a opinião se modificaria com os tempos. Na Academia Real das Ciências, a crítica ilustrada, caracterizada por combater o uso de documentos apócrifos e os símbolos de origem duvidosa, aos poucos também se definiria em oposição à opinião. A atividade crítica seria entendida

---

<sup>81</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999, p. 93-110.

<sup>82</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 185.

<sup>83</sup> RIBEIRO, João Pedro. *Op. cit.*, 1819, p. 4-5.

como ferramenta que permitia chegar a razão e evitar a proliferação de opiniões.<sup>84</sup> Com isso, a produção historiográfica realizada pela associação formaria uma “esfera pública controlada pela autoridade”, no qual a crítica servia como instrumento para sanar as “dúvidas” sobre a história, e combater através do “reino da crítica”, o “reino da opinião”.

A crítica histórica empregada pelos sócios da Academia, pouco afeitos às ideias radicais, representou o posicionamento dos letrados em defesa da moral ao aproximar crítica e prudência, esta última entendida como a faculdade de reconhecer o adequado ao comportamento virtuoso. Cerceada pela moral, a “arte de julgar” manteve-se ligada à prudência, não apresentando nenhuma relação com a noção de verdade que estivesse “acima do bem e do mal”.<sup>85</sup> Com isso, a experiência de autonomia do historiador não existiu nos primeiros anos da Academia Real das Ciências de Lisboa. O uso da primeira pessoa nas narrativas não significou, nesse contexto, o estabelecimento de um historiador com livre-iniciativa de subjetividade e autoria. O “eu” utilizado na escrita da história representava a posição institucional de um letrado, que fazia parte de um coletivo subordinado a uma corporação, e não a de um historiador autônomo. Do mesmo modo, a autoridade na construção da “verdade” na historiografia não advinha do letrado, mas da autoridade dada pela associação, que por sua vez usufruía do privilégio concedido pelo rei.

O conhecimento das fontes para a construção da verdade, empreendida nas investigações do Direito e respaldada pelo empirismo, já em vigor nos estudos das ciências naturais, tornou-se indispensável para a escrita da história. A adesão aos métodos da erudição na produção histórica da associação moldou-se a partir da associação entre história e ciência permitida pela aproximação entre literatura e os paradigmas das ciências naturais.<sup>86</sup> Essa aproximação entre História e Ciência pode ser identificada no “Discurso Preliminar” do sócio Correia da Serra em sua *Coleção de Livros Inéditos da História portuguesa, dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II:*

Sem certeza, porém todo o estudo é vão, e quanto mais o da nossa História nos parecer importante, tanto mais cresce a precisão de aclararmos a sua evidência, o que em História se não alcança do mesmo modo que em outras ciências, cujos objetos existem sempre, e uniformemente. Nestas a facilidade de observar os fenômenos que continuamente se repetem, faz com que todos os livros perecendo, o raciocínio, a observação, a experiência, não só restaurem o perdido, mas possam aumentar as luzes, e descobrimentos; quando pelo contrário, as pessoas, as ações e as ideias de que a nossa história deve informar-nos, passaram com o tempo que as viu existir, e nunca mais tornarão a verse. Os vestígios que de si deixaram nos

<sup>84</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 182- 210.

<sup>85</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 247-248.

<sup>86</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 135.

monumentos, e a narração dos contemporâneos, é tudo o que delas fica, e se por ventura faltarem, não há viveza de engenho, nem agudeza de raciocínio, que possam suprir a sua falta. São, por conseguinte estes vestígios, estas narrações a base única da certeza da nossa História [...].<sup>87</sup>

Segundo Correia da Serra, os vestígios de narrativas e monumentos que registram “as pessoas, as ações e as ideias” seriam a base única da “certeza” da história, uma vez que o seu estudo não permitia as observações de fenômenos que se repetem e as experimentações das “outras ciências”. Por esse motivo, seria tão importante a preservação da documentação original, vista como fonte de informações empíricas para a escrita da história. Seguindo esse movimento de valorização dos documentos antigos, a Academia constituiria um programa de compilação, publicação e reedição de fontes inéditas, como a *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, publicada entre 1790 e 1824, a *Vida do Infante D. Duarte* por André de Resende (1789), o *Soldado Prático* de Diogo do Couto (1790), a *Vida de João de Castro* por Jacinto Freire de Andrade (1835) e a *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas* (1812-1839). Os letrados envolvidos no levantamento de fontes dos arquivos do reino também publicaram as reflexões dos seus trabalhos na coleção de *Memórias de Literatura Portuguesa*, o principal repositório do trabalho historiográfico dos sócios entre os anos de 1792 e 1814. Como exemplo de destaque dessa coleção, podemos referir os trabalhos de descrição e correção de códices na *Memória sobre uma Crónica inédita da Conquista do Algarve*, escrita pelo Frei Joaquim de Santo Agostinho, e nas *Memórias de algumas Décadas inéditas de Diogo do Couto*, de Joaquim Forjaz. Muito relevantes foram também as *Memórias para a História da Legislação e Costumes de Portugal* redigidas pelo sócio António Caetano do Amaral e as memórias escritas por João Pedro Ribeiro sobre fontes históricas do direito civil e canónico do reino.

De modo geral, as reflexões históricas de carácter jurídico e filológicos, desenvolvidas pela Classe de Literatura e publicadas na coleção de *Memórias de Literatura* entre 1792 e 1814, modificaram os modos de escrever a história. A importância dada às fontes para a escrita da história levaria os escritores de biografias a incorporarem em suas atividades as reflexões historiográficas eruditas. O esforço erudito iniciado com a *Memória da Vida e Escritos de D. Francisco de Melo*, a *Memória da Vida e Escritos de Pedro Nunes* e a *Memória sobre Martim da Boémia* publicadas na coleção de *Memórias de Literatura* permaneceu na coleção de *História e Memórias*, com a publicação das Memórias históricas sobre Camões, Luiz de Sousa, Bernardo de Brito, Francisco e António Brandão e Jorge da

---

<sup>87</sup> SERRA, Abade Correia da. “Discurso Preliminar”. In: *Colecção de Livros Inéditos da História Portuguesa*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Mesma Academia, 1790, p. VII- VIII.

Costa. Nesse quadro de mudanças na prática historiográfica, de que modo a escrita biográfica assimilou a crítica documental na Academia?

### 3.4. As “fontes autênticas”: crítica documental e *argumentatio*

Conforme observado no segundo capítulo do presente trabalho, as Memórias históricas biográficas, gêneros eruditos utilizados para resolver problemas históricos sobre a vida de personalidades históricas, mantiveram o Panegírico em sua estrutura narrativa. Essa continuidade gerava um problema ao menos curioso. De que modo os letrados da agremiação uniram a narrativa enaltecida do Panegírico com a exposição crítica do gênero Memória Histórica?

Na primeira metade do século XVIII, os letrados da Academia Brasileira dos Esquecidos também lidavam com o mesmo problema. Segundo Iris Kantor, os acadêmicos brasílicos se preocupavam em definir as regras formais do debate acadêmico, o que gerava tentativas de diferenciar “dissertações” das “alterações” e “disputas” na prática historiográfica. Para os acadêmicos, as dissertações não poderiam se reduzir ao modelo de disputas (*disputationes*), tradicionalmente utilizado pelos jesuítas, e desse modo, procuravam distinguir os gêneros narrativos.<sup>88</sup> O acadêmico Luiz de Siqueira da Gama procurava demarcar as fronteiras entre oratória, poesia e discurso histórico, enquanto, outros acadêmicos esquecidos, como Inácio Barbosa Machado, combinavam estilos e conteúdo. Para Barbosa Machado, o discurso histórico deveria reunir o “suave da história” em “contencioso nas disputas”; o “sério na jurisprudência”, com o “ameno nas notícias”.<sup>89</sup> De outro modo, o sócio padre Gonçalo Soares Franca, acostumado com a oralidade acadêmica na Academia dos Esquecidos, não fazia muita distinção entre narrativa histórica e Panegírico, e pelo contrário, defendia certo ecletismo no uso dos estilos retóricos:

Nas matérias controversas primeiro proporei as opiniões contrárias, ou as razões opostas, e depois estabeleci as próprias conclusões. Nos sucessos líquidos só se ouvirá a narração: o estilo variará ao compasso dos assuntos; o narratório para referir, o oratório para falar, e antelóquio para descrever.<sup>90</sup>

<sup>88</sup> KANTOR, Íris. *Op. cit.*, 2004, p. 198.

<sup>89</sup> KANTOR, Íris. *Op. cit.*, 2004, p. 198.

<sup>90</sup> FRANÇA, Gonçalo Soares da *apud* KANTOR, Íris. *Op. cit.*, 2004, p. 198-199.

Esse problema do estilo historiográfico permaneceria na Academia Real das Ciências de Lisboa. Para resolvê-lo, os sócios da instituição utilizavam diversos instrumentos para reunir crítica e retórica. Em seus escritos biográficos, os sócios utilizavam na maioria das vezes de digressão, artifício já utilizado nos Elogios históricos para interromper intencionalmente a narrativa para refletir sobre aspectos morais, históricos e científicos. Esse foi um dos recursos encontrados pelos sócios da Academia para unir narração decorosa e exposição crítica, o que fez com que o estilo narrativo das Memórias biográficas oscilasse entre o elevado e o simples expositivo. Sem romper com o decoro do gênero, as Memórias históricas narravam a vida dos personagens fazendo interrupções para apresentar criticamente os documentos e resolver pontos duvidosos. Na *Memória de algumas particularidades com que se pode acrescentar e corrigir o que até ao presente se tem publicado sobre a Vida e Escritos do Cronista mor Bernardo de Brito*, o sócio Fr. Fortunato de S. Boaventura narraria o nascimento do cronista Bernardo de Brito introduzindo digressão para discutir a dúvida a respeito do seu nascimento:

Começarei por desviar-me não só deste autor, porém de todos os mais que o seguiram, e direi alguma coisa de novo sobre o nascimento de Fr. Bernardo de Brito, que retificará facilmente o que se passou até agora por certo, e fora de toda a dúvida.<sup>91</sup>

Em contrapartida, o uso de digressões no texto não seria unânime entre os sócios da instituição porque criava um problema de interrupção da narrativa. Na *Memória sobre a Vida de Martim da Bohemia*, o sócio Sebastião Francisco de Mendo Trigoso dividiu o texto em duas partes, tendo por objetivo distinguir a parte crítica da parte narrativa. A primeira parte era a narração da vida do cosmógrafo humanista e a segunda parte destinava-se à resolução de dúvidas sobre a participação do letrado nos Descobrimentos. Nesse sentido, o sócio justifica:

Por não cortar tantas vezes o fio da História de Martim da Bohemia, guardamos para agora o exame de três fatos em que alguns escritores se persuadiram que ele tinha tido uma parte muito principal e vem a ser o descobrimento das Ilhas de Faial e Pico, o da América e o Estreito de Magalhães, dos quais trataremos por mesma ordem.<sup>92</sup>

Além da divisão feita por Mendo Trigoso para não cortar o “fio da História” na narrativa, o documento e a parte crítica poderiam ser apresentados por meio do uso de elementos extratextuais na narrativa biográfica. Francisco Alexandre Lobo, em sua *Memória*

<sup>91</sup> SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de. “Memória de algumas particularidades com que se pode acrescentar e corrigir o que até ao presente se tem publicado sobre a vida e escritos do Cronista Mor, Fr. Bernardo de Brito”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VII. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1821, p.14.

<sup>92</sup> TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo. “Memória sobre Martim de Boémia”. In: *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo VIII. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1818, p. 385.

*Histórica e Crítica a cerca de Luiz de Camões*, destaca que não incorporaria toda a parte da crítica documental no texto, e assim:

Para escusar o embaraço e interrupções desagradáveis que causaria n'alguns casos esta declaração sendo introduzida no texto, tomei o partido de a lançar pela maior parte em notas no fundo da página, onde lancei uns poucos fatos que a Crítica põe dúvida em admitir, mas que assim mesmo acho em certo modo curioso por dizerem a respeito a um homem como foi Luiz de Camões.<sup>93</sup>

O recurso às notas de rodapé serviria, segundo o sócio, para desculpar o “embaraço e interrupções” causadas pelo uso de digressões em seu texto histórico. Em sua obra *As Origens Trágicas da Erudição*, Anthony Grafton destaca que o surgimento da nota de referência estaria intimamente ligado à introdução da erudição na escrita da histórica. Segundo o autor, o surgimento das notas de rodapé no período moderno, e dos artifícios a ela associados, como apêndices documentais e críticos, separava a modernidade do método histórico da tradição. Sob a distinção de que “o texto convence, as notas provam”, as notas de rodapé serviam para convencer o leitor que o historiador realizara uma quantidade aceitável de trabalho de pesquisa, e indicar as principais fontes de que ele se utilizou.<sup>94</sup> A divisão entre texto e notas servia para narrar duas histórias: a história do assunto tratado e a história da pesquisa.<sup>95</sup> Entre os escritos biográficos da Academia, o uso de notas de rodapé para citar fontes predominou nas Memórias históricas, enquanto nos Elogios históricos seu uso foi inconstante. Elas aparecem mais fortemente no *Elogio histórico de Fr. Manoel do Cenáculo*, no *Elogio histórico de João Guilherme Christiano Muller* no e no *Elogio Necrológico do Muito Alto e Muito Poderoso Imperador e Rei, o Senhor D. João VI* como tentativa de demonstrar o percurso do historiador na pesquisa, sendo escassa em outras composições. Essa parca apresentação de fontes, nos Elogios, pode ser explicada, em um primeiro momento, pela concepção de que o gênero Elogio instruíra melhor do que as outras formas de história, uma vez que sua narração permitia fazer “ver” os exemplos morais mais rapidamente e consequentemente conduzir a decisão política imediata. A partir dessa ideia, a narrativa não necessitaria de outros mecanismos de comprovação da veracidade desenvolvidos pela erudição. Por outro lado, a demanda documental ainda seria tímida nos Elogios Históricos. Diferentemente das Memórias sobre os personagens históricos do reino, que necessitava

<sup>93</sup> LOBO, Francisco Alexandre. “Memória histórica e crítica acerca de Luiz de Camões e das suas obras”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VII. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1821, p. 161.

<sup>94</sup> GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998, p. 25-31.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 189.

majoritariamente da documentação por causa da distância temporal com o passado, os Elogios ainda mantinham o testemunho pessoal como fonte relevante na escrita.

A escassez de notas de rodapé para citação de documentos nos Elogios também pode ser explicada pelo fato de que os sócios da Academia diferenciavam a atividade erudita das memórias (resolução de dúvidas e exposição de documentos) da história (narrativa final). Porém, o seu aparecimento nos Elogios de Cenáculo, Muller e D. João VI demonstra a importância que a apresentação das fontes adquiriu na escrita biográfica da Academia. Uma justificativa dessa importância apareceria em nota de pé de página no *Elogio Necrológico do Muito Alto e Muito Poderoso Imperador e Rei, o Senhor D. João VI*, escrito pelo sócio Fr. Matheus da Assumpção Brandão:

Seria imenso e fastidioso citar todos os Alvarás, Decretos e Resoluções Régias e Providenciais que em todo este reinado se publicaram. Apenas se citam algumas de muitas que correm impressas sobre alguns dos objetos indicados neste Discurso, para que se veja o espírito de veracidade que o dirigiu.<sup>96</sup>

Para o sócio Matheus Brandão, se por um lado seria “imenso e fastidioso” citar todas as fontes do reinado de D. João VI em notas, tarefa relegada a atividade crítica, por outro, a exposição de “algumas de muitas” fontes serviria para demonstrar o “espírito de veracidade” que conduziu a confecção do texto. Assim, a nota de rodapé com referências documentais servia como um dos recursos validados pela crítica para dar autoridade narrativa à escrita biográfica, variando em diversos casos conforme o estilo de seus autores. Ora se fundindo ao texto, e não apresentando a distinção entre narrativa e fontes, ora sendo incorporada em notas e constituindo a divisão caracterizada por Grafton. Nos dois modos, a fusão das fontes documentais na narrativa ou sua incorporação em notas deve ser entendida como parte de diferentes estratégias de convencimento, sendo a citação de fontes primárias ou bibliográficas recurso persuasivo para certificação e criação do “efeito de verdade” na narrativa. Na *Memória Histórica e Crítica acerca de Luiz de Camões, e das suas Obras*, Francisco Alexandre Lobo destaca:

Como a História tira da verdade dos acontecimentos que refere a sua maior valia e o leitor para certificar desta verdade, nas relações que não são compostas por testemunhos oculares e pelo menos contemporâneas não tem outro meio apto que não seja o conceito de fonte ou da razão crítica das notícias, pareceu-me da minha obrigação declarar de onde tirei e porque me inclino a dá-las por verdadeiras, ou muito próximas a verdade.<sup>97</sup>

<sup>96</sup> BRANDÃO, Matheus da Assumpção. *Elogio Necrológico do Muito Alto e Muito Poderoso Imperador e Rei, o Senhor D. João VI*. Lisboa: Tipografia da Academia R. das Ciências, 1828, p. 23.

<sup>97</sup> LOBO, Francisco Alexandre. *Op. cit.*, 1821, p. 161.

A autoridade atribuída às fontes documentais e a importância delas na determinação da narrativa historiográfica apresenta-se como traço fundamental da produção biográfica da Academia. A atividade crítica na escrita biográfica não ficaria circunscrita à retórica da citação das “fontes autênticas”, mas se faria presente também no manejo crítico de validação dos documentos. A importância da fonte histórica como ferramenta para extrair informações que não podiam ser provadas por “testemunhos oculares” revelaria uma concepção empírica de documento que deveria ser submetido aos procedimentos da crítica para ser concebido como autêntico. Desse modo, para escrever biografias os historiadores deveriam primeiramente recolher documentos nos diversos arquivos do reino e averiguar sua autenticidade. Na escrita biográfica da Academia Real das Ciências, notou-se que as fontes utilizadas para escrever as vidas dos personagens portugueses seriam retiradas de diversos arquivos do reino, como a Torre do Tombo, o Arquivo da Alcobaça, a Livraria e Arquivo do Benfica, dentre outros.

A recolha de fontes, que caracterizou a escrita biográfica da Academia, circunscreveu-se às fontes oficiais do reino e às fontes que pudessem elucidar fatos da carreira literária ou política do homenageado, como legislações, cartas, códices, genealogias, obras próprias ou de terceiros e etc. Nesses trabalhos de compilação, utilizavam-se fontes secundárias e fontes primárias, sendo as primárias consideradas na maioria das vezes de maior peso, como demonstra a *Memória Breve de D. Jorge da Costa*, escrita por Francisco Nunes Franklin. Nesse trabalho, o sócio faz uma lista extensa dos diversos autores e obras que narraram a vida do cardeal Jorge da Costa, e em seguida argumenta:

Parece que nada mais haveria de acrescentar, mas tendo em vista muitos Documentos originais, que ainda restam no Arquivo da Torre do Tombo, respectivos sobre o Cardeal, julguei conveniente recapitular com mais firmeza os mesmos objetos que os mencionados Sábios indicaram, e expor alguns outros de novo.<sup>98</sup>

Verifica-se nesse trecho que para o sócio Francisco Franklin as “fontes originais” tinham maior peso na escrita do que as fontes secundárias, porque serviam para “recapitular com mais firmeza” o que os outros autores já tinham escrito. Esse processo, baseado no princípio da dúvida metódica, aos poucos estabeleceria a sobreposição do “poder” dos “testemunhos originais” sobre as autoridades de historiadores clássicos portugueses. Segundo Arnaldo Momigliano, essa distinção entre fontes primárias (autoridades originais) e

---

<sup>98</sup> FRANKLIN, Francisco Nunes. “Memória Breve de D. Jorge da Costa, Cardeal de Lisboa, do título de São Marcellino e de S. Pedro, ou como outros chamavam o Cardeal de Portugal, e vulgarmente o Cardeal de Alpedrinha, produzindo-se um dos raros Documentos originais do mesmo Cardeal de muita erudição e sentenças”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1823, p. 152.

secundárias (autoridades derivadas) foi o traço essencial que permitiu a modernidade do método histórico. Para o autor, enquanto os historiadores escreviam “em ordem cronológica” e produziam fatos que serviam para explicar uma determinada situação, os antiquários escreviam “de maneira sistemática”, coletando todos os itens relacionados a um certo tema, que ajudassem ou não a resolver seus problemas. Para o autor, o conjunto de procedimentos de coleta e interpretação de fontes “não literárias”, desenvolvidos pelos antiquários e apropriados pelos historiadores na passagem do século XVII para o XVIII, tornou possível “salvar” o conhecimento histórico dos cétricos pirronistas.<sup>99</sup>

Nos trabalhos biográficos da Academia, os ilustrados também uniriam a atividade erudita à noção de “glória literária”, revelando o caráter que a crítica documental incorporou na escrita biográfica. Na introdução da *Memória Histórica e Crítica à cerca de Fr. Luiz de Souza e das suas obras*, o sócio Francisco Alexandre Lobo afirmaria esse propósito em sua reflexão sobre a decadência da literatura no reino:

E o desejo assim da honra de nossos passados como do aproveitamento dos presentes, me levaram a opinião de que faria importante serviço quem do esquecimento, pouco menos que geral, em que os nossos Autores clássicos andam enterrados, fosse tirando todos ou alguns deles: e com tal propósito empreguei o tempo que podia furtar ao descanso que requeriam outras ocupações, em procurar notícias e examinar com muita ponderação as obras dos principais, lançando depois por escrito a sua história e o juízo que cheguei a formar das melhores composições que eles tem conservado o tempo.<sup>100</sup>

Nesse trecho, o sócio Alexandre Lobo destacava a relação entre a necessidade de “desenterrar” os autores clássicos portugueses e “honrá-los” e a atividade de exame erudito. O objetivo era expor com “escrupulosa” exatidão a trajetória de vida dos homenageados e de suas obras. Para isso, os sócios da Academia utilizavam diversas ferramentas da crítica para validar as fontes documentais que pudessem conter novas informações sobre os acontecimentos da vida e sobre as obras dos homenageados ou que pudessem demonstrar o “valimento” de cada um deles. Nos trabalhos, se incluíam também Tabuas Cronológicas, Apêndices e transcrições de documentos que servissem para provar os fatos narrados e examinados. Seguindo as pretensões da crítica, os sócios utilizavam em grande medida os recursos da Paleografia, que segundo o sócio João Pedro Ribeiro era:

<sup>99</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. “História antiga e o antiquário”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 19-76, jul. 2014, p. 21-51.

<sup>100</sup> LOBO, Francisco Alexandre. “Memória histórica e crítica acerca de Fr. Luiz de Souza e das suas obras”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1823, p. 4.

Aquela parte da diplomática, que pelo caráter ou letra em que se acham escritos os documentos antigos nos ensinam a julgar a sua idade e veracidade e ainda determinar o território ou Nação a que pertence. A palavra Diploma, Grega na sua origem, quer dizer coisa dobrada em duas, e tal foi em outro tempo a sua forma.<sup>101</sup>

O recurso à Paleografia fazia-se na resolução dos problemas de datas de nascimento, autoria de obras, ações públicas e privadas dos homenageados. Na Memória escrita sobre o cronista Bernardo de Brito, o sócio Fr. Fortunato Boaventura afirma que analisou a “letra do próprio punho” do autor para descobrir a sua verdadeira data de nascimento. Em seu texto, Boaventura transcreve dois trechos dos Livros segundo e quarto da *Monarquia Lusitana*, nos quais o próprio autor referiu a sua idade. Em sua perspectiva, a declaração do Cronista mor teria “maior autoridade” nesse ponto do que outros autores, e desse modo, ele retifica a data de nascimento de Brito para o ano de 1568, e não 1569:

Assento que a declaração do próprio Cronista mor Fr. Bernardo de Brito faz maior autoridade nesse ponto, que a dos mais Autores, ainda que fossem coevos. Ora na terceira parte da Monarquia Lusitana, de que abaixo tratarei mais largamente, e que foi escrita em 1593, declarou ele por duas vezes e muito exatamente a sua idade.

No fim do 2º Livro traz por letra de seu próprio punho esta nota:

“Acabei este segundo livro dia da invenção de Santo Estevão aos três de agosto de 1593 indo para a idade de vinte e cinco anos”

E no fim do 4º livro:

“Acabei este quarto livro aos 22 dias do mês de setembro do próprio ano de mil e quinhentos e 93 anos, havendo 9 dias que acabara vinte e cinco de minha idade”<sup>102</sup>

Em outro exemplo, podemos destacar o problema da dúvida a respeito de alguns escritos do Fr. Antônio Brandão que, segundo o sócio Boaventura, por “fatalidade” eram desconhecidos. Nesse trabalho, Boaventura, ao examinar o “inexato” Index dos Códices de Alcobaça, descobriria novos trabalhos acabados e incompletos do letrado que mereciam “aparecer no catálogo dos seus escritos”. Para isso, o autor faz uma análise da caligrafia e dos autógrafos nos diversos códices a fim de descobrir quais pertenciam ao cronista Fr. Antônio Brandão e quais pertenciam ao seu sobrinho, o também cronista e Fr. Francisco Brandão:

O exame particular que fiz destes códices me levou a descobrir alguns opúsculos do nosso cronista, uns acabados e outros incompletos, porém todos merecedores de aparecerem no catálogo dos seus escritos, que será precedido de certas observações gerais, que dizem ao meu intento, e comprovam o que já tenho estabelecido. 1.ª Os códices 444 e 445 não pertencem todos a Fr. Antônio Brandão, como afirma o autor do Index, visto já entrar neles a letra de Fr. Francisco Brandão, e especialmente no segundo, apenas começa o ano de que devia a partir da 5ª parte da Monarquia Lusitana [...].<sup>103</sup>

<sup>101</sup> RIBEIRO, João Pedro. *Op. cit.*, 1819, p. 77.

<sup>102</sup> SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de. *Op. cit.*, 1821, p. 15.

<sup>103</sup> SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de. “Memória sobre a Vida do Cronista mor Fr. Antônio Brandão e o que se pode acrescentar ao Catálogo de seus escritos que vem na Biblioteca Lusitana”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1823, p. 58.

Nesse trabalho de Boaventura, o recurso à Paleografia permitiu identificar as obras que pertenciam ou não ao cronista Fr. Antônio Brandão. As dúvidas eram geradas pelo fato de haver opúsculos com a letra do cronista, mas sem a assinatura do autor verdadeiro, o que não permitia sua atribuição ao letrado. Para resolver a questão, Boaventura faz uma descrição e análise extensa dos diversos códices, a fim de discernir os pertencentes ou não ao cronista. Ao final de sua discussão, o sócio da instituição divide em lista os “Opúsculos próprios”, os “Opúsculos duvidosos” e os “Monumentos consideráveis” transcritos por Brandão, apontando os elementos que caracterizavam as certezas e as dúvidas de cada obra.

Além do uso predominante das técnicas de Paleografia, as Memórias históricas biográficas estabeleciam a autenticidade documental através da análise dos materiais “aparentes” dos documentos. Na Memória sobre Bernardo de Brito, usa-se os recursos da Diplomática para “provar” que o letrado escreveu duas obras que por muito tempo se passaram por uma, a *Monarquia Gentílica*, e a mais famosa, a *Monarquia Lusitana*. Nesse trabalho, o sócio afirma que antes de Brito escrever a sua *Monarquia Lusitana*, escrevera uma “obra histórica” que dividiu em três partes: a *Monarquia Gentílica*, que foi dedicada ao rei Felipe II; a *Monarquia Gótica*, dedicada ao príncipe filho do rei; e a *Monarquia Católica*, dedicada à infanta D. Isabel Clara Eugênia. Destas partes constava no Arquivo da Alcobaça apenas a primeira e a terceira partes, sendo a segunda perdida, mas sabendo-se da sua existência por ter sido mencionada na Dedicatória da terceira parte.<sup>104</sup> Desse modo, para resolver o problema, o sócio Boaventura fez análise comparativa das obras *Monarquia Gentílica* e *Monarquia Lusitana*. Vejamos alguns extratos da extensa análise de Fr. Fortunato Boaventura:

Existem, pois, duas primeiras partes da Monarquia Lusitana, ambas manuscritas; e parece-me conveniente dar uma notícia mais larga da chamada Gentílica, que erradamente se confundiu com outra primeira parte, que é mais conforme à impressa.

Começa pelo título seguinte:

“Monarquia Lusitana composta por Fr. Bernardo de Brito monge cisterciense professo no Real Mosteiro de Alcobaça, dirigida ao católico Rei D. Felipe Sr. Nosso”.

Traz pintado de pena, mas com arte, o escudo das armas portuguesas, e à roda o verso. [...].

Logo no primeiro capítulo se notam grandes diferenças entre a primeira parte da Monarquia Lusitana, e esta Gentílica, cujas primeiras palavras se assemelham às impressas, mas a pouca distância da primeira linha segue outro rumo [...].<sup>105</sup>

<sup>104</sup> SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de. *Op. cit.*, 1821, p. 16-17.

<sup>105</sup> SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de. *Op. cit.*, 1821, p. 17-20.

Por meio da análise das dedicatórias, dos prólogos, frontispícios e de sonetos, transcritos no corpo do texto, bem como examinando letra, datas, símbolos e instrumentos externos como a pena e tintas usadas nas duas obras, o autor conclui pela existência de diferenças entre as duas obras, que foram escritas em períodos diferentes. Ao final de sua discussão, o sócio destaca que a terceira parte da obra, que sobrou no Arquivo da Alcobça, teve data adulterada de 1593 para 1605 “por tinta diversa”. Segundo Boaventura, essa substituição seria movida pelo “espírito fraudulento”, ou dos “inimigos da Ordem”, ou dos críticos de Brito, que não entendendo o porquê de o autor escrever a terceira parte antes da segunda, mudaram a data para resolver o problema das contradições dos seus escritos:

Sendo, pois, a Monarquia Gentílica, Sarracênica e a Católica de Fr. Bernardo de Brito a sua primeira obra, é justo dar-se uma ideia da terceira parte, que muitos críticos deram com a terceira das duas impressas, atormentando-se para saberem o motivo, porquê Fr. Bernardo Brito escrevera a terceira antes da segunda. Trabalho este de se livraram com breve exame a que eu procedi; e não era necessário que viciassem a escrita do ano de 1593 substituindo-lhe 1605 por tinta diversa, que à primeira vista declara o espírito fraudulento de uma substituição feita há largos anos ou por inimigos da Ordem de S. Bernardo, ou por quem assentou que seria este o melhor meio de salvar todas as contradições sobre a data dos escritos de Fr. Bernardo de Brito.<sup>106</sup>

Nessa perspectiva, a inclusão de uma *Tabua Cronológica das Obras do Cronista mor Fr. Bernardo de Brito* ao final da Memória, como instrumento de verificação de datas, revela a importância da Cronologia na escrita biográfica. Com essa ferramenta, permitia-se a criação de quadros regressivos que pudessem combater os anacronismos e as contradições dos escritos dos autores homenageados.

Do que fica exposto nesses exemplos, podemos inferir que a atividade crítica na escrita biográfica estava em consonância com o propósito monumentalizador das biografias da época. A análise de textos, letras, assinaturas, datas, instrumentos como tinta, pincel e autógrafos demonstra que o objetivo da crítica era provar a autenticidade de documentos que elucidassem aspectos desconhecidos da vida pública ou sobre as “obras” dos homenageados. Todos esses processos ocorriam dentro dos limites de decoro do gênero história. Diante disso, a crítica histórica servia para validar os testemunhos que provavam o “valor” e utilidade dos homenageados, relevando a relação entre os procedimentos eruditos e a cerimonialidade de corte. A opção pela crítica “discreta”, que caracterizou a produção historiográfica nas *Memórias de Literatura Portuguesa*, seria utilizada nas biografias para a “glória” dos

---

<sup>106</sup> SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de. *Op. cit.*, 1821, p. 22.

biografados e a manutenção de uma concepção de história que, além de narrar os “progressos literários” do reino, fazia o elogio das virtudes e a censura dos vícios.

O enriquecimento da história com reflexões científicas advindas das ciências naturais desenvolveria uma noção de autoridade empírica que conviveria com a noção de *auctoritas* tradicional. Voltemos ao discurso de Correia da Serra no prólogo da *Vida do Infante Dom Duarte*:

Um dos objetos das fadigas literárias da Academia Real das Ciências, desde a sua origem, foi a indagação das obras inéditas dos nossos antigos portugueses, das quais se pudesse esperar, ou nova luz à nossa história, ou novo lustre à nossa língua e literatura. Um e outro motivo moveram a ordenar a publicação deste opúsculo de André Rezende, no qual ao mesmo tempo se acham os feitos de um príncipe, por quem a Casa Real hoje reinante subiu ao trono, feitos poucos conhecidos, e de que o autor foi testemunha, vê-se juntamente uma pureza de língua, e uma locução natural e suave, cheia de urbanidade e de decoro, sumamente própria do assunto e das circunstâncias que moviam o escrever.<sup>107</sup>

Nesse prólogo, Correia da Serra desenvolveria duas noções de autoridade na história dos “progressos das letras”. A primeira, já analisada no capítulo anterior, consiste na defesa do texto de André de Rezende como modelo de Panegírico por seus aspectos elocutivos. A “delicadeza de gosto”, “a locução natural” e outros aspectos fariam de Rezende um autor a ser imitado, e fundariam sua condição de *auctoritas* da cultura letrada. De um outro modo, ao defender que o texto serviria para dar “nova luz à história”, porque continha “feitos pouco conhecidos” de um príncipe, feitos dos quais seu “autor foi testemunha”, Correia da Serra transformaria o Panegírico de Rezende não somente em autoridade a ser imitada, mas também em fonte documental de informações sobre a história do reino. Desse modo, na Academia Real das Ciências, as noções de *auctoritas* tradicional e a autoridade documental caminhavam *pari passu* na escrita biográfica. A importância atribuída à autoridade documental em meio ao modelo clássico de biografia permaneceria, por exemplo, com a edição acadêmica da *Vida de João de Castro*, biografia muito conhecida na literatura portuguesa. Essa obra, escrita conforme as regras do Panegírico por Jacinto Freire de Andrade e publicada em 1651, recebeu múltiplas edições e traduções.<sup>108</sup> No ano de 1835, a Academia publicou-a conforme a primeira edição, acompanhada por “breves notas autorizadas com documentos originais e inéditos.”<sup>109</sup> No prefácio da edição, o sócio D. Francisco de S. Luiz destacou a importância das “cartas

<sup>107</sup> SERRA, Abade Correia da. “Prólogo”. In: REZENDE, André de. *Vida do Infante D. Duarte*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789.

<sup>108</sup> Sua segunda edição foi publicada em 1671, a terceira em 1703, a quarta em 1722, a quinta em 1736, a sexta em 1747, a sétima em 1779, a oitava em 1804 e a nona em 1818. A biografia também foi editada em Madrid em 1804 e Pernambuco em 1844. Recebeu traduções em língua inglesa em 1664 e em língua latina em 1727.

<sup>109</sup> Essa edição foi reproduzida em Paris no ano de 1837.

originais” tanto para a História quanto para a Literatura, defendendo a necessidade de “atualizar” os fatos da história do biografado devido aos novos documentos encontrados:

Logo que em nosso poder tivemos estas coleções, passamos um por um todos os seus numerosos documentos, e comparado os fatos que deles autenticamente constam, com os que refere Jacinto de Andrade na Vida de João de Castro, observamos que era fácil verificar uns, acrescentar outros, retificar aqueles, em que o escritor parece ter sido menos bem informado e determinar as datas de que ele muito se descuidou.<sup>110</sup>

A importância da documentação e a permanência dos pressupostos retóricos narrativos constituiu um traço peculiar na escrita biográfica da Academia. Além do elogio, a necessidade de “verificar”, “acrescentar” e “retificar” o conhecimento histórico expressa a consciência de que a escrita da história seria passível de erro e dúvidas, não sendo possível ser fundamentada apenas nas autoridades clássicas. O movimento crítico de mudança na escrita biográfica, iniciado com a coleção de *Memórias de Literatura* em 1806 continuaria na coleção de *História e Memórias*, com as biografias de Camões, Bernardo de Brito e etc., finalizando-se, nesta coleção, com o *Exame Comparativo das Crônicas Portuguesas*, publicado pelo sócio Antônio de Almeida no tomo XI de 1835. Esse texto, embora não seja uma biografia, se propôs a corrigir diversos fatos históricos em diversas obras de história do reino. No “Exame Terceiro” do trabalho, Antônio de Almeida corrigiu erros presentes no *Elogio do Conde D. Henrique*, publicado na famosa obra do cronista Bernardo de Brito *Elogios dos Reis de Portugal*, de 1603. Com seu trabalho, o acadêmico Antônio de Almeida retifica, por meio de documentação, vários aspectos da vida do Conde D. Henrique que envolviam a sua naturalidade, casamento, dotes, conquistas, ações administrativas, empresas militares, fisionomia, patrimônio, sepultura e etc.<sup>111</sup>

De modo geral, o esforço crítico sobre a escrita da história fez com que os diversos escritos biográficos fossem revisitados e revisados pela Academia. Esse esforço de “atualização” daria uma importância desmedida aos documentos na produção historiográfica. A defesa de que somente por meio da fonte documental, primária ou secundária, seria possível resgatar a verdade ou a probabilidade dos acontecimentos passados, fez com que a falta de documentação se tornasse um sério problema para o historiador. Diante desse aspecto,

<sup>110</sup> S. LUIZ, Francisco de. “Prefação”. In: ANDRADE, Jacinto Freire de. *Vida de João de Castro escrita por Jacinto Freire de Andrade, impressa conforme a primeira edição de 1651*. Ajuntam-se algumas breves notas autorizadas com documentos originais e inéditos. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1835, p. 355-356.

<sup>111</sup> ALMEIDA, Antônio de. “Exame Comparativo das Crônicas Portuguesas relativas ao governo do senhor Conde D. Henrique”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo XI. Parte I. Lisboa: Na Tipografia da Mesma Academia, 1835, p. 25-34.

de que modo os ilustrados da Academia resolviam os problemas históricos nas biografias quando faltavam fontes documentais?

No exórdio da *Memória Histórica e Crítica acerca de Fr. Luiz de Souza e das suas obras*, publicada por Francisco Alexandre Lobo em 1823, o sócio alega duas dificuldades na escrita da biografia do escritor português do século XVII. A primeira seria a dificuldade de “escrever em português a vida de um homem, que na mesma língua historiou por modo imitável, ou que só poderá ser imitado por sujeito de igual engenho e cultura.”<sup>112</sup> A segunda dificuldade destacada por Alexandre Lobo seria a “falta de documentos, de que o historiador de Luiz de Sousa se pode ajudar”.<sup>113</sup> Essa segunda dificuldade, também indicada em outras memórias históricas, não seria suprida pelos “biógrafos” do letrado, que segundo o sócio não acrescentaram muitas informações a seu respeito. Na *Memória Histórica e Crítica acerca de Luiz de Camões e das suas obras*, Lobo apontaria o mesmo problema:

Com toda a minha diligência, não posso lisonjear-me, nem me lisonjeio de oferecer aqui uma relação completa, clara em todos os pontos e desembaraçada de qualquer dúvida. Onde guardam silêncio os documentos, ou se envolvem em sombra impenetrável, que pode referir a História, se não quer degenerar em Romance?<sup>114</sup>

O discurso de Alexandre Lobo evidencia que para os ilustrados da Academia os limites da história estariam na falta de documentação. Sendo assim, a falta de fontes imporia a necessidade de o historiador trabalhar com “o pouco que os mais antigos deixaram” e o que se poderia “coligir dos escritos” do próprio autor. Para o manejo dessas informações, o acadêmico apontava a necessidade do uso de conjectura:

É necessário, porém, que para os explicar, e maiormente para suprir no que é de maior importância o com que faltaram, empreguemos conjectura. Ainda na presença de abundantes documentos o historiador é forçado a lançar mão de conjectura: porque raras vezes são eles tão suficientes e tão claros, que não deixem ocasião para adivinhar ou o que omitiram, ou o que declaram imperfeitamente. E se o historiador precisa sempre de sisuda diligência em examinar, não precisa menos em todo o caso de penetração discreta, ou para prender o fio histórico que se acha cortado ou para desempençar perplexidades, ou para compor diferenças e talvez contradições.<sup>115</sup>

Nota-se que para Alexandre Lobo, tanto a falta de documentos, quanto o excesso deles poderia gerar problemas na pesquisa. Assim, a conjectura seria a ferramenta que o historiador seria “forçado” utilizar. O uso do termo “forçado” demonstra que a conjectura não era um recurso com plena validade na escrita da história, uma vez que era considerado “um conhecimento fundado em fatos e razões que não têm toda a certeza”. Nesse sentido, o

<sup>112</sup> LOBO, Francisco Alexandre. *Op. cit.*, 1823, p. 5.

<sup>113</sup> LOBO, Francisco Alexandre. *Op. cit.*, 1823, p. 5.

<sup>114</sup> LOBO, Francisco Alexandre. *Op. cit.*, 1821, p. 160.

<sup>115</sup> LOBO, Francisco Alexandre. *Op. cit.*, 1823, p. 8.

emprego de conjectura deveria ser cuidadoso, explicado e medido sempre por “bom fundamento”, conforme expôs o sócio em seu trabalho:

Quando conjecturamos, apontaremos as razões com que o fizemos, e os Leitores poderão ajuizar da sua força, ou fraqueza, e assim como nunca exporemos fatos sem indicar fundamento histórico, assim nunca ofereceremos conjectura sem advertir por um ou por outro modo, que a não pretendemos vender por mais do que seu valor justo.<sup>116</sup>

A explicação de procedimentos metodológicos nas Memórias históricas pode ser vista como outra modalidade retórica de captação da confiança do leitor. No trecho de Francisco Lobo, a justificativa do uso de conjectura seria essencial, uma vez que ela não era considerada uma prática inteiramente legítima. Contudo, como fica evidente nos procedimentos críticos das biografias, a conjectura seria aplicada para resolver problemas que envolviam a falta ou a abundância de documentação. Seria fastidioso referir aqui todos os momentos em que os sócios utilizavam conjecturas nos textos, todavia, podemos ter uma ideia de seu funcionamento na *Memória Histórica e Crítica de Luiz de Souza*, na qual o sócio Alexandre Lobo tenta sanar a dúvida sobre a data de alistamento do letrado na Milícia de Malta. No trabalho, Lobo apresenta uma série de argumentos para “retirar a dúvida” sobre a entrada de Sousa na ordem militar, distanciando-se dos demais escritores consultados:

Nenhum dos escritores apontados indica o ano, mas comparando a minha estimativa da época do seu nascimento com o que ele diz em um lugar das suas obras, de estar cativo em Argel no ano de 1577, determino-me muito pelo espaço entre fins de 1575 e princípios de 1577, o que vem a dar no ano de 1576, pouco mais ou menos. Nascendo como presumo, por 1555, cumpria Manoel de Souza no dito espaço de tempo vinte ou vinte e um anos, e quando mais entrava nos vinte e dois, e é muito pouco provável que antes dos vinte anos tivesse concluído, principalmente se estudou em Coimbra, a sua primeira educação, e que seus superiores lhe permitissem sair da casa paterna e do reino, e ir militar em regiões estranhas.<sup>117</sup>

Comparando a data de nascimento do letrado em 1555 (data adquirida por outra conjectura) e o que o homenageado “diz” em uma obra de estar cativo em Argel em 1577, o autor determina que a data de alistamento seria entre os anos de 1575 e 1577, “pouco mais ou menos de 1576”. Segundo o autor, que usa um argumento baseado na experiência, antes do ano de 1575 o letrado seria muito jovem para ter terminado sua primeira instrução na Universidade de Coimbra e para sair da casa paterna e do reino para militar em outras regiões.

<sup>116</sup> LOBO, Francisco Alexandre. *Op. cit.*, 1823, p. 8-9.

<sup>117</sup> LOBO, Francisco Alexandre. *Op. cit.*, 1823, p. 17-18.

A credibilidade dos argumentos utilizados resultava da eleição de algumas autoridades que eram validadas pela proximidade com o objeto, como testemunhos próprios, testemunhos de terceiros que conviveram com o sujeito em questão e eram considerados “testemunha ocular, e de grande peso e autoridade”, além de testemunhos escritos oficiais, entre os quais se validava aquele que tinha maior proximidade com os acontecimentos. O uso da conjectura na Academia Real das Ciências, somente usada quando as fontes faltavam, não sendo recurso valorizado, apesar de muito utilizado, demonstra um outro uso de argumentação retórica no texto historiográfico. A argumentação, vista no segundo capítulo como uma “razão” ou “pensamento” que gera a “prova”, servia como ferramenta para construir as chamadas provas artificiais, as provas construídas pelo orador, entre as quais se incluíam também os “sinais e conjecturas”. A conjectura, segundo o retor Jerônimo Soares, era um procedimento de averiguação utilizado quando “havia dúvida sobre um fato”, e se fundava na análise de indícios.<sup>118</sup> Como vimos, as memórias históricas serviam para narrar a vida dos personagens históricos por meio de “fontes autênticas” e como ferramenta para refutar opiniões controversas e provar determinados fatos. A análise crítica por meio da reunião, da comparação e do exame de diversos documentos, além do uso de conjecturas, demonstra que o conhecimento histórico se validava não somente pelo manejo da fonte empírica, mas também nascia em meio uma disputa, na qual a “verdade” emergia através de argumentação. Com base no uso de conjecturas podemos caracterizar a escrita histórica das biografias também como “disputa”, apropriando-nos do modo como Fernando Nicolazzi caracterizou a historiografia acadêmica luso-brasileira do século XVIII. Segundo o autor, a intenção de verdade expressa nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1723-1724), se situava enquanto procedimento de produção da verdade sobre temas em “disputa”, que para se instituírem como “verdadeiros” passaram a ser vinculados ao campo da retórica e da persuasão.<sup>119</sup> Segundo o Nicolazzi:

As dissertações acadêmicas dos Esquecidos, ecoando uma tradição que remonta à própria Academia Real da História Portuguesa, trazem a particularidade, pelo menos para o contexto brasílico, de se constituírem como elementos próprios de uma disputa discursiva em que duas partes ou proposições são colocadas em paralelo para que, do confronto instaurado entre elas, sobressaia o enunciado tido pelo autor da dissertação como o mais adequado ou mesmo como o mais condizente com a verdade histórica dos fatos.<sup>120</sup>

---

<sup>118</sup> BARBOSA, Jerônimo Soares. QUINTILIANO, M. F. *Op. cit.*, 1836a, p. 68.

<sup>119</sup> NICOLAZZI, Fernando. “Entre letras & armas, a história como disputa: considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, p. 40-51, maio, 2010, p. 45.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 51.

A incorporação de argumentação conjectural na atividade historiadora para sanar as “dúvidas”, revela que o conhecimento histórico nas biografias ainda necessitava fortemente da retórica, se aproximando também da dialética.<sup>121</sup> A dialética, entendida como “parte da filosofia que ensina a argumentar” e capaz de rebaixar a segundo plano as demais partes do discurso, compartilhava com a retórica a mesma *inventio*, ou seja, o mesmo caminho na “descoberta” dos argumentos.<sup>122</sup> Com isso, como destacado por Pedro Telles da Silveira, a lógica, a argumentação, a dialética e a retórica formavam um contínuo no interior de uma mesma área de conhecimento, que unificava a argumentação e demonstração.<sup>123</sup> Retórica e erudição, ao invés de se excluírem, possuíam laços estreitos na elaboração do conhecimento histórico, uma vez que a erudição também utilizava o arcabouço argumentativo da retórica para constituir sua validade. Essa aproximação entre retórica e erudição, também observada por Pedro Telles na Academia dos Esquecidos, avizinha nosso trabalho de sua análise. Contudo, nos distanciamos de suas conclusões quanto a intensidade da relação entre retórica e erudição, quando pensada na confecção das biografias da Academia Real das Ciências no início do século XIX. Segundo Telles, as fontes materiais utilizadas pelos Esquecidos não eram consideradas fontes no sentido moderno, como informações que determinavam a fidedignidade do texto histórico. Para o autor, nas dissertações e nas memórias históricas da Academia dos Esquecidos, os procedimentos da crítica, utilizados para resolver as dúvidas, se situavam mais no campo da argumentação do que do manejo de evidências históricas.<sup>124</sup> De nossa parte, consideramos que nas biografias da Academia Real das Ciências a relação entre crítica e argumentação era menos intensa do que na Academia dos Esquecidos. Como visto, a conjectura era o último recurso que os historiadores eram “forçados” a utilizar para resolver as dúvidas, sendo o documento autêntico a principal autoridade. A *fides* histórica, desse modo, era determinada tanto pelo manejo de evidências empíricas, submetidas ao crivo da crítica, quanto pela elaboração de diversos argumentos, quando havia a ausência ou abundância de informações e documentos.

---

<sup>121</sup> A primeira frase de Aristóteles em sua Retórica é: “A retórica é outra face da dialética, pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. De fato, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar.” ARISTÓTELES. *Retórica. Op. cit.*, 2005, p. 89.

<sup>122</sup> SILVEIRA, Pedro Telles da. *Op. cit.*, 2012, p. 165-166.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p.166.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p.164-168.

### 3.5. Experiência coletiva e os conceitos de história na escrita biográfica

Um dos ramos mais proveitosos e respeitáveis da literatura é, sem contradição alguma, a história, que tendo por norte a verdade, a instrução é o fim a que se dirige toda a soma dos acontecimentos físicos e morais que formam a sua extensão. Tudo quanto produz a natureza, fenômenos e revoluções celestes, acontecimentos bélicos e civis, progressos do entendimento humano, artes, ciências, leis, costumes, estabelecimentos e ruínas de impérios e cidades, comércio, navegação, descobrimentos, tudo enfim entra no plano de sua narração.<sup>125</sup>

As palavras iniciais da obra *Comparação da História de D. João de Castro por Jacinto Freire de Andrade e da Vida de D. Paulo de Lima por Diogo de Couto*, vencedora do prêmio acadêmico do ano de 1794, demonstra o alargamento que conceito de história passaria a ter na Academia Real das Ciências de Lisboa. Escrita por D. Francisco de S. Luiz, a obra desenvolveria um conceito de história que, ainda ligada à retórica, objetivava a “verdade” e uma ideia de instrução não mais circunscrita à história dos personagens ilustres. Quanto ao devir histórico, o sócio da Academia parece entendê-lo como uma complexa sucessão de eventos ligados entre si “pelas suas causas, efeitos e relações” que o historiador deveria relatar com fidelidade.<sup>126</sup> Essa concepção de história estava muito próxima da noção de história concebida pelo *Projeto de uma história civil da monarquia portuguesa* do sócio Caetano de Amaral, apresentado na assembleia de 19 de julho de 1780. Esse *Projeto* e o *Plano*, apresentados por Amaral, demarcavam o desenvolvimento dos estudos históricos para o conhecimento das condições de desenvolvimento do reino.<sup>127</sup> Segundo a autora Taíse Silva, a reflexão do acadêmico Amaral se configura como um fato importante na genealogia da percepção historiológica e historiográfica setecentista. Na reflexão do sócio, o deslocamento da *historia magistra vitae*, comum nas narrativas históricas, para a identificação de uma experiência histórica coletiva em que se descortinava a história filosófica de Portugal, ganha dimensões bem claras.<sup>128</sup> O objetivo de Amaral era uma narrativa histórica que retratasse as virtudes e os vícios do reino, narrando o que movia as ações dos homens e o amálgama cultural que os mantivera unidos como “povo”. A história, segundo Caetano Amaral, apenas

<sup>125</sup> S. LUIZ, D. Francisco de. “Comparação da História de D. João de Castro por Jacinto Freire de Andrade e da Vida de D. Paulo de Lima por Diogo de Couto”. In: *Obras completas do Cardeal de Saraiva*. Tomo X. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883, p. 5.

<sup>126</sup> RAMOS, Luiz A. de Oliveira. “Concepções sobre a História – Segunda metade do Século XVIII”. *Revista de História*, Porto, v. 12, p. 245-256, 1993, p. 249.

<sup>127</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 159.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 159-160.

seria fiel à narrativa da monarquia portuguesa se narrasse não somente a história da nobreza, mas a de todos aqueles que formavam a nação. O projeto de história do letrado ambicionava apresentar os vínculos que levariam o reino à glória ou à decadência. Para isso, o conhecimento dos costumes, das instituições e das leis seriam fundamentais para descortinar os movimentos da história. Na análise do projeto de história de Amaral, a autora Taíse Silva destaca:

A história que Amaral projetou escrever ambicionava apresentar as conexões que levariam Portugal ao engrandecimento ou à decadência. Para o letrado, os costumes, as instituições e as leis exemplificavam aquilo que, antes do “tumulto das armas”, alimentava os movimentos da história. Procurava escrever uma história que, igualmente, não buscasse apenas nas leis escritas a ideia de justiça, mas na constituição social da justiça, que também conferia às leis usos específicos. Segundo o autor, a legislação e os costumes formavam mais do que elementos distintos de um processo comum e, por isso, era possível analisá-los como aspectos que atuavam em recíproca colaboração, pois a sociedade civil, da qual emanaria o “gênio” do povo, constituía a história completa da monarquia portuguesa.<sup>129</sup>

Assim, o desenvolvimento de uma narrativa histórica que contemplasse a formação da sociedade civil descortinaria o “gênio” do povo português. Esse projeto de história que se ampliava na quantidade de temas e objetos, também previa uma ampliação do número de leitores. Embora o plano de escrita da história de Amaral tenha permanecido circunscrito aos letrados da Academia, nele o autor idealizou um grupo maior de leitores do que o almejado na historiografia ligada à nobreza e à realeza.<sup>130</sup> O sócio objetivava escrever uma história que, ao apresentar o “retrato” da sociedade civil, pretendia interessá-la, formando, portanto, o seu público leitor. Esses novos leitores, se beneficiariam da narrativa da história conforme a posição por eles ocupada na sociedade. O uso da noção de “classe de pessoas”, pelo autor, demonstrava quem, na sociedade estamental, passaria a formar o seu público leitor. Defendendo uma história para todos que participassem da sociogênese do Estado, Amaral ambicionava escrever uma narrativa para conhecer a dinâmica social portuguesa.<sup>131</sup> Sendo considerado o precursor da história social portuguesa, seu objetivo maior era o de ilustrar a formação do povo português:

Cada uma das classes de pessoas que formam a sociedade civil tirará daqui o que mais lhe convém. Aqui verá o Legislador bem às claras o gênio, e índole do seu Povo, as paixões que o tem dominado; os efeitos, que nele tem produzido este, ou aquele gênero de Legislação; e verá por consequência abrir-se-lhe diante dos passos a estrada, porque caminhar. Aqui virá o Jurisconsulto, e o Juiz descobrir a ocasião, que deu causa a muitas leis; o verdadeiro motivo, que fez nascer outras: aqui virá buscar a chave com que abra o errado espírito destas; o escondido, e aferrolhado sentido daquelas, e se achará com a verdadeira arte da interpretação legal, que nunca pode dever ao insano trabalho de revolver volumes de interpretações, cerebrinas

---

<sup>129</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>130</sup> *Ibidem*, p. 162-163.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 162.

fontes copiosas de erros. O Magistrado encarregado da Fazenda, ou da Polícia, aqui achará luz, que lhe mostre as sólidas bases, sobre que se devem fundar estas duas colunas da felicidade do Estado; verá um os meios, que este País dentro de si tem para este crescimento e os embaraços que, em cada idade lhe tem impedido ou retardado. O outro verá tão bem como o estado da nossa fortuna caminhou sempre de par com a da nossa polícia; verá os tristes males que a barbaridade e a ignorância semearam entre nós nos tempos de trevas; e verá como a cultura das letras e a polidez dos costumes, que se lhe seguiu, os foi arrancando e substituindo-lhe viçosas plantas e bens, que felicitaram a Monarquia. Verão finalmente todos como em vistoso painel o agradável espetáculo da formação inteira de uma Monarquia, verá este povo Português aqui surgindo d'entre o confuso caos de incultas gentes, ali crescendo já por meio dos obstáculos, que vão dissipando e, por fim, chegando a uma alteza de poder e de glória que faz a admiração e a inveja dos estranhos.<sup>132</sup>

Em concordância com o projeto de Amaral, o Abade Correia da Serra, em seu “Discurso preliminar”, também alargaria a importância da história como instrumento de instrução do caráter da nação portuguesa e não somente da elite:

A História de Portugal não é para nós um estudo indiferente ou de mera curiosidade. Os efeitos de nossos maiores tiveram consequências tais para o gênero humano que até aos mesmos estranhos interessa conhecê-los. Mas ainda quando a nossa história nos não distinguisse do vulgo das nações, fora sempre para nós uma instrução necessária. As leis que nos governam, as classes de pessoas em que a nação é dividida, os foros, privilégios, e obrigações de cada um de nós, a natureza dos bens que possuímos, a forma de administração pública, os usos que seguimos, a língua que falamos, são tudo consequências de sucessos passados e neles somente podemos achar o conhecimento da sua origem, e a explicação da sua natureza. Se a glória nos não movesse a estudá-los, a necessidade nos obrigara.<sup>133</sup>

Essa defesa de uma história que abarcasse os diversos aspectos da cultura portuguesa, referenciados por Correia da Serra, seria desenvolvida pelo sócio Antônio Caetano de Amaral com seu *Projeto de uma história civil da monarquia portuguesa*. Com seu Plano, autor pretendia oferecer aos portugueses um “espelho” a partir do qual “pudessem mirar a si próprios”, atrelando o caráter identitário dos acontecimentos do reino ao seu reconhecimento como povo.<sup>134</sup> A história a ser escrita devia retratar as virtudes e os vícios do reino sem retomar as histórias épicas de fatos gloriosos, feitos militares, conquistas e navegações. O necessário era ilustrar o que movia os homens em suas ações e o “gênio” que os mantivera unidos como “povo”. Essa noção de história civil permitiria a elaboração de uma narrativa histórica que cobriria não apenas as vidas de reis, da nobreza e as intrigas cortesãs, mas que incorporasse diversos aspectos da história, que, reunidos, formariam a totalidade da história do reino.<sup>135</sup> Esse projeto transformaria a concepção de história da Academia Real em algo

<sup>132</sup> *Projeto de uma história civil da monarquia portuguesa, apresentado na Academia das Ciências, na Assembleia de 19 de julho de 1780*. AMARAL, Antônio Caetano do *apud* SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 162.

<sup>133</sup> SERRA, Abade Correia da. “Discurso Preliminar”. *Op. cit.*, 1790, p. VII- VIII.

<sup>134</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 160.

<sup>135</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 247.

próximo ao que o historiador Reinhart Koselleck chamou de “coletivo singular”.<sup>136</sup> As mudanças se formariam através do redimensionamento dos conceitos de “povo”, “nação” e “história” empregados nos trabalhos históricos dos acadêmicos da associação. A “história” deixava de ser um conjunto de narrativas isoladas de exemplos que serviam moralmente, para expressar partes de um processo histórico que formaria determinado “povo” e determinada “nação”.<sup>137</sup>

As pretensões de Amaral demonstraram que as expectativas da Academia Real quanto à escrita da história ultrapassavam a simples análise de fontes documentais. Contudo, o projeto de uma narrativa histórica que extrapolava o topos ciceroniano da história como mestra da vida, para abarcar uma história mais geral da sociedade seria protelado diversas vezes. Ainda no ano de 1815, o sócio José Bonifácio de Andrada destacaria em seu discurso a necessidade de elaboração da “História filosófica de Portugal” semelhante às obras históricas de Gibbon e Hume:

Grande louvor por certo merecerá a Academia, subministrando aos Doutos tantos e tão novos socorros matérias a bem da História Portuguesa, que ainda precisa muito de notícias exatas e importantes. Com estas poderemos ter um dia quem com Crítica apurada, arte e bom gosto nos dê um corpo de História pragmática e filosófica, que, é preciso confessar, ainda nos falta. Cumpre esperar que virá tempo em que tenhamos os nossos Gibbons, e os nossos Humes.<sup>138</sup>

Em seu discurso, Bonifácio aponta também a importância dessa História filosófica para a sociedade:

Mas talvez que algum desses homens azedos, desses Filósofos cáusticos, ouse dizer que entre todos os conhecimentos humanos é a História o de menor valia, porque só nos ensina o que todos sabem, isto é, que os homens sempre foram, e hão de ser, mais ou menos imbecis, ou viciosos, mais ou menos enganados, ou enganadores. Embora seja assim, e concedamos-lhes de barato tamanhos paradoxos: quem, porém não quererá saber as causas por que o tem sido? Mas convém saber também o que os homens têm feito neste mundo de útil e de bom pois é inegável que o tem feito: convém saber os progressos do espírito humano, as vicissitudes por onde passaram as Ciências e as Artes que nos felicitam, ou deleitam, e a sorte das Nações e dos Estados. Cumpre ver o crime detestado, e às vezes punido, a virtude estimada, e às vezes premiada: cumpre em fim ver os homens sem máscara, e sem hipocrisia, comparecerem em próprio vulto, com as faltas e fraquezas que cobria a sagacidade da ambição, perante o tribunal terrível da Verdade. O homem de Letras, que munido de todos os subsídios, e alumiado pela crítica, empreender colher palmas nesta carreira, há de saber julgar, e avaliar os homens, tais quais foram; há de mapear, para

<sup>136</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*.

Rio de Janeiro: Contaponto/ Educ, 2006, p. 41-60.

<sup>137</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 247.

<sup>138</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. “Discurso contendo a história da Academia Real das Ciências, desde 25 de junho de 1814 até 24 de junho de 1815”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1816, p. XV-XVI.

dizer assim, seus vícios e virtudes, e entregar o quadro ao tribunal da Razão, para que o possa essa julgar sem ódio e sem lisonja.<sup>139</sup>

Na perspectiva de José Bonifácio, a história filosófica de Portugal serviria para conhecer os progressos do espírito humano e as causas que faziam os homens a se comportarem desta ou daquela maneira. Serviria também para conhecer os progressos nas ciências e nas artes, e de como estes influenciavam na “sorte das nações e Estados”. Contra o ceticismo dos “filósofos cáusticos”, Bonifácio defende que a história poderia revelar que os homens e a sociedade progrediam. Embora mantendo expectativas tradicionais, como a noção de história que fornece exemplos edificantes com “virtude premiada” e “vício punido”, o letrado advoga em favor de uma história imparcial que permitiria ver os “homens sem máscara”.<sup>140</sup> Aos historiadores, cabia a tarefa de entregar ao “tribunal da razão” um quadro dos vícios e virtudes “sem ódio e sem lisonja” da história dos homens. As expectativas de Bonifácio fundavam-se no plano de história de Amaral, que objetivava compreender a formação do “gênio” do povo português, em uma narrativa que demonstrasse como Portugal progrediu da “barbárie” e da “ignorância” ao estabelecimento da “polidez dos costumes” e da “cultura das letras”. Esse projeto de história filosófica somente se confirmaria no ano de 1827, quando a Academia solicitou em seu *Programa* uma *História filosófica do reinado de algum dos Senhores Reis de Portugal, comprovada com documentos autênticos*. A obra, por sua vez, nunca seria escrita por aquela geração.<sup>141</sup>

A busca pelas “causas dos progressos e regressos” e pelo “gênio” português em uma concepção de história como experiência coletiva, desencadearia uma nova relação com os escritos biográficos. No *Elogio de Martinho de Mello e Castro*, Francisco de Borja Garção Stockler destaca novas funções para o gênero Elogio:

Os Elogios Acadêmicos não têm por fim a adulação, nem mesmo o louvor das pessoas, cujos nomes devem transmitir à posteridade: monumentos para a história dos progressos do espírito humano, e tendo como tais unicamente por objeto fixar, quanto é possível, o grau de reconhecimento, que as gerações futuras devem tributar à memória dos homens que cultivaram as letras, e dos homens que as protegeram.<sup>142</sup>

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. XVI.

<sup>140</sup> Essa discussão também foi feita no trabalho do pesquisador Valdeci Lopes de Araújo. Ver: ARAUJO, Valdeci Lopes. *A experiência do tempo: Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003, p. 58.

<sup>141</sup> A morte do seu principal idealizador, Antônio Caetano do Amaral, em 1819, e o reconhecimento da dificuldade da empresa seriam os fatores que teriam contribuído para a não finalização do projeto pela primeira geração da Academia. A “História de Portugal” somente seria escrita pela geração que sucedeu a Amaral, que teve como principal nome Alexandre Herculano (1810-1877). SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 157-171.

<sup>142</sup> STOCKLER, Francisco de Borja Garção. “Elogio de Martinho de Mello e Castro”. In: *Obras Completas de Francisco de Borja Garção Stockler*. Tomo I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1805, p. 250.

Segundo Borja, o Elogio acadêmico servia como “monumento” pertencente à história, tendo como objetivo fixar o “grau de reconhecimento” dos homens que cultivaram e protegeram as letras. A mudança do caráter do Elogio acadêmico não mudaria a sua finalidade enaltecadora, porém, na perspectiva do autor, o Elogio deixava de ser a expressão de uma história particular, para se tornar um “monumento” por meio do qual seria possível conhecer parte da História do “espírito humano”. A ênfase na compreensão dos “progressos do espírito humano” permitiria ao autor, anos mais tarde, dar outro sentido ao uso das biografias no ensino de História Literária:

Semelhanamente o professor de história literária terá menos em vista dar a conhecer os nomes e o mérito dos homens célebres pelos seus conhecimentos e sublimidades de concepções, que mais têm contribuído para o progresso das Ciências e Artes, do que indicar qual tem sido em todos os tempos a marcha do espírito humano no seu sucessivo desenvolvimento, de maneira que a História Literária seja não tanto a história individual dos homens Sábios, como a História do espírito humano, para o que deverá indicar, e fazer conhecer quanto é possível a força e a eficácia das causas, que em todas as épocas mais notáveis da cultura das ciências e artes tem concorrido para acelerar ou retardar consideravelmente os seus progressos.<sup>143</sup>

Na perspectiva de Borja, o ensino de História Literária não deveria ser feito “tanto” pelo conhecimento dos “nomes e méritos” dos homens sábios, mas pela ênfase na compreensão dos movimentos da história. O conhecimento da história literária, por meio das biografias, deveria priorizar a “força” e a “eficácia” das causas que faziam ou o retardamento ou a aceleração do sucessivo progresso da cultura das ciências e artes, e não somente a história individual dos sábios. Borja acrescentaria às funções da biografia a possibilidade de ajudar a compreender “a marcha do espírito” em seus progressos e retardamentos. O “espírito humano” era considerado a expressão do caráter ou a natureza do homem, tendo a história e a filosofia o objetivo de “descortiná-la”. Na Academia, o conhecimento da “natureza humana” seria também objeto nos escritos biográficos. No Elogio da rainha D. Maria I, José Bonifácio destaca:

O filósofo, que estuda o coração humano, aproveita estas nobres disposições da natureza; e procura desenvolver com a eloquência da palavra, o gérmen precioso das virtudes, que a Divindade encerrou em nossos peitos. Eis aqui os frutos que produzem os Elogios, quando sabem retratar com verdade, e energia, o caráter dos heróis.<sup>144</sup>

Segundo José Bonifácio, os Elogios eram centrais na compreensão do “coração humano” do herói. A filosofia forneceria ao historiador o saber necessário sobre a “natureza

<sup>143</sup> *Idem*. “Projeto sobre o modo de organizar e estabelecer a Instrução Pública no Reino do Brasil”. In: *Obras Completas de Francisco de Borja Garção Stockler*. Tomo II. Lisboa: Tipografia Silviana, 1826, p. 290-291.

<sup>144</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira*. *Op. cit.*, p. 7-8.

do homem”, que o habilitasse a avaliar as ações, e conhecimento do coração humano, para explorar as ações edificantes e desenvolver o “gérmen precioso das virtudes”. A metáfora do gérmen estaria vinculada a ideia da existência de princípios/virtudes constantes que estariam presentes na humanidade e a transformava de tempos em tempos. Bonifácio parte da crença de que a relação entre história e filosofia poderiam captar e desenvolver o caráter dos homens e assim permitir uma narrativa exata e verdadeira. De modo geral, na concepção de história da Academia, ao mesmo tempo em que o estudo do passado apontaria as causas dos progressos e decadências do reino, também servia na edificação de “retratos” *sine ira et studio* das personalidades históricas a serem julgadas, condenadas ou imitadas.<sup>145</sup>

A reexame do passado feita pela Academia objetivava uma narrativa histórica pragmática e filosófica que pudesse explicitar o “gênio” português, ou seja, identificar a direção do progresso que se esconde por detrás dos acontecimentos históricos. Essas discussões estavam bem próximas dos objetivos de Voltaire e Montesquieu em suas reflexões históricas. Sobre a concepção de história de Voltaire, Ernest Cassirer destaca:

A intenção de Voltaire, efetivamente, consiste em elevar a história acima do “demasiado humano”, do contingente, do singular absoluto. Não é sua intenção retratar o individual e o ocasional, mas o “espírito dos tempos” e o “espírito das nações”. Não se interessa pela simples sequência de acontecimentos, mas pelo progresso da cultura e pela organização interna dos seus diversos elementos.<sup>146</sup>

Segundo Cassirer, o objetivo de Voltaire era realizar um tipo de história que reduziria os fatos a leis presentes na natureza humana.<sup>147</sup> Para Voltaire, o verdadeiro objeto da história era a história do espírito, não o detalhe dos acontecimentos:

Em vez dessa enorme acumulação de fatos, em que um jamais deixa de contradizer o outro, dever-se-ia reter somente os mais importantes e os mais seguros a fim de colocar um fio condutor na mão do leitor e para que ele fique em situação de formar um juízo acerca da ruína, renascença e progressos do espírito humano, e desse modo aprenda a conhecer o caráter e os costumes dos diversos povos.<sup>148</sup>

Na perspectiva de Cassirer, com Voltaire, o centro de gravidade da história seria deslocado segundo a intenção metodológica consciente da história política para a história do espírito. Esse aspecto seria o traço que distinguiu a noção de “espírito” de Voltaire e de Montesquieu. Para Montesquieu, a vida política continuava sendo o centro do mundo histórico, sendo o Estado o verdadeiro sujeito, até único da história universal. No *Espírito das*

<sup>145</sup> ARAUJO, Valdei Lopes. *Op. cit.*, 2003, p. 59-60.

<sup>146</sup> CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Tradução: Álvaro Cabral. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992, p. 290.

<sup>147</sup> *Ibidem*, p. 290.

<sup>148</sup> VOLTAIRE *apud* CASSIRER, Ernst. *Op. cit.*, 1992, p. 291.

*Leis* o espírito da história coincidia com o espírito das leis. Para Voltaire, o conceito de espírito englobava toda a vida interior, todo o conjunto de transformações a que a humanidade deve submeter-se antes de alcançar o conhecimento e a autoconsciência. A tarefa primordial do *Ensaio Sobre os Costumes* era compreender a lenta marcha da humanidade em direção a esses objetivos. Para isso era necessário a história da religião, da ciência, da arte e da filosofia para encontrar todas as fases particulares que o espírito teve de percorrer.<sup>149</sup> De modo geral, Voltaire, Montesquieu e David Hume, embora reconheçam a diversidade de sociedades e estejam conscientes da existência de um devir histórico, acreditavam na universalidade e permanência de “princípios constantes e universais da natureza humana”.<sup>150</sup>

Embora os sócios da Academia Real das Ciências não teorizassem conceitos de “espírito humano”, percebemos grande aproximação com as reflexões de Voltaire e Montesquieu em seus usos e referências. Se, de um lado, havia uma aproximação com a noção de “espírito” de Voltaire, na ênfase sobre o conhecimento das leis que regiam a “natureza do homem”, os “princípios de sua organização”, além do entendimento das “ruínas” e “progressos” do espírito, por outro, também se aproximava de Montesquieu. Na Academia, os estudos históricos no âmbito do Direito Pátrio objetivam indicar, através das leis, as marchas de decadência ou do progresso do reino.<sup>151</sup>

A incorporação de novos problemas sobre a natureza, as causas da decadência e do progresso do reino na atividade historiadora presente tanto no plano de uma história filosófica, como na própria escrita biográfica, permitiria uma confluência entre os dois modos de escrita da história. Em seu “Discurso Histórico” do ano de 1818, o sócio José Bonifácio destacaria a necessidade de novos documentos e manuscritos para a realização da narrativa histórica que serviria para apreciar os progressos do reino de Portugal nas Letras e na civilização. Segundo o sócio, a história das ciências e das artes não poderia ser perfeita sem o conhecimento da história política, civil e econômica de qualquer Nação: “a civilização e a

---

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 292.

<sup>150</sup> BARROS, José Costa D’Assunção. “Voltaire: Considerações sobre sua historiografia e filosofia da história”. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, ano 3, n. 7, p. 7-36, jun., 2012, p. 33-35.

<sup>151</sup> Segundo a pesquisadora Taíse Silva: “Na Academia Real das Ciências de Lisboa, a investigação histórica teve, por sua vez, grande obra a servir-lhe de modelo. O livro *O espírito das Leis* do Barão Charles de Secondat Montesquieu (1689-1755), publicada em francês em 1748 e sem tradução para o português pelo menos até o final daquele século, constituiu destacada fonte de orientação na compreensão portuguesa sobre as relações entre o direito e a história do reino. De modo análogo ao expresso pelo filósofo francês, a investigação ilustrada do direito de Portugal procurou nas leis autênticas estabelecidas no reino a expressão maior do governo português. Isso representou uma convicção partilhada entre os letrados da Academia Real das Ciências de Lisboa que, de posse do novo sistema de leis, pretendiam antever um horizonte político determinado.” SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 147-148.

literatura são filhas gêmeas de uma só mãe. A primeira como primogênita facilitou o nascimento da segunda, e ambas já medradas vivem inseparáveis e morrem juntamente.”<sup>152</sup>

Na defesa da confluência dos variados aspectos da cultura portuguesa para a composição da “história completa e verdadeira” de Portugal, Bonifácio destacaria que:

[...] Somente com o pleno conhecimento dos Diplomas e notícias antigas e modernas de todo o gênero, é que poderemos traçar as causas, que animaram e desenvolveram, ou que abateram e diminuíram a nossa prosperidade política e literária. Mas não basta recolher aqueles documentos manuscritos, que dizem imediatamente respeito às ações e acontecimentos políticos e civis dos portugueses, devemos também coligir e ponderar as notícias biográficas, que nos pintam o caráter particular dos grandes homens de cada século, pois cada um deles, nascendo em tempo próprio influem muito na sorte dos Estados e até na felicidade geral da nossa espécie. Cumpre também não desprezar a história das nações vizinhas, mais ou menos poderosas e alumiadas, cumpre estudar as guerras mais famosas, sendo que estas produzem muitas e muitas vezes revoluções súbitas nos Impérios e nações. Cumpre por fim saber a fundo a história das invenções e descobrimentos do espírito humano, que tanto tem concorrido para o aumento do comércio e navegação, e para a indústria geral e particular dos europeus [...].<sup>153</sup>

Segundo Bonifácio, para descobrir as causas que “animaram” ou “abateram” a prosperidade política e literária era necessário a reunião de fontes e notícias de “todo o gênero”. Desse modo, assim como os aspectos históricos políticos, civis, a história das outras nações, guerras, comércio, navegação e indústria eram importantes, a biografia era essencial na escrita da história de Portugal, uma vez que ela poderia “pintar” o “caráter individual” dos grandes homens “de cada século”, que por sua vez influenciavam na “sorte dos Estados” e na “felicidade” da espécie. Essa opinião de Bonifácio, de que o destino dos grandes homens permitia compreender as escolhas de uma nação, era largamente compartilhada no século XVIII. Para David Hume, por exemplo, a personalidade de Carlos I tinha sido fatal para a causa Absolutismo na Inglaterra. Voltaire, em suas narrativas históricas sobre Luiz XIV, Carlos XII da Suécia e outros “grandes homens” acreditava que as “grandes inteligências” permitiam reconhecer as surpresas da história.<sup>154</sup> Essa posição de Voltaire estaria no cerne da substituição do “herói militar” pela figura do “grande homem”, a partir das mutações na concepção heroísmo da Ilustração, já analisada nos capítulos anteriores. Para o letrado francês: “o herói dos campos de batalha prejudica a sociedade, ao passo que o grande homem

<sup>152</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. “Discurso histórico recitado na sessão pública de 24 de junho de 1818”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VI. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1819, p. VI.

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. VI.

<sup>154</sup> LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998, p. 229-230.

enriquece com suas obras”.<sup>155</sup> Assim, os grandes homens não são concebidos como fruto do espírito de uma determinada época, mas produtores de tal espírito, uma vez que suas ações concedem a tal contexto o seu caráter de progresso.<sup>156</sup> Em Voltaire, o rei Luís XIV e Pedro, o Grande, por exemplo, seriam agentes civilizadores de sua época. Para o letrado, eles se tornaram grandes para a história porque tiveram sucesso em realizar em si mesmos a sintonia do “espírito de um povo” com o “espírito de uma época”, e em conduzir suas sociedades para um grau civilizacional mais alto.<sup>157</sup> Nas biografias da Academia isso seria bem evidente. Entendia-se que os trabalhos políticos, literários e científicos dos homens das letras contribuíam para o “progresso da sociedade”. Nesse sentido, o conceito de história desenvolvido pela Academia, que valorizava a exigência explicativa das causas do progresso e da decadência do reino, ainda admitia referências de ações individuais, embora relegadas à um segundo plano. Nota-se, a partir de então, que não havia problema de articulação entre a biografia e a história do reino, uma vez que os ilustrados consideravam que por meio dos diversos gêneros narrativos reunidos seria possível conhecer os movimentos do “espírito humano” na história. Na Academia, a ênfase entre progresso e história permitiu a temporalização das experiências passadas, transformando a história em experiência histórica em si:

A História de cada povo parece-se com a vida dos indivíduos, por serem uma e outra séries de ações, motivadas por modos de ver, de discorrer, e de desejar, que lhes têm sido próprios e habituais. Os erros em ambas produzem erros, e os acertos seguem-se aos acertos.<sup>158</sup>

De modo geral, as notícias biográficas serviam como “monumentos” que forneciam parte da história do reino, porque capitavam parte da experiência histórica efetiva. A história, era uma “série de ações” motivadas por modos de “ver”, “discorrer” e “desejar”, que produziam “erros” ou “acertos”, e não somente a narrativa que dava inteligibilidade ao passado. A partir disso, entendia-se que as diversas biografias reunidas, conjuntamente com os aspectos políticos, civis e econômicos formavam a história do reino, e, junto da história das outras nações, descortinavam a própria experiência coletiva: a história da humanidade. Assim,

<sup>155</sup> FABRE, Daniel. “L’atelier des héros”. In: CENTILIVRES, Pierre. et al. *La fabrique des héros*. Paris: Éditions de la Mason des sciences de l’homme, 1999. Disponível em: <<https://books.openedition.org/editionsmslh/3993>> Acesso em: 20 set 2017.

<sup>156</sup> BARROS, José Costa D’Assunção. *Op. cit.*, p. 28. Ver também: FERREIRA, Caio Moraes. *Uma história do espírito: considerações sobre O Século de Luís XIV e o pensamento histórico de Voltaire*. 2013. 161p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p. 69-76.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>158</sup> SERRA, Abade Correia da. “Discurso preliminar”. In: *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da agricultura das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1789, p. IX.

a biografia ilustre, que embora passasse a concorrer com outros gêneros e temáticas históricas, não seria excluída no plano da história da Academia. Como afirmou o sócio Francisco Villela Barbosa: “a história do mundo sem a história dos Sábios, é a estátua de Polifemo, a quem se arrancara o único olho.”<sup>159</sup>

Do que fica exposto, podemos fazer um balanço dos diversos conceitos de história expressas pela atividade de escrever biografias na Academia Real das Ciências de Lisboa. Entre os letrados luso-brasileiros do final do século XVIII e início do século XIX, os diferentes usos da palavra história, ora com letra minúscula, hora com letra maiúscula revelam a amplitude de usos e sentidos. Por meio de nossa análise, podemos conceituar história, em primeiro momento, como gênero literário que conferia compreensibilidade aos acontecimentos. Nessa acepção tradicional, a história servia como memória, tanto dos acontecimentos “notáveis” dos homens das letras, quanto dos “progressos do reino”. Nas biografias da Academia, o objetivo dessa memória era ser entregue ao “tribunal da posteridade”. A história, enquanto gênero literário, era entendida como uma técnica, ou arte, que submetia a representação do passado a uma série de autoridades clássicas e contemporâneas que objetivavam a persuasão e o ensino. O respeito a essas regras era o que permitia a legitimidade da narrativa entre as outras formas de história.

De outro modo, podemos conceituar história como condição de possibilidade do conhecimento sobre o passado, uma vez que se prestava a uma atividade submetida ao empirismo assimilado das ciências naturais. A história (e suas ciências auxiliares), a partir das biografias, era entendida como um conhecimento ou procedimento que poderia “retirar do esquecimento” uma série de acontecimentos que estavam “sepultados na obscuridade”. Esse sentido científico de história, baseado nos conhecimentos da Diplomática e da Paleografia na análise empírica dos “documentos autênticos” permitia, por exemplo, ao sócio Manoel José Maria da Costa e Sá chamar os Elogios históricos de composição “literário-científica”.<sup>160</sup> Literária porque seguia as prescrições dos gêneros retóricos para a composição narrativa. Científica porque também era um procedimento que permitia conhecer o passado através dos “vestígios” examinados empiricamente. Por sua vez, o conceito científico de história,

<sup>159</sup> BARBOSA, Francisco Villela. “Discurso histórico recitado na Sessão pública de 24 de junho de 1821”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII. Parte I. Lisboa: Na Tipografia da mesma Academia, 1823, p. X.

<sup>160</sup> SÁ, Manuel José Maria da Costa e. “Elogio histórico de Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de Magalhães”. In *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IX. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa. 1825, p. LXVIII.

propagado na escrita biográfica e nas outras produções históricas da associação, não gerou a autonomização do campo historiográfico nem a sua constituição como disciplina. A reflexão historiográfica feitas pelos ilustrados da Academia manteve-se subordinada aos projetos e diretrizes científicas das Classes de Ciências Naturais e Exatas, que também solicitavam reflexões históricas sobre as “artes, manufaturas, indústria, comércio” dos “princípios da Monarquia até o presente”. Como já observado por Taíse Silva, o objetivo do projeto pragmático-científico dessas Classes era fornecer reflexões sobre passado das condições do reino, que pudesse produzir soluções futuras para os problemas de atraso do presente, jamais emancipando a história do seu sentido prospectivo. Embora a associação defendesse um “discurso historiográfico” específico, este manteve-se ligado à leitura pragmática defendida nas demais áreas do conhecimento. Desse modo, a reflexão histórica não foi objeto apenas daqueles que se ocupavam da história do reino, mas abarcou a totalidade da reflexão científica dos letrados que estudavam a matemática, a indústria ou a agricultura, fazendo os acadêmicos produzirem historiografia em todas as áreas estudadas.<sup>161</sup>

Por fim, podemos conceituar a história como experiência ou realidade efetiva. O alargamento da história como uma experiência coletiva que se iniciava na Antiguidade, abarcando diversos aspectos da história do reino ou da humanidade até o presente dos sócios da Academia, permitiu que a escrita biográfica deixasse de ser apenas expressão de histórias particulares, para que se tornasse “monumentos” da história da humanidade. A biografia, entendida como um dos modos de narrar a história, era considerada como expressão de parte da história do reino e, por sua vez, parte da história universal dos povos. Reunidas com outras informações e fatos históricos, as biografias representavam a “marcha” dos povos em direção ao “progresso”, e, portanto, refletiam a temporalização das experiências passadas e a transformação da história em experiência.

---

<sup>161</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Op. cit.*, p. 220-222.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita de biografias na Academia Real das Ciências de Lisboa representou a ruptura e, ao mesmo tempo, a continuidade com a tradição. Utilizada como ferramenta para guardar nos anais da posteridade a “memória dos grandes homens”, teve seu significado paulatinamente remodelado com as novas expectativas da “República das Letras”. Entendida como “monumentos dos progressos literários” e ao mesmo tempo ferramenta de moralização e ensino indicou o significado que as sociabilidades aristocráticas tomaram no contexto das associações literárias e científicas Setecentista. A biografia, a partir então passaria a ser o testemunho não somente da vida dos homens ilustres por nascimento, mas também da vida literária e política daqueles que por mérito se igualaram aos “grandes”. Filha do Império Retórico da Antiguidade, a escrita biográfica na Academia permaneceu vinculada aos preceitos retóricos de monumentalização do gênero demonstrativo. Esses recursos permitiam uma representação decorosa do passado e ao mesmo tempo uma narrativa histórica que, vinculada ao que Jacques Rancière chamou de regime representativo de identificação das artes, expressava a ordem hierárquica da sociedade aristocrática.<sup>162</sup>

A ênfase nas noções de “verdade”, “progresso”, “juízo” e imparcialidade remodelaram a noção de biografia na Academia Real das Ciências sem romper com as lógicas discursivas retóricas. As etapas de invenção, disposição e elocução objetivavam uma narrativa que pudesse ensinar, persuadir e deleitar o público receptor, conforme as expectativas da Academia. A prova retórica, construída por meio das noções de *ethos*, *pathos* e *logos*, permitiam os efeitos persuasivos do discurso, sendo a *ekphrasis* o elemento que gerava a autoridade nos argumentos do texto historiográfico. Os variados tipos de descrições produziam imagens que permitiam ao leitor ou espectador “visualizar” o moral, o físico, os acontecimentos e as ações das pessoas biografadas. A retórica, que servia o receituário de tópicos para as narrativas, construía o “efeito de verdade” por meio da pintura histórica, que retoricamente significava o recurso da *ekphrasis* e da *enargeia* (vivacidade). Nesse modo tradicional de escrever a história, que mesmo nos anos iniciais do século XIX permanece sendo usado na história e na literatura, a evidência histórica é criada pela própria narração. A linguagem é usada de modo tão vívido que criava, para o público receptor, um efeito de

---

<sup>162</sup> RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005, p. 27-44.

presença do objeto narrado. Nas biografias, a criação da “verdade” funcionava mediante a dimensão da linguagem, mas também não excluía a presença do documento.

A escrita biográfica também não permaneceu distante da crítica documental na Academia. A ênfase na noção de “documento autêntico” ou “documento original” na produção de Memórias históricas biográficas demonstra que o conhecimento histórico, ainda que vinculado à *ars historica*, assimilaria procedimentos metodológicos das ciências naturais. A partir de então, duas noções de evidência conviveriam no discurso histórico das biografias. A evidência construída pela *enargeia* passaria a coexistir com a evidência documental. Entendia-se que somente por meio do documento e da análise crítica seria possível retirar os eventos passados da “obscuridade”. A análise da fonte empírica para “iluminar” os acontecimentos do passado, baseada na crítica discreta, também transformou o documento histórico em ferramenta retórica do discurso histórico. A apresentação da fonte no texto, em notas de rodapé ou em tábuas cronológicas, servia como uma outra estratégia de criação do “efeito de verdade” na narrativa.

A importância do documento gerou o intenso movimento de “atualização” da história através das correções e a resolução de “dúvidas” sobre acontecimentos históricos da vida dos biografados. Esses processos, advindos de uma nova relação com o passado, partiam da consciência de que o conhecimento histórico era imperfeito e passível de erro, tendo o historiador a tarefa de “prender o fio histórico” que estava rompido. Em contrapartida, a escassez de fontes obrigava o historiador a retornar aos mecanismos retóricos existentes, reatando a todo momento os laços, que começavam a se romper, com a retórica.

A Memória histórica biográfica, gênero escolhido para a tarefa crítica nas biografias da Academia, embora representasse a modernidade historiográfica, também representou a continuidade com a tradição. A permanência da estrutura do gênero demonstrativo nas narrativas biográficas das Memórias revelaria que a história ainda devia muito aos procedimentos retóricos. De mesmo modo, a atividade crítica, que se vinculou à resolução de pontos duvidosos sobre a vida pública e os “progressos literários” dos biografados, revelava que não transbordaria aos limites do gênero decoroso, embora se colocasse como “imparcial”. A introdução da crítica documental na escrita biográfica não rompeu com a representação decorosa do passado. Nas biografias, a crítica documental servia ao projeto monumentalizador do Elogio, ao trabalhar em prol da “glória” dos homenageados e no reforço do cerimonial cortesão. Unindo eloquência e a crítica documental, a escrita biográfica dos letrados da

Academia Real das Ciências ambicionava criar “pinturas históricas” dos grandes homens que também fossem “autênticas”, recorrendo ora aos tratados de retórica, ora aos tratados de diplomática, ora ao “mercado das Belas-Letras”<sup>163</sup>, ora ao arquivo documental.

---

<sup>163</sup> Tomamos aqui a expressão utilizada por Eduardo Sinkevisque. Segundo o autor, o sentido de “mercado das Belas-Letras” não tem a ver com liberalismo de livre concorrência ou leis de oferta ou procura. Entende-se mercado como constante circulação de modelos de usos e funcionamentos, ou seja, o mercado é o que os arquivos catalogam como papéis em seus tomos. SINKEVISQUE, Eduardo. Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – Introdução a um debate de gênero. 2000. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000, p. 328.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

AMARAL, Antônio Caetano do. “Memórias sobre a forma de governo e costumes dos povos que habitaram o terreno lusitano, desde os primeiros tempos conhecidos até ao estabelecimento da Monarquia Portuguesa”. In: *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo I. Lisboa: Na Oficina da Mesma Academia. 1792.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte poética*. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. Introdução Goffredo Teller Júnior. Rio de Janeiro: Editora Ediouro – Tecnoprint, 1979.

\_\_\_\_\_. *Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Famrhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

BARROS, João de. *Panegíricos*. Lisboa: Sá da Costa, 1943.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>> Acesso em 23 ago. 2017.

BRANDÃO, Matheus da Assumpção. *Elogio Necrológico do Muito Alto e Muito Poderoso Imperador e Rei, o Senhor D. João VI*. Lisboa: Tipografia da Academia R. das Ciências, 1828. Disponível em: <<https://books.google.com.br/bkshp?hl=pt-BR&tab=pp>> Acesso em: 17 jul. 2017.

COUTINHO, Azeredo. *Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804. Disponível em: <<https://books.google.com.br/bkshp?hl=pt-BR&tab=pp>> Acesso em: 27 set. 2017.

CONDORCET. “Éloge de M. D’Alembert”. *Histoire de L’Académie Royale des Sciences*. Paris: De L’Imprimerie Royale, 1786. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32786820s/date>> Acesso em: 28 mar. 2018.

DIDEROT, Denis. et al. *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Nouvelle Édition. Tome douzieme. A Genève: Chez Pellet imprimeur-libraire, rue des Belles Filles, 1779. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50533b.texteImage>> Acesso em 15 mai. 2018.

FIGUEIREDO, Antônio Pereira de. *Elogios dos reis de Portugal em latim, e em português ilustrados de notas históricas e críticas*. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1785.

\_\_\_\_\_. “João de Barros: Exemplar da mais sólida eloquência portuguesa”. In: *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo IV. Lisboa: Oficina da mesma Academia, 1793.

\_\_\_\_\_. *Elementos da Invenção, e Locução Retorica, ou Princípios da Eloquência: escritos, e ilustrados com breves notas*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1769. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/sobre.html>> Acesso em 30 abr. 2016.

FRANKLIN, Francisco Nunes. “Memória Breve de D. Jorge da Costa, Cardeal de Lisboa, do título de São Marcellino e de S. Pedro, ou como outros chamavam o Cardeal de Portugal, e vulgarmente o Cardeal de Alpedrinha, produzindo-se um dos raros Documentos originais do mesmo Cardeal de muita erudição e sentenças”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1823.

FREIRE, D. António da Visitação. “Vida de Fr. Bernardo de Brito, monge Cisterciense, e cronista mor do Reino - escrita de ordem d'Academia R. das Ciências de Lisboa, por D. António da Visitação Freire, cônego Regular de S. Vicente de Fora, Lente de Geografia e Historia Universal nas suas Reais Escolas, Correspondente do Número d'Academia R. das Ciências e Sócio da Sociedade Marítima, para servir de Preliminar a reimpressão da Monarquia Lusitana”. In: *Coleção dos Principais autores da História Portuguesa publicada com notas pelo diretor da classe de Literatura da Academia Real das Ciências e por ela oferecida a S. alteza Real o Príncipe Regente, nosso senhor*. Tomo I. Lisboa: Tipografia da mesma Academia, 1806. Disponível em: <<https://play.google.com/books>> Acesso em: 29 out. 2017.

*HISTÓRIA e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: na Oficina da Mesma Academia. (1797-1839) 12 Tomos. Disponível em: <<https://archive.org/>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

LOBO, Francisco Alexandre. “Elogio histórico do Bispo e Inquisidor Geral D. José Maria de Mello”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VI. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1819.

\_\_\_\_\_. “Memória histórica e crítica acerca de Luiz de Camões e das suas obras”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VII. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1821.

\_\_\_\_\_. “Memória histórica e crítica acerca de Fr. Luiz de Sousa e das suas obras”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1823.

LUSITANO, Candido. *Maximas sobre a arte oratoria, extrahidas das doutrinas dos antigos mestres, e illustradas por Candido Lusitano*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/100833424>> Acesso em: 14 fev. 2016.

MACHADO, Diogo Barbosa. “Prólogo”. In: *Biblioteca Lusitana, Historica, Critica e Cronológica*. Lisboa Ocidental: Officina de Antônio Isidoro da Fonseca, 4 volumes, 1741-1759. Disponível em: <<https://archive.org/details/bibliothecalusit04barbuoft>> Acesso em: 21 fev. 2017.

*MEMÓRIAS de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Na Oficina da Mesma Academia. (1792-1814) 8 tomos. Disponível em: <<http://purl.pt/index/livro/aut/PT/104.html>> Acesso em: 25 fev. 2017.

MORATO, Francisco Manuel Trigoso d’Aragão. “Elogio Histórico de João Guilherme Cristiano”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VI. Parte II. Lisboa: Tipografia da mesma Academia, 1816.

\_\_\_\_\_. “Elogio Histórico do Excelentíssimo e Reverendíssimo D. Fr. Manoel Cenáculo, Arcebispo de Évora”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VI. Parte I. Lisboa: Tipografia da mesma Academia, 1816.

\_\_\_\_\_. *Coleção sistemática das Leis e Estatutos por que se tem governado a Academia Real das Ciências de Lisboa, desde o seu estabelecimento até o tempo presente*. Lisboa: Tipografia da mesma Academia, 1822.

PEREIRA, José Maria Dantas. “Elogio do Padre Teodoro de Almeida”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo XI. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1831.

PORTUGAL. “Alvará de 22 de março de 1781”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV, Parte II. Lisboa: Na Tipografia da Mesma Academia. 1816.

PORTUGAL. *Alvará de regulamentação para os estudos de línguas latinas, grega e hebraica e da arte da retórica*. Lisboa: Tipografia Oficina Rodrigues Galhardo, 1759.

PORTUGAL. *Instruções para Professores de Gramática Latina, Grega e Hebraica e de Retórica*. Lisboa, 1759.

PRÓLOGO. *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo I. Lisboa: Na Oficina da mesma Academia, 1792. Disponível em: <<http://purl.pt/71>> Acesso em: 13 set. 2017.

QUINTILIANO, M. F. *Instituições Oratorias*. Traduzidas em Linguagens, e ilustradas com notas Críticas, Históricas, e Rethoricas, para uso dos que Aprendem, por Jeronymo Soares Barboza. Paris: Na livraria portuguesa de J. P. Aillaud, II volumes, 1836.

RIBEIRO, João Pedro. *Dissertações cronológicas e críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal*. Tomo IV Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1819.

\_\_\_\_\_. *Observações históricas e críticas para servirem de memórias ao sistema da diplomacia portuguesa*. Lisboa: Tipografia da Academia R. das Ciências, 1798.

S. LUIZ, D. Francisco de. “Comparação da História de D. João de Castro por Jacinto Freire de Andrade e da Vida de D. Paulo de Lima por Diogo de Couto”. *Obras completas do Cardeal de Saraiva*. Tomo X. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.

\_\_\_\_\_. “Prefação”. In: ANDRADE, Jacinto Freire de. *Vida de João de Castro escrita por Jacinto Freire de Andrade, impressa conforme a primeira edição de 1651. Ajuntam-se algumas breves notas autorizadas com documentos originais e inéditos*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1835. Disponível em: <<https://www.escritas.org/pt/estante/jacinto-freire-de-andrade>> Acesso em: 20 abr. 2017.

SÁ, José Anastácio da Costa e. *Princípios Elementares da Arte Diplomática oferecidos ao Ilmo Exmo Senhor José Seabra da Silva, Do Conselho de Estado de Sua Magestade, e seu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, por José Anástácio da Costa e Sá*. Lisboa: Tipografia de Simão Thadeo Ferreira, 1797.

\_\_\_\_\_. “Elogio histórico de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de Magalhães”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IX. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1825.

\_\_\_\_\_. “Elogio do Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo V. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1818.

\_\_\_\_\_. “Elogio Histórico de Alexandre Antônio das Neves Portugal. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências*. 2ª Série. Tomo I. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1844.

\_\_\_\_\_. “Elogio Histórico de José Correia da Serra”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. 2ª Série. Tomo II. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1848.

\_\_\_\_\_. “Elogio Histórico de Pedro José de Figueiredo”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. 2ª Série. Tomo II. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1848.

SAMÓSATA, Luciano de. *Sobre o modo de escrever a história, traduzido na língua portuguesa por Custódio José, professor secular do Habito de S. Pedro, e professor régio de Grego em Lisboa*. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1771. Disponível em: <<http://purl.pt/12673>> Acesso em: 16 mai. 2017.

SANTOS, António Ribeiro dos. “Memória da Vida e Escritos de Pedro Nunes”. *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo VII. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1806.

\_\_\_\_\_. “Memória da Vida, e Escritos de D. Francisco de Melo”. *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo VII. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1806.

\_\_\_\_\_. “Memórias sobre as origens da Tipografia em Portugal no século XVI”. In: *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo VIII. Lisboa: Na Tipografia da Mesma Academia, 1812.

SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de. “Memória de algumas particularidades com que se pode acrescentar e corrigir o que até ao presente se tem publicado sobre a vida e escritos do Cronista Mor, Fr. Bernardo de Brito”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VII. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1821.

\_\_\_\_\_. “Memória do que se pode acrescentar ao que corre impresso na Biblioteca Lusitana sobre a Vida e escritos do Cronista mor Fr. Francisco Brandão”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo X. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1827.

\_\_\_\_\_. “Memória sobre a Vida do Cronista mor Fr. Antônio Brandão e o que se pode acrescentar ao Catálogo de seus escritos que vem na Biblioteca Lusitana”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1823.

SERRA, Abade Correia da. “Prólogo”. In: REZENDE, André de. *Vida do Infante D. Duarte*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/fcrb/555>> Acesso em: 19 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. “Discurso preliminar”. In: *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da agricultura das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1789. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/000505167>> Acesso em: 24 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. “Discurso Preliminar”. In: *Coleção de Livros Inéditos da História portuguesa, dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa. Por José Correia da Serra, Secretário da mesma academia e sócio de várias outras*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Mesma Academia, 1790.

\_\_\_\_\_. Manuscritos de Correia da Serra. Documentos do Arquivo Particular Abade Correia da Serra no Instituto dos Arquivos Nacionais. Torre do Tombo, Lisboa. Disponível em: <[http://chcul.fc.ul.pt/correia\\_da\\_serra/manuscritos.htm](http://chcul.fc.ul.pt/correia_da_serra/manuscritos.htm)> Acesso em: 06/02/2018.

SILVA, Antônio Delgado da. *Coleção da Legislação portuguesa desde a última compilação das ordenações redigidas por desembargador António Delgado da Silva*. Lisboa: Tipografia Maignense, 1829. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518674>> Acesso em: 25 nov. 2017.

SILVA, António de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. v. 1. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>> Acesso em 10 jun. 2017.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. “Discurso histórico recitado na sessão pública de 24 de junho de 1818”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VI. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1819.

\_\_\_\_\_. “Discurso, contendo a história da Academia Real das Ciências, desde 25 de junho de 1814 até 24 de junho de 1815”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1816.

\_\_\_\_\_. *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Empresa Tip. Dois de dezembro, 1857. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221703>> Acesso em: 27 nov. 2016.

SILVEIRA, Francisco Elias Rodrigues da. “Discurso histórico acerca dos trabalhos da Instituição Vacínica recitado na sessão pública de 24 de junho de 1821”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1823.

STOCKLER, Francisco de Borja Garção. “Elogio histórico de João Le Rond D’Alembert”. In: *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa. 1797.

\_\_\_\_\_. *Elogio histórico de Pascoal José de Melo Freire dos Reis*. Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências, 1799. Disponível em: <<http://purl.pt/6817>> Acesso em: 07 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. “Elogios Históricos”. In: *Obras Completas de Francisco de Borja Garção Stockler*. Tomo I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1805. Disponível em: <<https://archive.org/details/obrasdefrancisco01stoc>> Acesso em: 16 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. “Projeto sobre o modo de organizar e estabelecer a Instrução Pública no Reino do Brasil”. In: *Obras Completas de Francisco de Borja Garção Stockler*. Tomo II. Lisboa: Tipografia Silviana, 1826.

TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo. “Elogio histórico de João de Sousa”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1815.

\_\_\_\_\_. “Elogio Histórico do Conde da Barca”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1823.

\_\_\_\_\_. “Memória sobre Martim de Boémia”. In: *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo VIII. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1818.

\_\_\_\_\_. “Notícia Histórica da Vida e Escritos de Antônio Caetano do Amaral”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1823.

VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método de estudar: para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. Exposto em várias cartas, escritas pelo R. P. Barbadinho da Congregação de Itália, ao R. P. \* \* \* Doutor na Universidade de Coimbra*. Tomo I. Valença: Na Oficina de António Bale, 1746. Disponível em: <<http://purl.pt/118>> Acesso em: 05 mar. 2016.

VOLTAIRE. “Éloge funèbre de Louis XV, prononcé dans une Académie de province, le 25 mai 1774”. In: *Oeuvres complètes de Voltaire*. Siècle de Louis XV. Tome II. Paris: Boudouin Frères, Editeurs, 1826. Disponível em: <<https://books.google.com.br/?hl=pt-BR>> Acesso em: 28 jul. 2017.

## Bibliografia

ABREU CARVALHO, Luiza Helena Rodrigues de. “As características do gênero demonstrativo em Cícero, Horácio e Quintiliano”. *Rónai*, Juiz de Fora, v.2 n.1, p. 41-54, 2014.

ALCIDES, Sérgio. “Expectativa e metamorfose: saudades da idade do ouro na América portuguesa”. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (org.). *Festa – Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Edusp, vol. II, 2001.

ANDRADE, Luiz Cristiano de. “Os preceitos da memória. Manuel Severim de Faria, inventor de autoridades lusas”. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 34, p. 107-137, jan./jun. 2006.

ARAÚJO, Valdeí Lopes de. “Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro”. In: NICOLAZZI, Fernando. et al. *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011.

\_\_\_\_\_. *A experiência do tempo: Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.

BARROS, José Costa D’Assunção. “Voltaire: Considerações sobre sua historiografia e filosofia da história”. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, ano 3, n. 7, p. 7-36 jun., 2012.

BARTHES, Roland. “A Retórica Antiga”. In: COHEN, Jean. et al. *Pesquisas de Retórica*. Tradução de Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis (RJ): Vozes, 1975.

BONNET, Jean-Claude. “Les morts illustres. Oraison funèbre, éloge académique, nécrologie”. In: NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire*. La Nation. v. II Paris: Gallimard, 1986.

BOURDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Publicações Europa América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. “A invenção da biografia e o individualismo renascentista”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n.19, p. 83-97, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1, p. 123-152, set., 2000.

CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Tradução: Álvaro Cabral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

GINZBURG, Carlo. “Descrição e citação”. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização literária em Portugal: do Humanismo ao Neoclassicismo*. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2008.

DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

\_\_\_\_\_. *As origens culturais da Revolução Francesa*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

CHAVES JUNIOR, José Inaldo. “Biografia e micro-história: diálogos possíveis para uma história da governança no Império Português (Capitania da Parayba, c.1764-1797)”. *Revista Cantareira*, Niterói, n. 15, jul.-dez, 2011, p. 3. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/04/15a2.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

COUTO, Aires do. “Panegíricos de D. João III de dois humanistas de Quinhentos: João de Barros e Inácio de Moraes”. *Máthesis*, Viseu, n. 9, p. 37-67, 2000, p. 41-42.

CURTIUS, Ernest. Robert. *Literatura europeia e Idade Média Latina*. Brasília: INL, 1979.

DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e Catolicismo*: Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri, 1994.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

FABRE, Daniel. “L’atelier des héros”. In: CENTILIVRES, Pierre. et al. *La fabrique des héros*. Paris: Éditions de la Mason des sciences de l’homme, 1998.

FERREIRA, Caio Moraes. *Uma história do espírito: considerações sobre O Século de Luís XIV e o pensamento histórico de Voltaire*. 2013. 161p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FERRONE, Vincenzo. “O homem de ciência”. In: VOVELLE, Michel. (org.) *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

FUMAROLI, Marc. *L'Age de l'Eloquence: Rhétorique et "res literaria" de la Renaissance au seuil de l'Europe Classique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.

GRELL, Chantal. “História e historiadores na França, das guerras da Itália à morte de Louis XIV”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 77-109, 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História e erudição”. In: NICOLAZZI, Fernando. et al. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2011.

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras/SEC, 1989.

\_\_\_\_\_. “Barroco, Neobarroco e outras Ruínas”. *Floema Especial*, Bahia, Ano 2, n. 2, p. 15-84, out., 2006.

\_\_\_\_\_. “Ut pictura poesis e verossimilhança na doutrina do conceito no século XVII”. *Floema Especial*, Bahia, ano 2, n. 2A, p. 111-131, out., 2006.

\_\_\_\_\_. “Instituição retórica, técnica retórica, discurso”. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.20, n.33, p.11-46 jul/dez., 2013.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759). São Paulo/Bahia: Hucitec/E.C. Baianos/UFBA, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.

\_\_\_\_\_. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/EDPUC, 2006.

LAPA, Manuel Rodrigues. “Prefácio”. In: BARROS, João de. Panegírico do rei dom João III. *Panegíricos*. Texto restituído, prefaciado e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943.

LOPES, Marcos Antônio. “Ars Historica no Antigo Regime: a História antes da Historiografia”. *Varia história* [online] v.24, n.40, p.633-656, jul., 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010487752008000200018&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010487752008000200018&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 27 agosto de 2017.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 1998.

LUZ, Amaral Guilherme. Produção da concórdia: a poética do poder na América portuguesa (sécs. XVI-XVIII). *Varia história*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p.543-560, Jul/Dez 2007.

MENEZES E SILVA, Christiani Margareth de. “O papel das emoções na Retórica de Aristóteles”. *AISTHE*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, p. 106-114, 2010.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *The development of greek biography*. Cambridge: Cambridge University, 1993.

\_\_\_\_\_. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. “História antiga e o antiquário”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 19-76, jul. 2014

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo. A Academia Real de Ciências de Lisboa e os Caminhos da Ilustração Luso-Brasileira na Crise do antigo sistema colonial*. 1998. (Tese de Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo; DAHÁS, Nashla. “Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII”. *Revista Intellectus*, Rio de Janeiro, Ano 05, Vol. I, p. 1-23, 2006.

NICOLAZZI, Fernando. “Entre letras & armas, a história como disputa: considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, p. 40-51, maio, 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PÉCORA, Alcir. “A história como colheita rústica de excelências”. In: PÉCORA, Alcir; SCHWARTZ, Stuart (org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

RAMOS, Luiz A. de Oliveira. “Concepções sobre a História – Segunda metade do Século XVIII”. *Revista de História*, Porto, v. 12, p. 245-256, 1993

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005, p. 27-44.

REVEL, Jacques. “A biografia como problema historiográfico”. In: \_\_\_\_\_. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RUEDAS DE LA SERNA, Jorge Antônio. *Arcádia: tradição e mudança*. São Paulo: EDUSP, 1995.

SCHRÖDER, Volker. “Entre l'oraison funèbre et l'éloge historique: l'hommage aux morts à l'Académie française”. *MLN*. The Johns Hopkins University Press. vol. 116, n. 4, p. 666-688, 2001. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/3251753?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/3251753?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 6 jul. 2017.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História Breve da Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1962.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português. (1750-1822)*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA, José Alberto Teixeira Rabelo da. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. 2015. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa: Lisboa, 2015.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Uiran Gebara da. “A escrita biográfica na antiguidade: uma tradição incerta”. *Politéia*. Vitória da Conquista, v. 8 n. 1, p. 67-81, 2008. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php.politeia/article/view/269/31>. Acesso em: 6 fev. de 2018.

SILVEIRA, Pedro Telles da. *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFOP, Mariana, 2012.

\_\_\_\_\_. “O relato de um paradoxo: a verdade da ficção e a utilidade da história em um discurso de José da Cunha Brochado na Academia Real da História Portuguesa (1730)”. *História e Historiografia*, Ouro preto, n. 12, p. 273-287, ago., 2013

SINKEVISQUE, Eduardo. *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – Introdução a um debate de gênero*. 2000. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. “Três imagens de Luciano de Samósata no século XVIII português”. *Letras Clássicas*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 132-151, 2015.

SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. *O Império da Eloquência: Retórica e Poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro/Niterói: EDUERJ/EDUFF, 1999.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.

VARELA, Alex Gonçalves. *Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português: Análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819)* São Paulo: Annablume, 2006.